

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA**

**TESE ACADÊMICA PARA PROMOÇÃO FUNCIONAL  
DE PROFESSOR ASSOCIADO PARA PROFESSOR TITULAR**

**TÍTULO DA TESE:**

**Transformações e crise do emprego no sul do Brasil:  
Ensaio e práticas em torno de uma sociologia do mercado de trabalho**

**Prof. Francisco Eduardo B. Vargas**

Pelotas, novembro de 2021.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	2
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	4
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b> .....	6
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>PARTE I – MERCADO DE TRABALHO, CRISE E TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 - POR UMA SOCIOLOGIA DO MERCADO DE TRABALHO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 2 - DESEMPREGO E CRISE DO TRABALHO NA MODERNIDADE: POR UMA SOCIOLOGIA DOS SENTIDOS DO TRABALHO</b> .....	39
<b>CAPÍTULO 3 – TRABALHO E DESIGUALDADES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS</b> .....	66
<b>PARTE II – TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL</b> .....	75
<b>CAPÍTULO 4 - O MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DO EMPREGO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO PRECÁRIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL</b> .....	76
<b>CAPÍTULO 5 – A PRIVAÇÃO DE TRABALHO NO BRASIL: AS FRONTEIRAS DO DESEMPREGO EM QUESTÃO</b> .....	91
<b>CAPÍTULO 6 – TRANSFORMAÇÕES DA CONDIÇÃO SALARIAL NO BRASIL</b> .....	100
<b>PARTE III – MERCADO DE TRABALHO, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	112
<b>CAPÍTULO 7 – EMPREGO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTORNOS DE UMA QUESTÃO SOCIAL</b> .....	113
<b>CAPÍTULO 8 – DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES DE GÊNERO: AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DE PELOTAS E RIO GRANDE (RS)</b> .....	135
<b>CAPÍTULO 9 – MERCADO DE TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE-RS</b> .....	160
<b>PARTE IV – MERCADO DE TRABALHO, TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES E DESIGUALDADES SOCIAIS</b> .....	192
<b>CAPÍTULO 10 – A PRIVAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS: O DESEMPREGO EM SUA DINÂMICA BIOGRÁFICA</b> .....	193
<b>CAPÍTULO 11 – MERCADO DE TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORAS/ES NO POLO NAVAL DE RIO GRANDE-RS</b>	218

<b>CAPÍTULO 12 – TRABALHO, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES: MUTAÇÕES NA CONDIÇÃO SALARIAL .....</b>	<b>230</b>
<b>PARTE V – OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, DIÁLOGO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA .....</b>	<b>240</b>
<b>CAPÍTULO 13 – O OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES DOS MERCADOS LOCAIS DE TRABALHO .....</b>	<b>241</b>
<b>CAPÍTULO 14 – OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O APOIO À INSERÇÃO DOS JOVENS EM UMA AÇÃO EXTENSIONISTA .....</b>	<b>254</b>
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>259</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>266</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Evolução e variação do PIB total, do PIB per capita e do VAB total do Rio Grande do Sul e dos municípios de Pelotas e Rio Grande, 1999, 2005 e 2009. ....</b>	<b>122</b>
<b>Tabela 2 - Evolução anual do emprego formal na Zona Sul, Pelotas, Rio Grande e demais municípios, 1985 a 2010. ....</b>	<b>126</b>
<b>Tabela 3 – Variação do crescimento do emprego formal em termos absolutos e relativos no Brasil, Rio Grande do Sul, Zona Sul, Pelotas, Rio Grande e demais municípios da Zona Sul, no período de 1985 a 2010 e subperíodos.....</b>	<b>127</b>
<b>Tabela 4 – Variação do PIB, do VAB total e setorial e do emprego total e setorial e a elasticidade emprego-produto, Pelotas e Rio Grande, 2005-2009.....</b>	<b>130</b>
<b>Tabela 5 - Evolução de indicadores econômicos: PIB, Participação no PIB do RS, Variação real, PIB per capita, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010. ....</b>	<b>144</b>
<b>Tabela 6 - População residente por situação de domicílio, Pelotas e Rio Grande, 2000 e 2010.....</b>	<b>145</b>
<b>Tabela 7 - População Economicamente Ativa (PEA), Participação por sexo e Taxa de Atividade, total e por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010. ....</b>	<b>146</b>
<b>Tabela 8 - População Ocupada (PO), participação por sexo e taxa de variação, total e por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.....</b>	<b>148</b>
<b>Tabela 9 - Distribuição da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010. ....</b>	<b>149</b>
<b>Tabela 10 – Participação relativa da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.....</b>	<b>150</b>
<b>Tabela 11 - População ocupada por contribuição previdenciária e sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010. ....</b>	<b>152</b>
<b>Tabela 12 - População ocupada por faixas de rendimento, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.....</b>	<b>153</b>
<b>Tabela 13 - População ocupada por faixas de rendimento e sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010. ....</b>	<b>154</b>
<b>Tabela 14 – Rendimento médio nominal (em R\$) da população ocupada, por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010. ....</b>	<b>154</b>
<b>Tabela 15 - População Desocupada (PD), Participação por sexo e Taxa de desemprego, por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.....</b>	<b>156</b>
<b>Tabela 16 – Evolução do estoque de empregos formais, vínculos ativos em 31/12, por setor da atividade econômica, participação relativa e variação absoluta e relativa, Rio Grande-RS, 2006-2014. ....</b>	<b>170</b>
<b>Tabela 17 – Evolução da participação feminina, absoluta e relativa, no total do emprego formal, vínculos ativos em 31/12, por setor da atividade econômica, variação absoluta e relativa, Rio Grande-RS, 2006-2014.....</b>	<b>171</b>
<b>Tabela 18 – Evolução da estrutura setorial do emprego feminino, Rio Grande-RS, 2006-2014.....</b>	<b>175</b>

<b>Tabela 19 - Evolução da remuneração média em salários-mínimos, dezembro, dos empregos formais, por setor e sexo, Rio Grande-RS, 2006 a 2014.....</b>	<b>176</b>
<b>Tabela 20 - Número de vínculos de emprego segundo a estrutura ocupacional (Grande Grupo CBO 2.002), por sexo, setor de construção de embarcações, Rio Grande-RS, 2014. ....</b>	<b>178</b>
<b>Tabela 21 - Rendimento médio em dezembro, em número de salários-mínimos, dos trabalhadores segundo o grupo ocupacional e sexo, setor de construção de embarcações, Rio Grande-RS, 2014. ....</b>	<b>179</b>
<b>Tabela 22 - População Total, População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA), População Ocupada (PO), População Desocupada (PD), População Não Economicamente Ativa e Taxas de Atividade, de Desocupação e de Informalidade, Variações Relativa e Absoluta, Pelotas e Rio Grande, 2000 e 2010. ....</b>	<b>246</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 – Evolução anual do estoque de vínculos em 31 de dezembro, ativos, inativos e total, Brasil, 2002 a 2005 .....</b>	<b>106</b>
<b>Gráfico 2 – Vínculos ativos em 31/12 e movimentação dos vínculos, admissões e desligamentos, Brasil, 2014 .....</b>	<b>106</b>
<b>Gráfico 3 – Taxas de rotatividade (DIEESE) do emprego formal celetista, total e descontada, Brasil, 2014 .....</b>	<b>107</b>
<b>Gráfico 4 – Participação (%) dos vínculos celetistas por faixa de tempo de emprego (em meses), Brasil, 2014 .....</b>	<b>108</b>
<b>Gráfico 5 – Participação (%) dos vínculos celetistas por faixa de remuneração média (em salários-mínimos), Brasil, 2014 .....</b>	<b>109</b>
<b>Gráfico 6 – Evolução da taxa de participação feminina no emprego do setor de construção de embarcações, Rio Grande-RS, 2006 a 2014 .....</b>	<b>172</b>
<b>Gráfico 7 – Evolução do estoque de empregos formais celetistas no setor de construção de embarcações, Rio Grande-RS, julho de 2010 a julho de 2015 .....</b>	<b>173</b>
<b>Gráfico 8 – Evolução anual do emprego formal (RAIS), ativos em 31/12, Pelotas e Rio Grande, 2010 a 2015 .....</b>	<b>249</b>
<b>Gráfico 9 – Evolução da participação (%) das faixas etárias no estoque de empregos formais em 31/12, Pelotas-RS, 2010 a 2017 .....</b>	<b>256</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, apresentado para a avaliação de desempenho visando à minha promoção à classe de professor titular, representa uma parte importante de minha trajetória como professor e pesquisador do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Reúno, aqui, um conjunto de textos, artigos e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos que tratam, direta e indiretamente, de temas relacionados com as transformações do trabalho e do mercado de trabalho nas sociedades contemporâneas e no Brasil, particularmente na região sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Desde minha tese de doutorado e antes mesmo disso, tenho lidado com esse tema e com as metodologias quantitativas e qualitativas utilizadas para o seu estudo. As bases de dados estatísticos foram a porta de entrada para esse campo de investigação e, desde sempre, mostraram um enorme potencial crítico para pensar o problema das desigualdades sociais em suas diversas facetas. Essas bases também se mostraram bastante elucidativas quando se pretendia pensar as transformações longitudinais de uma sociedade qualquer, desvelando suas mudanças estruturais básicas. Apesar desse potencial crítico, os estudos de mercado de trabalho ganharam abrangência e profundidade na medida em que foram se apropriando de metodologias de investigação mais qualitativas. Daí, portanto, a importância da análise do que chamo de *dinâmicas biográficas*, em uma tentativa de apreender as práticas e experiências de trabalhadoras e trabalhadores em suas trajetórias no mundo do trabalho. Junto com as análises que denomino de *dinâmicas históricas*, baseadas na tentativa de apreender as transformações estruturais de curto, médio e longo prazos, essas análises biográficas me levaram à necessidade de pensar mais detidamente o que seria uma perspectiva propriamente sociológica do mercado de trabalho, para além das abordagens tradicionais, realizadas por economistas e sociólogos centrados em metodologias quantitativas na análise objetiva de indicadores estatísticos. Foi pensando em contribuir para uma tal perspectiva teórica que propus este trabalho no formato aqui apresentado: um conjunto de escritos articulados em torno de um eixo teórico central que procuro esboçar no capítulo 1, apresentando os fundamentos históricos e sociológicos do mercado de trabalho como uma das instituições centrais da modernidade capitalista. Vale salientar que essa tentativa de resgate histórico e sociológico, de uma genealogia desse fenômeno, implica o pressuposto teórico de que os mercados de trabalho são, de fato,

atualmente, espaços sociais estruturadores de nossas sociedades contemporâneas, o que se torna ainda mais evidente nas últimas décadas com o avanço das políticas e visões de mundo neoliberais. A regulação mercantil é uma chave teórica fundamental para compreender o modo aparentemente “espontâneo” com que se produzem e se reproduzem as desigualdades sociais. Essa suposta naturalidade e inexorabilidade dos mercados funcionando como espaços de convergência e regulação espontânea de ações individuais (pessoais ou institucionais) constitui o âmago de um processo e de um projeto de dominação que naturaliza o que, de fato, não tem nada de natural. Como afirma Bourdieu (1999), quando analisa a dominação masculina, é preciso que se faça um trabalho e esforço (sociológico) de desnaturalização e, portanto, de historicização, daquilo que resultou de um trabalho e esforço (ideológico) de naturalização e des-historicização das práticas e representações sociais hegemônicas. É exatamente esse o propósito de uma sociologia do mercado de trabalho, resgatar os processos históricos e sociais de constituição desse fenômeno social opaco, aparentemente natural e inexorável. Sua peculiaridade reside em reconhecer não que os mercados e, particularmente, os mercados de trabalho sejam mitos, mas que, de fato, diferentemente do mito liberal dos sujeitos livres e iguais confrontados nesses espaços de troca, a sociologia parte da hipótese de que se tratam de espaços sociais assimétricos e desiguais, isto é, de confronto entre sujeitos que ocupam posições também assimétricas no espaço social. Daí a centralidade que assume o problema das desigualdades sociais em suas diversas formas e relações. E por isso, também, a necessidade desse resgate histórico e a tentativa de contribuir e propor, de maneira bastante embrionária, uma reflexão sobre os elementos de uma sociologia do mercado de trabalho que ainda está muito longe de se realizar plenamente neste trabalho.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações recentes do emprego assalariado no Brasil, particularmente na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, na tentativa de apreender a crise dessa forma específica de trabalho, em suas dimensões objetiva e subjetiva, no atual contexto de precarização do trabalho no capitalismo flexível e globalizado. Mais precisamente, trata-se de investigar, sob a perspectiva de uma sociologia do mercado de trabalho, o processo histórico recente de integração dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros ao capitalismo periférico vigente nesse país, marcado por elevada heterogeneidade das formas e relações de trabalho e por baixos níveis de proteção social. Nesse sentido, está em jogo tanto o processo de integração desses trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, suscetível de ser apreendido através de indicadores objetivos, como o processo de construção da identidade social dos mesmos, de sua condição de cidadãos e cidadãs na participação dos frutos, materiais e simbólicos, do desenvolvimento econômico e social.



As investigações realizadas, conforme referido acima, estruturam-se em torno de duas dimensões analíticas básicas. Primeiramente, a partir de uma abordagem em termos de dinâmica histórica objetiva, trata-se de analisar as transformações do mercado de trabalho, em geral, e do emprego assalariado, em particular, no Brasil, apreendendo suas características e nexos com o problema da precariedade do trabalho. A investigação focaliza-se, sobretudo, no período histórico mais recente, a partir do início dos anos 2000, tempos marcados por significativa expansão do emprego formal assalariado e, ainda mais recentemente, por uma acentuada crise do mercado de trabalho, com o retorno de elevados níveis de desemprego e uma tendência de crescimento da informalidade. A partir dessa dimensão analítica, pretende-se identificar os contornos fundamentais do processo de integração/exclusão de classes no Brasil, identificando os contornos do “preariado” brasileiro no período recente, o “modo de integração precária” desses trabalhadores e o lugar do emprego assalariado nesse processo. O desafio, nesse caso, é trazer à tona indicadores que ajudem a caracterizar esse modo de integração, especialmente no âmbito do “emprego com carteira assinada”.

Em segundo lugar, a partir de uma abordagem em termos de dinâmica biográfica, trata-se de analisar trajetórias e experiências de trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, no desemprego e no emprego assalariado, apreendendo suas práticas e representações em relação ao trabalho, com ênfase na importância do trabalho remunerado, da atividade profissional, no processo de constituição de suas identidades sociais, individuais e coletivas. Nessa dinâmica biográfica, está em jogo a importância do trabalho tanto na construção da cidadania e de uma identidade coletiva enquanto trabalhadores e trabalhadoras, como na construção de uma identidade individual, de reconhecimento de si mesmo que ofereça suporte, justificação e significação em estar no mundo com os outros. A precariedade, nesse sentido, pode se manifestar subjetivamente tanto pela insegurança econômica e uma relação puramente instrumental com o trabalho como pelo sentido de inferioridade e indignidade vivida nesse trabalho.

A própria história da sociologia do trabalho no Brasil caminha nessa direção de fortalecimento dos estudos sobre mercados de trabalho. Nascida, nos anos de 1950 e 1960, da necessidade de compreender a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro e, sobretudo, o surgimento de uma classe de trabalhadores industriais, suas origens, seus estilos de vida, suas formas de consciência e ação coletiva (sindicatos), a sociologia do trabalho, já a partir dos anos de 1970, foi mudando e ampliando suas abordagens na tentativa de compreender não só a consolidação de um movimento operário forte e combativo (novo sindicalismo) que contribuiu para colocar em xeque a ditadura militar brasileira e fazer avançar

o processo de redemocratização do país, mas também a conformação do mundo fabril a partir de dentro, do chamado chão de fábrica, onde foram forjadas novas práticas e formas de ação coletiva e onde as grandes transformações do capitalismo se consolidariam com os processos de reestruturação produtiva. Desde os anos de 1970, portanto, com a forte influência do estudo pioneiro de Braverman (1987), os processos de trabalho ganham especial atenção da sociologia do trabalho, na tentativa de apreender as especificidades dessa dinâmica de reestruturação do capitalismo brasileiro. É no bojo desse processo de reestruturação, dado o avanço das formas de gestão flexível do trabalho e do emprego, de um lado, e do avanço das políticas liberais, da abertura comercial e do choque de concorrência sofrida pela economia brasileira, de outro, que passa a surgir uma atenção crescente da sociologia para o fenômeno dos mercados de trabalho. Para entender as transformações do capitalismo flexível e da classe trabalhadora, não bastava mais olhar apenas para as empresas e suas cadeias produtivas, afetadas por uma forte dinâmica de terceirização e subcontratação. Seria necessário entender o trabalho e os trabalhadores em seus movimentos de incorporação e exclusão, de entrada e saída das diversas posições que se podem ocupar em relação ao mercado de trabalho (inatividade, ocupação, desemprego). O enorme crescimento das taxas de desemprego aberto, jamais vistas durante todo o período de expansão do capitalismo industrial brasileiro (1930-1980) passa a desafiar não apenas o Estado brasileiro e suas políticas públicas, mas também uma sociologia preocupada em apreender o mundo do trabalho em ebulição. É nesse contexto e cenário, cujo ápice foi atingido nos anos noventa, que uma sociologia do mercado de trabalho começa a se esboçar mais sistematicamente, com a ampliação dos estudos sobre os impactos da reestruturação produtiva sobre a classe trabalhadora, seus dilemas e desigualdades. O desemprego também se torna um tema marcante, pois o padrão de desenvolvimento capitalista liberal associado a uma revolução das tecnologias de informação e comunicação contribuíram enormemente para alterar o cenário do mundo do trabalho e do mercado de trabalho, anunciando um desemprego estrutural elevado e permanente. O desenvolvimento capitalista parecia marchar em direção a um processo crescente e irreversível de exclusão social, de produção de um excedente de trabalhadores não integráveis. Seria necessário identificar os deserdados desse processo, aqueles especialmente vulneráveis a ele, e explicar sociologicamente os fundamentos das desigualdades existentes. Uma sociologia do emprego, do desemprego e do mercado de trabalho impunha-se nesse cenário crítico (MARUANI & REYNAUD, 1993; GUIMARÃES, 2002; GUIMARÃES, 2009; BRIDI, BRAGA & SANTANA, 2018; OLIVEIRA, RAMALHO & ROSENFELD, 2019).

É nesse contexto também, já nos anos 2000, que ocorre uma importante inflexão na sociedade brasileira, com a eleição, em 2002, de um governo do Partido dos Trabalhadores

(PT), de centro-esquerda, de viés desenvolvimentista – marcado por uma espécie de reformismo fraco (SINGER & LOUREIRO, 2016; SINGER, 2018) - ainda que princípios econômicos e reformas liberais tenham sido implementados durante esse período. Uma série de políticas públicas implementadas desde então, somadas a uma conjuntura internacional favorável, garantiram níveis significativos de crescimento econômico, expansão do emprego formal registrado, expressiva redução do desemprego e da informalidade, aumento real do salário-mínimo, ampliação das políticas de renda mínima e expressivo aumento da demanda efetiva. Um círculo virtuoso de expansão da renda e consumo dos setores populares foi uma marca importante das transformações econômicas desse período. Os limites econômicos e políticos de um tal projeto foram surgindo já no primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, em um contexto econômico mundial já desfavorável e com o aparecimento de sinais de esgotamento daquele ciclo de crescimento baseado na expansão da demanda interna. Suas contradições e a crise política que se instala em seguida, bem como a crescente perda de legitimidade social e da base de sustentação política do governo desembocam no golpe institucional de 2016 e no impeachment da presidente da república.

A crise recessiva dos anos de 2015 e 2016 e o conjunto de reformas implementadas desde então, representam uma nova inflexão na política e na economia brasileiras, caracterizada pela forte ofensiva neoliberal. Os anos seguintes, marcados por políticas restritivas, de contenção e redução dos gastos públicos, alicerçadas no princípio da austeridade fiscal, são anos de baixo crescimento, até a chegada da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, em 2020, que aprofunda ainda mais esse cenário de instabilidade.

É essa sequência de cenários que fornece o pano de fundo das análises apresentadas neste trabalho e é no próprio transcorrer dessas condições contextuais que a maior parte dos textos apresentados foram sendo elaborados, principalmente no período mais recente. Não se tratando de apresentar um objeto precisamente definido e delimitado no tempo e no espaço, com uma correspondente metodologia focada em alcançar um conjunto pré-definido e articulado de objetivos específicos, mas de propor um objeto em construção e em processo de elaboração em uma trajetória institucional e intelectual em curso, este trabalho possui fronteiras mais fluidas, objetivos mais amplos (também práticos), metodologias variadas e, sobretudo, exploratórias (trajetórias) de um campo de investigação sobre a realidade local/regional/nacional. Nem por isso, este trabalho deixa de cumprir os requisitos básicos da pesquisa acadêmica, apresentando, além do mais, uma hipótese teórica central que, de certa forma, perpassa a reflexão teórica, o campo empírico e a prática acadêmica. Segundo essa hipótese, o trabalho, em suas diversas formas, continua sendo uma atividade central e

estruturadora do mundo social na contemporaneidade, objetiva e subjetivamente, o mercado de trabalho se constituindo, nesse processo, em uma instância social de mediação e regulação de relações sociais complexas e multifacetadas. Esse mercado de trabalho, esse espaço social produtor e reprodutor de relações sociais (e não apenas de trocas econômicas, em seu sentido estrito) torna-se, portanto, um espaço social privilegiado de produção e reprodução de desigualdades sociais, de assimetrias entre sujeitos sociais que ocupam diferentes posições nesse espaço também constitutivo de subjetividades. Essas assimetrias e seus conflitos e contradições, suas lutas e resistências, estão na base das mudanças e permanências desse mundo social. Essas assimetrias, as desigualdades sociais, se constituem na convergência e articulação de múltiplas relações sociais coextensivas, consubstanciais, no que se tem chamado também de interseccionalidade (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2016; DAVIS, 2016; COLLINS & BILGE, 2020). Essas desigualdades sociais e a dinâmica recente de acumulação capitalista flexível e o modo de funcionamento dos mercados de trabalho, portanto, geram processos ambíguos de inclusão e exclusão sociais das oportunidades geradas pelo desenvolvimento econômico e social, mais precisamente processos de integração social precários que colocam vastas parcelas da população brasileira à margem do chamado progresso econômico, mesmo em períodos de crescimento.

Essas desigualdades, portanto, se constituem e se transformam na tensão entre diferentes racionalidades típicas da modernidade capitalista que supõem, de um lado, a ampla hegemonia de uma lógica e racionalidade econômica orientada pelo ganho e pelo lucro, pela economia de recursos que assegurem a plena realização de seus objetivos; e, por outro, de uma racionalidade social alicerçada no princípio de assegurar a dignidade, os direitos, as proteções, o bem estar e a igualdade entre as pessoas independentemente de suas origens, credos, gênero, cor, nacionalidade, orientação sexual, etc.. Os mercados de trabalho são espaços sociais permanentemente atravessados por essas tensões.

O lugar dos territórios no mundo social torna-se também uma variável central de análise sociológica. O território não é apenas um lugar físico delimitado no espaço geográfico mais amplo, mas um lugar social no espaço de relações sociais. Assim, os territórios também interagem e são atravessados por assimetrias, por relações hierárquicas que supõe desigualdades, que supõem o acesso diferencial das pessoas que o ocupam a oportunidades desiguais, a diferentes recursos materiais e simbólicos.

É neste sentido que o recorte empírico deste trabalho, focado, em grande medida, no estudo da realidade local e regional, é central neste trabalho. Ele decorre também de razões práticas. Tem a ver com minha imersão social e geográfica, pois habito e trabalho em Pelotas-

RS, nesse território situado no extremo sul do Rio Grande do Sul e do Brasil, nele tendo constituído vínculos mais que profissionais e intelectuais, também afetivos e emocionais. Aqui, vale ressaltar, o pesquisador não está apenas imerso em seu “objeto” de investigação, tentando observá-lo como se mergulhado nas águas de um rio. Este “objeto” também está imerso no seu pesquisador, em sua subjetividade e interioridade, em suas percepções e perspectivas no modo de enxergar o mundo. Trata-se, de certa forma, a partir da periferia da periferia do mundo social global, nesse acúmulo de relações e determinações (uma dupla ou tripla periferia que pode comportar ainda tantas outras), de apreender essa realidade local, de interagir com seus atores sociais, de colocar o conhecimento acadêmico em diálogo com outros saberes e sujeitos de produção de conhecimentos. Essa tentativa de diálogo e interação resultou em um projeto de extensão, o Observatório Social do Trabalho, focado no objetivo de monitorar os indicadores de mercado de trabalho da região sul do Rio Grande do Sul, sobretudo dos municípios de Pelotas e Rio Grande, visando contribuir com a produção de conhecimentos sobre a realidade social e com a formulação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda. Essa formatação do projeto do Observatório determinou, em grande medida, o próprio formato da produção realizada nesse período, voltada para objetivos práticos e de disponibilização de informações úteis e de fácil compreensão para a comunidade em geral e para os gestores de políticas públicas, na forma de relatórios e boletins informativos. No entanto, no bojo desses estudos, também foram produzidos trabalhos acadêmicos de mais fôlego, supondo referencial teórico e hipóteses de investigação em grande medida alicerçados nos próprios princípios de formação do Observatório, qual sejam de compreender as transformações da realidade social local/regional, a dinâmica de integração/exclusão social através do trabalho e os processos de precarização do trabalho e produção de desigualdades sociais.

Todo esse esforço teórico-prático, esboçado na experiência recente do Observatório e nos estudos sobre mercado de trabalho, apresenta-se como tentativa do empreendimento acadêmico de vincular-se ao futuro, de vislumbrar referências e paradigmas capazes de garantir um futuro sustentável para humanidade em relações sociais mais simétricas de poder. A igualdade social, nesse sentido, não é apenas uma afirmação formal da dignidade da pessoa humana, independentemente do gênero, sexualidade, cor, credo, nacionalidade, condição social, física e mental dos seres humanos, etc.. Ela é a condição de convivência a fim de assegurar o reconhecimento e o respeito à singularidade de cada pessoa e do pleno direito de cada um aos frutos da atividade humana no mundo. Mais do nunca, essa atividade humana, produto de uma história coletiva, está em xeque hoje em dia, tendo em vista as ameaças de destruição, pelo próprio ser humano, do meio ambiente onde vivemos. Para além de um

humanismo que afirme a igualdade plena de cada pessoa e subverta as relações hierárquicas de poder e dominação, é preciso também afirmar uma ecologia e um viver que respeite e integre horizontalmente todas as espécies e formas de vida no planeta, impondo um limite definitivo e desconstruindo uma concepção de desenvolvimento baseada em uma visão linear do progresso como expropriação, como acúmulo infinito de bem-estar material, como consumo ininterrupto. Ainda somos presas dessa visão hegemônica no mundo contemporâneo, sobretudo por suas elites econômicas e políticas. Repensar o desenvolvimento significa, definitivamente, limitá-lo física, geográfica e economicamente, admitindo-o apenas na medida da necessidade de satisfazer níveis básicos de bem-estar para a maior parte da população ainda dele excluída, de forma a impactar cada vez menos o meio ambiente e conservar intacto o que ainda resta intocado pelo ser humano, mas também recuperando o degradado e substituindo drasticamente as formas de produção monoculturas pela produção agroecológica, estimuladora da biodiversidade. Além disso, é preciso explorar todo o potencial praticamente infinito de uma noção de bem-estar social alicerçada em relações humanas baseadas no cuidado com o outro, no afeto e no carinho, no companheirismo, no aprendizado recíproco, no investimento e na descoberta das potencialidades de cada ser humano. Esses não são apenas sonhos e utopias aparentemente irrealizáveis, mas necessidades urgentes e, sobretudo, novos paradigmas de construção do conhecimento e de redefinição de seus critérios de validade.

Este trabalho está organizado em cinco partes e quatorze capítulos. Na primeira parte, formada pelos capítulos 1, 2 e 3, são apresentados os fundamentos históricos e sociológicos do mercado de trabalho, sendo discutidos também os problemas relativos à crise e transformações do trabalho na contemporaneidade, a questão da centralidade do trabalho, do desemprego e das desigualdades sociais no capitalismo flexível. Na segunda parte, formada pelos capítulos 4, 5 e 6, é abordado o tema das transformações do mercado de trabalho e de produção das desigualdades sociais no Brasil. Na terceira parte, formada pelos capítulos 7, 8 e 9, são apresentados os estudos sobre a realidade social e econômica e mercados de trabalho da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente dos municípios de Pelotas e Rio Grande, polos regionais. Na quarta parte, formada pelos capítulos 10, 11 e 12, são apresentados estudos com base na análise de trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores no mercado de trabalho, enfocando suas experiências, práticas e identidades sociais. Finalmente, na quinta parte, formada pelos capítulos 13 e 14, são apresentados dois textos que refletem sobre a experiência do Observatório Social do Trabalho, projeto de extensão por mim coordenado.

**PARTE I – MERCADO DE TRABALHO, CRISE E TRANSFORMAÇÕES DO  
TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**

## CAPÍTULO 1 - POR UMA SOCIOLOGIA DO MERCADO DE TRABALHO

### 1. Introdução

A presente investigação toma como ponto de partida e perspectiva analítica uma sociologia do mercado de trabalho. Trata-se de um recorte específico, de uma forma particular de apreender e problematizar, de maneira limitada e parcial, a realidade das relações e desigualdades sociais no Brasil.

Por um lado, a sociologia em geral trata de mostrar que os fenômenos sociais e, logo, a ação humana, não são realidades puramente individuais - o resultado de intenções individuais isoladas - mas processos coletivos e agregados de ação, padrões mais ou menos estáveis de comportamento e interação, objetivos e subjetivos, e em transformação, supondo diferentes posições de indivíduos e grupos na estrutura social. Isto é, trata-se, essa realidade, de um sistema de posições organizadas geralmente de forma hierárquica, implicando um conjunto orgânico de crenças, valores e práticas e, portanto, de posicionamentos e valorizações diferenciais de indivíduos e grupos nesse sistema. Isso significa afirmar que o objeto de investigação por excelência da sociologia é a desigualdade social, com indivíduos e grupos ocupando diferentes lugares na vida social.

Por outro, uma sociologia do mercado de trabalho trata de reconstituir processos e relações sociais a partir de uma dimensão específica da vida social, extremamente relevante na modernidade capitalista. Trata-se, pois, de um ponto de partida, de uma perspectiva que fixa parâmetros específicos para apreender a realidade histórica e a ação dos sujeitos, identificando mecanismos também específicos de produção das desigualdades sociais.

O primeiro passo, portanto, na constituição de um dispositivo sociológico analítico é o da definição desses parâmetros mínimos de investigação. Será em torno desses parâmetros - que são processos sociais e históricos particulares - que toda investigação e análise se desenvolverão. Trata-se, no final das contas, de uma escolha em parte arbitrária do investigador que resolve dar prioridade a essa perspectiva e não outra, o que não significa desconhecer que essa escolha implica uma dimensão valorativa e uma disputa propriamente social e científica do que é relevante e digno de ser pesquisado e conhecido (WEBER, 1982).

Trata-se, pois, de utilizar a perspectiva de uma sociologia do mercado de trabalho para analisar alguns traços fundamentais da sociedade brasileira, suas relações e desigualdades



sociais, tomando como ponto de partida e foco esse fenômeno social fundamental na modernidade capitalista, o mercado de trabalho. Como espaço de relações sociais, o mercado de trabalho é o lugar em que se encontram aqueles que demandam e aqueles que oferecem seu trabalho e sua força de trabalho. Não se trata, porém, de um simples espaço econômico. De uma perspectiva econômica clássica ou neoclássica, esse lugar de encontro entre oferta e procura é mediado pelos preços que estão na base do equilíbrio dessas relações econômicas. Desse ponto de vista, esses demandantes e ofertantes motivados economicamente - em termos de maximização de seus interesses - são agentes livres e iguais que afirmam essa liberdade em suas relações contratuais, expressão mesmo de suas intenções e interesses.

De um ponto de vista sociológico, essa configuração de relações não se coloca exatamente nesses termos. Longe de pressupor indivíduos livres e iguais definidos por suas intencionalidades, a sociologia assume uma perspectiva de análise que não é aquela do indivíduo como fundamento e base da vida social, mas de sujeitos e agentes (individuais e coletivos) operando em contextos estruturados, material e simbolicamente. Logo, antes mesmo de pressupor a liberdade e a igualdade, trata-se, ao contrário, de identificar as condições históricas que estruturam essas relações de mercado – de compra e venda da força de trabalho – que tornam possível esse encontro e que supõem, ao contrário da premissa econômica liberal, assimetrias fundamentais, na medida em que esses agentes ocupam diferentes posições no espaço social.

O contexto dessa relação é aquele da própria constituição da modernidade capitalista, em relação ao qual o pensamento sociológico clássico e, sobretudo, Marx (1983), nos oferecem os parâmetros fundamentais de entendimento. O mercado de trabalho supõe, primeiramente, a existência de uma economia mercantil marcada pela produção regular de excedentes econômicos visando a troca. Mas, mais do que uma simples troca eventual de mercadorias baseadas numa divisão social do trabalho, trata-se de uma troca regular e persistente, mediada monetariamente pelo desenvolvimento do dinheiro como meio de troca, a produção e o trabalho convertendo-se em atividades remuneradas e orientadas em função do mercado e da aquisição monetária. O mercado de trabalho pressupõe, pois, economias mercantis.

Porém, não se trata apenas disso, de um contexto histórico em que a produção é orientada para o mercado e para a remuneração, mas de uma produção que é capitalista, dominada por uma racionalidade específica, isto é, organizada de maneira empresarial, estável, e orientada em função do lucro e da ampliação do próprio capital. Como afirma Weber (1987), trata-se, o capitalismo, de um comportamento econômico racional em que as empresas visam ao lucro utilizando as oportunidades pacíficas do mercado (p. 4). Mas o que confere

especificidade a esse capitalismo moderno é sua racionalidade econômica – de maximização da possibilidade de lucro face aos custos da produção – e sua capacidade de estender indefinidamente o campo de influência dessa racionalidade, de tal forma que ela constitui e passa a dominar não só o âmbito da produção, mas o processo social total de organização da vida social, política e cultural. O capitalismo e sua racionalidade, no sentido weberiano do termo, mostra-se, efetivamente, como um fenômeno cultural que penetra a consciência e o modo de vida cotidiano das pessoas.

O avanço dessa racionalidade no âmbito do processo produtivo, supõe reconhecer, como sugere Marx, que o processo de trabalho se converte em processo de valorização do capital, o que supõe o uso e a apropriação da força de trabalho como ferramenta do capital. Esse processo de racionalização da produção e de divisão técnica do trabalho e, também, de alienação do trabalhador – de perda de controle sobre o processo de trabalho – supõe uma revolução permanente das forças produtivas. No capitalismo, não é o trabalhador que controla suas ferramentas e meios de produção em função de suas necessidades e de sua maneira de estar no mundo social. Ao contrário, são esses meios de produção que controlam o trabalhador e impõem limites à sua atividade física e intelectual, determinando um modo peculiar de estar nesse mundo social.

Essa dinâmica histórica de constituição de uma economia de mercado e de uma produção econômica predominantemente capitalista supõem, pois, a constituição de uma forma específica e hegemônica de trabalho, o trabalho assalariado, o “emprego” no sentido estrito e jurídico do termo. Essa forma de trabalho permite levar a racionalidade do cálculo capitalista às suas últimas consequências, como assevera Weber (1987, 2006), ao proporcionar a cristalização do custo específico dessa atividade humana produtiva, o trabalho, através do salário do trabalhador. O assalariamento, portanto, permite ampliar a racionalidade capitalista para essa dimensão tão subjetiva da atividade produtiva que é feita pelo trabalho humano, que é atividade humana, objetiva e subjetiva. Esse trabalho passa a ter um custo específico, é medido objetivamente, torna-se regular, supondo a plena “calculabilidade” capitalista.

É, pois, peculiar ao capitalismo moderno a constituição de um mercado de trabalho, ou de um mercado da mercadoria força de trabalho, e não apenas de um mercado em geral, tornando-se, esse mercado especial, um pressuposto fundamental na constituição e desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, o capitalismo consolida-se apenas na medida em que se utiliza de uma imensa quantidade de “trabalho” socialmente disponível, oferecido por uma classe de trabalhadores que colocam à disposição das empresas capitalistas sua “força de trabalho”. Ora, como sugere Marx, essa relação de trabalho não tem nada de natural, é um

produto histórico, o resultado de um processo histórico específico de mercantilização do trabalho e da força de trabalho. Para que essa forma assalariada de trabalho se torne hegemônica, para que a força de trabalho se torne uma mercadoria como “qualquer outra”, comprada e vendida no mercado de trabalho, é preciso que um conjunto de processos históricos se realizem. Como mostra a histórica de formação do capitalismo moderno, é preciso, sobretudo, que os trabalhadores, camponeses e artesãos sejam expropriados de seus meios de produção a fim de que se convertam em trabalhadores assalariados, em “trabalhadores livres”. Conforme sugere Marx, esses trabalhadores assalariados são livres em um duplo sentido: primeiramente, livres para venderem sua força de trabalho como mercadoria, a qualquer empregador, independentemente de constrangimentos extra econômicos, de obrigações pessoais, de normas institucionais, de laços de servidão; em segundo lugar, livres de meios de produção e, portanto, condicionados por uma coação puramente econômica, pois na medida em que não encontram os meios necessários para a produção das condições de sua sobrevivência e reprodução, são obrigados a venderem sua força de trabalho aos capitalistas.

Em suma, o mercado de trabalho como fenômeno histórico – e não natural – é possível apenas na medida em que se consolidam as relações sociais de classe capitalistas como relações assimétricas entre proprietários e não proprietários dos meios de produção capitalistas. Não se trata mais de indivíduos livres e iguais que expressam livremente suas vontades no contrato de trabalho. Tratam-se, na verdade, de sujeitos situados socialmente, que ocupam posições desiguais na estrutura econômica, que controlam diferentes recursos, ensejando uma tensão fundamental entre demandantes e ofertantes da força de trabalho. Suas vontades e possibilidades de ação precisam ser situadas nesse contexto social e econômico marcado por assimetrias.

O contrato de trabalho, como expressão da vontade entre demandantes e ofertantes, supõe, pois, a existência da sociedade, como sugere Durkheim (1984, 1987) em suas críticas ao pensamento individualista e contratualista que supõe o indivíduo como fundamento explicativo da vida social. Os contratantes estabelecem os termos do contrato em um contexto social específico, estruturante da intencionalidade dos sujeitos, contexto esse marcado por coerções diversas, econômicas, sociais e culturais. O acesso diferencial e mesmo a impossibilidade de acesso aos meios de produção exemplificam o peso dessas coerções, neste caso de natureza econômica. Outros fatores, de natureza social, política e cultural também afetarão essa relação mercantil, pois os contratantes são sujeitos sociais, portadores de crenças, valores e sentimentos, ocupando posições diversas no espaço social não apenas em termos de interesse, renda e poder econômico, mas também em termos de prestígio social e poder político.

O contrato de trabalho, ao mesmo tempo, não define e não esgota a complexidade das relações de trabalho. Na relação salarial clássica, que se consolida ao longo da história do capitalismo moderno, o contratante não contrata uma quantidade de trabalho determinada, mas a disponibilidade da força de trabalho do trabalhador por um determinado tempo ou jornada de trabalho. Logo, essa relação mostra-se mais aberta e indeterminada que uma relação comercial qualquer. Aqui, a distinção entre trabalho e força de trabalho, base da teoria do valor trabalho de Marx, torna-se fundamental para compreender essas relações. O que o capitalista contrata, portanto, é uma força de trabalho, isto é, uma capacidade potencial de trabalho por um tempo determinado. Será preciso converter essa capacidade de trabalho em trabalho propriamente dito, em produção efetiva, em valores de troca, para que esse trabalhador seja útil ao capital, gere lucro e não se torne um custo oneroso, isto é, para que essa força de trabalho gere mais valor do que ela mesmo vale no mercado de trabalho. Daí a importância histórica, no capitalismo, do controle sobre o processo de trabalho e da separação, como sugere Braverman (1987), entre concepção e execução do trabalho, base do taylorismo e fundamento da organização científica do trabalho no capitalismo.

Enfim, nos termos propostos por Marx, na medida em que o capitalista contrata uma força de trabalho potencial por um determinado tempo, ele não paga por uma quantidade de trabalho definida, que produz uma certa quantidade de valores. O capitalista não paga pelo que o trabalhador produz efetivamente (pelo seu valor de uso, pelos valores que produz), mas pelo que vale a força de trabalho como mercadoria no mercado de trabalho (pelo seu valor de troca, pelo seu preço de mercado, seu salário). Mas, afinal de contas, qual é o preço da mercadoria força de trabalho? Como esse preço é definido?

Esse preço da mercadoria força de trabalho, segundo Marx, é determinado pelas condições de reprodução dos trabalhadores ou, dito de outro modo, pela produção das condições necessárias à sua subsistência, o que envolve a satisfação de necessidades econômicas e sociais. Como mostra o autor, o preço da força de trabalho está relacionado, pois, com o preço e com as condições de produção das demais mercadorias necessárias à reprodução da classe trabalhadora, de suas condições de vida, uma vez que a grandeza de umas é sempre relativa à grandeza de outras.

Por essa razão, a questão salarial torna-se central na dinâmica das lutas sociais, das relações de trabalho e de classe no capitalismo moderno. A luta dos trabalhadores, quase sempre, é uma luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho. Trata-se de uma luta incerta, uma vez que os salários constituem sempre um preço relativo que pode variar sem que seu preço nominal varie, bastando que variem os preços das demais mercadorias.

Esse preço da mercadoria força de trabalho também será condicionado pelos níveis de oferta da mesma. Na medida em que a oferta for elevada, os preços tenderão a cair, podendo, inclusive, cair abaixo dos níveis mínimos necessários à reprodução física do trabalhador. Nesse caso, as condições de pobreza e precariedade serão o resultado de circunstâncias históricas que combinam elevada oferta de trabalhadores, o que supõe igualmente condições demográficas favoráveis, uma taxa de fecundidade adequada, uma taxa de natalidade e expectativa de vida igualmente adequadas, face a determinadas condições de saúde e mortalidade.

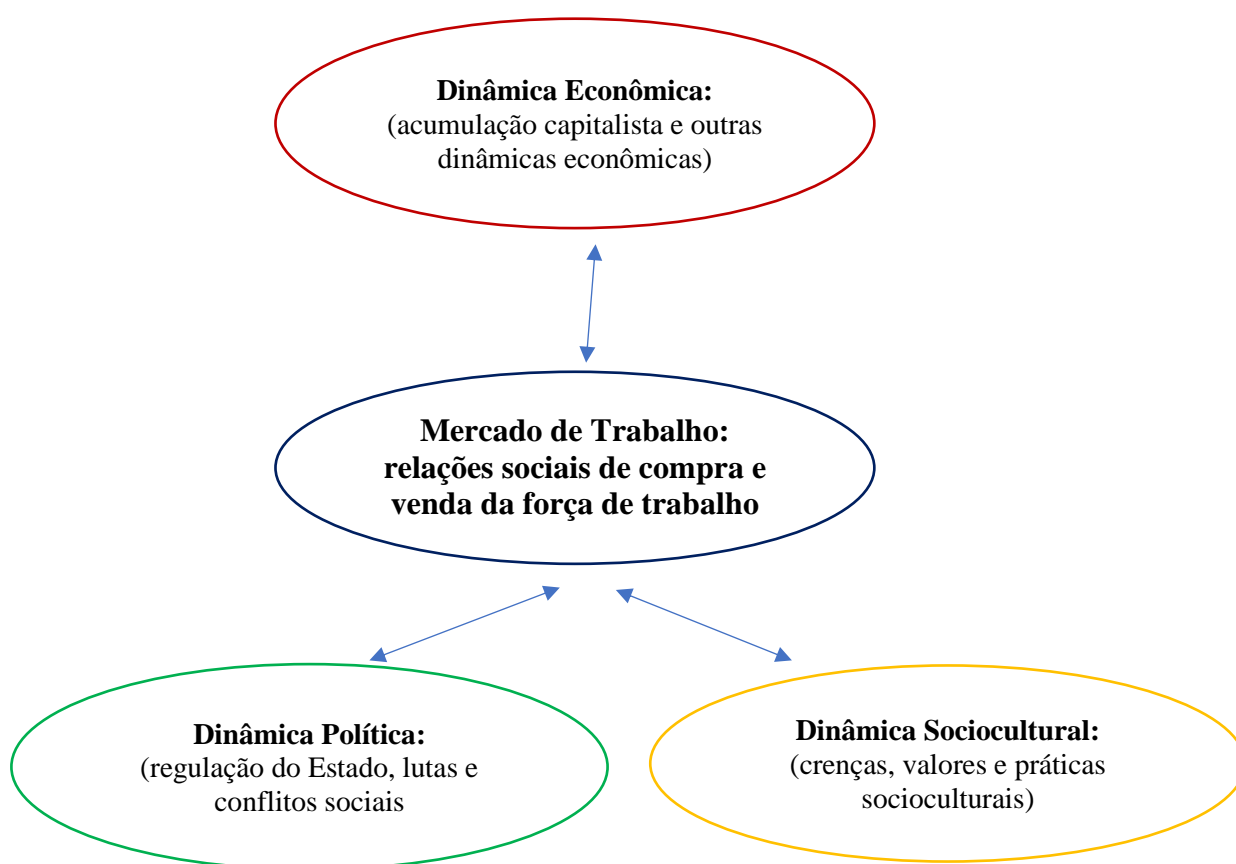
A oferta da força de trabalho, portanto, não se apresenta como um fenômeno puramente econômico. Como afirma Polanyi (2000), a força de trabalho é uma mercadoria fictícia, pois não pode ser produzida e disponibilizada como uma mercadoria qualquer, a partir da mesma racionalidade estratégica. Na medida em que o trabalho se torna o meio fundamental de acesso a um rendimento, o trabalhador não pode deixar de vender sua força de trabalho na expectativa de que os preços dessa mercadoria estejam melhores. Ou seja, sua força de trabalho não pode ser produzida, estocada, disponibilizada segundo as condições puramente econômicas de funcionamento do mercado, segundo as tensões entre oferta e procura. A força de trabalho, a sua capacidade de produzir, é apenas uma das propriedades da pessoa humana do trabalhador, intrínseca à sua corporalidade e à sua subjetividade, repleta de crenças, emoções, sentidos e intencionalidades. A reprodução da própria corporalidade do trabalhador não tem propósitos imediata e diretamente econômicos, ela obedece igualmente a exigências de afetividade e de sociabilidade. Não se produz pessoas – e, portanto, força de trabalho – como se produz outras mercadorias; o tempo social dessa produção/reprodução não é só longa, mas social e culturalmente complexa e multifacetada. Do mesmo modo, não se pode estocar força de trabalho como se estoca outras mercadorias. Esse represamento não obedece a exigências apenas econômicas, depende das condições sociais de constituição das pessoas como seres culturais dotados de uma psique. A constituição de sujeitos econômicos, da pessoa do trabalhador, não pode ser dissociada da formação de sujeitos sociais e culturais no sentido amplo do termo, de pessoas condicionadas por crenças, valores e expectativas sociais determinadas.

Enfim, a formação de trabalhadores, de sujeitos econômicos, não pode ser dissociada da formação de pessoas dotadas de sentidos e expectativas que ultrapassam a dimensão econômica. A força de trabalho tornada mercadoria é um atributo de um/uma trabalhador/trabalhadora. Um/uma trabalhador/trabalhadora é uma pessoa que trabalha. Uma pessoa que trabalha é sempre uma pessoa, para além de ser um trabalhador, um produtor de valores, riquezas, de bens e serviços. Eis a questão fundamental que permeia uma sociologia do mercado de trabalho, na

tentativa de apreender as relações de troca nesse mercado particular atravessadas pela complexidade de uma experiência humana que transborda e ultrapassa as exigências e necessidades econômicas.

## 2. As determinações sociais do mercado de trabalho

Da perspectiva de uma sociologia do mercado de trabalho, sugere-se, pois, que é preciso pensar as relações de compra e venda da força de trabalho a partir de um conjunto amplo de determinações sociais que condicionam a ação social dos atores que estabelecem entre si essa relação contratual, conforme o esquema analítico abaixo:



Conforme o esquema acima, o mercado de trabalho e suas relações de compra e venda da força de trabalho é compreendido como um espaço de produção e reprodução de relações sociais em sentido amplo e não apenas de relações estritamente econômicas.

Essas relações econômicas (relações de troca, de compra e venda de uma mercadoria, de um serviço), mediadas pelo dinheiro, não possuem apenas uma dimensão utilitária e monetária, expressando apenas o interesse de cada parte. É preciso considerar, obviamente, que em uma relação de troca ocorrida em economias mercantis desenvolvidas, o dinheiro tem uma função fundamental de mediação. Através de seu valor simbólico (sem valor de uso intrínseco)

e da base de autoridade que o sustenta, esse dinheiro, que também se transforma em mercadoria, tem como função facilitar as relações de troca, gerando confiança nos atores e agilidade na expressão das relações de equivalência entre as mercadorias, na formação de seus preços (expressão de valor). Mas o dinheiro não é apenas um “meio” de troca, ele é também um “fim” para o qual se orienta a atividade econômica como atividade aquisitiva (não necessariamente capitalista). Toda atividade econômica inscrita em uma economia mercantil visa, pois, através da troca, alcançar uma “remuneração”. Essa motivação, porém, não é homogênea, podendo ser mais ou menos sistemática, manifestando-se, em muitos casos, seja apenas como um “meio” para garantir a reprodução das condições de vida das pessoas (da força de trabalho) e das atividades e negócios, seja como um “fim” em si mesmo, visando a acumulação, a busca constante de mais dinheiro. Como viu-se anteriormente, o capitalismo é apenas uma modalidade específica de economia aquisitiva na qual a busca por mais dinheiro (através do lucro) se converte no “fim” principal da atividade econômica. Mas são os “meios” para atingir esse fim que dão ao capitalismo sua peculiaridade enquanto comportamento econômico e enquanto sistema econômico. Isto é, a busca sistemática e permanente pelo lucro (mais dinheiro) ocorre através da inversão sistemática desse mesmo lucro no próprio negócio (a ampliação constante do capital), o que torna essa atividade econômica capitalista extremamente dinâmica e potente. Não se trata apenas de um comportamento econômico individual (de pessoas ou empresas), mas de um “sistema” de relações econômicas organizadas em torno desse princípio básico, a acumulação capitalista. Seu caráter sistêmico, porém, revela apenas a hegemonia dessa forma historicamente datada de organizar as atividades econômicas, não sua generalização para a totalidade dos agentes econômicos. Ao contrário, um sistema econômico capitalista supõe a existência de atores econômicos que orientam suas ações a partir de outras lógicas e racionalidades, na medida em que muitos desses atores (pessoas, trabalhadores, empreendimentos, empresas, negócios, etc.) não visam ou não conseguem converter seus recursos monetários em “capital”, aqui entendido como uma unidade de recursos econômicos capaz de gerar lucro e expandir-se continuamente.

Neste sentido, é preciso considerar um duplo reducionismo operado no âmbito do pensamento econômico clássico e neoclássico. Primeiramente, a redução do social ao econômico e, em segundo lugar, a redução do econômico ao utilitarismo de uma economia monetária e aquisitiva<sup>1</sup>. Não se trata de desconsiderar tal dimensão utilitarista, da aquisição

---

<sup>1</sup> Tomando a invenção do dinheiro (meio de troca) como parâmetro de classificação, Weber (2006) distingue, inicialmente, uma “*economia monetária*”, “*que conhece e utiliza o dinheiro*”, de uma “*economia natural*”, “*que não conhece o uso do dinheiro*”. Ainda segundo o autor, “*a economia monetária torna possível, em primeiro lugar, a separação pessoal e temporal dos momentos da troca [compra e venda], e, em segundo lugar, a liberação da necessidade de correspondência entre as coisas trocadas, criando-se desse modo, a possibilidade de uma*

monetária como um importante móvel da ação econômica, mas de situá-la e mapeá-la no espaço social e econômico mais amplo. O pressuposto teórico-metodológico de que os atores orientam seus comportamentos em termos puramente aquisitivos, visando a maximização de seus interesses em termos de aquisição de dinheiro e do lucro (o que consiste numa redução economicista), não dá conta de que esses mesmos atores agem sob pressão de um conjunto mais amplo de forças econômicas e sociais igualmente potentes.

Enfim, esses interesses, reduzidos a impulsos aquisitivos, são considerados de forma abstrata e simplista, não se levando em consideração, ao nível biográfico dos sujeitos ou ao nível institucional e macrosocial, nem a complexidade da ação humana concreta em seus diferentes móveis (econômicos, extra-econômicos), nem as condições históricas concretas nas quais essas relações se tornam possíveis, pois, na qualidade de relações, as mesmas não podem ser adequadamente analisadas tomando-se como pressuposto sua simetria, a igualdade formal e abstrata entre os atores. Ainda que essa igualdade formal seja um importante componente da relação de troca, tornando possível a efetivação de um contrato, de um livre acordo entre as partes, o foco exclusivo nessa dimensão deixa na sombra suas assimetrias estruturadas e estruturantes, isto é, as diferentes posições desses atores no espaço econômico evidenciadas pelo controle desigual de recursos econômicos. Essa questão já foi suficientemente tratada acima, bastando que se acrescente que é justamente a assimetria, a desigualdade social, o elemento sociologicamente mais relevante na análise dessas relações, de suas estruturas, de sua gênese e transformações históricas.

De volta ao esquema, pode-se afirmar que o mercado de trabalho e suas relações podem ser analisados, pois, a partir de três dimensões e determinações fundamentais: uma dinâmica econômica, uma dinâmica política e uma dinâmica sociocultural. É só na medida em que essas

---

*expansão do mercado.*” Logo a seguir, Weber propõe também a distinção entre “*economia consuntiva*”, “*orientada a satisfazer as próprias necessidades*”, e “*economia lucrativa*”, orientada em função das probabilidades de lucro (pp. 14-15). Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, ao debater o problema do tradicionalismo econômico e citar o economista alemão Werner Sombart (1863-1941) em sua discussão sobre a gênese do capitalismo moderno, Weber (1987) faz referência à “*satisfação de necessidades*” e à “*aquisição*” “*como os dois grandes princípios orientadores entre os quais se desenvolveu a história econômica*”. Utiliza-se, pois, dos termos propostos pelo próprio Sombart para classificar esses diferentes tipos de economia, a “*economia de necessidade*” e a “*economia aquisitiva*”, mantendo distância crítica ao modo como esse autor define o capitalismo (p. 41). No final das contas, o interesse fundamental de Weber, nesses debates conceituais, é de investigar e demonstrar as possibilidades de racionalização do comportamento econômico em uma “*economia monetária*” através do uso do dinheiro, ou em uma “*economia aquisitiva*” através da busca do lucro, e, mais particularmente, na “*economia capitalista moderna*”, na qual essa possibilidade de racionalização é peculiar e se realiza de forma mais plena, particularmente através do trabalho livre, da organização racional do trabalho e da calculabilidade proporcionada pelo assalariamento: “*O Ocidente [...] veio a conhecer, na era moderna, um tipo completamente diverso e nunca antes encontrado de capitalismo: a organização capitalística racional assentada no trabalho livre (formalmente pelo menos)*”. [...] “*O cálculo exato – base de todos os demais – só é possível no plano do trabalho livre*” (pp. 7-8).



dimensões são integradas à análise do mercado de mercado que se pode falar de uma sociologia do mercado de trabalho.

Como já se afirmou anteriormente, a configuração dessa relação social de troca, de compra e venda da força de trabalho, tem como base histórica fundamental a dinâmica de acumulação capitalista, tal qual Marx e o pensamento sociológico a descortinam em suas interpretações. No entanto, vale sublinhar que se a dinâmica de acumulação capitalista é o elemento fundamental de estruturação dessa relação social desigual, tensa e contraditória, fornecendo a compreensão dos elementos básicos de sua estrutura, outras forças e dinâmicas sociais e econômicas podem ser igualmente relevantes na configuração do mercado de trabalho. A racionalidade econômica capitalista, apesar de hegemônica, não é exclusiva na determinação da ação dos atores econômicos que se apresentam em determinados espaços econômicos. Como bem demonstraram as teorias do desenvolvimento (e do subdesenvolvimento) capitalista, a modernização econômica (industrial, capitalista) não é um processo homogêneo, supondo processos de hierarquização das atividades econômicas em diferentes regimes de acumulação capitalista (modalidades diferenciadas de subordinação formal ou real do trabalhador e de uso de recursos econômicos e tecnológicos, divisão técnica do trabalho, taylorismo, fordismo, toyotismo, acumulação flexível, etc.). Essa dinâmica supõe ainda a convivência e, frequentemente, a apropriação e a reprodução ativa de modos de produção não capitalistas, em geral subordinados à dinâmica capitalista, movidos por lógicas e racionalidades econômicas distintas, na medida em que os mesmos podem desempenhar uma função social e econômica crucial na reprodução da força de trabalho, na redução dos custos dessa reprodução e mesmo na intensificação da exploração do trabalho. Esse é um tema clássico da sociologia brasileira e latino-americana que procuraram apreender as particularidades desses processos em nossa modernidade periférica, mostrando o quanto o supostamente arcaico e atrasado insere-se no coração da dinâmica de modernização. Por essa razão, as outras economias (de subsistência, domésticas, familiares, cooperativas, sociais ou solidárias, etc.) são decisivas para uma abordagem em termos de sociologia do mercado de trabalho, na medida em que a inserção dos indivíduos nesse mercado é fortemente condicionada pela dinâmica, racionalidade e relações sociais inscritas nesses outros espaços sociais e econômicos. Essas economias também possuem seus recursos, geram seus produtos e visam algum tipo de remuneração, em termos monetários ou não monetários. A teoria feminista e os estudos de gênero revelaram de forma exemplar o quanto a estruturação do espaço produtivo e da dinâmica do trabalho assalariado são condicionados pelo trabalho feminino doméstico no espaço reprodutivo (modo de produção doméstico). Na medida em que a mercantilização das relações econômicas não é total nem

abrange a totalidade das necessidades sociais, a condição para que alguns membros dos grupos familiares possam ingressar no mercado de trabalho e se inserir na dinâmica econômica hegemônica é, com frequência, a permanência de outros membros, em geral mulheres, no espaço e no trabalho doméstico. Não é à toa que as taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho são invariavelmente mais baixas que as dos homens. Trata-se, neste caso, sob a perspectiva de uma sociologia do mercado de trabalho, de reconhecer que as relações sociais de gênero – engendrando posições, papéis, status e reconhecimentos diferenciais - são também estruturantes do conjunto da dinâmica social, econômica e política da modernidade. Essas relações de gênero, para além de sua dimensão econômica, são permanentemente produzidas e reproduzidas, alteradas e transformadas no mercado de trabalho. Coloca-se em xeque, portanto, uma abordagem que reduza a apreensão da ação social dos atores e de suas relações a móveis puramente econômicos e utilitários, sem considerar suas crenças, valores e práticas sociais mais amplas. É nesse sentido, pois, que se pode falar que o mercado de trabalho é condicionado pela dinâmica sociocultural como aquela inscrita nas relações sociais de gênero, por exemplo, o mesmo valendo para as relações sociais de classe, de cor e etnia, de geração, etc.

### **3. Genealogia e desenvolvimento da economia de mercado e do mercado de trabalho**

Nas sociedades modernas, a constituição de mercados de trabalho – espaços econômicos de troca entre demandantes e ofertantes de força de trabalho e serviços – supõe um longo processo histórico de diferenciação e especialização da esfera econômica, das atividades de produção de bens e serviços escassos necessários à reprodução da vida social. Tal diferenciação implicou uma crescente autonomia dos espaços econômicos em relação às demais esferas da vida social, o mundo do trabalho, das empresas e dos negócios se constituindo em espaços institucionais distintos. É assim que a produção econômica vai se emancipando das formas sociais tradicionais, domésticas, da vida comunitária e das formas de autoridade locais, nas quais as atividades produtivas estavam inscritas e amalgamadas. Nessas configurações sociais tradicionais, a produção subordina-se às necessidades sociais mais amplas, sua racionalidade estando limitada por princípios tradicionais de interação social e formas de autoridade extraeconômicas.

Nesse sentido, as sociedades modernas inauguram um princípio inteiramente novo de organização da vida social e econômica centrado nesse mecanismo chamado “mercado auto-regulável”. Para Polanyi (2000), trata-se de uma novidade histórica que se efetiva ao longo do século XIX na Europa ocidental e que permite ao autor falar em “economias de mercado” e

mesmo em “sociedades de mercado”. Essas sociedades e essas economias não se definem apenas a partir da simples existência e desenvolvimento de mercados, de espaços de troca, mas pela tentativa de elevar o lucro e a rentabilidade econômica à condição de motivo e princípio fundamental da ação humana. Assim, segundo Polanyi,

*“uma economia de mercado significa um sistema autorregulável de mercados; em termos ligeiramente mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços de mercado e nada além dos preços de mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa, certamente mereceria ser chamado de autorregulável. Essas condições preliminares devem ser suficientes para revelar a natureza inteiramente sem precedentes de um tal acontecimento na história da raça humana” [...] “o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica” (2000, p. 62).*

A existência de mercados, de economias que se valem de relações mercantis, de trocas mais ou menos sistemáticas mesmo que orientadas em função do lucro, não deve ser confundida com a noção de “economia de mercado” proposta pelo autor, que supõe um sistema de relações organizado em torno desse princípio motivador, o ganho, o lucro, mediado pelos preços. A novidade aqui está exatamente no caráter sistemático e hegemônico desse princípio. Em períodos históricos anteriores e em sociedades tradicionais, em geral, as atividades econômicas e mesmo as atividades econômicas lucrativas sempre estiveram subordinadas às relações sociais mais amplas, isto é, às motivações e interesses não-econômicos, não sendo o resultado de uma suposta propensão do ser humano para o ganho, para a barganha, para a troca, como supunham os pensadores liberais. É assim que, em sua obra, e recorrendo a história e antropologia econômicas, Polanyi examina outros princípios a partir dos quais as atividades econômicas são organizadas e estruturadas em sociedades tradicionais e pré-modernas, e mesmo ao longo da sociedade moderna, tais como a reciprocidade (expectativas sociais de dar e receber, “o que se dá hoje é recompensado pelo que se toma amanhã”), a redistribuição (baseada na partilha e na estruturação de formas de autoridade e de sistemas de armazenamento e distribuição de excedentes), a domesticidade (a produção para o uso, para a satisfação das necessidades tradicionais do grupo, o princípio do uso impondo-se sobre o princípio do ganho), princípios esses que asseguraram e asseguram o funcionamento dos sistemas econômicos sem a existência de mercados ou com a existência apenas secundária destes. Em todos esses casos, “o sistema econômico é mera função da organização social”, um meio, e não um fim social em si mesmo, isto é, um dispositivo (princípio das trocas mediadas pelos preços) segundo o qual é a partir da

busca dos interesses privados que se alcança a riqueza e o bem-estar social, no sentido utilitarista clássico de que benefícios privados geram o bem público.

Esse debate leva o autor, finalmente, a afirmar que o mercado e seu “princípio de permuta” é uma instituição social específica, não a decorrência de uma ordem natural das coisas, que passa por transformações históricas significativas, frequentemente ocupando uma posição subordinada na vida social. Apreendê-lo em sua historicidade, significa compreender as transformações da própria natureza do mercado, desde as primeiras formas de “mercados isolados”, passando a formas mais amplas de “mercados reguláveis”, até se constituírem, mais recentemente, os “mercados autorreguláveis”. É só na Europa ocidental moderna, ao longo do século XIX, que esse mercado autorregulável atinge, gradativamente, mas nunca completamente, o estatuto de uma atividade autônoma que deve subordinar o restante da ordem social, tal como é defendido pelo pensamento liberal. Nesse caso, inverte-se a relação histórica entre economia e sociedade:

*“Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” [...] “Desta vez, o sistema econômico é organizado em instituições separadas, baseado em motivos específicos e concedendo um status especial. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado” (p. 77).*

Em certa medida, para Polanyi, a história da sociedade moderna, assim como ocorreu no passado, é a história da constituição de uma série de ações e medidas da sociedade contra o mercado e as consequências destrutivas de sua autorregulação. Isto é, o processo de implementação e expansão do mercado autorregulável não ocorreu sem tensões, sendo marcado não só por efeitos destrutivos, mas também por fortes resistências sociais, políticas e culturais. Nesse ponto, fica mais nítida a tese central do autor de que o cataclisma econômico e social vivido pelas sociedades ocidentais no início do século XX e que perdurou até a segunda guerra mundial tenha sido o resultado da expansão dessa economia e sociedade de mercado autorregulável. É o colapso da ordem liberal que assistimos ao longo desse período marcado pelas guerras, pelas disputas entre as potências imperialistas, e pela crise sem precedentes do capitalismo moderno cristalizada no colapso da bolsa, em 1929, e na recessão econômica que se seguiu, com toda sua onda de destruições. É no bojo desse processo que se opera a grande transformação, isto é, o colapso da ordem liberal e do mercado autorregulável cedem lugar a um conjunto de novos princípios de regulação social do mercado através da presença forte do

Estado como o grande integrador, sendo forjado então o que se convencionaria chamar de Estado de bem-estar social.

Todas as sociedades do passado limitaram ou se viram na obrigação de limitar os efeitos do mercado, na medida em que ele ou era completamente estranho às ordens sociais tradicionais, não fazendo sentido nem se colocando a possibilidade de organizar a atividade econômica em função de ganhos individuais, ou ameaçava essa ordem social pelos seus efeitos destrutivos. Pois é disso que se trata no que se refere à grande transformação em curso na Europa ocidental ao longo das primeiras décadas do século XX. No entanto, é preciso examinar melhor esses efeitos destrutivos na economia de mercado, em contraste com o forte progresso econômico até então alcançado, identificando as bases desse fenômeno. Afinal de contas, por que razão uma economia de mercado produz tais efeitos?

#### **4. O mercado, suas mercadorias fictícias e seus efeitos destrutivos: crise e regulação da ‘sociedade de mercado’**

Para responder à questão acima, é preciso entender a natureza de uma economia de mercado que funciona como *“um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados; a ordem na produção e distribuição de bens é confiada a esse mecanismo autorregulável”*.

Nas palavras de Polanyi (2000, p. 89-90):

*“Uma economia desse tipo se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira tal a atingir o máximo de ganhos monetários. Ela pressupõe mercados nos quais o fornecimento dos bens disponíveis (incluindo serviços) a um preço definido igualarão a demanda a esse mesmo preço. Pressupõe também a presença do dinheiro, que funciona como poder de compra nas mãos de seus possuidores. A produção será, então, controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que dirigem a produção dependerão dos preços, pois estes formam rendimentos, e é com a ajuda desses rendimentos que os bens produzidos são distribuídos entre os membros da sociedade. Partindo desses pressupostos, a ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços.*

*A autorregulação significa que toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo serviços), mas também para o trabalho, terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, preços de mercadorias, salários, aluguel e juros. Os próprios termos indicam que os preços formam rendas: juro é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. Aluguel é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. Salários são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem. Finalmente, os preços das mercadorias contribuem para a*

*renda daqueles que vendem seus serviços empresariais, sendo a renda chamada de lucro, na verdade, a diferença entre dois conjuntos de preços, o preço dos bens produzidos e seus custos, i.e., o preço dos bens necessários para produzi-los. Se essas condições são preenchidas, todas as rendas derivarão das vendas no mercado, e as rendas serão apenas suficientes para comprar todos os bens produzidos.*

*Segue-se um outro conjunto de pressupostos em relação ao Estado e à sua política. A formação dos mercados não será inibida por nada, e os rendimentos não poderão ser formados de outra maneira a não ser através das vendas. Não deve existir, ainda, qualquer interferência no ajustamento dos preços às mudanças das condições do mercado – quer sejam preços de bens, trabalho, terra ou dinheiro. Assim, é preciso que existam não apenas mercados para todos os elementos da indústria, como também não deve ser adotada qualquer medida ou política que possa influenciar a ação desses mercados. Nem o preço, nem a oferta, nem a demanda devem ser fixados ou regulados; só terão validade as políticas e as medidas que ajudem a assegurar a autorregulação do mercado, criando condição para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica”.*

No trecho acima, Polanyi descreve em detalhes mais finos os princípios fundamentais de funcionamento de uma economia e, porque não dizer, de uma sociedade de mercado. Na sequência de sua obra, mostra que só em fins de século XVIII e início do século XIX esses princípios começam de fato a operar na Europa ocidental, pois até então várias dessas mercadorias, sobretudo terra e trabalho, eram regulados segundo as normas e regulamentações tradicionais (guildas, legislações e estatutos, normas e regras locais e das cidades, etc.). O sistema mercantil que avançava naquele período não modificou substancialmente tais regulações, apenas alterou sua abrangência, unificando-as em nível nacional. Enfim, esse sistema ainda era avesso à comercialização da terra e do trabalho, condições básicas para um mercado autorregulável em pleno funcionamento. As corporações de ofício e os privilégios feudais só foram abolidos, na França, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. O Estatuto dos Artífices e a lei dos Pobres, na Inglaterra, só foram abolidos no início do século XIX. Ou seja, não existia até então as condições sociais para o pleno funcionamento de um mercado de trabalho. Segundo o autor, a constituição de mercados autorreguláveis representou uma transformação profunda dessas sociedades naquele período, implicando uma efetiva autonomização da esfera econômica em relação à esfera política. É esse padrão institucional que começa a ser forjado nesse período, de tal forma que *“uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado. [...] Uma economia de mercado deve compreender todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro”* (p. 93).

É precisamente na constituição desses mercados específicos, que inclui a terra (natureza), o trabalho e o dinheiro, que residem os problemas e contradições dessa economia

de mercado e dos riscos que ela acarreta para a sociedade. Isto porque, na acepção de Polanyi, *“o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”* (p. 93).

É nesse contexto que se pode afirmar que essas são mercadorias fictícias. As mercadorias são definidas como objetos produzidos para a venda no mercado. O mercado supõe relações de compra e venda de mercadorias. Terra, trabalho e dinheiro são elementos fundamentais para o funcionamento da economia, mas não são, rigorosamente, “mercadorias genuínas”, pois não são produzidos para a venda. O trabalho é uma atividade humana que não pode ser destacada da vida de seu produtor. O mesmo vale para a terra, que é o elemento natural (natureza) e não foi produzida pelo ser humano. O dinheiro, por sua vez, é um símbolo do poder de compra que não é produzido para a venda, adquirindo sentido na mediação das relações de mercado e nos sistemas financeiros e monetários. Nenhum deles, pois, é produzido para a venda. Trata-se de mercadorias fictícias que, no entanto, funcionam como mercadorias, pois têm seus próprios mercados, são comprados e vendidos, existem magnitudes reais de sua compra e venda e reivindica-se, igualmente neste caso, a plena liberdade de comercializá-los em um mercado autorregulado.

É na manutenção desse postulado de autorregulação para essas mercadorias fictícias que reside a crítica fundamental de Polanyi à economia de mercado, pois seu funcionamento sobre o destino de seres humanos e do ambiente natural não pode ocorrer sem que se coloque em risco a vida social e se provoque o desmoronamento da sociedade. A força de trabalho não pode ser utilizada como uma mercadoria qualquer sem que se coloque em risco a pessoa do trabalhador como entidade física, psicológica e moral:

*“Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas”* (p. 95).

Apesar de reconhecer que essas mercadorias fictícias são fundamentais para o funcionamento da economia, Polanyi arremata seu argumento ao afirmar que *“nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período*

*de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico”* (p. 95).

Segundo o autor, tal processo de mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro foi o produto do desenvolvimento do próprio sistema fabril e de sua extrema complexidade, a ampliação do mecanismo de mercado para essas mercadorias tendo sido um elemento importante para dar estabilidade, segurança e continuidade a um sistema de produção organizado em torno de enormes volumes de recursos e imensas incertezas na realização dos negócios e dos lucros. Os efeitos sobre a força de trabalho são os elementos mais dramáticos desse processo histórico, na medida em que o próprio ser humano é colocado como elemento acessório do sistema econômico. Nesses termos, para o autor, *“o progresso é feito à custa da desarticulação social”* e a *“fé cega no progresso espontâneo”*, peculiar ao pensamento e ideologia liberal, teria provocado efeitos ainda mais destrutivos não fossem os *“contramovimentos protetores”* existentes nessas sociedades:

*“Enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inacreditáveis, de outro, uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro”* (p. 98).

Polanyi se refere aqui aos sindicatos, às leis trabalhistas, enfim, ao sistema de proteção social e de mediação e regulação das relações de trabalho erigidas nas sociedades capitalistas ao longo do século XIX e especialmente no século XX, que acabariam por destruir o mercado autorregulado.

É assim, pois, que o mercado de trabalho foi o último mercado a ser organizado, rompendo com todas as regras, normas e regulações que limitavam a plena mobilidade e uso da força de trabalho, como o “direito de viver” que se cristalizou até o início do século XIX como um conjunto de leis que procuravam combater o pauperismo e assegurar renda aos trabalhadores. O problema da pobreza da classe trabalhadora seria, pois, o cerne da questão social ao longo desse período, promovendo a emergência da “sociedade” contra a “economia”.

Logo, a constituição de mercados de trabalho, a partir de processos mais amplos de mercantilização das atividades econômicas – em que a produção econômica se converte em produção de mercadorias, isto é, em produção para a troca, para o mercado – pressupõe uma divisão social do trabalho entre os produtores ofertantes que visam obter uma remuneração a partir da oferta de sua mercadoria. Pressupõe, ainda, a existência de uma categoria especial de “produtores ofertantes” que oferecem sua força de trabalho e serviços, o que supõe a expropriação e concentração dos meios de produção: capital, conhecimentos, tecnologias, etc.



A esses produtores ofertantes de força de trabalho, subsumidos a uma economia e sociedade de mercado, não restou outra coisa senão a pobreza, a miséria, fazendo pois emergir, segundo Castel, a chamada questão social no século XIX, a questão do pauperismo da classe operária, não mais atribuível a vagabundagem, à incapacidade ou à falta de vontade de trabalhar, mas ao desemprego involuntário, à instabilidade no trabalho e à insegurança econômica crônica vivida por trabalhadores aptos e disponíveis ao trabalho. Essa questão social faz emergir a própria “sociedade” como uma nova invenção, aquela da consciência dos laços sociais de solidariedade tão necessários à proteção e manutenção da vida individual e coletiva em relação à qual a atividade econômica é apenas uma parte. O pensamento sociológico clássico de autores como Marx, Durkheim e Weber emerge como um imenso arsenal crítico ao pensamento econômico clássico que reduz a atividade humana a seus móveis econômicos.

## **5. O destino do mercado de trabalho: princípio distributivo fracassado e desigualdades sociais**

Segundo Offe (1989), nas sociedades capitalistas, o mercado de trabalho é uma instituição que permite cumprir duas funções econômicas principais: por um lado, promover a alocação das capacidades de trabalho no sistema produtivo, garantindo a continuidade da produção e distribuição de bens e serviços escassos; por outro, tornar possível aos trabalhadores e unidades domésticas o acesso a um rendimento, uma função redistributiva da maior relevância.

A tese do autor é de que *“o mercado de trabalho é apenas limitadamente eficaz enquanto princípio de alocação da força de trabalho, e que no futuro previsível, com o desenvolvimento econômico, social e tecnológico, ele dificilmente estaria em condições de afirmar-se como princípio de resolução desse duplo problema de alocação”* (p. 84). Enfim, para Offe, é preciso complementar esse princípio distributivo fracassado. A crítica aqui é, inicialmente, endereçada às premissas do pensamento econômico liberal, clássico ou neoclássico, baseado na teoria geral do equilíbrio, segundo o qual o mecanismo de mercado seria o meio mais eficiente de alocação e distribuição de recursos, pois se basearia em preços, orientando-se em razão da maximização do ganho, na busca permanente da máxima eficiência, e não em comandos ou autoridades centrais ou tradicionais que orientariam seus comportamentos em razão de outros fins sociais. Isto tudo significa que a distribuição das capacidades de trabalho no sistema produtivo e a distribuição dos rendimentos do trabalho aos membros da sociedade não seriam operados, segundo esses princípios, por mecanismos políticos, por instituições sociais e culturais que dirigiriam a atividade econômica a partir de

fora, a partir de outras lógicas e racionalidades, na forma de direitos ou obrigações socialmente estabelecidos. O resultado de um processo de distribuição baseada na competição e na decisão estritamente econômica de ofertantes e demandantes tomados isoladamente e coordenados pelos preços seria a máxima eficiência.

Offe evoca três razões fundamentais para justificar sua crítica ao pensamento liberal e explicar o fracasso desse princípio de alocação e distribuição baseado na competição através do mercado. As duas primeiras razões remetem aos princípios mesmos de funcionamento do mercado, aos seus intrínsecos limites. A terceira razão é de natureza histórica mais ampla, tem a ver com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais pelas quais vêm passando as sociedades contemporâneas, tendo em vista seu processo avançado de industrialização e desenvolvimento econômico e tecnológico. Vejamos as duas primeiras razões evocadas pelo autor.

A primeira razão, já desenvolvida anteriormente em torno da análise proposta por Karl Polanyi, consiste em reconhecer o “caráter fictício” da mercadoria força de trabalho e dos efeitos destruidores para a sociedade de uma economia que reduz a substância humana e natural da vida social aos mecanismos de funcionamento do mercado autorregulado. Não retomaremos os argumentos já apresentados anteriormente. Vale sublinhar que Offe recorre diretamente aos argumentos de Polanyi para mostrar que existe uma diferença fundamental entre as “mercadorias genuínas” e as “mercadorias fictícias” e de que o funcionamento da sociedade não pode ser reduzido ao funcionamento da economia. A economia é apenas um subsistema da vida social e sua racionalidade específica orientada para o ganho e a acumulação não pode colonizar o conjunto da vida social. Nesse ponto, apesar de estar situada em outro contexto histórico, a crítica de Polanyi mostra-se mais atual do que nunca e atinge em cheio o neoliberalismo enquanto ideologia e concepção hegemônica de Estado nas sociedades contemporâneas. A “grande transformação” que ocorreu nas sociedades capitalistas ao longo do século XIX, com a consolidação da economia e da sociedade de mercado, e durante a primeira metade do século XX, com a crise e colapso dessa ordem liberal, resultou justamente na emergência e constituição de potentes mecanismos regulatórios a partir do Estado. O Estado passa a ser não apenas um agente que assegura a segurança pública e as liberdades individuais (os direitos civis e políticos), mas um agente econômico estratégico e um regulador da atividade macroeconômica e, ainda, um agente redistribuidor da renda e garantidor do bem-estar social (direitos sociais). Esse conjunto de mudanças provocam uma verdadeira refundação da cidadania e da democracia, não mais limitada aos direitos civis e políticos, mas estendida aos direitos sociais (Silva, 2016). Nesse caso, constitui-se a noção de que as liberdades e a igualdade

só podem se realizar efetivamente, no plano de uma coletividade, a partir de um conjunto de condições mínimas partilhadas pelos cidadãos. Trata-se de um verdadeiro golpe nos princípios do mercado autorregulado. Esse golpe, obviamente, não determina o fim do mercado, mas uma significativa e acentuada limitação de seus princípios de funcionamento. A sociedade, através de suas instituições políticas e econômicas, protege-se do mercado e de seus efeitos destrutivos, assegurando direitos sociais, proteções coletivas e impondo uma racionalidade política ao funcionamento do próprio mercado e das instituições econômicas.

A segunda razão que explica o fracasso do mercado em alocar adequadamente a força de trabalho e redistribuir os rendimentos de maneira eficiente está relacionada a tendências inerentes ao próprio funcionamento do mercado. Tais tendências não são meras perturbações eventuais, mas características intrínsecas, e mostram a inclinação dos agentes econômicos em adotarem “ações estratégicas” que conduzem ao fechamento do mercado de trabalho, à sua cartelização, tornando esses comportamentos insensíveis aos preços e irrelevantes à competição. Ou seja, a competição não se impõe completamente na medida em que os atores, capitalistas ou trabalhadores, utilizam, segundo Offe, quatro tipos fundamentais de ação estratégica, sejam elas orientadas em relação aos seus próprios pares, sejam elas orientadas em relação aos seus oponentes.

A estratégia de “monopolização dos mercados”, por exemplo, é aquela a partir da qual os capitalistas enfrentam seus concorrentes (demais capitalistas), ampliando seu controle sobre o mercado e sobre os preços. Os capitalistas também promovem estratégias de “segmentação do mercado de trabalho”, desta vez destinadas a enfrentar a resistência dos trabalhadores, fragmentando-os, fixando privilégios, vantagens e interesses corporativos, o que acarreta seja a cooptação, seja a redução do poder coletivo de pressão desses trabalhadores. Da parte dos trabalhadores, a principal estratégia para enfrentar os capitalistas é a “união sindical”, a sindicalização, historicamente o principal meio de luta e resistência à exploração econômica e às incertezas do mercado. Os trabalhadores também desenvolvem estratégias de redução da competição em relação aos demais trabalhadores, buscando, nesse caso, a “aquisição de qualificações” como forma de excluir competidores. Segundo o autor, *“todas as quatro estratégias (monopolização, segmentação, sindicalização e qualificação) possuem a característica comum de transformarem o mercado de uma relação aberta em uma relação mais ou menos fechada”* (1989, p. 90).

Além do mais, é preciso salientar que esses atores não são apenas agentes econômicos no sentido estrito do termo e que a análise e interpretação sociológica de suas ações não podem ficar presas a uma tal premissa reducionista. Não se podendo reduzir, assim, unilateralmente, a

ação social a uma dimensão econômica, e sendo os trabalhadores igualmente “cidadãos” ou “membros de uma comunidade cultural” e assumindo vários papéis na vida social, a aplicabilidade da ficção mercadoria, nesse caso, mostra-se redutora e incapaz de apreender os dilemas e desafios da vida social em suas diversas esferas, sempre indissociáveis nas experiências dos indivíduos.

Pode-se afirmar, finalmente, a partir da perspectiva proposta por Offe, que o mercado de trabalho, longe de ser um espaço simétrico de relação entre sujeitos livres e iguais, como afirma o pensamento liberal, é, ao contrário, um espaço marcado por fortes assimetrias, pelo poder desigual entre seus atores, podendo-se identificar tanto um “*diferencial primário*” como um “*diferencial secundário*” de poder em suas relações. O diferencial primário refere-se às diferentes posições estruturais ocupadas por aqueles que detém os meios de produção e aqueles que não os detém, possuindo apenas sua força de trabalho. Trata-se de uma assimetria fundamental, analisada por Marx de forma tão perspicaz, a mostrar que esses atores controlam recursos muito desiguais, fazendo com que suas ações e estratégias nesse mercado de trabalho tenham limites e possibilidades muito distintas, já tão bem enfatizadas por Polanyi e igualmente sublinhadas por Offe em suas análises sobre o caráter fictício da mercadoria força de trabalho. Existe, portanto, para este último autor, “*um diferencial de poder a favor da demanda e em prejuízo da oferta*”, de tal forma que “*a posição estratégica especialmente desvantajosa da ‘mercadoria’ força de trabalho no mercado conduz a que ‘o trabalhador sempre se veja em uma situação desfavorável ao fechar um contrato de trabalho em condições de livre competição’*” (p. 48).

Pode-se afirmar, nesse sentido, que o conjunto de direitos e proteções sociais que se constituíram ao longo do processo de formação e consolidação do Estado de bem-estar social é o produto do reconhecimento dessa desvantagem dos trabalhadores, de sua condição social subordinada (aos empregadores) e de sua potencial vulnerabilidade social. O direito do trabalho e as instituições jurídicas que regulam as relações de trabalho são a expressão objetiva desse reconhecimento. Mas não se trata apenas dos direitos trabalhistas, no sentido estrito, mas de um conjunto mais amplo de proteções sociais. Trata-se, pois, nos termos propostos por Castel (2001), de conjurar os riscos da existência social, edificando um sistema de proteção social ancorado no “trabalho”, uma nova modalidade de solidariedade social, tendo em vista a dissolução das formas tradicionais de solidariedade baseadas na proximidade e identidade coletiva comum. Nesse caso, a trajetória de uma “sociedade de mercado” para uma “sociedade salarial” – termo utilizado por Castel para caracterizar esse Estado social e esse sistema de proteção social ancorado no trabalho assalariado – implicou um processo de

“**desmercantilização**” da força de trabalho, isto é, de redução ou neutralização dos efeitos do mercado sobre a substância humana da força de trabalho, a pessoa do trabalhador, tanto quanto a formação do capitalismo moderno desde seus primórdios implicara um processo acelerado de “**mercantilização**” dessa mesma força de trabalho, tão bem demonstrada por Marx em suas discussão sobre o processo de acumulação primitiva em “O Capital”.

Dadas as transformações recentes do capitalismo flexível em seu processo acelerado de reestruturação produtiva, implicando um forte processo de racionalização econômica marcada pela redução de custos (sociais e trabalhistas, sobretudo), pelo enxugamento das atividades produtivas e pela externalização dos riscos dos negócios (terceirizações, subcontratações, deslocalizações dos parques industriais e atividades produtivas), assiste-se, contemporaneamente, a um processo acelerado de “**remercantilização**” da força de trabalho cujo valor (traduzido em sua remuneração salarial) é cada vez mais reduzido a mera relação privada e desigual entre oferta e procura, desigualdade essa intensificada pela revolução organizacional e tecnológica informacional levada a cabo pelo capital nestes tempos de hegemonia do princípio de flexibilidade e de regulação neoliberal.

Finalmente, a terceira razão evocada por Offe que explica a incapacidade do mercado de funcionar como um princípio distributivo eficaz remete à conjuntura histórica recente atravessada pelas sociedades contemporâneas tanto em sua dimensão econômica e tecnológica, referidos acima, como em sua dimensão política, isto é, à (in)capacidade do Estado em enfrentar a tendência de crescimento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, resultantes da reestruturação produtiva do capital. A crise se torna ainda mais aguda na medida em que o aumento do desemprego, de um lado, e a redução das proteções sociais associadas ao emprego, de outro, não só ampliam a demanda por serviços e benefícios do Estado e seus respectivos custos, como reduzem suas bases de financiamento, pois as cotizações de empregados e empregadores diminuem, dificultando o financiamento da proteção social prometida. Trata-se, pois, também, de uma crise do modelo de regulação, do esgotamento do modelo de Estado de bem-estar social, e de avanço de uma modelo de intervenção do Estado baseado no princípio da desregulação e do rigor e austeridade fiscais. Em última análise, o modelo de regulação baseado em direitos e proteções impõe um custo que os capitalistas não podem e não estão mais dispostos a pagar dada a intensificação da competição capitalista em nível global.

Para Castel (2001), esse quadro configura uma “nova questão social” que coloca em xeque os fundamentos da integração social construídos em uma sociedade salarial. Se essas sociedades haviam logrado extirpar a maior parte das vulnerabilidades e dos riscos da existência social, alicerçando as proteções sociais ao trabalho e à inserção ao modelo de assalariamento

estável (e por isso esse autor fala em sociedade salarial), com o fim do pleno emprego, o avanço do desemprego e a multiplicação dos estatutos precários de emprego esse edifício veio abaixo, reduzindo-se cada vez mais as camadas da população trabalhadora integradas ao mercado de trabalho e ampliando-se as parcelas sejam excluídas, sejam integradas precariamente. Uma nova vulnerabilidade social de massa volta a assombrar o mundo capitalista desenvolvido tempos depois de atingido um amplo processo de integração e estabilização social, sobretudo no período pós-segunda guerra mundial. Os anos de ouro do capitalismo contemporâneo transformam-se, logo a seguir, com a crise econômica, a reestruturação produtiva e a reestruturação do Estado, em um espetáculo de exclusões e novas vulnerabilidades.

Esse processo de “remercantilização” do mercado de trabalho que, aos olhos de Offe, aparece como um fracasso do mercado enquanto princípio de alocação da força de trabalho - necessitando, pois, ser complementado por outros princípios - se apresenta para os neoliberais como a solução para destravar a economia e a dinâmica de acumulação capitalista, o que levaria inevitavelmente à retomada do crescimento econômico e à criação de novos empregos. A promessa liberal da destruição criativa seria reafirmada novamente, sem que, no entanto, a destruição fosse de fato compensada por novos focos de crescimento econômico e criação de empregos.

Cabe ressaltar, finalmente, que o diferencial secundário de poder inerente ao mercado de trabalho, destacado por Offe, refere-se a uma distribuição desigual dos riscos do mercado de trabalho entre os próprios trabalhadores. Neste sentido, um conjunto amplo e complexo de fatores articulados está no âmago de uma sociologia do mercado de trabalho.

## **CAPÍTULO 2 - DESEMPREGO E CRISE DO TRABALHO NA MODERNIDADE: POR UMA SOCIOLOGIA DOS SENTIDOS DO TRABALHO<sup>2</sup>**

### **1. Introdução**

O crescimento vertiginoso do desemprego no mundo e no Brasil reatualiza o debate sobre o trabalho e os sentidos do trabalho nas sociedades contemporâneas. Há uma série de sinais indicando o crescimento das populações ditas “excluídas”. Não se trata apenas do velho problema da pobreza no terceiro mundo, mas da emergência de uma “nova pobreza” e de um processo de precarização de parcelas da população que até recentemente encontravam-se integradas ao mercado de trabalho e consumo capitalistas.

O trabalho e, especificamente, o trabalho assalariado em empresas capitalistas foi considerado o grande integrador nas sociedades modernas, um mecanismo social essencial através do qual se estabeleceram as formas fundamentais de conflito e integração social (OFFE, 1989). A ampliação do desemprego e a precarização do trabalho estariam, pois, minando as bases de uma “sociedade do trabalho”, baseada na atividade econômica produtiva como mecanismo central de integração social. Não se estaria diante de um fenômeno passageiro, como acreditariam alguns otimistas. O crescimento econômico não teria mais a mesma capacidade de expansão e criação de novos setores econômicos e de novos postos de trabalho. O desemprego e a exclusão em massa, portanto, teriam chegado para ficar, não sendo apenas uma desgraça do terceiro mundo, mas um fenômeno em escala planetária. Tal exclusão estaria colocando em xeque não apenas o modelo de desenvolvimento econômico hoje hegemônico, mas a própria regulação estatal e os princípios fundamentais de organização das instituições modernas. Os rumos e os valores centrais de nossas sociedades estão em xeque. A igualdade, a democracia, os direitos humanos, as liberdades individuais, o papel do Estado, são temas que passam a ser redefinidos no debate político e não podem ser pensados independentemente da emergência de novas formas violência e de desigualdades sociais.

Ao propor-se, neste trabalho, uma reflexão sobre desemprego, trabalho e sentidos do trabalho na modernidade, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão dos rumos que vêm tomando as sociedades contemporâneas. Saber em que medida o trabalho se apresenta

---

<sup>2</sup> Este capítulo é uma versão preliminar do segundo capítulo de minha tese de doutorado em sociologia defendida em 2008, sob a orientação da Profa Helena Hirata, junto à Université-de-Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines, França (VARGAS, 2008).

como um fator de integração social, pode ser decisivo para que as opções políticas se desenhem com maior nitidez.

## 2. A sociologia e o “trabalho” como categoria social de entendimento

Uma sociologia do desemprego não pode abdicar a uma sociologia e antropologia do trabalho, a uma análise do trabalho como fenômeno social e cultural historicamente situado. Dito de outra forma, o desemprego, sua aferição objetiva e sua experiência subjetiva, é para nós uma “realidade” apenas na medida em que um conjunto de relações sociais e de representações culturais se desenvolvem e se cristalizam nas sociedades modernas. Compreender o desemprego supõe, antes de tudo, compreender a *constituição da categoria trabalho* na modernidade, supõe compreender a moderna *invenção*<sup>3</sup> do trabalho.

Atualmente, o termo trabalho abriga um amplo conjunto de significados, podendo abranger desde o empreendimento ou atividade econômica orientados pelo lucro ou remuneração até a atividade puramente lúdica ou artística voltada para a realização de uma “obra” ou para o crescimento pessoal. Certamente, este amplo leque de significados não têm todos o mesmo peso, força e abrangência na sociedade. Logo, impõe-se a questão: quando dizemos “trabalho”, estamos nos referindo a que atividades? O que faz com que uma atividade seja definida como “trabalho” e não como lazer, *hobby*, arte, política, educação ou outra qualquer? Há um critério distintivo a partir do qual nós podemos definir o trabalho?

Evidentemente, uma definição qualquer de trabalho terá sempre como horizonte o conjunto de representações culturais em uma dada sociedade em um dado momento histórico. O que se considera trabalho na modernidade capitalista transforma-se profundamente e não pode ser fixado numa categoria de entendimento estática e a-histórica. Não é possível, portanto, dar uma resposta universal à pergunta “o que é o trabalho”, uma vez que estamos tratando de construções históricas e culturais. O trabalho é uma categoria social de entendimento pertinente a partir de um determinado ponto de vista histórico, o das modernas sociedades industriais e capitalistas.

Na modernidade, a realização de uma atividade econômica visando à sustentação e reprodução material de um indivíduo, grupo ou empresa, torna-se uma atividade socialmente dominante, não apenas porque ocupa a maior parte da vida da maior parte dos membros dessa sociedade, como nos revela Durkheim (1984), mas também porque ocupa a maior parte da

---

<sup>3</sup> O termo invenção é aqui usado no sentido de indicar a existência de um processo histórico de formação de uma categoria social de representação da realidade.



consciência, das intenções e das representações dos mesmos. Mas, certamente, essa “atividade” não ocupa da mesma forma as consciências e as práticas individuais e coletivas. Uma pluralidade de significados e sentidos atribuídos ao trabalho pelos diversos atores sociais em relação entre si marca as diferenças e distinções entre estes atores.

Eis que uma sociologia desses sentidos não pode ser apenas a apreensão ou compreensão imediata e abstrata desses significados, mas a reconstituição desses sentidos em relação entre si. Mais do que isso, tal sociologia deve buscar a reconstituição das relações sociais entre atores sociais que constroem e transformam esses sentidos a partir dos lugares e posições que ocupam nessas relações; mostrando, ao mesmo tempo, o modo como tais atores mantêm ou transformam essas relações a partir dos sentidos que dão a elas.

Assim, se cabe às ciências sociais reconstruir esses sentidos e significados, elas o fazem não como elaborações arbitrárias, isoladas, apreendidas em si mesmas, abstraídas do contexto das relações sociais de sua produção. A força - ou a fraqueza - das representações dos atores, dos sentidos que atribuem às suas relações e atividades, confunde-se com a força mesma desses atores num espaço de relações sociais. Da mesma forma que as ações e representações se definem e se constroem a partir de posições ocupadas pelos atores nas suas relações sociais - o que determina um certo campo de possibilidades para estes atores, suas diversas alternativas de comportamento - estas mesmas ações e representações podem manter ou alterar mais ou menos intensamente a estrutura de posições existente, provocando deslocamentos ou mudanças sociais importantes. Só uma análise concreta de situações sociais e históricas concretas pode apreender essas relações e suas transformações.

Trata-se, ainda, de reconhecer que esses significados são, eles próprios, objetos de lutas sociais, políticas e culturais. Logo, *o conceito de trabalho como valor central não é apenas um instrumento heurístico, um tipo ideal weberiano, mas uma categoria social portadora de significados em disputa*. Encontramo-nos, sem dúvida, diante de uma encruzilhada. Diversas opções sociais e políticas estão em disputa e em gestação. Está em jogo, por exemplo, em que medida o trabalho pode ainda ser considerado e convertido seja em instrumento de emancipação seja em mecanismo de controle. Está em jogo também em que medida novas atividades sociais e novas formas de sociabilidade podem e devem ser construídas, em detrimento dos rumos atuais da sociedade do trabalho.

Nestes termos, uma questão central estaria rondando o imaginário das sociedades capitalistas contemporâneas: em que medida o desemprego e o fantasma de seu crescimento persistente reforça, transforma ou desloca as representações dominantes sobre o trabalho? A imagem de uma sociedade de desempregados – e porque não dizer de excluídos – nos levará a

reconstruir e reforçar as políticas de integração pelo trabalho ou nos levará a abandonar a ideia do trabalho como suporte de identidade e de integração na construção de novos suportes de sociabilidade? Se existem, quais seriam esses novos suportes? Enfim, o desemprego de massa nos empurra em direção à superação da sociedade do trabalho ou, amargurado pela vivência da exclusão, obriga-nos a nos reconciliarmos com esta sociedade do trabalho (precário) na qual ainda vivemos? Se faz algum sentido lutar pelo trabalho, que trabalho seria esse? Qual seria propriamente o peso do trabalho na construção de um projeto de emancipação, já que, afinal de contas, desesperados pelo medo do desemprego e pelo medo da exclusão, colocamo-nos a rogar por mais emprego, pelo retorno daquilo que num passado recente era vivido como alienação? Seria, pois, o desemprego estrutural um novo e supremo mecanismo de controle social – a ponto de se lutar por mais emprego - e a consolidação de novas formas de desigualdade social, de tipo quase estamental?

Se não é possível responder satisfatoriamente a todas estas questões, cuja complexidade escapa ao alcance deste trabalho, é possível pelo menos propor tais questionamentos que poderão se constituir em um bom guia de reflexão e pesquisa no campo das ciências sociais. Além disso, compreender o processo histórico de construção social dos sentidos do trabalho pode facilitar imensamente essa tarefa.

### **3. A construção social do trabalho na modernidade**

Durante muito tempo, a sociologia mostrou que nas sociedades modernas o trabalho tornou-se gradativamente uma atividade e um valor centrais, ou seja, uma atividade a partir da qual, como seres sociais, ocupamos um lugar no mundo, construimos uma identidade, o senso de dignidade e pertencimento, tornamo-nos portadores de direitos, temos acesso pleno ao espaço público na condição de cidadãos. O trabalho é, neste caso, a atividade econômica remunerada – assalariada ou não – que implica não apenas a sustentação material dos indivíduos e da própria sociedade – aquilo que os economistas chamam de produção de bens e serviços escassos necessários à reprodução individual e coletiva – mas a integração social e a estabilidade psicológica dos indivíduos. Trata-se evidentemente de uma definição de trabalho de tipo ideal. Como diria Weber (1982), é um instrumento conceitual de evidente utilidade, mas que não existe na realidade concreta de forma plena. Este sentido do trabalho é um produto exclusivo da modernidade, não o encontramos nas sociedades pré-modernas. Ele não esgota, porém, a diversidade e profundidade de sentidos atribuídos ao trabalho nestas sociedades. Tal sentido, marcado por seu caráter positivo, emancipatório, libertário, confronta-se com sentidos opostos e inversos. A crítica marxiana do trabalho alienado o expressa com grande força. Como

nos mostra Offe (1989), o trabalho nas sociedades modernas não foi apenas atividade central na constituição dos mecanismos de integração social, mas também na constituição dos conflitos e lutas sociais.

Mas o que torna o sentido do trabalho peculiar na modernidade é exatamente sua positividade, sua condição de valor central. A conflitualidade em torno do trabalho é, ela própria, o resultado desse sentido peculiar. Assim, no mundo antigo e nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho como produção necessária à subsistência e reprodução da vida social e individual, longe de ser fator de integração social, era, ao contrário, signo de exclusão e inferioridade social (ARENDDT, 2010; GORZ, 2003). O trabalho era atribuído às classes sociais inferiores, subordinadas. No mundo antigo trabalhavam os escravos, as mulheres, os estrangeiros. Os cidadãos, livres e senhores de seu destino, dedicavam-se à pólis, à vida pública, espaço de liberdade e igualdade. O trabalho não era considerado uma atividade inferior porque os escravos o realizavam; ao contrário, os escravos só o realizavam por ser considerada uma atividade inferior, indigna do cidadão livre. O trabalho era uma atividade restrita à esfera privada, doméstica, e como tal, representava a condição humana ainda prisioneira de sua condição animal, limitada pelo reino da necessidade. Satisfazer às necessidades vitais, subsistir, é o que prende o ser humano ao reino animal. Quando trabalhamos, submetemo-nos a essa condição animal.<sup>4</sup> O trabalho era, por isso, uma atividade situada na esfera privada, na esfera das necessidades, onde prevalecem as desigualdades. Daí a necessidade da existência dos escravos, condição essencial, no pensamento político antigo, como demonstra Arendt, para superar o reino da necessidade e atingir o reino da liberdade, da atividade propriamente humana, realizada no espaço público entre iguais: a política. A pólis, o espaço público é, portanto, o reino da liberdade, quando a “ação” é considerada a atividade verdadeiramente humana, suplantando o reino animal, preso às necessidades imediatas.

Nas sociedades pré-modernas, as classes dominantes não apenas não trabalhavam, mas consideravam o trabalho uma atividade abominável, inferior. Na sociedade europeia aristocrática, pré-capitalista ou em transição, a ociosidade era um signo de distinção social. Não precisar trabalhar para sobreviver expressava uma condição social superior.

A ascensão social da burguesia enquanto classe dominante encontra, por isso, uma série de obstáculos não apenas políticos e econômicos, mas também culturais. Durante séculos, os burgueses foram considerados seres avarentos, egoístas, preocupados apenas com suas atividades mundanas, com seus interesses econômicos. O trabalho e a atividade econômica

---

<sup>4</sup> A esse propósito, Hannah Arendt (2010) distingue conceitualmente labor e obra.

estavam confinados à esfera privada, eram presas de uma construção cultural contra o trabalho, que se expressava, por exemplo, na condenação religiosa da usura e da acumulação de riquezas.

As revoluções burguesas, entre outras coisas, foram longos processos de natureza cultural nos quais transformaram-se profundamente os significados da atividade econômica e do trabalho. Segundo Weber (1987), a ética protestante teve um papel crucial nessa transformação. É a partir desta ética religiosa, da ideia do trabalho como vocação de origem divina na construção do reino de Deus na terra que se constrói uma “ética do trabalho”, operando-se um deslocamento profundo do significado dessa atividade que se torna, pouco a pouco, não apenas econômica e politicamente importante, mas também culturalmente central.

Assim, a burguesia precisou enfrentar os “preconceitos” culturais das classes dominantes, oriundos dos valores de uma sociedade aristocrática. A própria burguesia foi por muito tempo presa desses valores, pois mesmo tornando-se uma classe economicamente dominante não o era culturalmente. Frequentemente, aderiu aos valores “aristocráticos”, copiando o estilo de vida e os hábitos ostentatórios da aristocracia para fazer-se reconhecida.

Esse deslocamento do significado profundo do trabalho e das atividades econômicas completa-se somente com a hegemonia definitiva, nas sociedades urbano-industriais, dos novos estilos de vida burgueses que sobrepujam os estilos de vida aristocráticos. Completa-se, enfim, quando o empreendimento econômico, a iniciativa empresarial, a liberdade econômica se consolidam como valores centrais, a partir da crescente hegemonia do pensamento econômico liberal. Só então o empreender e a iniciativa econômica deixam de ser um estigma para se tornarem símbolo de status e reconhecimento social.

Diferentemente do pensamento político antigo, o liberalismo redefine o significado cultural do trabalho e da economia. A esfera econômica deixa de ser uma atividade socialmente subordinada e culturalmente desvalorizada e se torna, ela própria, a esfera da liberdade, onde os indivíduos realizam sua condição propriamente humana de seres livres. Não é mais a “política” que subordina a “economia”; ao contrário, é a economia que a domina, transformando a política apenas num “meio” para assegurar e garantir as liberdades individuais, definidas essencialmente como “liberdade econômica”. Agora é a “esfera privada” que subordina a “esfera pública”, o *homo economicus* torna-se a mais forte potência civilizadora do mundo moderno, portador do progresso, da liberdade, da emancipação humana, prometendo finalmente a superação do reino da necessidade e produzindo um mundo de abundância e riqueza. A partir de então, a modernidade passa a se constituir pela tensão entre a tradição liberal, alicerçada na ideia de defesa da liberdade econômica, e as tradições democrática e socialista, centradas no princípio da igualdade, na ideia de que a liberdade se constrói e se exerce na esfera política, à

qual a atividade econômica deve se subordinar. Estas últimas tradições vão alimentar as lutas operárias e populares ao longo dos séculos XIX e XX. Assim, a tensão entre o pensamento liberal e o pensamento democrático e socialista, a luta entre liberdade e igualdade, vão marcar definitivamente a modernidade.

Não é à toa que o pensamento sociológico clássico toma como objeto de investigação essa sociedade do trabalho, liberal, dominada por suas atividades econômicas, definida por seu caráter “industrial” ou “capitalista”, tendo sempre como pano de fundo o problema da liberdade e da igualdade.

Segundo Durkheim (1984), as sociedades modernas são fundamentalmente “industriais” porque as atividades econômicas e profissionais absorvem a maior parte dos indivíduos durante a maior parte de suas vidas. Esta identidade construída em torno do mundo econômico e das atividades profissionais é expressão, segundo o autor, de um processo histórico de desenvolvimento da divisão do trabalho social na qual a especialização funcional, o desempenho de um trabalho especializado, torna-se não apenas a base da identidade individual, mas o fundamento da solidariedade social, da integração da sociedade. Para este autor, a divisão do trabalho não é apenas um fenômeno econômico, destinado a elevar a produtividade do trabalho e das funções sociais, é também um fenômeno moral, tendo como função produzir solidariedade, coesão social. O projeto intelectual durkheimiano foi, em grande parte, construído para fundamentar essa premissa, qual seja, de que o desenvolvimento da esfera econômica não é apenas, nem fundamentalmente, um fenômeno desorganizador, destruturador, gerador de anomia, mas, ao contrário, também é fonte de uma nova sociabilidade, de uma nova forma de fazer e estar em sociedade. Mais do que um conhecimento objetivo da realidade social, temos aqui um verdadeiro projeto de construção das modernas sociedades industriais. É assim que Durkheim contrapõe-se à tradição do pensamento econômico liberal, segundo a qual a conduta humana é orientada em razão de seus interesses econômicos egoístas e de que a “sociedade” e a “política” são apenas efeitos ou meios artificiais – instituídos pelo contrato – para a garantia desses interesses alicerçados na esfera privada. Segundo o autor, essa tradição de pensamento é anti-social, não nos permitindo a construção de uma compreensão adequada da realidade social, de um projeto sociológico de reorganização social e de superação do estado de anomia.

Ora, os conflitos e as crises das modernas sociedades industriais – seu estado de anomia - resultam mesmo desse individualismo exacerbado que não reconhece nossa condição de seres sociais e que subordina o “social” ao “individual”. Trata-se, para Durkheim, de seguir o caminho inverso. A liberdade não é contra a sociedade, ou contra o Estado. A liberdade

individual, inclusive econômica, supõe a sociedade. O contrato supõe uma sociedade que o regule. Não há liberdade sem sociedade. É o próprio individualismo um produto social e histórico.

Contra a tradição do pensamento econômico, Durkheim propõe uma articulação e uma reconciliação entre a esfera individual e privada (econômica) e a esfera social e pública, de tal forma que, não sendo exclusivas e contraditórias, elas possam coexistir pacificamente sem que o conflito e a crise perdurem. Ao mesmo tempo em que o indivíduo e a liberdade individual constituem-se como valores centrais (o culto ao indivíduo), esse processo é visto como o produto de transformações sociais e históricas específicas. É a sociedade que constrói – na história - e torna possível a liberdade (individual, econômica). Através das normas e regras da vida coletiva, a sociedade assegura essas liberdades que não poderiam subsistir sem ela. O lugar de cada um na divisão do trabalho social torna-se, pois, a base a partir da qual os interesses individuais podem gerar não conflito e desordem, mas coesão e solidariedade, com base na complementariedade de funções. A regulação pública (pela sociedade) das relações privadas é a condição para isso. Ela é o produto de um sentido coletivo de pertencimento. A atividade, o interesse e a função individual não se esgotam em si mesmos, mas constituem parte de uma totalidade mais ampla, de uma vida coletiva comum, partilhada. Eis o essencial do “reformismo” e “coletivismo” deste projeto sociológico.

Em síntese, Durkheim procura mostrar como é possível “fazer sociedade” a partir de um conjunto de valores centrados nos interesses e liberdades individuais. O lugar dos indivíduos e grupos nas atividades econômicas – no trabalho - constitui, pois, o mecanismo fundamental através do qual se produz a integração nas sociedades modernas. A divisão do trabalho não é apenas um fenômeno econômico, mas também moral, porque evoca esse senso de pertencimento coletivo, fazendo reconhecer que o indivíduo é parte do todo. Finalmente, economia e sociedade, esfera privada e esfera pública<sup>5</sup>, estão reconciliados, e o trabalho é o eixo, a pedra de toque fundamental dessa engenharia social. Não se trata mais de subordinar uma esfera à outra, mas de preservar o equilíbrio – ainda que precário - entre ambas.

A história das sociedades modernas é, em certa medida, a história desse equilíbrio precário, dessa tensão entre esfera privada e esfera pública, entre economia e política. É a história das tentativas renovadas de impor limites às liberdades econômicas em favor dos interesses coletivos dos trabalhadores e da própria ordem econômica capitalista. É a tentativa de imposição de limites públicos à acumulação privada, uma vez que esta última se torna

---

<sup>5</sup> Para Marx (1984), infra-estrutura e superestrutura.

também uma questão de interesse público e, poderíamos dizer, uma questão social. A diferença fundamental entre Durkheim e Marx na interpretação dessa história é que o primeiro vê como possibilidade de conciliação o que o segundo vê como antagonismo irreconciliável. Mais do que interpretações diferenciais da modernidade, de paradigmas em conflito, tratam-se de diferentes projetos de construção dessa modernidade.

Efetivamente, o trabalho é o elo que liga o público e o privado, redefinindo-os, elevando-se o estatuto dessa atividade que se torna objeto de interesse público e de intervenção do Estado. Poderia-se afirmar que o trabalho situa-se cada vez mais a meio caminho entre o público e o privado. Ele próprio desloca o sentido de público e de privado, tornando cada vez mais público o que era considerado eminentemente privado. O conjunto de direitos sociais ligados ao trabalho e construídos na sociedade moderna através do Direito durante os últimos 150 anos fundamentam essa proposição. O trabalho tornou-se cada vez mais objeto de intervenções e regulamentações públicas. As transformações recentes no mundo do trabalho sugerem, no entanto, um caminho em sentido inverso. Atualmente, um processo de desregulamentação do trabalho e das relações sociais e econômicas mostram uma tendência de reprivatização e remercantilização crescente dessas relações, numa tentativa de reduzi-las a relações privadas entre indivíduos e grupos, sem uma mediação da esfera pública. Mais que um processo de desregulamentação e de privatização, temos em curso, efetivamente, um processo de “individualização” das relações sociais, o que implica uma crescente desconstrução e desconstituição de atores e identidades coletivas. A desestruturação do sindicalismo contemporâneo expressa esse processo de “dissolução de identidades coletivas” no mundo do trabalho. É certo que novas identidades individuais e coletivas estão sendo construídas. Os resultados desse processo e sua relação com o trabalho são, porém, ainda muito incertos.

Estaríamos, pois, diante da formação de uma nova representação do trabalho? A redução do trabalho industrial e assalariado, a expansão das formas de trabalho precarizadas e do desemprego de massa, a desregulamentação das relações de trabalho estariam evidenciando a perda de centralidade objetiva do trabalho e a necessidade de desestimular sua centralidade subjetiva na formação da consciência e da identidade dos atores sociais? Deveria ser o trabalho “acantonado” à condição de uma atividade absolutamente secundária na vida social contemporânea? Ou, ao contrário, o trabalho deve ser considerado ainda uma atividade emancipatória, um fator de identidade, de promoção de vínculos sociais e de valorização dos indivíduos?

Sem a pretensão de responder a essas questões, pretende-se sugerir apenas que é preciso entender como se formou aquilo que hoje está em metamorfose ou mesmo em decomposição. Tal procedimento pode ser útil na compreensão da crise atual da sociedade do trabalho.

#### **4. As metamorfoses da condição salarial**

A permanente ampliação da esfera pública fez do trabalho o eixo a partir do qual as formas de integração social e de resolução dos conflitos se configuraram nas sociedades contemporâneas. Mas é fundamental realçar que nem sempre foi assim. É longa e penosa a trajetória na qual o trabalho transforma-se de atividade exercida na esfera privada, inferior e indigna, a uma atividade central, exercida na esfera pública (ou no limiar entre o público e o privado), portadora de direitos e alvo de reconhecimento social.

Robert Castel (2001) mostra-nos minuciosamente esse processo em sua análise das metamorfoses da questão social. Seu alvo central é a relação de trabalho típica da sociedade moderna, o trabalho assalariado, a relação salarial, que se constitui com a emergência do capitalismo e com ele desenvolve-se continuamente até tornar-se a relação ou forma de trabalho dominante nas sociedades modernas.

Não se trata, portanto, do trabalho em geral, da atividade capitalista e do empreendedorismo, da atividade produtiva em si ou das atividades mercantis (comerciais). Não se trata nem mesmo do trabalho remunerado, mas do trabalho exercido no interior dessa relação social fundadora da modernidade capitalista, a relação de assalariamento entre o proprietário dos meios de produção capitalistas e o trabalhador assalariado<sup>6</sup>. Castel nos mostra que o

---

<sup>6</sup> Segundo Marx (1983), essa relação social é o produto de um conjunto de transformações históricas específicas, de natureza econômica e política. A generalização da relação de assalariamento é o efeito da consolidação e ampliação do modo capitalista de produção. Tal fenômeno torna-se possível apenas na medida em que a propriedade dos meios de produção é gradativamente expropriada de parcelas da população trabalhadora, de artesãos e camponeses. Eliminados pela concorrência imposta pela produção capitalista manufatureira, esses trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Essa transformação da força de trabalho em mercadoria é a pedra de toque do capitalismo moderno. Ao mesmo tempo, as revoluções políticas burguesas deram um passo decisivo no sentido de eliminar todos os obstáculos jurídicos à livre circulação de mercadorias e da força de trabalho. Numa perspectiva materialista, Marx define o capitalismo, portanto, como o resultado de um processo histórico em que se constitui, se consolida e se amplia essa relação social fundamental, a relação salarial. É ela a base social e econômica a partir da qual torna-se possível a produção da mais-valia em escala inimaginável; a acumulação capitalista sem precedentes é a sua materialização. Weber (1987), por outro lado, coloca a questão do desenvolvimento capitalista noutros termos, em bases culturalistas e subjetivas. O capitalismo não é primordialmente uma relação social, mas uma mentalidade. É o que o leva a investigar as origens culturais profundas do espírito do capitalismo. Tal é, a seu ver, o papel fundamental da ética protestante. Alicerçada num conjunto de princípios e valores morais, essa ética religiosa cria as condições mentais – sobretudo com sua ética do trabalho – que levarão a um processo sem precedente de racionalização econômica, no qual a relação salarial é um dos efeitos mais importantes.



significado e o estatuto social dessa relação transformam-se profundamente na história das sociedades modernas.

Segundo o autor, a condição de assalariado - em seu primeiro estágio definida como a “condição proletária” - aloja-se na periferia da modernidade liberal, representando, porém, uma verdadeira revolução social e jurídica, uma vez que o livre acesso ao trabalho - expresso no contrato - libera os trabalhadores dos vínculos e das tutelas tradicionais, típicas de sociedades estamentais. A condição proletária, a condição de assalariado, mostra-se, então, como uma condição social inferior, instável, portadora de um estigma social e cultural. Nos primórdios da revolução industrial, o trabalho assalariado era exercido por aqueles indivíduos - os proletários - que habitavam os espaços sociais marcados pela pobreza, desqualificação, desenraizamento social e cultural, por uma vulnerabilidade de massa. A ausência de proteções, suportes e vínculos - à terra, à família, à comunidade, ao ofício - e a mobilidade social e geográfica eram as marcas fundamentais dessas classes subalternas e desclassificadas que não tinham outra alternativa senão vender sua força de trabalho ao capital. Esse liberalismo triunfante recoloca a questão social num novo patamar. Se, nas sociedades pré-industriais, a vulnerabilidade era o resultado do excesso de coerções e constrangimentos que limitavam o acesso ao trabalho, sobretudo aos estrangeiros, nas sociedades industriais essa vulnerabilidade manifesta-se como a outra face da liberdade econômica; liberdade que se expressa, para os proletários, como servidão à necessidade. É assim que o industrialismo engendra o pauperismo, deixando o trabalhador entregue às forças do mercado e a um destino imponderável:

*“A condição proletária representa uma situação de quase-exclusão do corpo social. O proletário é um elo essencial no processo de industrialização nascente, mas está condenado a trabalhar para se reproduzir e, segundo a expressão já citada de Auguste Comte, ‘acampa na sociedade sem se encaixar’”.* (CASTEL, 2001, p. 415)

A questão social assim suscitada e o desenvolvimento capitalista sem precedente levam gradativamente a um conjunto de reformas sociais e jurídicas, de procedimentos administrativos e políticos que modificam o estatuto social da condição de assalariamento. É nesse momento que o Estado social começa a edificar-se, numa trajetória que se consolidaria algumas décadas depois na França e na Europa. As mudanças econômicas também indicam uma importante modificação nas relações de trabalho. As empresas capitalistas tornam-se organizações cada vez mais complexas, os processos de trabalho se especializam, o capitalismo monopolista estava nascendo. A fixação e preservação de um quadro de operários mais qualificados e estáveis tornam-se imperiosos para o capital. Segmentos importantes da classe trabalhadora passam a manter vínculos mais perenes com as empresas e um conjunto de normas

coletivas, institutos jurídicos e modalidades de proteção passam a constituir aquilo que Castel chama a “condição operária”.

Emerge, assim, uma nova representação do trabalho - particularmente do trabalho assalariado - que passa a orientar as práticas econômicas, políticas e sociais em fins do século XIX. Essas práticas e representações constituem-se não apenas a partir de necessidades econômicas de estabilização das empresas e da economia capitalista, mas de promoção da integração social, evitando a fratura social. Nasce, assim, a “relação salarial moderna”, cujo *locus* fundamental é a grande e moderna empresa capitalista. É a partir dela que as relações de trabalho se estabilizam e passam a ser o objeto de uma regulamentação pública. É nesse contexto que o “direito ao trabalho” começa a constituir-se como direito social inalienável previsto por uma legislação trabalhista. Para Castel, o direito ao trabalho representa para os despossuídos o que o direito à propriedade representa para os abastados.

Esse conjunto de direitos e garantias associados ao trabalho constituem, portanto, uma nova modalidade de proteção que não poderia ser obtida de outra forma. Sem os “vínculos locais e comunitários” e sem a “propriedade”, os trabalhadores em seu livre acesso ao trabalho estariam condenados a uma vida insuportável se o seu “trabalho” não implicasse também um “estatuto” publicamente reconhecido como portador de um conjunto de direitos e garantias. Neste sentido, a integração da classe operária através do Estado social tem a ver com a possibilidade de evitar a fratura social, garantir a estabilidade social e econômica das modernas sociedades capitalistas. Mais do que isto, esta integração tem a ver também com a constituição dessa mesma classe operária como ator social relevante no cenário político dessas sociedades. Assim, o Estado social não é um sujeito ou instância exterior de mediação das relações de classe, mas a expressão mesma de um certo compromisso, tenso e instável, entre esses atores em confronto.

Essa integração da classe operária na sociedade salarial, aquilo que Castel chama de “condição operária”, define-se como uma forma de integração subordinada nas relações sociais instituídas. As proteções asseguradas pelo trabalho (contra doença, invalidez, aposentadoria, desemprego) e a ampliação dos bens e serviços coletivos (como saúde, educação, habitação, transporte, lazer) são ainda marcados por um forte caráter de classe, de um processo de domesticação da classe operária ao capitalismo.

A generalização e expansão da relação de assalariamento para o conjunto da sociedade e da força de trabalho representam menos a derrota da classe operária e mais sua subordinação a uma nova condição social que abrange a emergência de novas classes sociais, os funcionários, os gerentes, os profissionais intermediários e superiores das burocracias públicas e privadas.

Essa nova realidade é o que Castel chama a “condição salarial” propriamente dita, na qual a grande maioria da população ativa dos países mais desenvolvidos esteve enquadrada. Ela representa um novo patamar da sociedade salarial no qual a propriedade social e a seguridade estão associados ao um sistema de proteção e direitos em que o Estado tem um papel central. As políticas públicas universalizantes, a seguridade social e o papel regulador do Estado na mediação das relações entre os “parceiros sociais” constituem os alicerces fundamentais desse arranjo social e institucional. O trabalho e a relação salarial são a condição essencial para que os indivíduos ou grupos se integrem a esse modelo de solidariedade e coesão da sociedade salarial.

## **5. O trabalho alienado e a crise da sociedade do trabalho**

A existência de uma “sociedade do trabalho”, a crescente centralidade do trabalho nas modernas sociedades capitalistas não é apenas o resultado de uma expansão das forças produtivas materiais através das quais assegura-se a reprodução material da sociedade e a subsistência individual. Se assim o fosse, o trabalho já teria deixado de ser central, pois que as potentes forças produtivas liberadas pelo capitalismo teriam tornado possível liberar também a maior parte da população desse árduo trabalho de reprodução física dos seres humanos. Por que razões uma civilização que produziu forças produtivas tão poderosas não foi capaz ainda de liberar os indivíduos do “trabalho penoso”, da “vulnerabilidade”, da “precariedade social”?

O mito religioso da expulsão do paraíso, devendo os seres humanos viverem do suor de seu próprio trabalho, expressa a imagem do trabalho como pena e sofrimento, tão cara às representações de mundo pré-modernas. Já vimos que é na modernidade que uma representação positiva do trabalho se constrói e se consolida. Como exemplo, basta lembrar a análise weberiana do papel revolucionário da idéia de vocação para o trabalho na ética protestante para a formação da capitalismo moderno. A formação de uma nova representação do trabalho é uma verdadeira revolução cultural em curso.

Marx tem um papel central nesse processo de consolidação dessa nova representação moderna do trabalho. Através dela, no entanto, este autor não quiz apenas reverenciar as novas forças produtivas que emergiam no mundo moderno, mas, ao contrário, pretendeu fazer-lhes uma crítica profunda. Através daquilo que a sociedade moderna reverencia e valoriza, o trabalho, Marx pretendeu apontar uma objeção essencial às modernas sociedades capitalistas, sem deixar de considerá-lo um valor social central. Marx compartilha com a modernidade capitalista essa valorização do trabalho.

A utopia marxiana da emancipação pelo trabalho é a percepção de uma possibilidade histórica tornada possível pelo capitalismo, qual seja, a de libertar o ser humano do reino da necessidade, do trabalho penoso, alienado, tornando possível um trabalho pleno de significados, desalienado, veículo para o desenvolvimento humano integral. Segundo Marx, tal emancipação não seria plenamente possível sem que as forças produtivas liberadas pelo capitalismo moderno tivessem se desenvolvido. Assim, para ele, a utopia da liberação pelo trabalho é contraditoriamente uma liberação do trabalho. Nestes termos, para Marx, o trabalho é uma categoria antropológica geral que expressa uma condição humana essencial: o ser humano se realiza no mundo através do trabalho; o trabalho expressa essencialmente nossa humanidade, é ele mesmo que a produz e a transforma; o trabalho é a condição mesma para a liberdade e a emancipação humana. Assim, não existe emancipação humana sem trabalho emancipado, sem trabalho de emancipação. O trabalho é a expressão da materialidade do mundo; o que somos, somos através dessa materialidade. Logo, segundo Marx, um projeto emancipatório tem que colocar o trabalho no centro de sua construção histórica.

Estas observações não têm a pretensão de discutir a validade ou não dessa concepção marxiana do trabalho, mas de reter o sentido do trabalho que nela se expressa e avaliar os seus efeitos sobre o debate recente a propósito da crise da sociedade do trabalho.

É conhecida de todos a crítica fundamental de Marx à racionalidade capitalista que transforma o trabalho e o ser humano em meios para a realização da acumulação do capital. Assim, não só o capitalismo não tem o propósito de eliminar o trabalho penoso, como ele amplia e intensifica essa característica do trabalho. A alienação é o resultado dessa conversão do trabalhador em mercadoria destinada a produzir valores de troca. Trata-se de uma extrema instrumentalização do trabalho. Para o próprio trabalhador, o trabalho se converte em um sofrimento do qual ele deseja apenas fugir. A alienação não é apenas aquela do produto do trabalho, que não pertence ao trabalhador, mas da própria atividade, do ato mesmo de trabalhar, cada vez mais controlado e regulado pelo capital e cuja expressão mais extrema é a organização taylorista-fordista da produção (MARX, 2008).

A utopia marxiana é, pois, uma utopia contra o trabalho assalariado capitalista, alienado, penoso, uma utopia de liberação pelo trabalho. É o próprio trabalho que torna possível sua auto-superação enquanto pena, sofrimento. O trabalhador, sujeito dessas forças produtivas em ação, pode tornar-se sujeito também de um outro mundo e de um outro trabalho. Tal utopia é, sobretudo, a utopia da possibilidade de um trabalho liberador, desalienado, portador de outros significados que não a mera reprodução material do capital ou dos próprios indivíduos. Assim,

contraditoriamente, Marx, o crítico fundamental do trabalho assalariado capitalista, é, ao mesmo tempo, o supremo ideólogo do trabalho.

As críticas da sociedade do trabalho são, em grande parte, críticas às idéias subjacentes a essa utopia marxiana. Não que Marx não estivesse certo quanto aos efeitos alienantes do trabalho operário no modelo capitalista taylorizado de divisão do trabalho. Segundo alguns teóricos, as transformações reais na sociedade capitalista contemporânea não mais dariam crédito a essa utopia do trabalho. *A liberação não seria, afinal de contas, pelo trabalho, mas contra o trabalho.* Claus Offe formula os elementos fundamentais dessa crítica sociológica da sociedade do trabalho. Outros autores, seguindo caminhos diversos, apresentam também vários elementos dessa crítica<sup>7</sup>.

Segundo esses autores, que, aliás, compartilham com Marx a crítica da racionalidade econômica capitalista como portadora de crise e desigualdades sociais, o trabalho seria um valor em vias de desaparecimento, tendo em vista as transformações objetivas e subjetivas pelas quais vêm passando as sociedades contemporâneas (MEDA, 1995). Alguns sustentarão que essa racionalidade econômica está enfraquecendo, daí porque a sociedade do trabalho está em crise. Outros, ao contrário, afirmarão que a crise decorre exatamente do fortalecimento e extensão dessa racionalidade econômica capitalista. Neste último caso, trata-se exatamente de abandonar o trabalho como valor central (GORZ, 2003). Veja-se um pouco melhor como esse debate se configura, e, nele, o próprio conceito de trabalho.

A crise da sociedade do trabalho é marcada, primeiramente, por uma brutal redução do trabalho assalariado industrial. Segundo Offe (1989), a expansão do trabalho assalariado é caracterizada pela heterogeneização das formas de trabalho e da própria classe trabalhadora, de tal forma que a redução do trabalho industrial e a desestruturação dos coletivos operários e do movimento sindical é acompanhada de uma expansão do setor de serviços e dos trabalhadores de colarinho branco. As conseqüências sociais e políticas desse movimento são evidentes. A classe operária clássica perde sua centralidade política e sua capacidade de liderar um novo projeto de emancipação social. A heterogeneidade da classe trabalhadora não permite a constituição de uma identidade comum em torno da posição no mundo do trabalho. O próprio trabalho tornou-se mais heterogêneo. Novas formas de trabalho mais intelectualizadas e relacionais, orientadas por outro tipo de racionalidade estariam predominando sobre o trabalho manual operário taylorizado, regido pela racionalidade econômica instrumental.

---

<sup>7</sup> Dentre esses autores, pode-se destacar André Gorz (2003), Dominique Méda (1995), Jeremy Rifkin (2004), cada um propondo diferentes aspectos da crise do trabalho.

Essa redução objetiva e quantitativa do trabalho industrial seria acompanhada também de um esfacelamento da ética do trabalho, com a redução da importância subjetiva do trabalho no mundo contemporâneo. Assim, a redução do trabalho estaria correlacionada a uma expansão de outras esferas da atividade humana, o lazer, o tempo livre, as relações interpessoais, entre outras formas de sociabilidade. O consumo, muito mais que o trabalho, seria a base de uma ética hedonista que tenderia a reforçar a busca do prazer e do bem estar individual, muito mais do que incitar o indivíduo ao trabalho. O trabalho não seria mais um fato social integrador, nem objetivamente – tendo em vista que a reprodução dos indivíduos depende cada vez menos da renda individual obtida através do trabalho remunerado, ampliando-se os mecanismos de proteção estatais – nem subjetivamente, visto que os indivíduos se reconhecem cada vez menos pelo trabalho que fazem. A precarização do emprego tenderia a reforçar uma relação instrumental com o trabalho como meio de subsistência, levando os indivíduos a valorizarem cada vez mais outras esferas da vida. Os conflitos sociais também deixariam de ser motivados pelo trabalho ou pela busca da distribuição do produto social (conflitos distributivos). Novas formas de conflito estariam emergindo em um contexto de valores pós-materialistas. Os direitos humanos, a questão ambiental, a paz e o desarmamento seriam exemplos desse deslocamento.

A teoria da sociedade pós-industrial, particularmente veiculada por Daniel Bell (1987), constitui a vertente mais otimista a respeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho, em uma crítica contundente à perspectiva marxista. Essas transformações não desembocaram, como acreditava Marx, em uma sociedade cindida em exploradores e explorados, na existência de uma classe trabalhadora cada vez mais pobre e expropriada em suas condições de trabalho. Diferentemente de Marx e da versão atualizada do marxismo em Braverman – para quem a degradação do trabalho é a tendência marcante nas sociedades capitalistas contemporâneas, dominadas pelos grandes monopólios capitalistas e pela crescente implementação do taylorismo nas novas formas de trabalho no setor de serviços – para Bell, as sociedades pós-industriais são marcadas, ao contrário, pela crescente importância do trabalho qualificado e profissionalizado, pela crescente incorporação da ciência e do conhecimento ao trabalho e pela formação de uma classe de trabalhadores altamente qualificados. Esta teoria converte-se, alguns anos mais tarde, ao conceito de sociedade de informação – em substituição àquele de sociedade pós-industrial – mostrando que a maciça incorporação da ciência ao trabalho produziu uma revolução tecnológica que está transformando profundamente as sociedades contemporâneas (KUMAR, 1997).

Um determinismo tecnológico está na base desta formulação teórica, cuja expressão é o próprio conceito de “sociedade de informação”. Nestes termos, o tipo de sociedade é definido

em função do tipo de tecnologia que nela prevalece. As mudanças tecnológicas estariam, pois, na base de transformações sociais, econômicas e culturais mais profundas. Inversamente ao que previra a teoria marxista, o trabalho não se degradaria nas sociedades contemporâneas. Ao contrário, ele se qualificaria, incorporando ciência, conhecimento, novas tecnologias. Neste contexto, falar de uma crise é dizer que ela decorre, antes de mais nada, dessas transformações provocadas pelas novas tecnologias que criam novas atividades econômicas, novas profissões, novas instituições e espaços sociais. Por outro lado, essas novas tecnologias produzem uma defasagem nas antigas qualificações e atividades profissionais. Elas exigem um esforço de atualização. Aqueles que não conseguirem acompanhar o curso das mudanças, em geral muito rápidas, poderiam ficar excluídos e colocados à margem da sociedade. Dentre esses teóricos, no entanto, prevalece uma visão otimista sobre essas tendências. As novas tecnologias favoreceriam mudanças positivas em direção a valores pós-materialistas. Não só o trabalho poderia tornar-se melhor, mas também a própria sociedade, na medida em que esta se encontraria mais voltada e mais apta para enfrentar novos problemas, tais como as questões ambientais, os direitos humanos, os direitos das minorias, a paz.

Porém, algumas vertentes mais pessimistas desse determinismo tecnológico vão sustentar a idéia do fim do trabalho (RIFKIN, 2004). A modernização tecnológica e a incorporação maciça das tecnologias informacionais no mundo do trabalho levariam a uma brutal elevação da produtividade, gerando desemprego tecnológico em alta escala. Segundo essa versão, o horizonte próximo das sociedades contemporâneas seria a existência de um desemprego estrutural muito elevado. Nestes termos, a economia de postos de trabalho seria muito superior à capacidade do desenvolvimento econômico em criar novas atividades e novas ocupações.

Essa idéia do fim do trabalho tem, porém, diversas nuances. Para alguns críticos da sociedade do trabalho, o fim ou a redução do trabalho – face à crescente elevação de sua produtividade – não teria um efeito liberador, tal como sugerem as teorias da sociedade pós-industrial e a versão sociológica de Offe. O efeito dessa redução crescente do trabalho seria ainda nefasto, desagregador, intensificando as desigualdades sociais.

Para Gorz (2003), as sociedades contemporâneas continuam a ser presas da racionalidade econômica capitalista que continua presidindo a estruturação das relações sociais. A redução do trabalho, de um lado, e a expansão da lógica capitalista mercantil, de outro, produzem um fosso entre os incluídos e os excluídos, aqueles que conseguem ter um trabalho estável, protegido e bem remunerado e a grande maioria marcada pela precariedade e instabilidade no trabalho e pelo desemprego. Assim, a redução do trabalho fabril e produtivo é

acompanhada pelo crescimento das formas de trabalho servis e improdutivas, objetos da acumulação de capital no setor de serviços. A expansão do capital sem limites para esses segmentos – serviços em geral, serviços pessoais, atendimento às pessoas – faz aumentar a massa dos trabalhadores precários, dessa classe de serviçais. Assim, o capitalismo resolve o problema da falta de empregos – produtivos – com a criação de empregos precários e improdutivos. Tal processo, ao contrário do que sugere Offe, leva a uma incitação ao trabalho, a uma maior dependência por parte dos trabalhadores em relação às formas de trabalho precárias. A própria desestruturação do Estado de bem estar intensifica tal dependência do trabalho, o que se contradiz com a idéia de uma ampliação do lazer e do tempo livre.

Esse fosso entre a redução do trabalho estável face à elevação da produtividade econômica e a ampliação das formas precárias de trabalho constituem o eixo central da crítica de Gorz à sociedade do trabalho. Trata-se, para este autor, de uma sociedade na qual há cada vez menos trabalho, mas onde o trabalho continua a ser o mecanismo social central de redistribuição do produto social. Além da distribuição mais igualitária do emprego na sociedade – através da redução da jornada de trabalho, por exemplo – Gorz sugere a formação de mecanismos de renda independentes do trabalho, o que implicaria a instituição do direito a uma renda mínima como condição para uma cidadania plena. Estaria-se, assim, destruindo um dos mecanismos milenares de controle e dominação social fortalecido pelo capitalismo moderno que estabelece o nexo entre “trabalho” e “renda” para subsistência e que já aparece no mito religioso da expulsão dos seres humanos do paraíso.

Assim, a ampliação dos espaços de liberdade e autonomia não ocorreriam, segundo este autor, através de uma ampliação da esfera do trabalho, mas, ao contrário, de uma redução da mesma. Não se trata de uma emancipação pelo trabalho, como propusera Marx, mas de uma emancipação do trabalho. Seria preciso reduzir a esfera do trabalho para ampliar outras esferas da sociabilidade humana, fortalecendo os laços baseados na solidariedade, na troca espontânea, na ajuda mútua, ao invés de fortalecer as relações baseadas em trocas mercantis e utilitárias, como pretendem as propostas de formação de novas formas de emprego para resolver o problema do desemprego.

Assim, as forças produtivas liberadas pelo capitalismo possibilitariam a emancipação do trabalho e a própria superação do desemprego. Segundo Gorz, com muito pouco trabalho somos capazes de produzir muito além do necessário para todos. O desafio maior seria instituir mecanismos justos e adequados de distribuição da riqueza produzida. A partir daí, a questão não seria mais: o que fazer para sobreviver, mas o que fazer para tornar nossas vidas mais dignas e criativas.



A utopia de Gorz não é de todo incompatível com aquela de Marx. A diferença entre ambos está no modo de definir o trabalho. Enquanto, para o primeiro, o trabalho restringe-se às atividades necessárias à reprodução material (esfera da heteronomia), para o segundo, o conceito de trabalho estende-se também à dimensão criativa e existencial da condição humana (esfera da autonomia). Enquanto Marx estende ao máximo o conceito de trabalho, Gorz o restringe ao mínimo.

## **6. O conceito de trabalho em questão**

O debate acima exposto nos permite agora retomar com mais precisão a noção de crise da sociedade do trabalho ou simplesmente de crise do trabalho. A polêmica em torno do fim do trabalho e da perda de centralidade do trabalho esconde, portanto, um problema de precisão conceitual. A centralidade do trabalho em Marx não é a mesma para Offe ou para Gorz, visto que esses autores definem o trabalho de maneiras diferentes. Enquanto Marx propõe uma ontologia do trabalho ou a centralidade ontológica do trabalho – o trabalho como dimensão existencial inescapável – os críticos da centralidade do trabalho propõem uma definição sociológica mais restrita de trabalho (LESSA, 2002). Aliás, um uso excessivamente restrito do conceito de trabalho tem sido responsável por uma série de erros de interpretação sociológica a respeito dos rumos das sociedades contemporâneas. É preciso examinar mais de perto esse problema conceitual.

A crise do trabalho tem sido normalmente definida como a crise do trabalho assalariado e, particularmente, do trabalho industrial, tomando-se como modelo as sociedades capitalistas avançadas. É preciso distinguir, no entanto, estes dois fenômenos. A redução do trabalho industrial e a redução do assalariamento estável são fenômenos distintos que se iniciam em períodos históricos diferentes, ainda que acabem se combinando mais recentemente. A redução do trabalho industrial e, particularmente, do trabalho manual, na produção de mercadorias concretas, é um fenômeno anterior ao processo mais recente de reestruturação do capitalismo e está no coração do debate proposto pelas teorias da sociedade pós-industrial sobre a expansão do setor de serviços e todos seus efeitos sobre o mundo do trabalho.

Mais recentemente, com o advento da revolução informacional, essa retração do emprego industrial tornou-se ainda mais intensa e estendeu-se também para o setor de serviços. A redução do assalariamento estável se dá no âmago desse processo de reestruturação produtiva, estando associado às novas formas de gestão e organização do trabalho nas empresas e às políticas de reestruturação do Estado e do sistema de regulação das relações de trabalho.

Porém, ambos os processos, a redução do trabalho industrial e a redução do assalariamento estável, são expressões de um processo histórico muito mais longo de elevação crescente da produtividade do trabalho, tendo como consequência o deslocamento, no sentido marxiano, da composição orgânica do capital. As formas vivas e produtivas de trabalho decrescem em importância em relação às formas mortas e improdutivas. As fronteiras mesmas entre trabalho produtivo e improdutivo se desfazem. As atividades destinadas à produção (industriais) cedem lugar àquelas destinadas à circulação e distribuição de riquezas e aos serviços (comércio e prestação de serviços). Estas, por sua vez, diminuem em relação àquelas relativas à produção, circulação e distribuição de informações e conhecimentos, que perpassam o conjunto das atividades sociais e das formas de trabalho. Todo esse conjunto de transformações altera profundamente o mundo do trabalho e produzem sua crise contemporânea.

Assim, essa crise da sociedade do trabalho tem sido muito freqüentemente definida a partir de um conceito restrito de trabalho. O trabalho é assim definido como sendo ou “trabalho assalariado industrial” ou “trabalho assalariado estável”. O fim do trabalho não é o fim do trabalho em geral, mas o fim ou a redução dessas formas históricas e específicas de trabalho.

Uma sociologia do trabalho assim colocada restringe significativamente a problemática do trabalho. Tal ponto de vista, alicerçado na realidade dos países centrais do capitalismo mundial e em uma versão masculina do trabalho, não é capaz de dar conta da heterogeneidade das condições e formas de trabalho no mundo contemporâneo. Logo, o debate sobre a perda de centralidade do trabalho encontra-se enviesado por um conceito restrito de trabalho que não leva em consideração o trabalho assalariado informal, o trabalho escravo, o trabalho agrícola familiar, o trabalho artesanal, o trabalho ambulante urbano, o trabalho doméstico, o sub-emprego, enfim, as formas precárias e marginais de trabalho presentes nas sociedades contemporâneas. Essas formas de trabalho deixaram de ser centrais na compreensão destas sociedades a ponto de reivindicar-se o fim do trabalho? Evidentemente que a resposta a essa questão é negativa.

Nestes termos, em que medida poderíamos afirmar que o trabalho continua sendo central hoje? O trabalho continua central na medida em que novas formas e relações de trabalho se multiplicam, deslocando e relativizando a importância estratégica do assalariamento no período mais recente do capitalismo mundial. Do mesmo modo, o trabalho continua sendo a condição fundamental para que a maior parte da população obtenha o rendimento necessário à sua reprodução física e social. A articulação entre “trabalho” e “renda” continua sendo um nexo social central no incitamento dos indivíduos ao trabalho e constitui mesmo em um mecanismo

essencial de controle social. Nos países periféricos do capitalismo mundial, onde o Estado de bem estar social não logrou implantar-se, esse fato é ainda mais decisivo.

Nestes termos, a noção de crise do trabalho ou de crise da sociedade do trabalho ganha novos contornos.

A crise da sociedade do trabalho é, primeiramente, a crise decorrente da redução do trabalho industrial e do assalariamento estável, com todas as conseqüências que isso pode trazer, como a desestruturação dos coletivos operários e do movimento sindical clássico, a heterogeneização e pulverização da classe trabalhadora, a redução da estabilidade no trabalho e a generalização de um vínculo instrumental com o trabalho. Essa crise, porém, não implica necessariamente uma redução da centralidade do trabalho, uma vez que outras formas de trabalho e de relações de trabalho existem, estão se constituindo e são centrais na estruturação das condições de vida de extensas parcelas da população na maior parte dos países.

A sociologia do trabalho precisa, portanto, identificar as mudanças em curso e o modo como elas se articulam. As metamorfoses do trabalho precisam ser analisadas em seus contextos históricos e sociais específicos nos quais os atores sociais estabelecem relações entre si. Se o trabalho torna-se menos material e mais imaterial, menos assalariado e mais autônomo, menos protegido e mais precário, isto tudo precisa ser analisado no contexto das relações sociais estabelecidas entre atores sociais concretos.

Enfim, se é verdade que o trabalho está em metamorfose, é verdade porém que ele continua a ser decisivo na produção e distribuição de recursos materiais e simbólicos nas sociedades contemporâneas. Logo, o que está em jogo não é apenas a sobrevivência física de alguns grupos ou classes sociais. Ainda que esse dilema seja central na maior parte do mundo, está em jogo também a reprodução social e simbólica de determinados grupos sociais, sobretudo os mais favorecidos.

O que é peculiar no fenômeno do desemprego, é que ele está atravessado por todas essas dimensões e significados, materiais e simbólicos. Ele coloca em xeque não apenas a sobrevivência do trabalhador e da trabalhadora pobre que precisam sustentar a família. Ele coloca em questão a “sobrevivência” de classe, material e simbólica, de certos grupos sociais abastados, como gerentes, executivos e profissionais altamente qualificados.

O desemprego coloca em questão também o modo como as relações sociais de trabalho se organizam e se estruturam coletivamente. Neste caso, a privação de trabalho precisa ser analisada não como o resultado exclusivo de uma forma histórica específica de relações de trabalho, particularmente as relações de assalariamento. Essa privação pode estar permeada por

outras formas e relações de trabalho. Neste sentido, desloca-se a própria noção de desemprego em direção àquela de privação de trabalho. Esta não se reduz a uma “privação de emprego”, no sentido estrito do trabalho assalariado capitalista formal, mas a uma privação de trabalho, de atividade produtiva remunerada.

Logo, o fenômeno do desemprego não está relacionado apenas à redução do trabalho industrial e do trabalho assalariado protegido. A desestruturação do Estado e a própria competitividade do capital em escala cada vez mais global têm produzido mudanças importantes nas relações de trabalho, com importantes repercussões sobre o desemprego. Deste modo, as transformações no mundo do trabalho não aboliram o trabalho e o emprego. Além de alterar as relações de trabalho, multiplicando suas formas e condições, promoveram um profundo deslocamento na problemática do desemprego, pois a privação de trabalho se manifesta de forma cada vez mais complexa e heterogênea. O emprego capitalista estável ou o emprego público estável não só não desapareceram como parecem mais do nunca objetos de desejo. A precarização a que foram submetidas vastas parcelas da população trabalhadora parece ter gerado uma enorme demanda e um enorme desejo de estabilidade e segurança econômica que só o emprego, muitas vezes, parece dar.

Além do mais, é preciso considerar os movimentos diversos e contraditórios dessas transformações no mundo do trabalho. O desincitamento ao trabalho e a redução objetiva e subjetiva de sua importância entre certas camadas da população com a conseqüente ampliação do tempo livre e de atividades autônomas pode ser acompanhada de um correspondente incitamento ao trabalho entre outros grupos, cuja dependência, objetiva ou subjetiva, em relação ao emprego seja cada vez maior, confinando-os às coerções do mercado. Tal dependência pode ser não apenas a necessidade de rendimento para sobrevivência, mas também a necessidade de preservar um “status elevado” na hierarquia do trabalho, tendo em vista os elevados rendimentos econômicos e simbólicos obtidos. Assim, novas modalidades de desigualdades sociais passam a ser desenhadas nesse cenário de transformações do mundo do trabalho.

Uma ampliação do conceito de trabalho para além do trabalho assalariado, estável ou não, é fundamental para que um diagnóstico preciso dessas transformações possa ser feito adequadamente. Dizer, precipitadamente, que a redução do trabalho assalariado corresponde ao fim do trabalho e de sua centralidade significa apreender apenas algumas dimensões dessas complexas mudanças em curso. Novas formas de apropriação do trabalho podem estar sendo geradas nesse movimento de reestruturação do capital. Não apenas a dimensão subjetiva do trabalhador é alvo das estratégias de gestão do capital como novas relações de trabalho podem estar em curso nesse processo. Ainda que impliquem um relativo deslocamento das formas de

dominação no trabalho, tais processos podem gerar também novas formas de resistência e de luta.

Desta forma, as políticas promotoras do “empreendedorismo” dos pequenos e médios empresários e as práticas de economia solidária podem tanto servir de instrumentos de deslocamento das relações desiguais entre capital e trabalho – tendo como consequência, por exemplo, a formação de uma ampla camada de pequenos capitalistas e de trabalhadores autônomos com uma relação formalmente independente, mas, na prática, subordinada ao médio e grande capital – como podem possibilitar a formação de uma outra “cultura” do trabalho e das relações econômicas, baseadas em um modelo coletivista, mais horizontal e democrático de gestão e autonomia do trabalho e das relações de trabalho.

De qualquer modo, as novas e velhas formas de trabalho, capitalistas ou não capitalistas, cada vez menos podem ficar de fora de uma análise profunda desses processos de transformação do mundo trabalho. Se, por um lado, novas formas de trabalho e novas formas de subordinação são produzidas pelo capitalismo contemporâneo, por outro, novas modalidades de conflito, luta e resistência estão efetivamente em curso. A redução ou a ampliação das formas de trabalho e emprego não expressam em si mesmas todas as dimensões dos dilemas que atravessam o mundo do trabalho. Se empregos e postos de trabalho são gerados ou destruídos, isto diz pouco sobre a natureza das relações que estão se transformando. O desemprego é apenas um sintoma desse conjunto de transformações. O aumento ou a redução do desemprego também não indica automaticamente a natureza dessas transformações. Baixas taxas de desemprego podem ser acompanhadas de uma piora na qualidade dos empregos gerados, assim como altas taxas de desemprego poderiam significar um longo processo de adaptação a novos modelos de distribuição e alocação da renda. Uma compreensão adequada das transformações em curso, portanto, só pode ocorrer na medida em que o conceito de trabalho operacionalizado sociologicamente dê conta desse conjunto de relações e processos que marcam o mundo contemporâneo.

Um processo de externalização do trabalho pelo capital não significa um retorno ao passado, nem necessariamente a promessa de um futuro melhor. Externalizar significa modificar os mecanismos de gestão e regulação desse trabalho, significa modificar as relações de trabalho. Externalizar significa mais mercado, mas pode significar novas modalidades de regulação, não seu fim, simplesmente. Neste processo, os próprios sentido do trabalho podem se modificar profundamente. Alienação ou desalienação, qualificação ou desqualificação, a verdade é que o futuro do trabalho continua em disputa.

## **7. Conclusões: os sentidos do trabalho na contemporaneidade**

As crises pelas quais passam as sociedades contemporâneas são em grande parte resultantes de um modelo de integração social centrado no trabalho e no Estado social. O desemprego e a precarização do trabalho minam as bases usuais de financiamento das políticas públicas e colocam em risco a integração social de vastas parcelas da população. Este processo de desestruturação do mundo do trabalho, frequentemente interpretado em termos de um determinismo tecnológico, é, efetivamente, o efeito econômico e político de um projeto de reestruturação produtiva do capital no sentido de retomar as bases da acumulação capitalista. O desemprego não é, pois, o resultado de uma evolução tecnológica inexorável e independente de opções políticas que se possa fazer. Ao contrário, a própria modernização tecnológica e a revolução informacional em curso são orientadas por certas opções políticas e econômicas.

Nestes termos, a redução do emprego estável, o desemprego e a precarização do trabalho e das relações de trabalho, são o produto de um conjunto de decisões políticas e econômicas sustentadas por uma correlação de forças sociais favoráveis à expansão de um modelo de desenvolvimento econômico centrado no mercado e na racionalidade capitalista, e ampliado em escala global. Tais transformações abalam profundamente os sentidos objetivos e subjetivos tradicionalmente atribuídos ao trabalho, à esfera econômica e às atividades profissionais. Assim sendo, tais mudanças não são apenas econômicas, mas envolvem dimensões políticas e culturais de suma importância. Dizer que estão em questão os sentidos do trabalho significa afirmar que é o próprio modelo de sociedade para o futuro que está em disputa, na medida em que os atores sociais mobilizam esses sentidos em suas práticas e em suas lutas cotidianas, afetando a correlação de forças sociais e orientando as transformações históricas.

O debate sobre a centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas, por isso tudo, não é um debate puramente teórico e conceitual, onde estariam em disputa apenas as interpretações mais adequadas dessas sociedades. Esse debate envolve dimensões práticas e políticas e a definição dos próprios rumos das sociedades contemporâneas. A presumida dissolução da ética do trabalho, isto é, a perda de centralidade subjetiva do trabalho, pode ter consequências diversas. Ela pode ser pensada como um processo liberador, no sentido de que tal dissolução torna possível a emergência de novas formas de sociabilidade e consciência centradas não na produção e na busca obsessiva do crescimento econômico ou do conforto material, mas em outros fundamentos individuais e coletivos, em vínculos humanos que se pretendam mais livres e horizontais. Por outro lado, poderá objetar-se que esta defesa do fim do trabalho como valor central seria apenas uma forma de eliminar ou neutralizar as tensões e

demandas sobre a esfera econômica e sobre a esfera política por mais trabalho, por mais emprego ou por um trabalho melhor e mais humano da parte daqueles que não tem acesso ao trabalho e a boas condições de trabalho, tais como os desempregados, os precarizados, os informais, os excluídos, enfim, todos aqueles que não conseguem obter uma identidade aceitável e uma satisfação adequada de seu trabalho e de sua posição na estrutura econômica da sociedade.

Assim, se o trabalho como forma de integração dos indivíduos à sociedade está cada vez mais em crise e mesmo em colapso, quais seriam os cenários e alternativas possíveis?

Nos marcos deste trabalho, propõe-se considerar um cenário possível em relação ao qual é preciso precaução. Não se trata de uma previsão, mas de uma construção conceitual que pode ajudar a construir políticas adequadas para o futuro.

Neste cenário, observar-se-ia uma intensificação crescente das desigualdades sociais e a formação daquilo que Gorz (2003) chama de uma *sociedade dual*. Isto é, uma sociedade cindida entre uma minoria de incluídos, gozando de elevados padrões de consumo, estabilidade no trabalho e proteções institucionais, e uma maioria excluída ou parcialmente excluída dos principais recursos materiais e simbólicos da sociedade moderna, submetida a formas precárias de trabalho ou a um desemprego estruturalmente elevado. Neste cenário, seria provável a formação de desigualdades sociais profundas, não apenas econômicas, mas políticas, culturais e mesmo jurídicas. A existência de “subcidadãos” seria e é a expressão de uma sociedade onde algumas camadas sociais têm mais direitos que outras e onde as distâncias sociais e hierárquicas são frequentemente introjetadas pelos próprios indivíduos como naturais, produzindo uma espécie de “estamentalização” da sociedade.

Neste contexto, a ação do Estado pode ser pensada em dois sentidos principais. De um lado, reforça-se o Estado policial, sua ação repressiva, no sentido de conter os riscos de desordem das camadas subalternas. A questão social torna-se, neste caso, uma questão de polícia e o problema da segurança torna-se o problema central na agenda política. O discurso do medo e do terror e a criminalização da questão social podem degenerar para o fechamento político, para as práticas autoritárias e a restrição às liberdades. De outro lado, o Estado assistencial encarrega-se de constituir um conjunto de políticas compensatórias destinadas a conter ou congelar a pobreza, distribuindo as sobras do sistema. Trata-se de medidas paliativas para evitar a degeneração da pobreza e da miséria (material e simbólica) em conflitos incontroláveis.

Este cenário, ainda que distante da situação vivida pelos países mais desenvolvidos, aproxima-se bastante daquilo que se passa no Brasil e nos países do terceiro mundo. A concentração e a transferência da pobreza para o terceiro mundo podem ser pensadas como facetas deste mesmo cenário.

Neste quadro, um importante deslocamento dos conflitos sociais pode ocorrer. À luta entre capital e trabalho pode sobrepor-se a luta entre incluídos e excluídos, de tal forma que as lutas dos trabalhadores e da classe operária pode ceder lugar à luta dos não-trabalhadores, de uma não-classe de não incluídos no sistema de relações dominantes. As próprias lutas dos trabalhadores podem redefinir-se, seguindo uma tendência corporativista cada vez mais forte e reforçando a distância entre os incluídos e os excluídos; enfim, destruindo as bases de uma solidariedade social e política mais ampla.

Este cenário, é preciso dizer, sendo de uma simplicidade extrema, pode ser, porém, um guia útil na construção do debate político. É verdade que a noção de exclusão é problemática. Trata-se de um conceito descritivo e incapaz de dar conta da dinâmica das sociedades contemporâneas. Efetivamente, ninguém está excluído, todos povoam o mundo social de alguma forma. Se os excluídos são definidos como tais, é porque eles são considerados cada vez menos importantes para o ciclo de acumulação do capital e para integrar o mercado capitalista. Políticas de geração de trabalho e renda são frequentemente apontadas como possível solução para a integração desses segmentos sociais. Uma questão fundamental, no entanto, fica no ar. Será ainda possível construir um modelo de integração social baseado na incitação ao trabalho e à atividade econômica individual, seja ela competitiva ou cooperativa, capitalista ou solidária? Nestas propostas não estariam escamoteadas as profundas desigualdades sociais no mundo contemporâneo, como se os pobres e os excluídos fossem os culpados de sua miséria e exclusão?

Vale dizer que não se pode negligenciar que políticas de integração pelo trabalho, de estímulo a uma economia solidária, possam produzir efeitos positivos evidentes, como o fortalecimento dos laços de solidariedade entre os grupos excluídos ou o fortalecimento de suas identidades sociais e de sua cidadania política. Só não se pode deixar de considerar os riscos opostos. Isto é, tais formas alternativas de trabalho podem ter apenas o efeito de uma política compensatória e paliativa, levando apenas a uma reprodução menos cruel da pobreza e da exclusão. Neste caso, tais projetos apenas congelariam as profundas desigualdades sociais existentes atualmente.

Para finalizar, vale reforçar a ideia de que o trabalho tem sido mais do que um mecanismo de reprodução material dos indivíduos e da sociedade, e por alguns considerado



como uma forma de coerção inevitável, pois toda sociedade para existir precisa reproduzir-se. Esta forma de coerção, supostamente econômica, é efetivamente um mecanismo social, político e cultural de controle e dominação social. Assim, a necessidade de trabalho e sua centralidade não decorre apenas do fato de que o trabalho se constitui em um meio fundamental para garantir a sobrevivência individual e coletiva. Se assim o fosse, há muito o trabalho teria deixado de ser central, pois que as potentes forças produtivas liberadas pelo capitalismo teriam tornado possível liberar a maior parte da população do árduo trabalho de reprodução física dos seres humanos.

Por que razões uma civilização que produziu forças produtivas tão poderosas não foi capaz ainda de liberar os indivíduos das tarefas mais ingratas e de suas formas correspondentes de coerção social? Ainda que a resposta a essa questão pareça óbvia, nenhum projeto de emancipação social pode se constituir sem levar em consideração essa questão. Assim, se parece evidente que o trabalho na modernidade exprime relações de dominação, essa dominação pelo trabalho não ocorre apenas pela conversão da força de trabalho em mercadoria e pela expropriação de tempo excedente. Ela ocorre também através de um processo cultural mais amplo através do qual os indivíduos tornam-se suportes da acumulação e do mercado em todas as dimensões da vida social e cotidiana, nas atividades mais materiais e imediatas às atividades mais simbólicas e imateriais.

Se, por um lado, a enorme produtividade do trabalho torna possível uma *acumulação sem trabalho ou com muito pouco trabalho*, por outro lado, é preciso dizer com clareza que essa acumulação não é possível sem uma “cultura materialista” ou uma “cultura do consumo” que instrumentaliza a maior parte das relações e das atividades como meios para uma obscura e opaca “satisfação material”.

Seria excessivamente utópico pensar uma sociedade em que os indivíduos, libertos de suas coerções econômicas mediatas e imediatas, pudessem reconstruir crítica e autonomamente o sentido de suas relações e atividades? Onde, enfim, as atividades econômicas tivessem um outro estatuto cultural?

## **CAPÍTULO 3 – TRABALHO E DESIGUALDADES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS<sup>8</sup>**

### **1. Introdução: perseguindo um roteiro de questões**

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, as transformações recentes no mundo do trabalho têm provocado efeitos imediatos sobre o mercado de trabalho e sobre classe trabalhadora. A crise do modelo taylorista-fordista de produção<sup>9</sup>, expressa uma nova crise de acumulação capitalista que tem como resposta um conjunto de estratégias de reorganização do trabalho e da produção, a aplicação de inovações tecnológicas e a implementação de novos modelos de gestão na relação com o mercado. Trata-se de um novo estágio do capitalismo definido como acumulação flexível (HARVEY, 1993).

Os métodos japoneses de gestão e organização empresarial (just in time, kanban), a revolução tecnológica em curso com a intensa utilização das tecnologias microeletrônicas, a ênfase nos conceitos de qualidade, produtividade e participação inserem-se neste novo padrão flexível de acumulação capitalista. A utilização de estratégias como a terceirização e a subcontratação revelam um novo modelo de organização empresarial baseado na necessidade de reduzir custos, elevar a produtividade e operar em sintonia com as flutuações do mercado, em um contexto de acirramento da competição intercapitalista.

Os efeitos dessas transformações sobre o trabalho, sobre o mercado de trabalhos, enfim, sobre as condições de vida da classe trabalhadora são evidentes. No contraste com segmentos privilegiados e protegidos da força de trabalho, pode-se observar o crescimento do desemprego, das formas precárias de emprego e trabalho (em tempo parcial, sem proteção legal, trabalho de menores, jovens, mulheres, minorias étnicas, emprego temporário, etc.), a expansão das atividades informais que supõem elevada instabilidade, ausência de proteção social e impossibilidade de organização sindical. Nesse sentido, torna-se de fundamental importância

---

<sup>8</sup> Artigo originalmente publicado nos “Cadernos do ISP”, nº 08, julho de 1996, Editora Universitária, UFPel, pp. 47-58.

<sup>9</sup> Modelo de organização do processo de produção e do processo de trabalho baseado na separação entre concepção e execução, na parcelização do trabalho e no controle sobre a força de trabalho, tendo como base uma produção em massa e altamente padronizada, alicerçada em grandes estruturas produtivas, com o objetivo de atingir um mercado universal e indiferenciado.

analisar as razões desse quadro e as tendências de desenvolvimento das relações sociais no mundo do trabalho.

As mulheres, os negros, os jovens, as minorias étnicas, os idosos, de uma forma geral, estão submetidos a condições bastante peculiares no mercado de trabalho e na força de trabalho, com uma presença mais marcante nas formas precárias de trabalho e emprego. Em comparação com os homens, por exemplo, as mulheres recebem salários mais baixos, possuem menores oportunidades em termos de promoção e treinamento, são mais instáveis no mercado de trabalho. As pesquisas sobre relações de gênero indicam que a posição das mulheres no mercado de trabalho não está relacionada apenas às suas condições de treinamento e escolaridade, mas à sua condição de gênero, isto é, ao fato de serem mulheres. Portanto, é fundamental investigar em que medida as transformações recentes no mundo do trabalho afetam o processo de segmentação da força de trabalho e produz novas formas de desigualdade social.

Esse conjunto de problemas tem intensificado, ultimamente, o debate em torno da esfera do trabalho e de sua centralidade na estruturação das sociedades contemporâneas, numa retomada do debate empreendido pelos autores clássicos (Marx, Weber, Durkheim) que consideravam o trabalho e a produção como atividades centrais na determinação das formas de integração e conflito das sociedades modernas, bem como na constituição das formas de consciência individual e coletiva. Cabe investigar, portanto, a importância do trabalho na constituição da própria subjetividade dos trabalhadores, a suposta dissolução da ética do trabalho, o aumento do tempo livre e de outras esferas de atividade social (lazer, esporte, cultura, etc.) como se vem argumentando no debate teórico contemporâneo (Offe, 1989). É preciso investigar, sobretudo, como essas transformações afetam os diferentes segmentos da força de trabalho e seus efeitos sobre a própria estrutura de classes. Enfim, é necessário avaliar em que medida os problemas relacionados com a sobrevivência física (material), psicológica, cultural, enquanto classe social (estilos e oportunidades de vida, padrão de consumo, consciência, organização, etc.) estão relacionados com o trabalho e a condição ocupacional.

## **2. O trabalho como categoria sociológica chave?**

As profundas transformações pelas quais vêm passando as sociedades contemporâneas e o mundo do trabalho, bem como seus efeitos sobre a classe trabalhadora - sua consciência e organização - e sobre a estrutura social e ocupacional, são temas amplamente analisados e debatidos pela literatura sociológica, não sendo, pois, recente nem uma novidade.

Harry Braverman, em seu famoso texto intitulado "Trabalho e Capital Monopolista" (1987), procura determinar estas transformações sob o impacto do capitalismo monopolista. Se, por um lado, a acumulação crescente do capital, a redução do trabalho industrial e o crescimento do trabalho improdutivo mudam o perfil da classe trabalhadora, cada vez mais diversificada, heterogênea e segmentada, por outro, intensificam-se, para o autor, os mecanismos de controle e exploração da força de trabalho. O taylorismo expande-se para a organização do trabalho nos escritórios; a expansão do setor de serviços se dá sob o signo do aumento das massas de ocupação mal pagas; mulheres, negros e imigrantes sofrem particularmente desses mecanismos de segmentação e intensificação da exploração da força de trabalho. Enfim, apesar da crescente incorporação da ciência e do conhecimento aos processos produtivos, os efeitos dessas transformações é o desemprego, a formação de exércitos de reserva e a desqualificação do trabalho. O diagnóstico de Braverman sugere que a esfera trabalho não só não perde sua importância na determinação das formas de conflito social como continua sendo cada vez mais central na estrutura e dinâmica das sociedades capitalistas contemporâneas.

Tal enfoque distancia-se daquele realizado por autores neofuncionalistas, tais como Daniel Bell (1987). O paradigma da sociedade pós-industrial, defendido por esse autor, supõe a noção de que o "trabalho" e os conflitos daí decorrentes, deixam de ser centrais na dinâmica social, tendo em vista o incremento do setor de serviços e das formas de trabalho técnicas, científicas e profissionalizadas, com a crescente incorporação do saber e do conhecimento às atividades sociais e ocupacionais. Além disso, a maior igualdade econômica decorrente da expansão do consumo de massa, o surgimento de uma sociedade de "classes médias", marcada por intensa mobilidade social e, conseqüentemente, por maiores oportunidades de ascensão social, eliminam ou reduzem sensivelmente a luta de classes, forma típica de conflito da sociedade industrial. Neste sentido, novas formas de conflito se estabelecem sem que estejam centrados no mundo do trabalho.

O exemplo desses autores, Braverman e Bell, como formas polares e opostas de representar as transformações das sociedades contemporâneas, apenas sugerem o intenso debate que se instalará a partir das mudanças mais recentes dessas sociedades e de seu mundo do trabalho. A crise do modelo taylorista-fordista de acumulação e do Estado de bem-estar, a terceira revolução tecnológica, as novas formas de gestão empresarial e organização do trabalho, a globalização econômica e a intensificação da competição econômica internacional, são alguns dos sinais das novas tendências da sociedade contemporânea que passam a ser tematizados.

Claus Offe (1989), em artigo clássico sobre o tema, intitulado "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?" discute a centralidade da categoria sociológica trabalho, construída, sobretudo, a partir da sociologia clássica na explicação das sociedades modernas. Segundo o autor, as condições sociais que geraram uma imagem de sociedade estruturada em torno do trabalho estariam deixando de existir: o crescimento quantitativo do trabalho, a proletarização da força de trabalho, a pura racionalidade técnico-econômica regulando as relações de mercado a partir da lógica da acumulação e valorização do capital, o predomínio dos conflitos trabalhistas, a ética do trabalho. Veja-se um pouco mais detalhadamente quais são estas transformações.

Primeiramente, segundo este autor, a condição de trabalhador não implica mais a formação de uma identidade comum e nem uma base estável para a ação coletiva. A pluralidade e heterogeneidade daqueles considerados trabalhadores assalariados e sua indeterminação não permite que se fale mais de uma classe trabalhadora ou de uma identidade coletiva em torno do trabalho. A segmentação da força de trabalho e do mercado de trabalho colocam cada vez mais os trabalhadores em posições diferenciais e em latente conflito de interesses. Privilégios em termos de renda, qualificação, estabilidade, garantias sociais e individuais; diferenças em termos de idade, gênero, raça/etnia; diferenciais de força e organização política e sindical; o incremento do desemprego (estrutural ou conjuntural), do trabalho informal, do trabalho a domicílio, do trabalho em tempo parcial ou do trabalho temporário, do trabalho clandestino; enfim, as novas condições da força de trabalho no mercado de trabalho não permitem mais que se fale de uma força de trabalho homogênea.

Em segundo lugar, a estagnação do emprego industrial e a expansão do setor de serviços colocam em questão ou limitam a racionalidade técnica e organizacional dominante durante o período de expansão industrial. A atividade em serviços "*não dispõe de um claro e inquestionado critério de economicidade*". Novas características e qualidades são requeridas dos trabalhadores "*como a capacidade de interação, o senso de responsabilidade, a empatia e a experiência adquirida casuisticamente*". Enfim, "*não mais se pode falar de uma unidade fundamental, de um tipo de racionalidade organizando e regendo todo o trabalho*" (OFFE, 1989, pp. 23-24).

Em terceiro lugar, ocorre aquilo que o autor define como a erosão da ética do trabalho. Trata-se da crescente descentralidade do trabalho na subjetividade do trabalhador, decorrente da "*desprofissionalização*" do trabalho e da ausência de "*orgulho profissional*" face o crescimento do desemprego estrutural e da "*tendência de redução da parcela de trabalho no tempo de vida*" (Idem, p. 28), das formas de trabalho precárias, parciais e temporárias,

concomitante ao aumento do tempo livre e da moral hedonista e consumista combinada com os mecanismos de proteção do Estado que permitem a reprodução da força de trabalho independentemente das condições do mercado.

Em quarto lugar, os conflitos sociais não estão mais fundamentalmente enraizados na esfera da produção e do trabalho. Deste modo,

*parece existir um amplo consenso (e ao mesmo tempo perplexidade) quanto ao fato de que em muitas sociedades ocidentais predominam conflitos políticos, cujos temas (paz e desarmamento, proteção das condições naturais da vida, definição e institucionalização dos papéis entre os sexos, direitos humanos e de cidadania) que não podem ser interpretados (a não ser através de tergiversações mentais cada vez menos plausíveis) como derivados de conflitos originados da esfera da produção, e que tenham por objeto o controle dos respectivos processos produtivos ou a distribuição dos seus resultados (Idem, p. 35).*

A partir dos elementos sugeridos por Offe, pode-se afirmar que a problemática do mundo do trabalho pode ser abordada tanto no que diz respeito à 1) diminuição do trabalho e de sua importância material e simbólica, como no que se refere à sua 2) diferenciação e complexidade interna; enfim, às transformações que modificam sua natureza.

O primeiro aspecto leva a uma reflexão sobre as modalidades de reprodução dos indivíduos, isto é, sobre os mecanismos pelos quais adquirem um rendimento necessário à sua sobrevivência e de seu grupo familiar. O próprio Offe afirma que o mercado de trabalho se constitui em um princípio distributivo fracassado que necessita de complementação, seja através dos "*fundos sociais*", seja através de políticas que estimulem o trabalho autônomo. O fracasso do mercado de trabalho em alocar as capacidades de trabalho e distribuir o produto social decorre do caráter fictício da mercadoria força de trabalho (isto é, a força de trabalho não é uma mercadoria genuína) e das estratégias de fechamento do mercado de trabalho adotada pelos atores sociais (sindicatos, empresas). Se, por um lado, o mercado de trabalho fracassou enquanto princípio distributivo, por outro, o Estado e suas políticas encontram uma série de problemas no sentido de regular a reprodução da força de trabalho. O fim do keynesianismo, a crise do modelo econômico do pós-guerra baseado no crescimento econômico e no pleno emprego, enfim, a crise do pacto socialdemocrata limitam a eficácia do Estado tendo em vista seu processo de endividamento crescente agravado pelo aumento do desemprego estrutural e pela diminuição da capacidade de investimento decorrente da recessão ou do lento crescimento econômico. Se algumas parcelas da força de trabalho, em situação de desemprego, devem ser sustentadas pelas parcelas empregadas, como supõem os mecanismos de financiamento do Estado social, a tendência do quadro é de agravar-se cada vez mais.

É nesse contexto que o mercado de trabalho vive uma verdadeira crise que supõe a necessidade de combinar horizontalmente diversos princípios de ordenamento (OFFE, 1989). De qualquer modo, o autor parece não reconhecer que a solução para esses problemas não pode ser encontrada fora da esfera do trabalho, isto é, em condições em que a reprodução dos indivíduos independa de algum tipo de atividade produtiva. Uma sociedade em que uma parte significativa de indivíduos, ou mesmo a maior parte deles, não trabalhe e possa sobreviver, é ainda uma quimera.

Tal fato leva a um segundo aspecto anteriormente referido, sobre as transformações internas do mundo do trabalho, sua diferenciação e complexidade crescente, e seus efeitos sobre a estrutura da classe trabalhadora e aos respectivos mecanismos de inclusão/exclusão social. Quando analisa a segmentação do mercado de trabalho, Offe refere-se à "*distribuição desigual e especificamente grupal dos riscos do mercado de trabalho*" (Idem, p. 44). Neste sentido, algumas parcelas da população ficam mais tempo desempregadas, ocupam as formas de emprego mais instáveis, com menores salários, piores condições de trabalho e qualificação. Mais do que isso, essas clivagens cada vez mais estão associadas a características atribuídas ou adscritícias<sup>10</sup>, como sexo, idade, raça/etnia, condição física, o que torna cada vez mais relevante na análise sociológica o uso dessas categorias.

Desse modo, apesar das restrições sugeridas por Offe ao mundo do trabalho como fator estruturante das relações sociais, parece efetivamente que as desigualdades gestadas em seu interior são extremamente importantes na estruturação das relações sociais e na determinação de desigualdades sociais mais amplas. Se, por um lado, as teses do autor tendem a rejeitar essa ideia, por outro, sua própria argumentação não consegue escapar dessa noção de que existe uma situação de desigualdade social gerada a partir do mundo do trabalho.

### **3. Conclusões: explorando novas possibilidades teóricas**

Em seu texto intitulado "Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho", Ricardo Antunes (1995) enfrenta essa problemática reelaborando diversas categorias originalmente elaboradas por Marx, em sua análise da

---

<sup>10</sup> Segundo várias correntes sociológicas, as características adscritícias ou atribuídas, típicas das sociedades pré-industriais, deixariam de ser relevantes na distribuição de indivíduos e grupos na estrutura social, isto é, no processo de estratificação social e de distribuição das desigualdades nas modernas sociedades industriais. Ao prevalecer a ação de tipo racional, orientada pelos ideais de igualdade entre os indivíduos, a posição dos mesmos seria decorrente de características "adquiridas" (educação, renda, treinamento profissional, etc.), de acordo com os méritos individuais.

sociedade capitalista, e permitindo um diálogo crítico em relação às posições teóricas assumidas pela autores evocados anteriormente.

Antunes afirma que a “*classe-que-vive-do-trabalho*” viveu, no final do século XX, sua mais aguda crise, tanto em sua *materialidade* como em sua *subjetividade*. Ao analisar o processo de reestruturação produtiva em curso e a emergência do Toyotismo e da especialização flexível como um novo paradigma de organização industrial, o autor indaga se a retração do operariado industrial, a elevação crescente da produtividade do trabalho, o avanço do desemprego estrutural, entre outras mudanças no mundo do trabalho, não significariam o fim da sociedade do trabalho e a perda de centralidade da categoria trabalho na explicação das relações sociais na atual fase do capitalismo mundial.

Antunes sugere que os impactos desse novo modelo no mundo do trabalho não levam nem a uma completa liberação do ser humano em relação à atividade produtiva nem o trabalho perde sua característica de atividade heterônoma e, portanto, subordinada e dependente, onde o que prevalece não é a autorrealização, mas a lógica da acumulação capitalista. Isto é, o autor vai sustentar o estatuto central da categoria trabalho na explicação sociológica, uma vez que o mundo do trabalho continuaria a estruturar as formas básicas de relação e organização social nesta fase avançada do capitalismo globalizado.

A *processualidade contraditória* que marca as metamorfoses do mundo do trabalho a partir do final do século XX apontam em duas direções distintas que caracterizam a crise da sociedade do trabalho. Por um lado, existe um processo de *desproletarização do trabalho industrial, fabril*, o que leva a uma redução quantitativa da classe operária tradicional. Paralelamente, existe uma expansão das relações de assalariamento, com a ampliação do setor de serviços, e uma crescente *subproletarização da força de trabalho*, através do avanço do trabalho temporário, do trabalho em tempo parcial, do trabalho precário, terceirizado, subcontratado. Além disso, o desemprego estrutural assume uma escala cada vez mais global, gerando parcelas cada vez mais expressivas de populações excluídas. Enfim, a classe-que-vive-do-trabalho torna-se cada vez mais heterogênea, fragmentada e diferenciada internamente.

A crise da sociedade do trabalho decorre, em parte, dessa fragmentação da classe-que-vive-do-trabalho. A crise de representatividade dos sindicatos, as baixas taxas de sindicalização, refletem essa fragmentação e complexificação da classe trabalhadora e das relações de trabalho. As diferenciações internas, entre setores mais protegidos e privilegiados em contraste com os setores menos protegidos e instáveis, colocam em xeque a constituição de uma identidade comum a partir da condição de trabalhador. Além disso, a individualização e flexibilização das relações de trabalho, a exclusão de vastos contingentes da população do



trabalho formal e o processo de institucionalização e burocratização dos sindicatos são fatores que se somam a esse quadro de crise.

Ao investigar a natureza dessa crise da sociedade do trabalho, Antunes desenvolve os argumentos centrais de sua reflexão. Retoma a distinção marxiana entre trabalho concreto, produtor de valores de uso ou coisas úteis, e trabalho abstrato, produtor de valores de troca ou mercadorias propriamente ditas. Deste modo, o autor afirma sua tese de que a crise da sociedade do trabalho não decorre da extinção do trabalho concreto, através do qual se estabelece um metabolismo entre o ser humano e a natureza. Mesmo que haja uma diminuição do tempo de trabalho para a produção de mercadorias e que o trabalho manual diminua frente ao trabalho intelectual, não é possível pensar uma sociedade na qual não se trabalhe, onde esteja abolida a relação metabólica com a natureza. Não é possível pensar, segundo o autor, a extinção do trabalho enquanto atividade útil, na medida em que através dele é estabelecida não apenas a relação com a natureza, mas as relações dos seres humanos entre si. O trabalho pode se constituir assim como autoatividade, como meio de autorrealização e emancipação humana, em oposição ao trabalho alienado e estranhado criticado por Marx nos manuscritos econômicos e filosóficos.

A crise da sociedade do trabalho é, portanto, a crise do trabalho abstrato, do trabalho criador de mercadorias e de valores expropriados nas relações sociais de classe. Neste caso, o trabalho não é nem pode ser autoatividade. É trabalho alienado, estranho, destinado a satisfazer outras necessidades que não as do trabalhador. Para este último, o trabalho torna-se apenas um meio para satisfazer outras necessidades, sobretudo garantir a sobrevivência. Neste sentido, é a lógica do capital e do sistema produtor de mercadorias que prevalece sobre as necessidades humanas pessoais. A sociedade contemporânea não aboliu essa lógica. Ao contrário, a reforçou. E as metamorfoses no mundo do trabalho não podem ser pensadas independentemente desse fator. Em termos marxianos, a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto constituem o coração dessa crise. A eliminação de trabalhadores devido à elevação da produtividade do trabalho, de um lado, e a necessidade de consumidores, de outro, movem essa contradição essencial. As desigualdades e a exclusão apresentam-se como expressões inevitáveis a partir dessa lógica. Em poucos momentos históricos da sociedade capitalista o problema da integração social de grandes parcelas da população mostrou-se tão agudo como atualmente.

Enfim, a centralidade do trabalho decorre da predominância dessa lógica de acumulação capitalista que neste novo estágio determina uma *nova forma de ser da classe-que-vive-do-trabalho*. Essa nova forma de ser marcada pela heterogeneidade, fragmentação e

complexificação da classe trabalhadora não elimina o trabalho alienado e fetichizado, apesar da processualidade complexa que aponta tanto no sentido de uma maior intelectualização e qualificação do trabalho como no sentido oposto. A redução do número de trabalhadores na produção direta de mercadorias, a diminuição do trabalho manual fabril, não significa, porém, a eliminação do estranhamento no trabalho, uma vez que o conjunto do trabalhador coletivo e o conjunto da sociedade estão estruturados a partir da lógica mercantil de valorização do capital. Os trabalhadores mais qualificados no setor fabril, os trabalhadores no setor de serviços, os trabalhadores tempo parcial ou temporários, os trabalhadores à domicílio, os trabalhadores ambulantes, estão todos subordinados à lógica da acumulação capitalista e dela não podem se desvencilhar na medida em que está em questão sua reprodução física. O estranhamento é o que define e continua a definir o trabalho da sociedade capitalista. O trabalho parece constituir-se, portanto, numa atividade a partir da qual estruturam-se tanto as novas formas de desigualdade social como as formas de luta e resistência anti-capitalistas.

**PARTE II – TRANSFORMAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO E  
DESIGUALDADES SOCIAIS NO BRASIL**

## **CAPÍTULO 4 - O MERCADO DE TRABALHO E A QUESTÃO DO EMPREGO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO PRECÁRIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL<sup>11</sup>**

### **1. Introdução**

Neste trabalho, pretende-se analisar a dinâmica recente do mercado de trabalho e a tendência de crescimento do emprego formal no Brasil enquanto questão social. Trata-se de indagar em que medida o crescimento econômico e a expansão do emprego vêm sendo capazes de produzir a desprecarização do trabalho e um novo padrão de integração social da classe trabalhadora, revertendo as profundas desigualdades sociais produzidas pelo modelo concentrador de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Em sociedades capitalistas, tendo em vista a transformação da força de trabalho em mercadoria, tal qual descrita por Marx (1983), o trabalho assalariado torna-se, historicamente, um dos pilares sociais e econômicos fundamentais de acesso dos trabalhadores a um rendimento, bem como, em período mais recente, à cidadania e a uma identidade social legítima. Depois de um longo período histórico de constituição e consolidação das chamadas sociedades salariais, nos termos propostos por Castel (2001), esse fundamento das relações sociais e da sociabilidade moderna, o trabalho assalariado, passa por profundas transformações nas últimas décadas, redefinindo-se o estatuto da relação salarial e o grau de garantias e proteções a ele associadas. É nestes termos que o tema da precarização do trabalho ganha relevo tanto no debate sociológico como no debate público (ANTUNES, 2006, 2013; DRUCK, 2011; DRUCK & FRANCO, 2007, 2011; ROSENFELD, 2010; VARGAS, 2012a, 2016).

No Brasil, a situação não é muito diferente, ainda que a relação salarial moderna jamais tenha se constituído plenamente e jamais tenha gozado da força protetora e amplitude que se observou na Europa e nos países mais avançados do capitalismo mundial. Nem por isso, no entanto, a precarização do trabalho deixou ou deixa de ser, nas últimas décadas, um problema social de primeira grandeza, em contraste com a velha e extensa informalidade e precariedade estrutural do trabalho. Após um longo período de crise econômica e de reestruturação produtiva que provocaram uma profunda desestruturação do mercado de trabalho e uma ainda mais profunda precarização social da classe trabalhadora brasileira, sobretudo ao longo dos anos

---

<sup>11</sup> Artigo originalmente publicado, com o mesmo título, na Revista Brasileira de Sociologia – RBS, Vol. 02, nº 04, Jul/Dez 2014, pp. 183-203 (VARGAS, 2014b).

noventa, assiste-se, mais recentemente, a um conjunto de políticas públicas que pretendem reverter essa tendência histórica.

É esse, pois, o pano de fundo no qual é proposta a indagação fundamental deste trabalho. Quais são os impactos das transformações sociais e econômicas recentes no Brasil sobre o trabalho, o emprego e a situação da classe trabalhadora? Em que medida o conjunto de políticas econômicas e sociais – um novo desenvolvimentismo - vêm conseguindo integrar os trabalhadores nesse novo padrão de desenvolvimento? Qual é o papel do trabalho remunerado e do emprego, de um lado, e das políticas sociais de renda mínima, de outro, nesse processo de integração dos trabalhadores?

Para responder a essas questões, pretende-se explorar, sumariamente, alguns dados e indicadores sobre mercado de trabalho, emprego, desemprego, pobreza e políticas de renda mínima no Brasil, na tentativa de identificar e caracterizar o modelo de integração dos trabalhadores no atual processo de desenvolvimento econômico. Estima-se que um padrão de integração baseado na precariedade do trabalho e na forte presença de um Estado assistencial sejam as bases fundamentais desse novo modelo de desenvolvimento, incapaz de superar definitivamente as profundas desigualdades sociais herdadas.

Este trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, propõem-se algumas reflexões teóricas sobre a questão do emprego como questão social, tendo em vista, sobretudo, as concepções sugeridas por Castel (2001, 2009) a respeito da emergência de um novo padrão precário de integração dos trabalhadores ao desenvolvimento capitalista flexível no mundo contemporâneo. Na segunda parte, procura-se identificar as transformações do trabalho na sociedade brasileira recente, apresentando-se um conjunto de indicadores capazes de contribuir para compreender o modo como a classe trabalhadora se integra a esse novo padrão de desenvolvimento em curso.

## **2. A questão do emprego como questão social**

A questão do emprego, nos termos aqui propostos, não se coloca apenas como uma questão econômica subordinada à dinâmica do crescimento, às políticas macroeconômicas e às necessidades de assegurar uma força de trabalho apta, adaptada e qualificada segundo as exigências do mercado de trabalho e das empresas. Trata-se, sob outro ponto de vista, de considerar o emprego como um mecanismo social fundamental de integração social, de incorporação da classe trabalhadora e da maior parte da população à ordem social e econômica capitalista. O emprego, por isso, constitui-se num meio fundamental de acesso à renda, à

proteção e ao reconhecimento social através de uma atividade econômica considerada legítima. É nestes termos que a questão do emprego se torna também uma “questão social” e não apenas uma “questão econômica”.

Nos termos propostos por Castel, *“a questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”* (Castel, 2001, p. 30). Se, do ponto de vista estritamente econômico, a questão do emprego traz à tona a capacidade de um sistema de alocar e distribuir seus recursos e produzir com eficiência, provendo os agentes econômicos das qualificações e competências necessárias para assegurar o adequado funcionamento das atividades produtivas – dispondo, em última análise, de um capital humano compatível – do ponto de vista social está em questão a capacidade de uma sociedade assegurar aos trabalhadores não apenas sua subsistência física, mas o acesso a bens e serviços que assegurem condições de vida consideradas dignas. Neste sentido, o emprego torna-se, para os trabalhadores, um meio fundamental de acesso tanto a um rendimento regular, à reprodução de seu bem-estar material, como também a um reconhecimento e a uma identidade social. Converte-se, por isso, em um mecanismo fundamental de integração desses trabalhadores à vida social, nela ocupando uma posição específica e um estatuto reconhecido.

Segundo Offe (1989), o mercado de trabalho como espaço social marcado por essa dupla função, de alocar as capacidades de trabalho e de distribuir a renda entre os trabalhadores, não funciona do mesmo modo como os demais mercados. Isto porque a mercadoria força de trabalho não se apresenta como as demais mercadorias. Trata-se, na verdade, de uma mercadoria fictícia, de uma falsa mercadoria, pois não pode ser produzida e ofertada a partir de condições e critérios puramente econômicos. Sua “produção”, “distribuição” e “venda” dependem de fatores extraeconômicos. A reprodução humana em nível biológico, por exemplo, não obedece à lógica de mercado, mas a fatores socioculturais mais amplos. Os trabalhadores não podem deixar de vender sua força de trabalho, mesmo que os preços dessa mercadoria especial, os salários, estejam muito baixos. O próprio exercício da racionalidade econômica instrumental encontra-se limitada por tais necessidades inadiáveis e insuperáveis e por tais fatores extraeconômicos. A própria mobilidade dessa força de trabalho encontra-se limitada por condições físicas, geográficas, econômicas e sociais. A limitada mobilidade dessa mercadoria deve-se, pois, ao fato de que os trabalhadores, como seres humanos, estão vinculados a grupos sociais de pertencimento.

O mercado de trabalho, portanto, funciona de maneira precária e desequilibrada, implicando uma forte assimetria entre compradores e vendedores. Tal fato implicou, historicamente, a maciça intervenção do Estado para regular essas relações de compra e venda da força de trabalho. Tais regras implicaram, pois, a necessidade de subtrair os trabalhadores das determinações puramente mercantis que lhes implicasse em uma condição de vulnerabilidade e precariedade social. É nesses termos que os trabalhadores passaram a consolidar um conjunto de direitos e proteções específicos, um estatuto social.

Para Castel (2001), a história da moderna condição salarial é a história da consolidação desse estatuto social. Sem poder gozar das formas de proteção e solidariedade tradicionais e estando ainda destituídos do acesso à propriedade privada e à segurança que elas implicam, os trabalhadores tiveram na estabilização da relação salarial e na sua subtração às relações puramente mercantis os suportes e as proteções necessárias para enfrentar os riscos da existência. Para este autor, as sociedades modernas tornaram-se, pois, *sociedades salariais* nas quais os direitos e proteções do emprego se generalizaram para o conjunto da população ocupada. O emprego, mais especificamente o conjunto de direitos e proteções que implica, tornou-se, pois, um dos pilares fundamentais de integração social dos trabalhadores.

### **3. A questão do emprego no Brasil**

No Brasil, a questão do emprego adquire contornos específicos, tendo em vista o processo histórico de formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de suas relações de trabalho. Desde o seu início, já no final do século XIX, a constituição do mercado de trabalho ocorreu à expensa do acesso de vastas parcelas da população – dos ex-escravos e dos trabalhadores vinculados à economia de subsistência – ao trabalho livre (BARBOSA, 2008; THEODORO, 2004). A política migratória implementada pelo Estado brasileiro e pelas elites econômicas da época promoveu a formação de uma classe de trabalhadores assalariados brancos, de origem europeia, o que implicou o fechamento desse mercado de trabalho livre ao ex-escravos, empurrados seja em direção à economia rural de subsistência, seja em direção ao trabalho urbano informal. Assim, desde os primórdios de formação do trabalho livre, assiste-se, ao mesmo tempo, à formação de um excedente estrutural de trabalhadores colocados à margem do trabalho assalariado.

A partir de 1930 e, sobretudo, a partir dos anos de 1950, com a forte industrialização da economia brasileira, esse mercado de trabalho expandiu-se enormemente, assim como um sistema de proteção social, mas nunca em níveis suficientes para absorver os fluxos migratórios,

agora internos, sobretudo dos trabalhadores do campo para as cidades. O acesso restrito aos direitos sociais e trabalhistas, constituídos ao longo dos anos 30 e 40, apenas pelos trabalhadores urbanos empregados em empresas mais estruturadas – e a conseqüente exclusão dos trabalhadores rurais, dos trabalhadores domésticos e dos trabalhadores individuais e vinculados aos pequenos negócios – produziu, além da exclusão de uma massa de trabalhadores excedentes, o que Cardoso (2010) chama de uma *utopia brasileira* marcada pela esperança de integração ao assalariamento estável. O poder de atração dessa promessa de integração – que se efetivou para alguns e não para a maioria – esteve na raiz desse forte movimento migratório que levou ao inchamento das periferias urbanas das médias e grandes cidades brasileiras ao longo dos anos 50, 60 e 70. Cardoso evoca o conceito de *cidadania regulada*, tomada emprestado de Wanderley Guilherme dos Santos (1979: 75-76), para mostrar o resultado desse processo histórico e caracterizar essa integração precária, desigual, típica desse período de expansão capitalista e industrial, marcada, essencialmente, por um acesso limitado aos direitos sociais por parte de vastas camadas da população, os *pré-cidadãos*. Naquele contexto histórico, para estes pré-cidadãos, a exclusão existe, mas “*pode ser temporária, isto é, a cidadania aparece [...] como possibilidade*” (CARDOSO, 2010, p. 219). Daí, portanto, a ideia de utopia, de promessa, dessa força de atração exercida pela possibilidade de acesso aos direitos sociais. Segundo Cardoso, essa esperança converteu-se em um forte mecanismo de legitimação de uma ordem capitalista profundamente desigual e excludente.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, esse padrão de desenvolvimento periférico, tardio, dependente e desigual, levado a cabo em uma fase avançada de acumulação capitalista monopolista mundial e intensiva em capital, provocou a expansão de excedentes estruturais de trabalhadores, frequentemente absorvidos por uma suposta economia informal urbana. Essa “*massa marginal*” (KOWARICK, 1977; NUN, 2000) permanecerá à margem do trabalho assalariado protegido, alimentando as periferias das grandes cidades brasileiras ao longo desse processo de expansão capitalista e industrial.

Neste sentido, a relação salarial moderna, o emprego protegido, não se impôs nem se generalizou como a forma hegemônica de trabalho, convivendo com outras formas e relações igualmente importantes, tais como o assalariamento informal, o trabalho autônomo individual, o trabalho familiar rural ou urbano, o trabalho doméstico ou ainda as formas de trabalho ligadas às atividades de subsistência. Além de não se generalizar, essa relação salarial nunca se estabilizou nos termos identificados por Castel ao se referir aos países desenvolvidos, a França em particular. Nunca se teve no Brasil, portanto, uma sociedade salarial plena, mas apenas um restrito assalariamento estável que conviveu com a forte disseminação de formas salariais



instáveis. A relação salarial moderna combinou-se, pois, no Brasil, com um “indigno assalariamento” (Castel, 2001) e com formas marginais e periféricas de trabalho, mais ou menos articuladas com as formas capitalistas de produção.

Outra característica fundamental do trabalho e das relações de trabalho no Brasil é seu elevado grau de desigualdades sociais. Estas se refletem tanto no modelo autoritário de relações de trabalho e de classe, denominado por Dedecca (2006) de regulação despótica - utilizando os termos de Burawoy (1990) - como na transversalidade e interseccionalidade das relações sociais de classe, gênero, etnia e geração, expressando-se na profunda vulnerabilidade social de segmentos específicos da força de trabalho e da população em geral, como é o caso das mulheres, dos negros, dos jovens, da população com baixa escolaridade. Essas desigualdades sociais, portanto, se expressaram e ainda se expressam no elevado grau de pobreza e de exclusão ao acesso às formas modernas e protegidas de trabalho e relações de trabalho e no acesso restrito à formação escolar e profissional e ao conjunto de direitos sociais e proteções trabalhistas por estas parcelas mais vulneráveis da população. As clivagens internas à classe trabalhadora revelam a força de um conjunto diferenciado de relações sociais de dominação e subordinação que se articulam no espaço social concreto e que são permanentemente produzidas e reproduzidas no mercado de trabalho e no mundo do trabalho em geral. Nesse sentido, o mundo do trabalho em geral e o mercado de trabalho especificamente precisam ser pensados, sociologicamente, como espaços sociais fundamentais de produção e reprodução de relações sociais desiguais em termos de classe, gênero, etnia/cor, geração, etc..

Aliada à velha precariedade estrutural do trabalho e às desigualdades sociais que a acompanham ao longo da história, é preciso levar em consideração, ainda, para compreender as especificidades nacionais, o novo processo de precarização do trabalho observado a partir dos anos noventa (ANTUNES, 2006, 2013; DRUCK & FRANCO, 2007; POCHMANN, 2001). Até então, o país havia completado seu ciclo de desenvolvimento capitalista a partir de um modelo baseado na substituição de importações e ampliação do mercado interno. Ancorado na forte intervenção do Estado e na proteção da economia nacional, este modelo caracterizou-se por uma marcante expansão econômica e por elevados níveis de desigualdade e heterogeneidade da estrutura produtiva. A crise mundial e de financiamento desse modelo provocaram uma crise profunda do Estado brasileiro em um contexto de reestruturação produtiva e de reformas liberais.

Do ponto de vista econômico e social, as décadas de oitenta e noventa são consideradas críticas no Brasil, pois evocam um contexto de crise econômica acentuada, seja pela recessão e instabilidade econômica, inflação elevada, crise fiscal e elevado endividamento público (anos

oitenta), seja pela rigidez de políticas monetaristas de estabilização econômica e controle da inflação (anos noventa) que levam a uma reestruturação/desestruturação das atividades econômicas e do mercado de trabalho (POCHMANN, 2001).

Em termos de crescimento econômico, o saldo desse período é bastante tímido se comparado ao período anterior. Segundo Pochmann, entre 1950 e 1980, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo, apresentando uma elevada expansão do produto econômico, de quase 7% ao ano. Tal cenário foi possível graças a um projeto de desenvolvimento alicerçado no forte papel do Estado e das empresas estatais, bem como na ampla internacionalização do mercado interno, naquele período altamente protegido da concorrência externa. A partir dos anos oitenta, a economia brasileira passa a mostrar um baixo dinamismo, apresentando uma expansão anual média de apenas 2,1% entre 1980 e 1999. Trata-se de um crescimento apenas um pouco acima da expansão demográfica e abaixo do crescimento da economia mundial. Nestes termos, o Brasil perde participação na economia internacional. Este período consolidou a chamada “*estratégia de integração passiva e subordinada à economia mundial*” (POCHMANN, 2001, p. 40).

Nesse novo contexto, observa-se, a partir dos anos noventa, o avanço de um conjunto de políticas e reformas liberais visando integrar o país à globalização econômica e modernizar sua estrutura produtiva. O efeito dessas políticas foi um amplo processo de desestruturação da indústria nacional e do mercado de trabalho formal, o que resultou em um forte incremento do desemprego e das formas de trabalho informais, assalariadas ou não. Do ponto de vista da população trabalhadora, as reformas liberais representaram um retrocesso em termos da ampliação dos direitos sociais e trabalhistas que vinham ocorrendo até então, principalmente com a consolidação da Constituição Federal de 1988, denominada constituição cidadã. Ao privilegiar a estabilização econômica, a liberalização comercial e as privatizações a partir do ingresso de capitais externos, o ajuste liberal teve, do ponto de vista social, custos bastante elevados, ainda que os níveis de pobreza tenham sido reduzidos por conta do processo de estabilização econômica.

#### **4. O emprego e a assistência: as transformações recentes na sociedade brasileira**

A partir dos anos 2000, observa-se a uma importante inflexão na política econômica, particularmente com a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores e de uma nova concepção de desenvolvimento que visa recuperar a capacidade do Estado brasileiro de regular a economia e de distribuir a riqueza. Tendo em vista a estabilização econômica conquistada e

um cenário internacional favorável, a nova política econômica do então governo Lula logrou uma retomada do crescimento econômico que, articulado com uma elevação do poder real do salário-mínimo e de uma política social mais ampla de assistência e distribuição de renda, provoca uma expansão do mercado interno e do consumo de massa. Esse modelo contribuiu para diminuir os efeitos destrutivos da crise internacional de 2008, mantendo a economia brasileira numa rota de crescimento significativo até 2013.

De um lado, do ponto de vista do mercado de trabalho, o resultado desse processo foi um forte crescimento do emprego formal e uma importante redução do desemprego e da informalidade do trabalho. As políticas de renda mínima, por outro lado, estiveram na base de uma forte redução da pobreza e de inclusão de vastas parcelas da população que vivia em condições de elevada vulnerabilidade social.

Esse padrão de desenvolvimento, esse novo desenvolvimentismo, estaria estruturado em torno de dois pilares fundamentais, o estímulo e a ampliação do mercado interno, por um lado, e um conjunto de políticas sociais redistributivas, de outro. No primeiro caso, as políticas visando estimular os investimentos em infraestrutura através do Plano de Aceleração do Crescimento, as políticas setoriais específicas (indústria naval, setor energético), as políticas fiscais de desoneração das atividades industriais (automóveis, eletrodomésticos, móveis, etc.), bem como as políticas de valorização do salário-mínimo teriam um importante efeito de sustentação das atividades econômicas através da expansão da demanda interna. Na esteira dessas políticas, o crescimento do emprego formal foi uma das dimensões mais importantes, constituindo-se, deste modo, em um importante fator de distribuição da renda. As políticas de renda mínima através do programa bolsa família também contribuíram decisivamente tanto para reduzir a pobreza como para ampliar a demanda interna, proporcionando um círculo virtuoso de distribuição de renda, elevação da demanda interna e crescimento do emprego.

Veja-se, a seguir, alguns indicadores econômicos desse novo cenário.

Na segunda metade da década de 2000, mais precisamente de 2004 a 2010, a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 4,5%, apesar da crise de 2008 que reduziu o crescimento do PIB de 2009 para -0,3%.<sup>12</sup> No ano seguinte, em 2010, o PIB voltou a crescer fortemente, atingindo a elevada taxa de 7,3%. Se comparado ao desempenho dos períodos anteriores, observa-se uma importante inflexão na economia brasileira. Nos anos noventa, sua taxa média anual de crescimento foi de 2,6%.<sup>13</sup> Ao longo de toda a década de 2000, essa média

---

<sup>12</sup> De 2004 a 2008, a taxa anual média de crescimento do PIB brasileiro atingiu 4,8% (IBGE, 2014a).

<sup>13</sup> Se, nesse cálculo, incluir-se o ano de 1990, cujo desempenho do PIB foi de -4,3%, a média anual do período 1990-2000 cai para 1,9% (IBGE, 2014a).

sobe para 3,7%. Este desempenho, no entanto, só não foi mais alto em função tanto dos efeitos da crise de 2008 como em razão de um início de década marcado pela incerteza. Entre 2001 e 2003, a taxa média anual de crescimento do PIB atingiu apenas 1,7%. Vale ressaltar, ainda, que, entre 2011 e 2014, o ritmo de crescimento cai consideravelmente, a taxa de crescimento do PIB sendo de 2,4% no período, dado o cenário internacional desfavorável e os possíveis limites do próprio crescimento interno (pressão inflacionária, investimentos limitados, déficit na balança comercial, câmbio desfavorável, etc.).

Os dados sobre a evolução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil nos anos 1990 e 2000 mostram um quadro aparentemente bastante positivo. Segundo o IPEA (2014a), entre 1995 e 2003, a pobreza e a extrema pobreza se mantiveram em níveis relativamente estáveis. É a partir de 2003 que se observa uma importante redução de suas taxas. Em 2003, a população pobre constituía 35,75% da população brasileira, essa taxa caindo para 15,93%, em 2012. Ainda segundo o IPEA, a extrema pobreza era de 15,18%, em 2003, caindo para 5,29%, em 2012. Tanto o crescimento econômico como os programas de renda mínima contribuíram significativamente para a redução da pobreza. Somando-se a isto o aumento significativo do valor real do salário-mínimo, observa-se um quadro de redução das desigualdades de rendimento.<sup>14</sup> No entanto, é preciso ter cuidado com a leitura desses dados, uma vez que os patamares propostos para medir a pobreza e a extrema pobreza são extremamente baixos.

A análise dos dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2014c) revela alguns aspectos importantes desse fenômeno. Segundo o último censo, apesar dos avanços em termos de transferência de renda e de recuperação do valor real do salário-mínimo na década de 2000, 6,3% da população brasileira vivia em uma situação de extrema pobreza<sup>15</sup>. Mais elevada na zona rural e nas pequenas e médias cidades, essa taxa dobra nas cidades entre 10 e 20 mil habitantes. Vale salientar, ainda, que, segundo os dados do Censo, metade da população brasileira possuía uma renda per capita mensal média de até R\$ 375,00, o que correspondia a 73,5% do salário-mínimo naquele ano.<sup>16</sup> Esses dados revelam que, mesmo diminuindo a pobreza oficial, a maior parte da população brasileira possuía rendimentos próximos e mesmo abaixo dos patamares do salário mínimo.

A partir dos dados publicados pelo IBGE, pode-se ter uma ideia mais clara da extensão das políticas sociais de transferência de renda no Brasil naqueles anos. Segundo esse instituto,

---

<sup>14</sup> Segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2014b), o índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes caiu de 0,597, em 2000, para 0,536, em 2010. Vale observar, no entanto, que essa desigualdade continua bastante elevada.

<sup>15</sup> Rendimento per capita mensal médio de até R\$ 70,00, em 2010.

<sup>16</sup> Em 2010, o salário-mínimo era de R\$ 510,00.

em 2006, esses programas sociais atingiam mais de 10 milhões de domicílios e cerca de 46,4 milhões de pessoas, isto é, 18,3% dos domicílios e 24,8% da população brasileira, o que expressa uma capacidade de cobertura muito ampla. Cerca de 90% das famílias que recebiam benefícios dos programas sociais tinham rendimento médio per capita inferior a um salário-mínimo mensal, o que expressa uma considerável eficiência desses programas em sua capacidade de atingir a população alvo. Dados de 2011 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2011) revelam que já eram mais de 13 milhões de famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda. Desde 2004, o número de famílias atendidas mais do que dobrou. Em 2011, foram transferidos mais de R\$ 17 bilhões em benefícios às famílias.

Esses dados tornam evidente que os programas de transferência de renda tiveram um papel decisivo na redução da extrema pobreza no Brasil, evidenciando não só o papel estratégico do Estado no enfrentamento da questão social como também, ambigualmente, o papel do trabalho e do emprego na configuração desse quadro. O avanço das políticas de transferência de renda parece ir de par com a dificuldade do trabalho remunerado e do emprego de integrarem a classe trabalhadora ao desenvolvimento do país. Alguns diagnósticos dos programas de transferência de renda revelam que 70% dos adultos beneficiados por esses programas trabalhavam. Isto é, esses diagnósticos sugerem que o programa não desestimula as pessoas por ele assistidas a trabalharem, o que seria um aspecto positivo. No entanto, contraditoriamente, esse dado sugere que a pobreza vai de par com o trabalho, o que se tem chamado comumente de “pobreza laboriosa”. Logo, se, por um lado, o programa não desestimula os beneficiados a trabalharem, por outro, ele mostra uma dimensão fundamental da questão social no Brasil, o problema da precariedade do emprego. Os dados referentes aos programas sociais revelam, por exemplo, que 34% dos ocupados beneficiados por esses programas tinham um emprego formal, o que traz um questionamento sobre a qualidade da ocupação em geral e do emprego formal em particular no Brasil.

A evolução da questão do desemprego também revela uma importante inflexão nas transformações recentes pelas quais atravessa a sociedade brasileira. Pouco a pouco, as elevadas taxas de desemprego aberto dos anos noventa deram lugar, nos anos 2000, a taxas mais baixas, sobretudo nas grandes regiões metropolitanas. Segundo os censos demográficos, a taxa de desocupação em 2000 era de 15,3%, reduzindo-se para 7,6% em 2010. Eram 11,8 milhões de desempregados em 2000, caindo para 7,2 milhões em 2010. Apesar dessa significativa redução, tanto a taxa como o volume do desemprego no Brasil continuaram elevados. Taxas mais baixas nas grandes regiões metropolitanas revelam uma importante concentração do crescimento econômico e dos empregos nas áreas mais urbanizadas e desenvolvidas, em detrimento das

áreas rurais e das pequenas e médias cidades. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, já extinta, a taxa média de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas brasileiras no ano de 2010 foi de 6,7%.

Vale ressaltar, ainda, que estas taxas se referem ao que se convencionou chamar de “desemprego aberto”, medido segundo os critérios internacionais propostos pela Organização Internacional do Trabalho e pouco sensíveis ao denominado desemprego oculto (VARGAS, 2008). Os dados que incluem esse desemprego oculto, medido pelo DIEESE através da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), revelam que a taxa de desemprego total em São Paulo, por exemplo, atingiu 13,9% em 2010, sendo 8,8% de desemprego aberto e 5,1% de desemprego oculto. A taxa média de desemprego aberto em São Paulo nesse mesmo ano, medida pela PME/IBGE, era de 7%.

Outra maneira de avaliar a capacidade e a qualidade de integração da classe trabalhadora brasileira é medindo a precariedade do trabalho, particularmente aquela associada à falta de proteção social através da contribuição previdenciária. Mais uma vez, a comparação entre os censos de 2000 e 2010 é revelador de um quadro de redução da informalidade e de elevação dos níveis de proteção social. Segundo o IBGE, a parcela da população ocupada que não possuía nenhum tipo de proteção previdenciária caiu de 48,5%, em 2000, para 39,6%, em 2010. Em 2000, eram 31,8 milhões de trabalhadores nessa situação. Em 2010, apesar de sua redução em termos relativos, esse contingente cresceu em termos absolutos para 34,2 milhões de trabalhadores. Trata-se, ainda assim, de uma imensa parcela dos ocupados vivendo às margens do sistema público de proteção social e dos direitos trabalhistas.

Os trabalhadores denominados por conta própria, independentes, na sua maior parte vivendo na informalidade, mantêm níveis elevados de participação na estrutura ocupacional, sem uma modificação significativa durante a primeira década de 2000. Sua participação caiu de 23,5% do total dos ocupados, em 2000, para 21,5%, em 2010. Em 2000, 78,3% desses trabalhadores não contribuíam para a previdência social. Em 2010, essa parcela diminuiu, mas continua elevada: 74,2% desses trabalhadores continuavam à margem do sistema de proteção social. Em termos absolutos, eram 13,7 milhões de trabalhadores, em 2010. Dois terços desses trabalhadores eram do sexo masculino.

Os empregados domésticos também constituem uma parcela importante dos ocupados vivendo em situação de elevada precariedade. Na sua imensa maioria são mulheres das classes sociais mais desfavorecidas vivendo à margem das proteções trabalhistas. Mesmo quando protegidas pela lei, seus direitos ainda eram, na primeira década do milênio, inferiores àqueles da maioria dos trabalhadores, o que mudaria apenas com a Emenda Constitucional nº 72,

sancionada pela Presidente da República em abril de 2013, e que seria regulamentada e entraria em vigor com a Lei Complementar 150, de 2015. A participação dessa categoria de trabalhadores no total da ocupação caiu de 7,6%, em 2000, para 6,9%, em 2010. Em 2000, 66,2% desses empregados domésticos não tinham carteira de trabalho assinada nem contribuía para a previdência social. Em 2010, esse contingente caiu para 61,7%. Em termos absolutos, eram 3,7 milhões de trabalhadores vivendo nestas condições de precariedade, as mulheres representando 93,4% desse contingente.

Outras categorias de trabalhadores também apresentavam níveis elevados de precariedade em relação à proteção previdenciária. É o caso dos trabalhadores na agricultura, dos trabalhadores da construção civil, na sua maioria homens, e de algumas categorias de trabalhadores em serviços coletivos e serviços às pessoas, além dos trabalhadores não remunerados e aqueles que trabalham para o próprio consumo, completamente à margem do sistema de proteção social.

Somando-se os trabalhadores desempregados e aqueles vivendo em uma situação de precariedade no trabalho nos termos acima propostos, obtém-se um importante indicador de precariedade no mercado de trabalho brasileiro. Em 2000, eram 43,6 milhões de trabalhadores submetidos a essas condições. Eles representavam 56,3% da população economicamente ativa. Em 2010, esse contingente caiu em termos absolutos e relativos. Eram 41,3 milhões de trabalhadores seja na condição de desempregados seja na condição de precariedade do trabalho, o que representava 44,2% da população economicamente ativa. Apesar da forte redução relativa desse contingente, sua redução em termos absolutos foi menos acentuada. Ainda assim, trata-se de uma enorme parcela dos trabalhadores vivendo em uma situação de vulnerabilidade social.

Finalmente, os dados relativos à expansão do emprego formal no Brasil merecem uma atenção especial. Segundo o antigo Ministério do Trabalho e Emprego, foram criados no Brasil, entre 2002 e 2011, mais de 17,6 milhões de empregos formais. Segundo o IBGE, a participação do emprego assalariado protegido no total da ocupação cresceu em termos relativos durante a primeira década do século XXI, passando de 42,1%, em 2000, para 50,7%, em 2010. O emprego informal, por sua vez, recuou de 24,5%, em 2000, para 20,2% em 2010. Em termos absolutos, porém, houve um aumento do emprego informal, sendo contabilizados 17,4 milhões de empregos informais, em 2010, 1,4 milhões a mais do que em 2000.

A partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego é possível indicar algumas características desses empregos formais. Primeiramente, é importante observar que o mercado de trabalho formal no Brasil mostra-se bastante flexível, instável e rotativo. Segundo a RAIS de 2011, o número de vínculos ativos em 31 de dezembro atingia 46,3 milhões. Os vínculos

inativos ao longo do ano, aqueles que foram rompidos durante o período, atingiam 24,7 milhões, o que leva a quase 71 milhões de vínculos totais durante o ano, entre ativos e inativos. Tais dados sugerem uma elevada rotatividade do trabalho. Tomando-se, mais precisamente, o número de demissões e término de contrato ao longo do ano, isto é, excluindo as rupturas de vínculo atribuídas a falecimentos, aposentadorias, transferências e desligamentos voluntários, chega-se a 16,8 milhões de vínculos inativos. A razão entre esses desligamentos e o número total de vínculos ativos leva-nos a uma taxa de rotatividade de 36,3%. Se incluirmos os desligamentos voluntários, a taxa chega a 49,5%. Trata-se, este, de um tipo de flexibilidade muito característica do mercado de trabalho formal no Brasil.

Identificando-se os tipos de vínculos predominantes, constata-se que, segundo a RAIS de 2011, 78,4% deles são feitos com base na contratação padrão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), outros 19% são vínculos estatutários e 2,6% são os demais tipos de vínculo (avulsos, temporários, menor aprendiz, contratos por prazo determinado, etc.). Tal fato revela que os empregadores não precisam necessariamente recorrer às formas de contratação normalmente definidas como “atípicas” pela literatura para alcançar uma elevada flexibilidade. O próprio contrato padrão da CLT já a torna possível.

Os dados sobre a duração do tempo de emprego também são reveladores dessa rotatividade e flexibilidade numérica da força de trabalho. Os vínculos com duração de até um ano somam 35,1% do total dos vínculos ativos. Aqueles com duração de até dois anos somam 51,4% do total dos vínculos ativos.

Outro importante indicador de precariedade do emprego formal pode ser observado através da remuneração dos trabalhadores. Assim, analisando-se a distribuição dos vínculos por faixas de remuneração em número de salários-mínimos, constata-se que há uma fortíssima concentração dos empregos nas faixas salariais mais baixas. Isoladamente, a faixa que vai de 1 a 1,5 salários-mínimos atinge quase 30% do total dos vínculos ativos de 2011. 34,7% dos empregos formais situam-se na faixa até 1,5 salários-mínimos. Estendendo-se até 2 salários-mínimos, chega-se a 54,6% dos vínculos de emprego e até 3 salários mínimos a 72,9% dos vínculos de emprego. Além de ser altamente flexível, de não garantir estabilidade, mas uma elevada probabilidade de demissão, os empregos formais também não asseguram rendimentos satisfatórios para a maciça maioria dos trabalhadores. A noção de “precariado” tal como sugerida por Castel (2009), torna-se, neste caso, de aplicação evidente. As relações de trabalho no Brasil, inclusive aquelas protegidas em relações formalmente assalariadas, apresentam um elevado grau de instabilidade e precariedade. Logo, não há apenas uma limitada capacidade quantitativa do trabalho e do emprego formal de integrarem os trabalhadores ao



desenvolvimento do país, daí a enorme extensão das políticas de renda mínima. Essa capacidade é limitada também em termos qualitativos, uma vez que o próprio emprego formal apresenta elevada precariedade.

## **5. Conclusões**

Depois de um longo período de desestruturação do mercado de trabalho e de forte precarização social e do trabalho no Brasil, sobretudo ao longo dos anos oitenta e noventa, assiste-se, na primeira década do século, a um processo de reversão dessa tendência, com o crescimento do emprego formal e com a redução do desemprego, da pobreza e da informalidade no trabalho. Uma forte ampliação das políticas de renda mínima, por um lado, bem como a valorização do salário-mínimo, por outro, contribuíram decisivamente para reduzir a pobreza e a miséria no Brasil e melhorar a integração econômica das parcelas mais vulneráveis da população brasileira, ampliando-se o consumo interno. Neste sentido, pode-se afirmar que houve um processo de desprecarização do trabalho no país.

No entanto, é possível afirmar que essa desprecarização é limitada e insuficiente no sentido da construção de outro modelo de integração da classe trabalhadora ao desenvolvimento nacional, consolidando-se, de fato, um padrão “precário” de integração. Essa precariedade apresenta duas facetas distintas.

De um lado, ela se apresenta nos termos da velha precariedade estrutural do trabalho no Brasil, de um ainda enorme contingente de trabalhadores situados à margem do mercado formal de trabalho, do emprego reconhecido e protegido. De outro, ela se manifesta no interior mesmo do sistema de proteção social e do emprego formal. Mesmo entre aqueles trabalhadores integrados a esse sistema, observa-se condições de forte instabilidade no trabalho e baixo reconhecimento social. Neste caso, a qualidade do emprego, ela própria, está na raiz de uma parte importante da pobreza no Brasil. A existência de importantes parcelas da população que dependem das políticas de renda mínima e que estão inseridas no emprego formal coloca em evidência essa dimensão da precariedade do trabalho. A maioria dos trabalhadores brasileiros, integrados ou não ao emprego formal e a seu sistema de proteção, apresentam níveis de rendimento muito próximos ao salário-mínimo, isto é, ao mínimo necessário à subsistência. Nesse caso, o programa bolsa família apresenta-se como um mecanismo de complementação de uma renda insuficiente do trabalho, o que coloca em evidência que a remuneração obtida pelo emprego precisa ser complementada por esse programa social. A expansão do emprego formal mantém boa parte dos trabalhadores brasileiros em níveis de rendimento muito próximos

aos patamares do salário-mínimo. A redução da pobreza oficial torna-se, ela própria, altamente questionável, uma vez que são muito baixos os parâmetros de rendimento a partir dos quais as linhas de pobreza e de extrema pobreza são definidas. Elas giram em torno de menos de 1/3 e de menos 1/6 do salário-mínimo per capita, respectivamente, tomando como referência o ano de 2010.

Desenha-se, pois, um padrão de desenvolvimento que consolida um estado assistencial como necessidade imperiosa. Nenhum desenvolvimento capitalista a médio ou longo prazo parece ser capaz de produzir uma ampla integração do enorme contingente de trabalhadores à margem do mercado formal de trabalho. Ao contrário, esse desenvolvimento parece consolidar a outra faceta da precariedade do trabalho, aquela ligada ao próprio crescimento do emprego formal e protegido. O “precariado”, portanto, parece consolidar-se como padrão fundamental de integração da classe trabalhadora brasileira.

Cabe salientar, finalmente, que além da precariedade que se configura através do trabalho informal, do desemprego, do emprego formal e da própria pobreza, há ainda outra dimensão não analisada neste trabalho, a precariedade dos serviços sociais (saúde, educação, segurança, transporte), isto é, aquela dimensão da precariedade que se expressa através da intervenção do Estado e da baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos à população brasileira. Neste caso, parece que aos trabalhadores é também subtraído o acesso a bens e serviços que a eles deveriam chegar através da esfera não mercantil, desses serviços públicos, já que boa parte dos trabalhadores não tem condições de comprá-los no mercado. A qualidade desses serviços tem se mostrado como um grande dilema social e político no Brasil, até porque ela está relacionada com o mercado privado desses bens e serviços. Essa tensão permeia profundamente as relações de classe na sociedade brasileira contemporânea e a extensão da precariedade social e do trabalho estará diretamente ligada às lutas que se travam nessa direção.

## **CAPÍTULO 5 – A PRIVAÇÃO DE TRABALHO NO BRASIL: AS FRONTEIRAS DO DESEMPREGO EM QUESTÃO<sup>17</sup>**

### **1. Introdução: do desemprego à privação de trabalho**

O presente artigo tem como objetivo analisar a questão da privação de trabalho no Brasil, avaliando criticamente os dilemas de seus limites e fronteiras. Combinando uma perspectiva de análise em termos de relações sociais com uma perspectiva de orientação construtivista, considera-se que a realidade social não pode ser interpretada exclusivamente como um conjunto de eventos, comportamentos e processos dotados de existência objetiva, exterior aos atores sociais. Ao contrário, esses fenômenos também se apresentam como fenômenos percebidos, identificados, definidos, classificados por esses atores em suas atividades sociais (BERGER & LUCKMANN, 1998).

É a partir desse ponto de vista teórico que se propõe o conceito de privação de trabalho. Tal conceito permite operar um corte epistemológico em relação ao tradicional conceito de desemprego, pois não se trata mais de apreendê-lo apenas como fato puramente objetivo. Trata-se, também, de apreender o modo como os diversos atores sociais e instituições definem a privação de trabalho e constroem suas categorizações a respeito do fenômeno. Tal fato permite um deslocamento do objeto de investigação das categorizações oficiais e dominantes em direção às categorizações nativas e periféricas, isto é, aos modos pelos quais os próprios trabalhadores e desempregados categorizam suas experiências de trabalho e de sua privação (DEMAZIÈRE, 2003; GUIMARÃES & HIRATA, 2006; GUIMARÃES, 2009).

Uma redução da abordagem do problema da privação de trabalho em termos de desemprego como categoria objetiva corre o risco de reificar as categorizações oficiais e dominantes, excluindo do campo de investigação e de visibilidade do conhecimento sociológico os processos sociais e históricos através dos quais esta categoria é construída, adquirindo força e hegemonia.

---

<sup>17</sup> Este trabalho, com o mesmo título, foi originalmente apresentado no XXVII Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia - ALAS, realizado de 31 de agosto a 4 de setembro de 2009, em Buenos Aires, Argentina, e, posteriormente, publicado na coletânea *Ensaio de Sociologia e Política* (2010), organizada por Rosângela Schulz, comemorativa dos vinte e cinco anos do Curso de Especialização em Sociologia e Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (VARGAS, 2010).

Por esta razão, sustenta-se a proposição segundo a qual a categoria desemprego refere-se predominantemente a uma forma específica de privação de trabalho, a privação de emprego no interior de uma relação social específica, a relação salarial. Estima-se que essa forma de representar a privação de trabalho - isto é, enquanto privação de emprego em uma relação de assalariamento – pode produzir dois efeitos diversos em termos de representação da realidade: por um lado, o ofuscamento das formas de trabalho não assalariadas e não capitalistas, frequentemente não consideradas como legítimas ou dignas de serem definidas como formas plenas de trabalho, por outro, o ofuscamento das formas correspondentes de privação de trabalho. Por não se enquadrarem facilmente nos critérios oficiais ou normativos de classificação do desemprego oficial, estas formas periféricas de privação de trabalho tornam-se pouco perceptíveis ou mesmo invisíveis às construções estatísticas.

Portanto, propõe-se a hipótese de que a privação de trabalho é um fenômeno bem mais extenso, incerto e heterogêneo do que supõe o modo de categorização dominante do desemprego. Este implica não apenas uma forte subestimação da privação de trabalho, mas também uma incapacidade de apreender a heterogeneidade de suas formas e experiências.

## **2. Os modos de categorização do desemprego**

Nas sociedades modernas, o desemprego torna-se um fenômeno social e sociologicamente relevante na medida em que as relações sociais de assalariamento se estendem para o conjunto da população economicamente ativa, isto é, na medida em que as relações de produção capitalistas se tornam hegemônicas. A expansão do modo de produção capitalista e a conversão da maior parte da classe trabalhadora em empregados assalariados tornam problemáticas as condições de reprodução dessa classe social subordinada (MARX, 1983). Neste sentido, o emprego assalariado torna-se gradativamente a referência principal dos trabalhadores que desejam trabalhar e que precisam garantir as condições necessárias à sua reprodução física e social.

No entanto, sobretudo nos países periféricos, nos quais as relações capitalistas não se generalizaram para o conjunto da economia, outras formas de trabalho foram e continuam sendo importantes na ocupação de grandes parcelas da população trabalhadora e na reprodução de suas condições materiais de existência. O trabalho agrícola familiar, o trabalho artesanal urbano, os pequenos negócios urbanos (comércio, serviços), às vezes organizados em bases familiares, além das formas avulsas de trabalho autônomo (comércio ambulante, trabalho doméstico, faxinas, serviços de reparação, etc.) constituem modalidades fundamentais de

trabalho nestes países, como é o caso do Brasil. Se a essas formas de trabalho somam-se aquelas decorrentes dos processos mais recentes de reestruturação produtiva do capital e que provocaram uma elevada terceirização das atividades capitalistas, tem-se um amplo leque de atividades econômicas às margens das relações de trabalho assalariadas e protegidas. Nestas atividades, as flutuações do trabalho não se manifestam diretamente na forma do desemprego oficial, ainda que tais situações de privação de trabalho possam também ser assim categorizadas. É o que faz Marx, através do conceito de exército industrial de reserva, ao tentar mostrar que o conjunto da população apta a trabalhar torna-se ou diretamente explorada pelo capital ou força potencial a ser explorada em momentos de expansão do ciclo produtivo. Neste caso, as categorias marxianas tendem a apreender o conjunto da classe trabalhadora e suas condições de vida e trabalho, diretamente explorada ou potencialmente explorável, como simples reserva e instrumento do capital. Tal modo de categorização, sobretudo em sua formulação ao nível do senso comum e da ação política direta, tende a classificar as diferentes formas de trabalho e de sua privação tomando como referência as relações de produção capitalistas. Neste sentido, a categoria desemprego adquire um sentido amplo que abrange e apreende todo tipo de trabalho ou de privação de trabalho não diretamente inscrita nas relações diretas de assalariamento. Um tal alargamento da noção de desemprego, legítimo quando se refere a formas absolutamente precárias de inserção ocupacional, pode mostrar-se problemático ao não apreender e especificar formas e relações não hegemônicas de trabalho e de sua privação, resultando em um efeito de invisibilidade sobre as mesmas.

De modo similar, as categorizações estatísticas oficiais do desemprego também produzem um forte efeito de invisibilidade sobre o mundo do trabalho. Porém, ao invés de ampliar o uso da categoria desemprego na caracterização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, essas categorizações tendem a restringi-la excessivamente, pois utilizam critérios restritivos na definição do fenômeno. Em uma tentativa de medir a subutilização da força de trabalho, tais categorizações irão propor um conjunto de critérios pertinentes com a “norma do emprego estável”, tornando-se, pois, incapazes de apreender formas e experiências periféricas de privação de trabalho. É assim que as pesquisas estatísticas oficiais, seguindo as normas da Organização Internacional do Trabalho (1982), definem o desemprego ou desocupação a partir da combinação de três critérios fundamentais: a) a ausência de trabalho remunerado; b) a procura regular de um trabalho remunerado; e c) a disponibilidade imediata para ocupar uma atividade econômica remunerada.

A partir de uma interpretação rígida e estrita desses critérios, estas pesquisas, como aquelas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Brasil, propõem, por

exemplo, em relação ao primeiro critério, que apenas uma hora de trabalho na semana de referência<sup>18</sup> da pesquisa já seria suficiente para classificar o entrevistado na condição de ocupado. Tal modo de categorização não leva em consideração a forte instabilidade do emprego em um mercado de trabalho altamente instável e desprotegido no qual os trabalhadores precisam recorrer aos bicos e atividades econômicas eventuais. Além do mais, as situações de desalento<sup>19</sup> também não são adequadamente consideradas, pois o abandono da procura de emprego é, com frequência, uma decorrência das condições adversas de mercados de trabalhos competitivos e marcados por uma baixa qualidade das oportunidades ocupacionais.

A conceituação e a metodologia proposta pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em sua Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) tentaram superar essas dificuldades. O resultado foi a construção de novos instrumentos que resultaram em uma definição muito mais ampla do desemprego. Por isso, as taxas de desemprego medidas pela metodologia PED, que tentavam incorporar tanto o conceito de *desemprego oculto pelo trabalho precário*<sup>20</sup> como o conceito de *desemprego oculto pelo desalento*<sup>21</sup>, são bem mais altas que as taxas de desemprego medidas pelo IBGE<sup>22</sup>.

Mesmo flexibilizando os critérios a partir dos quais se define o desemprego, como é o procedimento proposto pela PED, o desemprego se define sempre como uma situação que supõe a falta, a busca e a disponibilidade para o trabalho remunerado. Ora, essa caracterização toma como referência o trabalho assalariado, a relação de emprego, o que não é o caso para uma enorme quantidade de trabalhadores inseridos em outras formas de trabalho no mercado. Para estes trabalhadores, estes critérios frequentemente nem sequer se aplicam. Em que consiste, por exemplo, estar a procura de trabalho, já que, por exemplo, o que caracteriza algumas formas marginais de trabalho é a espera: a espera de um “comprador” para um vendedor ambulante, a

---

<sup>18</sup> A semana de referência é aquela anterior à aplicação do questionário de pesquisa.

<sup>19</sup> Aquela na qual o trabalhador desempregado deixa de procurar emprego e passa a ser classificado pelas pesquisas oficiais como inativo.

<sup>20</sup> Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE, o “*desemprego oculto pelo trabalho precário*” “*compreende as pessoas que procuram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício*” (PED, 1999).

<sup>21</sup> Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE, o “*desemprego oculto pelo desalento*” compreende as “*pessoas sem trabalho e que não procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses*” (PED, 1999).

<sup>22</sup> Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, a taxa de desemprego aberto no conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas no Brasil foi de 8,9% em abril de 2009. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DIEESE, a taxa de desemprego total nestas mesmas regiões foi de 15,3% em abril de 2009, o desemprego aberto ficando em 10,9% e o desemprego oculto em 4,4%.

espera de um “troco” para um guardador de veículos nas médias e grandes cidades, a espera de um “serviço” para os pequenos prestadores de serviço. Uma grande parte desses trabalhadores não está mais ou nunca esteve a procura de emprego. Com as mudanças mais recentes no mercado de trabalho, os critérios de seletividade no processo de recrutamento tornaram-se mais rígidos, exigindo-se mais escolaridade, formação profissional, juventude, entre outros requisitos que implicam a completa desclassificação social (exclusão) de vastas parcelas da população do mercado de trabalho formal. Ao mesmo tempo, muitos desses indivíduos inscrevem-se regularmente em formas mais ou menos marginais de trabalho, muitas das quais reivindicam-se como reais alternativas de trabalho e renda para esses trabalhadores (cooperativas populares, cooperativas de trabalho, atividades artesanais, pequenos empreendimentos autônomos, etc.).

Em última análise, a categoria desemprego tal como é apresentada pelas pesquisas estatísticas, define-se a partir de um modo de categorização dominante, isto é, tomando como critério central de referência a norma do emprego (estável) para caracterizar a privação de trabalho. Tal fato pode implicar uma enorme subestimação de outras formas de privação de trabalho que não se enquadram nos critérios dominantes de mensuração do fenômeno. Por isso, essas outras formas de privação de trabalho vividas por aqueles trabalhadores inseridos em ocupações não assalariadas ou não tipicamente capitalistas não são devidamente captadas pelas pesquisas oficiais e seus respectivos instrumentos metodológicos.

### **3. Precariedade e indicadores da subestimação da privação de trabalho no Brasil**

É possível ilustrar esse problema da subestimação da privação de trabalho no Brasil, analisando-se alguns dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) do IBGE, referente ao ano de 2007. Naquele ano, a população brasileira já era de mais de 189 milhões de habitantes, dos quais 83,5% viviam em áreas urbanas. A população economicamente ativa era de 98,8 milhões de pessoas e a taxa de atividade da população em idade ativa era de 62,4%.

Naquele mesmo ano, os trabalhadores desocupados, em situação de desemprego aberto, isto é, a procura de trabalho e imediatamente disponíveis, constituíam um contingente de 8 milhões de pessoas, o que correspondia a uma taxa global de desocupação de 8,2%. O total da população ocupada, por sua vez, somava 90,7 milhões de pessoas.

Dentre a população ocupada, o nível de assalariamento das relações de trabalho, em 2007, era de 57,4%, aí incluídos os servidores públicos. Esse índice cai para apenas 33,25% se

se considera apenas os trabalhadores assalariados protegidos, isto é, com carteira de trabalho assinada. Ao levar-se em consideração o nível de proteção previdenciária da população ocupada, pode-se constatar que apenas 50,7% dessa população contribuía para a previdência social. Isto é, metade da população trabalhadora não possuía proteção social. Ao somar-se o conjunto dos trabalhadores não assalariados, não incluídos em atividades tipicamente capitalistas - os trabalhadores domésticos, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores não remunerados - categorias essas que concentram, grosso modo, a maior parte dos trabalhadores precários, obtém-se quase 40% da população ocupada.

Em uma melhor tentativa de dimensionar a população ocupada que se encontrava em condições normalmente definidas como de subocupação ou subemprego, pode-se identificar um importante indicador de precariedade ocupacional, o rendimento obtido com o trabalho. Tomando-se esse indicador como referência para identificar uma situação potencial de privação de trabalho, pode-se constatar que quase 38% dessa população ou não tem nenhum rendimento ou esse rendimento é inferior a um salário-mínimo. Isto corresponde a mais de 34 milhões de pessoas. Todos esses indicadores revelam que a subestimação potencial da privação de trabalho no Brasil é muito grande. Ao somar-se a população desocupada com os trabalhadores ocupados recebendo menos de um salário-mínimo por mês ou sem remuneração, obtém-se um contingente de mais de 42 milhões de pessoas, isto é, 43% da população economicamente ativa.

#### **4. As experiências de privação de trabalho**

Entretanto, não se pretende mostrar a privação de trabalho apenas como um fenômeno objetivamente subestimado, isto é, parcialmente apreendido através das mensurações propostas pelas pesquisas estatísticas, a partir de um conjunto de critérios objetivos. Conforme se salientou anteriormente, a categoria privação de trabalho torna-se também relevante na medida em que se é capaz de apreender os modos de categorização dos próprios indivíduos que vivem essa privação. Trata-se, pois, de captar essas categorizações nativas a partir das próprias experiências de trabalho e de privação de trabalho dos sujeitos que as vivenciam.

Tal procedimento nos permite investigar mais profundamente os mecanismos sociais a partir dos quais efeitos de invisibilização são produzidos. A seguir, apresenta-se, sinteticamente, um exemplo desse mecanismo, em uma tentativa de apreender a complexidade do fenômeno da privação de trabalho a partir das experiências biográficas. O exemplo aqui



exposto foi observado e analisado a partir de uma investigação de trajetórias individuais de trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro<sup>23</sup>.

A partir das observações realizadas, pode-se afirmar que os trabalhadores mais precarizados - apresentando baixos níveis de escolaridade, frágil ou nenhuma qualificação profissional formalizada, elevada rotatividade no trabalho e, frequentemente, um trânsito importante entre as formas assalariadas e não assalariadas de trabalho - apresentam experiências muito peculiares de privação de trabalho. Com frequência, ao longo da trajetória ocupacional desses trabalhadores, observa-se um gradativo abandono da procura de emprego assalariado, seja porque essa forma de trabalho torna-se rara - sobretudo no setor industrial, que, historicamente no Brasil, ocupou grandes parcelas da população mais pobre e vulnerável - seja porque exige-se níveis cada vez mais elevados de escolarização formal - como é o caso dos setores de comércio e serviços mais organizados. Na medida em que se dirigem para atividades econômicas mais autônomas e independentes, esses trabalhadores vão reconstruindo seus referenciais simbólicos a partir dos quais eles definem suas próprias condições de vida e trabalho. A referência prioritária às formas autônomas e informais de trabalho e o abandono da busca de emprego assalariado como alternativa de trabalho faz com que esses trabalhadores busquem outras atividades econômicas, mais ou menos eventuais, marcadas quase sempre pela descontinuidade do trabalho e do rendimento. Neste sentido, a privação de trabalho assume novas características. Na medida em que o trabalho não é mais uma experiência contínua e unificada, a própria privação torna-se menos nítida e demarcada objetiva e subjetivamente. Neste sentido, essa privação define-se a partir de uma relação bastante instrumental com o trabalho como fonte de rendimento e da privação de trabalho como privação de uma renda minimamente aceitável. É na medida em que a falta de um trabalho, ocupação ou serviço provoca essa ausência de rendimento que a privação de trabalho é subjetivamente ressentida.

Em alguns casos, cada vez mais raros, esses trabalhadores ainda se definem como desempregados e mobilizam a categoria desemprego para definirem suas condições ocupacionais, uma vez que continuam almejando um emprego assalariado. Essa expectativa, porém, tende a diminuir na medida em que a idade avança e que a escolaridade é baixa. Quase sempre, esses trabalhadores tiveram experiências de emprego assalariado em suas trajetórias e encontram-se ou em transição ou já definitivamente inseridos em formas de trabalho não assalariadas.

---

<sup>23</sup> A esse propósito ver Vargas (2008).

Ao abandonarem a procura regular de emprego assalariado, esses trabalhadores inscrevem suas atividades ocupacionais em uma outra lógica, naquela da autonomia, da auto-organização, da iniciativa individual, ou ainda naquela da “espera”, manifestando-se uma outra dependência, agora em relação ao “cliente”, ao “consumidor” e não mais ao “empregador”. Nestes termos, a privação de trabalho não é mais uma experiência claramente demarcada, com fronteiras precisas, e a própria categoria desemprego deixa de fazer sentido, pois a dependência e a espera por um emprego assalariado não existem mais. A privação de trabalho não é mais – ou nunca foi - estar sem emprego, já que a referência como trabalho não é mais o “emprego”, mas um outro tipo de ocupação, cuja lógica e organização não é mais imposta por um empregador, a partir do exterior e segundo uma temporalidade definida. A privação de trabalho confunde-se, neste caso, com a pobreza, com a experiência de privação das condições materiais de subsistência. Nestes casos, a privação de trabalho tende a se dissolver em uma realidade de trabalho absolutamente incerta e instável.

Vale ressaltar que essa lógica e esse tipo de referência é também e cada vez mais comum entre os trabalhadores mais escolarizados e qualificados profissionalmente. A reestruturação produtiva e a ampliação das práticas de subcontratação por parte das grandes empresas tendem a gerar esse mesmo tipo de experiência descontínua e incerta de trabalho por parte dos trabalhadores autônomos e de pequenas empresas terceirizados. Tal fenômeno pode ser a manifestação de um processo mais amplo de dissolução da relação salarial, cada vez mais precarizada e fonte de vulnerabilidade social crescente para os trabalhadores. Do ponto de vista subjetivo, a dissolução da relação salarial como referência para os trabalhadores implica a própria dissolução do desemprego como categoria identitária. Neste caso, a privação de trabalho será outra coisa para o trabalhador que não o desemprego clássico.

## **5. Conclusões**

O conceito de privação de trabalho permite realizar uma ruptura na problemática tradicional do desemprego, na medida em que torna possível a construção de novos critérios para dimensionar esse tipo de privação no Brasil. Se é verdade que o conceito de desemprego pode ter um efeito homogeneizador na apreensão da realidade ocupacional, tornando obscuros ou invisíveis formas e experiências periféricas e marginais de privação de trabalho, é verdade também que essa limitação do campo de visibilidade não pode ser explicada por si mesma. Daí a importância do recurso a uma sociologia das relações sociais que permita mostrar que os diferentes modos de categorização dos fenômenos sociais são o produto de relações assimétricas entre os atores no espaço social. Assim, a categorização da realidade do trabalho

em termos de desemprego (em seu sentido estrito, como privação de emprego), impôs-se historicamente com base na hegemonia das relações de produção capitalistas e de suas formas específicas, como o assalariamento protegido. É esse modelo que orienta as interpretações hegemônicas sobre o desemprego e as construções normativas das instituições encarregadas de medir e tratar o fenômeno do desemprego.

Essas construções, no entanto, e o próprio conceito de desemprego estão em crise. Essa crise da categoria desemprego enquanto categoria de representação e interpretação da realidade expressa, de fato, uma crise das relações de produção capitalistas e de suas formas históricas particulares, assalariadas, estáveis ou não.

A categoria desemprego não é só incapaz de dar conta da heterogeneidade e complexidade das formas e experiências de privação de trabalho, como é incapaz de indicar um marco ético e normativo pertinente para pensar o problema do trabalho enquanto suporte de coesão e de sociabilidade.

Vale ressaltar, finalmente, que categorizar a realidade social do trabalho em termos de privação de trabalho significa alargar as condições de percepção, problematização e interpretação da questão do desemprego no Brasil. Não se trata apenas de discutir o aumento ou diminuição da grandeza de uma variável objetiva, estatística, ou os problemas relativos às suas causas e consequências. Apesar de legítimo e necessário, esse debate é insuficiente. É cada vez mais fundamental discutir o que é a privação de trabalho, como esta privação é definida pelos diversos atores sociais, inclusive os desempregados e vulneráveis em geral, tornando público o debate a respeito dos limites e fronteiras do que seja um trabalho socialmente legítimo. Nestes termos, uma sociologia das categorias sociais construídas e em uso não se limita a um compromisso e a uma intervenção nas condições de constituição do “debate público”, mas também na constituição da própria realidade social que produz o trabalho e sua privação. Enfim, o problema das fronteiras da privação de trabalho coloca-nos em face do inevitável problema das fronteiras do que seja um trabalho socialmente legítimo no Brasil e de seu papel na construção da subjetividade individual e da cidadania.

### 1. Introdução

O presente trabalho pretende apresentar as características e transformações da condição salarial no Brasil nos primeiros quinze anos do século XXI. A condição salarial é aqui analisada à luz das reflexões propostas por Castel (2000, 2001) sobre as metamorfoses da relação salarial moderna e a constituição de uma *sociedade salarial*. Para este autor, no enfrentamento da questão social no século XIX, o trabalho tornou-se um suporte fundamental de proteção social, implicando na consolidação de uma cidadania social, na desmercantilização das relações de trabalho, enfim, na construção do Estado de bem-estar social. A relação salarial moderna, protegida, consolida um longo processo histórico de reformas sociais e integração dos trabalhadores às modernas sociedades capitalistas e industriais.

A nova questão social que emerge a partir da crise recente do trabalho como suporte de proteção social, no contexto de reestruturação do capitalismo flexível, implica, inversamente, a fragilização desse suporte, o que vem resultando no encolhimento dessa cidadania social, na remercantilização das relações de trabalho e no avanço das políticas neoliberais.

No Brasil, diferentemente do que ocorreu na Europa, nunca se consolidou uma *sociedade salarial* no sentido proposto por Castel, a expansão de seu capitalismo periférico (1930-1980) implicando elevada precariedade estrutural do trabalho e uma cidadania restrita ou regulada, além de um forte autoritarismo nas relações de trabalho (DEDECCA, 2006). Historicamente, essa precariedade se traduziu em elevada informalidade, os trabalhadores inserindo-se em atividades assalariadas ou autônomas fora das normas legais e dos direitos sociais e trabalhistas. Apesar dessa cidadania restrita, as expectativas de inserção no emprego formal e a luta por direitos constituíram sempre parte fundamental das relações de trabalho no Brasil. Nesse sentido, a legislação social e trabalhista, consolidada na era Vargas (1930-1945), apesar de restrita, constituiu uma verdadeira utopia no Brasil, estabelecendo os parâmetros e as

---

<sup>24</sup>Este trabalho foi originalmente apresentado, com o mesmo título, no XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia - ALAS, realizado em Montevideu, Uruguai, de 3 a 8 de dezembro de 2017 (VARGAS, 2017). O trabalho teve a colaboração dos seguintes integrantes do Observatório Social do Trabalho, projeto de pesquisa e extensão do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas: Hilbert David de Sousa, Rafaella Egues da Rosa, Daniel Enke Ilha, Ana Cristina Fabres, Agnes Martha da Silva e Franciely Costa da Silva.

expectativas a partir das quais as trajetórias e as lutas dos trabalhadores se organizaram (CARDOSO, 2010).

A partir dos anos 90, o processo de reestruturação do capitalismo brasileiro implicou forte desestruturação e precarização do trabalho, nele combinando-se a velha precariedade estrutural herdada do período de forte expansão do capitalismo brasileiro com o novo processo de precarização do trabalho no capitalismo flexível (VARGAS, 2008), caracterizado pela desestabilização e fragilização de setores da classe trabalhadora que, apesar de minoritários, haviam logrado se integrarem ao emprego protegido.

Na primeira década do século XXI e até 2014, antes da crise econômica mais recente, observa-se a retomada do crescimento econômico e a melhoria significativa dos principais indicadores de mercado de trabalho. Durante esse período, o desemprego e a informalidade recuaram fortemente e o emprego formal, com carteira de trabalho assinada e direitos sociais, cresceu de maneira acentuada. Cerca de vinte milhões de novos empregos assalariados, nos setores público e privado, foram criados nesse período. Na base dessas transformações, políticas econômicas e sociais de orientação desenvolvimentista procuravam estimular a produção industrial, os investimentos em infraestrutura, bem como expandir a demanda interna, ampliar o poder de compra das populações de baixa renda através de políticas de renda mínima e de valorização do salário-mínimo (SINGER & LOUREIRO, 2016).

É com base nesse cenário que se propõe a presente investigação sobre a condição salarial no Brasil durante esse período. Trata-se de um contexto marcado por profundas ambiguidades e perplexidades. Se, de um lado, avançaram as reformas liberais e os processos de precarização do trabalho (flexibilização das relações de trabalho através de bancos de horas, dos contratos de trabalho por tempo determinado, avanço das terceirizações, reforma do sistema previdenciário, etc.), por outro, os indicadores mais gerais de mercado de trabalho apontaram na direção de sua “desprecarização”, com a diminuição do desemprego e da informalidade e a expressiva expansão do emprego formal. Nesse sentido, pergunta-se: qual é o significado desse processo acelerado de transformação e expansão da condição salarial? Tratou-se, efetivamente, de um processo consistente de alargamento da cidadania social ou representou apenas um abrandamento provisório de uma dinâmica intensa de precarização do trabalho iniciada nos anos 90? Que tipo de integração os trabalhadores assalariados lograram obter durante esse processo de expansão do emprego formal?

Trata-se, este trabalho, de um estudo em andamento, realizado no âmbito do Observatório Social do Trabalho da Universidade Federal de Pelotas, que tem procurado monitorar as transformações dos mercados locais de trabalho no extremo sul do Brasil. As

análises desses mercados locais levaram à proposição deste estudo, focado no conjunto da realidade brasileira e na análise exclusiva de indicadores estatísticos de emprego formal (RAIS e CAGED). É preciso, pois, ler os dados que serão a seguir apresentados com cuidado, pois o Brasil é um país continental e bastante heterogêneo. Dadas as limitações de espaço, essas heterogeneidades não serão tratadas. A seguir, propõe-se uma breve reflexão teórica sobre as transformações da condição salarial, para, em seguida, explicitar os procedimentos metodológicos de análise deste trabalho. Após, serão apresentados e analisados os dados estatísticos sobre a condição salarial no Brasil, seguindo-se de algumas conclusões finais.

## **2. Transformações da condição salarial**

A noção de condição salarial remete, inicialmente, às contribuições de Robert Castel (2001) que, em suas análises sobre a crise das sociedades salariais, propõe um diagnóstico sobre os processos de desagregação e enfraquecimento dos laços de solidariedade social que tem seu suporte no trabalho protegido, o que resulta na emergência da nova questão social. Na base desses processos de exclusão e desfiliação social está a dinâmica de reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo que remercantiliza as relações de trabalho e enfraquece o conjunto de direitos e proteções construídos em torno da relação salarial moderna.

Nesse sentido, as *sociedades salariais* são aquelas nas quais não apenas se generaliza o trabalho assalariado, mas se consolida um sistema de proteção que retira essa forma de trabalho de sua histórica condição de precariedade. O caminho para alcançar esse resultado foi um longo processo de desmercantilização das relações de trabalho e de construção de uma cidadania social ancorada na edificação do Estado de bem estar social. Ao final desse processo, o trabalho deixa de ser apenas a retribuição de um serviço prestado, mas o equivalente da propriedade no antigo regime, um suporte fundamental de proteção social, um princípio básico de solidariedade - conforme pensara Durkheim - que arranca os trabalhadores de seu cotidiano de miséria e instabilidade.

A nova questão social e os processos de desfiliação e de vulnerabilização social decorrem, precisamente, segundo Castel, da desconstrução desse suporte de proteção decorrente do avanço do capitalismo flexível, das políticas econômicas neoliberais e da reestruturação do próprio Estado.

No Brasil, o avanço dessas políticas e a inserção subordinada do país na nova divisão internacional do trabalho, combinada com o processo de reestruturação capitalista a partir do início da década de 1990, produz efeitos devastadores sobre o mercado de trabalho (Pochmann,

2001). A precariedade estrutural herdada do período de expansão do capitalismo brasileiro (1930-1980), já bastante elevada e marcada pela informalidade e instabilidade dos vínculos de emprego, se amplia ainda mais e setores integrados ao trabalho protegido, ainda que restritos, são também afetados por essa nova dinâmica social, econômica e política. Se, por um lado, nunca houve no Brasil uma sociedade salarial, a condição salarial protegida mostrando-se um fenômeno restrito em termos de abrangência da população e dos níveis de proteção assegurados, por outro, os direitos e proteções sociais e trabalhistas constituíram um importante elemento no horizonte e expectativa dos trabalhadores brasileiros, representando uma importante promessa de integração social pelo trabalho (CARDOSO, 2010). Mais do que isso, a constituição desses direitos definiu um campo de lutas dos trabalhadores brasileiros, pois se estes direitos eram insuficientes ou não eram respeitados, dado o autoritarismo e o tipo de regulação despótica que predominou no país (DEDECCA, 2006), os trabalhadores tendo diante de si um espaço legítimo para a ação política. Esse processo histórico de lutas visando conquistar, garantir ou ampliar direitos teve seu ápice com a constituição de 1988, a chamada constituição cidadã.

Apesar do limitado alcance dos direitos sociais, essa *cidadania regulada*, restrita, construída em torno da possibilidade de acesso a um trabalho protegido e a um conjunto de direitos e benefícios, também sucumbe nesse período de emergência do capitalismo flexível, o que se reflete na piora dos indicadores de mercado de trabalho. Assim, se as condições de integração dos trabalhadores ao capitalismo brasileiro já se mostravam bastante precárias no período de expansão econômica e ampliação do mercado de trabalho (1930-1980), com a emergência das crises dos anos 80 e 90 essa precariedade se acentua, alargando-se o padrão de integração precário e encolhendo-se um padrão de integração mais estável. Para os trabalhadores que haviam logrado conquistar mais estabilidade e melhores condições de remuneração, consolida-se um processo de precarização e amplia-se ainda mais um padrão de integração que Serge Paugam (2000) denomina de *integração desqualificante* ao referir-se ao caso francês no período recente. Neste modelo de integração combinam-se a instabilidade e insegurança no emprego com a insatisfação dos trabalhadores com o trabalho, pois suas condições se deterioram consideravelmente na era da acumulação flexível. No caso brasileiro, o mercado de trabalho passa a impor aos trabalhadores um ambiente permanente de muita insegurança econômica, pois o desemprego avança e diminui a probabilidade de sair de um emprego e encontrar outro imediatamente.

Enfim, quando se analisa as transformações do trabalho e do mercado de trabalho no Brasil, é preciso considerar a combinação de dois processos históricos distintos: de um lado, a velha precariedade estrutural do trabalho, herdada do período de expansão capitalista industrial

e marcada por uma elevada informalidade, e, de outro, os novos processos de precarização do trabalho decorrentes da dinâmica de transformações do capitalismo flexível (VARGAS, 2008; 2016). Quando se analisa as transformações da sociedade brasileira das últimas décadas, é preciso considerar, igualmente, as ambiguidades e contradições de uma dinâmica social que combina tanto os processos de flexibilização do trabalho e das relações de trabalho (e sua consequente perda de direitos sociais), como, ao contrário, os processos de luta por conquista, ampliação ou preservação de direitos sociais levados a cabo pelos trabalhadores.

### **3. Procedimentos metodológicos**

Metodologicamente, propõe-se uma análise e caracterização da condição salarial no Brasil no período de 2002 a 2015, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2017), fonte de dados administrativos do antigo Ministério do Trabalho e Emprego. O recorte do período é definido em função da importante inflexão nas políticas públicas brasileiras decorrentes da ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores, em 2003. Os dados da RAIS informam os estoques anuais de vínculos formais de emprego ativos ou inativos no final do ano, em 31 de dezembro, consolidados a partir de informações prestadas obrigatoriamente, por força de lei, pelos estabelecimentos ao respectivo Ministério. Trata-se de uma base de informações restrita ao emprego assalariado registrado, privado ou público, que permite um importante detalhamento das características da relação salarial no país. Na análise aqui proposta, serão excluídos da análise os vínculos dos servidores públicos estatutários, focando-se apenas no assalariamento em empresas privadas, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). O trabalho no setor público apresenta características distintas do assalariamento privado, os servidores públicos tendo direito, na sua maior parte, à estabilidade no emprego. Essa característica exige, pois, um tratamento de dados específico, capaz de apreender a peculiaridade do assalariamento privado, marcado historicamente por elevada instabilidade e rotatividade.

Vale registrar, ainda, que as noções de “formal” e “informal” são inicialmente utilizadas neste trabalho de maneira descritiva, referindo-se apenas ao registro legal das relações de trabalho. Elas não remetem a atividades que sejam mutuamente excludentes ou a setores que funcionariam separadamente, isto é, um setor capitalista organizado, hegemônico, de um lado, e um setor desorganizado, instável, subordinado e não capitalista, de outro. Ao contrário, parte-se do pressuposto de que essas formas de produção e de trabalho, formais ou informais, se interpenetram e se alimentam mutuamente, os próprios trabalhadores transitando constantemente entre esses tipos de atividade. Com as transformações organizacionais do



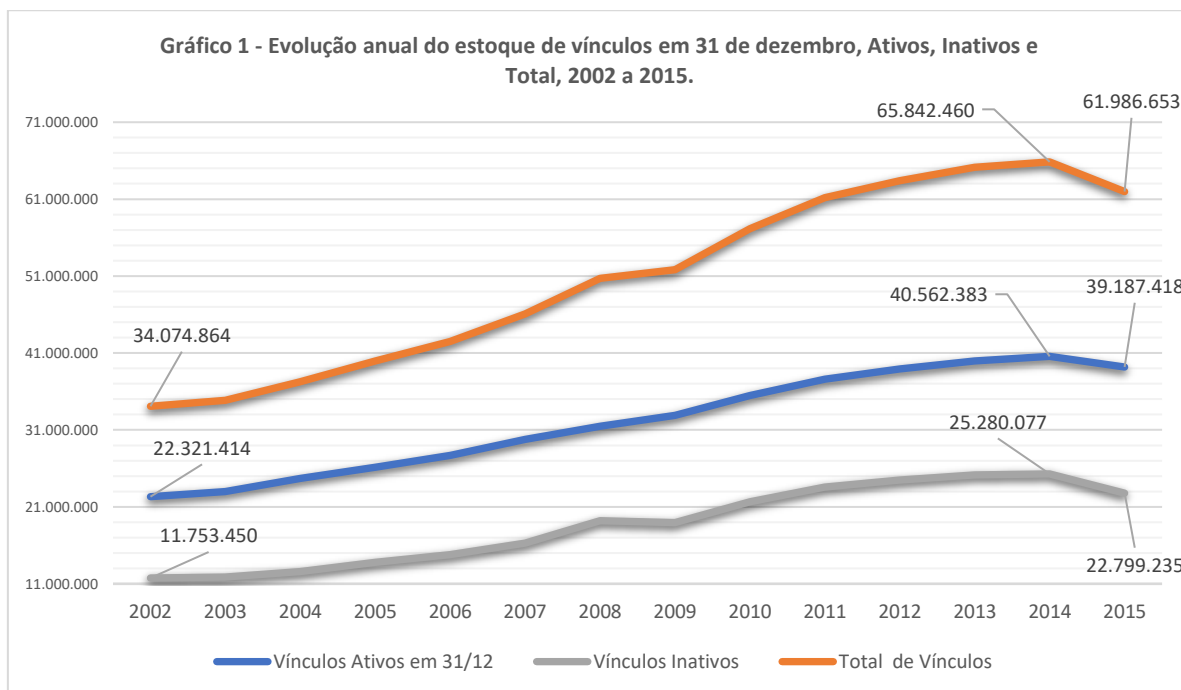
capitalismo contemporâneo, cada vez mais flexíveis e marcadas por amplos processos de terceirização, a informalidade tende a incorporar-se cada vez mais sistematicamente aos arranjos produtivos estabelecidos entre os diversos atores econômicos.

#### **4. Emprego assalariado no período recente (2002 a 2015)**

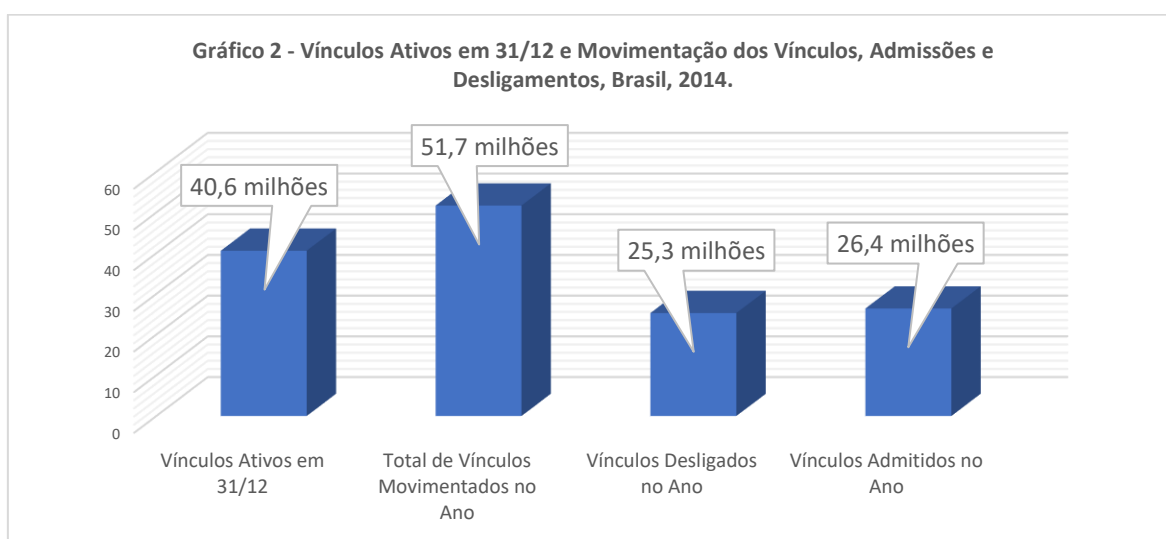
A partir de 2003, com o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores, tendo Lula como presidente, assiste-se a uma importante inflexão nas políticas públicas cuja orientação inclinam-se na direção de um novo projeto desenvolvimentista. No mercado de trabalho, o impacto desse projeto é bastante marcante, alterando significativamente as tendências até então em curso. Nesse período, é possível observar um processo de desprecarização do mercado de trabalho, aumentando forte e constantemente o volume de trabalhadores assalariados contratados com carteira de trabalho assinada. Paralelamente, as taxas de desemprego caem fortemente, bem como os níveis de informalidade do trabalho.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), conforme o gráfico 1, o estoque, em 31 de dezembro, de empregos assalariados celetistas formais, isto é, registrados em carteira de trabalho e declarados ao Ministério do Trabalho, passou de 22,3 milhões, em 2002, para 40,6 milhões, em 2014, ápice desse processo de crescimento do emprego. Foram criados, nesse período, 18,2 milhões de empregos formais celetistas, o que representou uma taxa de crescimento de 81,7%. Em 2015, houve uma redução do estoque de empregos formais, que baixa para 39,2 milhões de vínculos, o que já reflete a crise recente da economia e do mercado de trabalho brasileiro, tendo sido perdidos, naquele ano, 1,4 milhão de empregos.

Vale notar, ainda, conforme o Gráfico 1, que no ano de 2014, o estoque de vínculos inativos, isto é, que foram desligados ao longo do ano, atinge a cifra de 25,3 milhões de empregos, o que resulta em um estoque total de 65,8 milhões de vínculos naquele ano, somando os vínculos ativos em 31 de dezembro e os inativos. Trata-se de um volume bastante elevado de desligamentos, o que revela uma importante faceta do mercado de trabalho formal no Brasil que é preciso caracterizar com mais precisão.



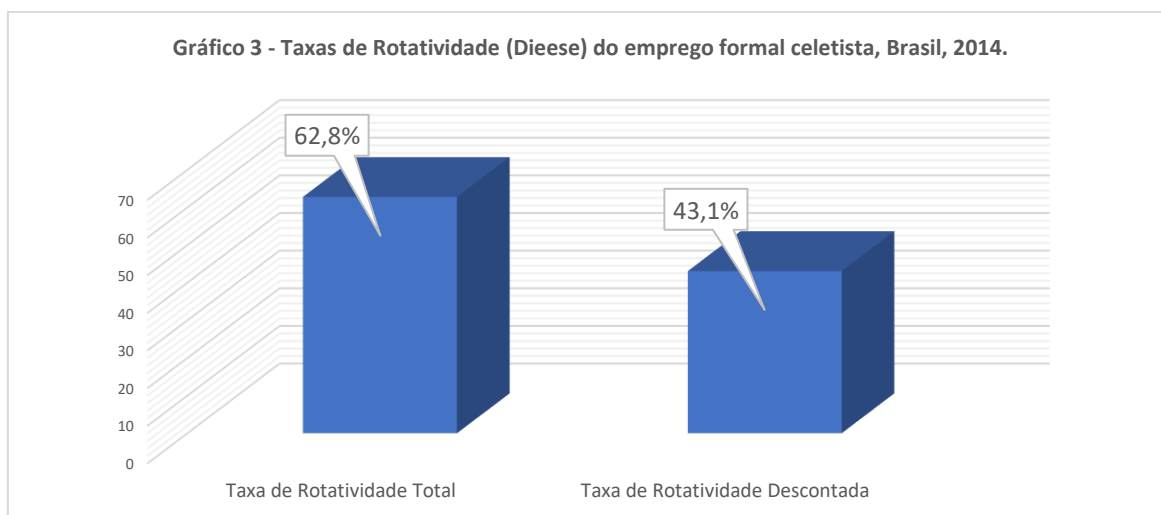
Analisando-se mais detalhadamente a dinâmica de movimentação dos empregos formais celetistas no ano de 2014, conforme o Gráfico 2, constata-se que outros 26,4 milhões de vínculos foram admitidos naquele ano. Ou seja, somando-se os vínculos desligados com os admitidos no ano, obtém-se o volume de 51,7 milhões de vínculos movimentados em 2014. Esse volume, maior que o estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro, de 40,6 milhões de vínculos, corresponde a 127,3% deste estoque, o que se trata de uma movimentação impressionante. O mercado de trabalho formal brasileiro, portanto, é marcado por altos níveis de movimentação que se mantiveram em patamares elevados durante todo esse período de expansão do emprego celetista.



Uma maneira mais precisa de dimensionar essa movimentação é identificando as taxas de rotatividade do emprego formal celetista. O Departamento Intersindical de Estatística e

Estudos Socioeconômicos (DIEESE), órgão técnico ligado ao movimento sindical brasileiro, identifica dois tipos distintos de taxa de rotatividade, a chamada rotatividade global, medida a partir do volume de admissões ou desligamentos (a que for menor), e a chamada rotatividade descontada, medida a partir dos desligamentos realizados por iniciativa dos empregadores, isto é, sem a chamada “justa causa” (DIEESE, 2016). Essas taxas permitem captar, no primeiro caso, apenas o volume global de substituições, sem somar admissões e desligamentos, como se faz na taxa de movimentação. Considera-se o volume menor entre admissões e desligamentos porque esse patamar reflete melhor essa dinâmica de substituições, uma vez que a diferença entre esses dois tipos de movimentação, o saldo, pode refletir tendências de crescimento do emprego – em conjunturas econômicas favoráveis – ou de retração do emprego – em conjunturas de crise. Trata-se, exatamente, de neutralizar esses aspectos conjunturais e tentar captar estritamente o volume de substituições. No segundo caso, isto é, em relação à taxa de rotatividade descontada, trata-se de captar apenas as substituições decorrentes da iniciativa dos empregadores. Trata-se de uma medida mais precisa de rotatividade que não leva em consideração os desligamentos que decorrem de aposentadorias, mortes, transferências ou devido à iniciativa do próprio trabalhador.

Os dados do Gráfico 3 dimensionam essas taxas para o ano de 2014. Assim, segundo os conceitos de rotatividade propostos pelo DIEESE, as taxas de rotatividade global e descontada eram de 62,8% e 43,1% naquele ano, tratando-se de patamares bastante elevados. Ao longo do período pesquisado, essas taxas cresceram, especialmente a rotatividade global, a rotatividade descontada mantendo-se em patamares mais estáveis.

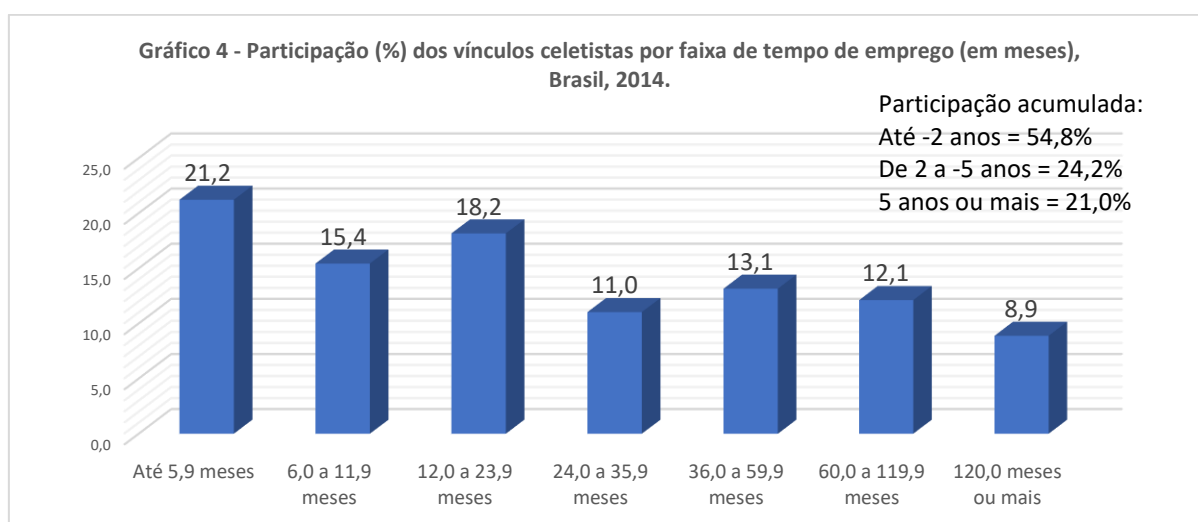


Enfim, os dados até aqui apresentados revelam que o mercado de trabalho assalariado formal no Brasil reproduziu seus padrões históricos marcados por elevada movimentação e rotatividade dos vínculos de emprego.

Analisando-se a composição dos empregos celetistas por tipo de vínculo, observa-se, igualmente, que os contratos celetistas urbanos realizados por pessoa jurídica por tempo indeterminado predominam, constituindo mais de 90% dos contratos. Isto revela que o contrato normal, permitindo elevada flexibilidade, isto é, facilidade em contratar e demitir, conforme expressam os dados acima, diminui o recurso aos demais tipos de contrato (por duração determinada, temporários, etc.).

Outra maneira de medir o nível de estabilidade/instabilidade do emprego celetista, é identificando o tempo de duração dos vínculos. Os dados da RAIS são bastante taxativos a esse respeito. Conforme é possível visualizar através do Gráfico 4, constata-se que, em 2014, 36,6% dos vínculos tem duração inferior a um ano e 54,8% duram menos de dois anos. A participação desses vínculos de curta duração manteve-se estável ao longo do período estudado. Esses dados são bastante significativos para avaliar o nível de proteção social da relação salarial no Brasil, pois o acesso ao seguro-desemprego, por exemplo, só é garantido aos trabalhadores cujos vínculos durem pelo menos doze meses. Essa exclusão de mais de um terço dos assalariados celetistas da possibilidade de acesso ao seguro-desemprego é um indicador da restrita proteção proporcionada pela condição salarial no Brasil.

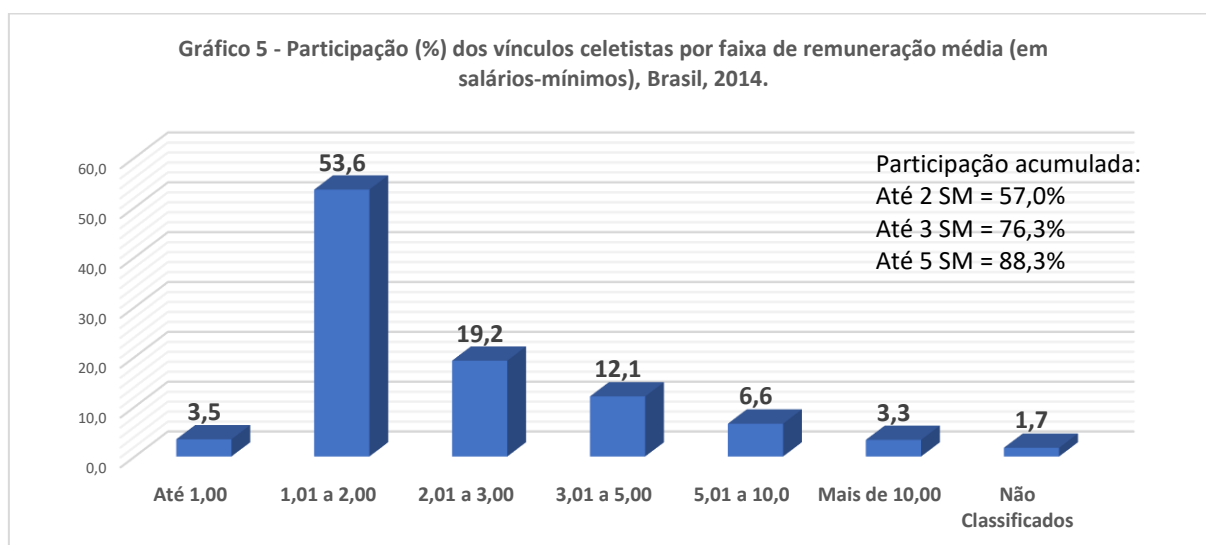
Os dados do Gráfico 4 revelam, ainda, que 24,2% dos vínculos duram entre dois e menos de cinco anos. Os vínculos com cinco anos ou mais de duração representam apenas 21% do total e com dez anos ou mais apenas 8,9%. Ou seja, esses dados corroboram os indicadores anteriores de movimentação e rotatividade, revelando elevados níveis de instabilidade do emprego formal celetista no Brasil.



Analisando-se as condições de remuneração do emprego assalariado celetista, também é possível constatar o baixo nível de proteção que o mesmo proporciona aos trabalhadores em termos econômicos. Conforme o Gráfico 5, é possível observar que 53,6% dos vínculos de

emprego recebem entre 1,01 e 2 salários-mínimos. Nas faixas acumuladas até três salários-mínimos estão concentrados 76,3% dos vínculos. Trata-se de uma elevada concentração do emprego na base da pirâmide salarial.

Ao longo do período analisado, esse processo de concentração dos vínculos nas faixas mais baixas de remuneração se acentuou, o que pode ser atribuído, em parte, ao aumento do poder real de compra do salário-mínimo que empurrou a base salarial para cima sem que os salários de cima acompanhassem o mesmo ritmo de crescimento do salário-mínimo. Se, por um lado, esse processo foi extremamente positivo, pois possibilitou a expansão do consumo de camadas da população submetidas à pobreza e elevada precariedade, bem como ajudou a dar sustentação à demanda interna (que por sua vez sustentou o crescimento da economia brasileira até 2014), por outro, ele mostra que a condição salarial é fortemente marcada pela precariedade, pois o salário mínimo, ainda que tenha aumentado seu poder aquisitivo no período, situa-se em um patamar muito baixo em termos de capacidade de reprodução das condições de vida da população, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde se concentra a maior parte dos brasileiros.



É importante notar, ainda, que a dinâmica de movimentação e rotatividade pressiona constantemente o rendimento dos trabalhadores para baixo. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, o rendimento médio dos trabalhadores admitidos tende a ser menor que o rendimento médio dos trabalhadores desligados. Para o ano de 2014, o rendimento médio daqueles correspondia a 91,2% do rendimento médio destes últimos (CAGED, 2017).

Finalmente, vale notar que as transformações da condição salarial nesse período de quinze anos apresentaram ainda as seguintes características:

- Em termos setoriais, observou-se, no período, a uma consolidação e ampliação do emprego em serviços (comércio e serviços), de 64,8%, em 2002, para 69%, em 2015, bem como a uma retração do emprego industrial, que diminuiu sua participação de 25,2% para 21%. A participação da construção civil passou de 4,9% para 6,2% (chegando ao ápice de 7,3% em 2011). A participação da agropecuária passou de 5,1% a 3,8%.

- Em termos de estrutura ocupacional, observa-se pouca variação, com um pequeno crescimento das profissões de nível superior, de 6,4% para 7,9%, bem como das ocupações técnicas de nível médio (de 8,8% para 9,2%) e das ocupações em serviços administrativos (de 18,2% para 20,1%).

- Em termos de perfil dos empregados, aumentou significativamente a participação das mulheres (de 34,9% para 40,4%, dobrando o contingente feminino). Aumentou também a participação dos trabalhadores adultos e idosos (de 57,1% para 64,4%), caindo a dos jovens (de 41,5% para 34,5%). Também cresceu significativamente a participação dos trabalhadores mais escolarizados, com nível médio completo (de 40,5% para 54,5%) e com nível superior completo (de 10,1% para 14,6%). Esta última categoria também dobrou sua participação no emprego formal durante esse período<sup>25</sup>.

## 5. Conclusões

A análise do processo de expansão do assalariamento celetista formal no Brasil, nos primeiro quinze anos do século XXI, revela que se manteve a dinâmica histórica de precariedade do emprego, observando-se elevados níveis de instabilidade, rotatividade e flexibilidade da condição salarial. Conforme dados da RAIS, foram gerados, entre 2002 e 2014, 18,2 milhões de novos vínculos de emprego, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 81,7%. No entanto, esse elevado crescimento é acompanhado, igualmente, de uma fortíssima movimentação e rotatividade no emprego formal, o que se traduz em taxas muito elevadas de movimentação e rotatividade. Em 2014, a taxa de movimentação atingiu 127,3% e as taxas de rotatividade global e descontada, segundo conceitos do DIEESE, foram de 62,8% e 43,1%, respectivamente. As movimentações dos vínculos de emprego no ano de 2014, isto é, as admissões e os desligamentos, somados, superaram bastante o estoque total de empregos ativos no final do ano. Essas taxas mantiveram uma tendência de crescimento nesse período de expansão do emprego assalariado formal.

---

<sup>25</sup> No caso desta variável, grau de instrução, o período analisado é de 2006 a 2015.

Neste sentido, a substituição sistemática de trabalhadores é um recurso habitual no mercado formal de trabalho, o que promove um rebaixamento dos níveis salariais, uma vez que, em média, os salários dos empregados admitidos são quase sempre menores que os salários dos empregados desligados. A instabilidade no emprego formal celetista se expressa, também, através da elevada participação, de 54,8%, em 2014, dos vínculos com tempo de duração inferior a dois anos. Essa participação dos vínculos com curta duração manteve-se estável durante todo o período analisado.

A expansão do emprego formal mostrou-se precária em termos de remuneração, concentrando-se, ao longo do período, nas faixas mais baixas. Em 2014, 76,3% dos empregados celetistas recebiam até três salários-mínimos. Esse processo de concentração dos empregos na base da pirâmide salarial foi provocado pelo aumento do poder real de compra do salário-mínimo que fez aumentar os salários de baixo sem melhorar necessariamente os salários que estavam um pouco acima desse patamar.

A forte expansão do emprego formal foi acompanhada, ainda, de uma mudança no perfil dos trabalhadores, com aumento de participação das mulheres, dos trabalhadores adultos e idosos e, sobretudo, dos trabalhadores mais escolarizados. Aumentou, também, a participação do emprego nos serviços, acompanhada de uma redução da participação do emprego na indústria. O emprego nas profissões de nível superior, nas ocupações de nível técnico e nos serviços administrativos também tiveram um pequeno aumento no período.

A partir dos dados analisados, considera-se, pois, como hipótese a ser aprofundada, que existem diferentes padrões de integração dos empregados assalariados formais no mercado de trabalho brasileiro. Essa integração oscilaria entre um padrão de integração precário, historicamente dominante e amplamente difundido no emprego formal, e um padrão de integração mais protegido e estável, minoritário e restrito a segmentos mais qualificados e escolarizados da força de trabalho. Sugere-se, pois, que existiria um *continuum* entre esses dois polos (tipos ideais), o que deverá ser objeto de aprofundamento analítico.

Finalmente, vale ressaltar que a crise econômica recente pela qual atravessa a economia brasileira bem como as mudanças em curso na legislação trabalhista poderão acentuar ainda mais essa polarização, intensificando-se a instabilidade e a precariedade do emprego, tendo em vista, sobretudo, as novas modalidades de contratação previstas, tais como o emprego intermitente.

**PARTE III – MERCADO DE TRABALHO, EMPREGO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUL DO RIO GRANDE DO  
SUL**



## CAPÍTULO 7 – EMPREGO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTORNOS DE UMA QUESTÃO SOCIAL<sup>26</sup>

### 1. Introdução

Neste artigo, analisa-se a *questão do emprego* na chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, particularmente nas cidades de Pelotas e Rio Grande, tendo em vista as transformações econômicas pelas quais vem passando esta região nos últimos anos. Tenta-se identificar sua dinâmica histórica de geração de empregos formais, sobretudo no período recente, problematizando-se o modelo de desenvolvimento que nela vem sendo implementado e sua capacidade de distribuir os resultados do crescimento econômico.

Por *questão do emprego* define-se um conjunto de dilemas sociais e econômicos vinculados à quantidade e qualidade de empregos disponíveis em uma determinada sociedade e sistema econômico. De um ponto de vista sociológico, a questão do emprego supõe um processo histórico de formação, consolidação e generalização do trabalho assalariado e das relações sociais de produção capitalistas. Nas sociedades modernas, o emprego, como forma específica de trabalho, apresenta-se não apenas como um fator de produção decisivo e subordinado à dinâmica de um mercado de trabalho. Ele se apresenta, igualmente, como um meio fundamental para os trabalhadores de acesso a uma fonte regular de rendimento econômico, a um conjunto de direitos e proteções sociais, bem como ao reconhecimento social. Nestes termos, a questão do emprego apresenta-se, também, como uma questão social de enorme envergadura.

A chamada Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul tem enfrentado um intenso debate sobre a questão do desenvolvimento regional devido à sua persistente situação de atraso econômico em relação a outras regiões do Estado e do país. O longo período de crise da economia brasileira, durante os anos oitenta e noventa, deixou um saldo bastante negativo no mercado de trabalho local e uma elevada dívida social.

A partir dos anos 2000, após esse longo período de crise e de desestruturação do mercado de trabalho, a economia brasileira começou a apresentar sinais de recuperação,

---

<sup>26</sup> Trabalho originalmente publicado, com o mesmo título, na Revista da ABET, v. XI, nº 2, de jul/dez de 2012, pp. 93-111 (VARGAS, 2012b).

passando a configurar-se um quadro de crescimento econômico. A partir desse contexto nacional favorável, a Zona Sul também passou a apresentar um significativo crescimento tanto do produto como do emprego. Vários empreendimentos e investimentos foram implementados na região, destacando-se o polo naval do município de Rio Grande.<sup>27</sup>

Tendo em vista esse novo cenário, inúmeras eram as previsões destacando a possibilidade de uma forte elevação dos níveis de emprego no mercado de trabalho local.<sup>28</sup> Políticas públicas locais, ao priorizar a atração de investimentos como o principal vetor de desenvolvimento, enfatizavam a geração de empregos como uma meta central do novo ciclo de crescimento econômico da região. Essa via de desenvolvimento, pois, foi apontada como a grande alternativa à crise do mercado de trabalho local, configurando-se, para muitos, um cenário regional promissor.

Considerando esse cenário, indaga-se como tem se configurado o crescimento econômico dessa região nessa conjuntura favorável, principalmente nos municípios de Pelotas e Rio Grande, polos econômicos regionais, e qual foi seu impacto na geração de novas oportunidades ocupacionais, formais e protegidas. Quais as características e particularidades dessa dinâmica do emprego nos dois municípios? Na medida em que a questão do emprego é aqui apresentada como questão social, pergunta-se, ainda, em que medida a dinâmica local de desenvolvimento e de crescimento do emprego seria capaz de propiciar a integração dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e historicamente excluídos e/ou marginalizados do mercado de trabalho formal.

Propõe-se, como hipótese inicial, que no atual estágio da dinâmica da acumulação capitalista e da divisão internacional do trabalho, dominada por uma distribuição desigual do produto e do emprego e por um paradigma produtivo flexível, configura-se um padrão de desenvolvimento que apresenta uma limitada capacidade de geração de empregos, sobretudo em setores industriais mais dinâmicos e intensivos em capital. Estima-se, pois, que as políticas macroeconômicas visando o crescimento de atividades tradicionais e intensivas em mão de obra sejam o principal vetor de expansão do emprego em nível local. Portanto, esse padrão de

---

<sup>27</sup> Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS (COREDE-SUL, 2010), estima-se que cerca de US\$16,1 bilhões foram ou estariam sendo investidos na região no final da década de 2000 e início da década seguinte, principalmente no município de Rio Grande. Com base nos investimentos da Petrobrás, a construção naval iniciou suas atividades em 2006, com a entrega da primeira plataforma, a P-53, em 2008. Outras plataformas, como a P-55, a P-58 e a P-63, foram parcialmente construídas no Polo Naval de Rio Grande no início dos anos de 2010. Naquele momento, estava prevista a construção de até oito cascos de plataformas petrolíferas (ZERO HORA, 12/10/2011), o que acabou não ocorrendo devido à crise que se instalou no setor a partir de 2014.

<sup>28</sup> Ainda segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Zona Sul do RS (COREDE-SUL, 2010), é estimada a geração de cerca de 190.000 empregos diretos e indiretos na região.

desenvolvimento capitalista, alicerçado em grandes investimentos, ao apresentar uma limitada capacidade de gerar empregos e de distribuir localmente os resultados do crescimento, não seria capaz, igualmente, de promover uma ampla integração dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

## **2. A questão do emprego: da dinâmica da acumulação capitalista à questão social**

A seguir, procura-se identificar alguns referenciais teóricos capazes de contribuir para uma melhor compreensão das determinações do que se tem chamado por questão do emprego. Propõe-se, inicialmente, que essa questão do emprego pode ser identificada como uma questão social de fundamental importância nas sociedades contemporâneas. Mas, o que é uma questão social?

Segundo Castel, em sua análise das metamorfoses da condição salarial:

*“a ‘questão social’ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência”* (Castel, 2001, p. 30).

Através dessa questão social, é a própria existência da sociedade enquanto um conjunto de vínculos sociais que está posta em questão. O emprego, nestes termos, define-se como um tipo de vínculo social, de pertencimento, de participação na vida coletiva. Esse vínculo está baseado na utilidade econômica e no valor social da atividade ocupacional, do emprego.

Nas sociedades modernas, o longo processo histórico de marginalização e pobreza da classe trabalhadora foi enfrentado, a partir do final do século XIX, através de um conjunto de intervenções sociais que passaram a assegurar direitos e proteções na relação de trabalho assalariada. Foi através do trabalho e, particularmente, do emprego assalariado, que a questão social foi enfrentada nos países capitalistas desenvolvidos, consolidando-se a chamada *moderna condição salarial* (VARGAS, 2008). O emprego, portanto, torna-se um mecanismo através do qual se assegura a coesão social e a integração da classe trabalhadora. Segundo Gorz (1991), o trabalho exercido na esfera pública e através do qual o indivíduo obtém não apenas uma remuneração, mas também um *status* social reconhecido, assegurando direitos e proteções, é uma invenção da modernidade ocidental.

A questão do emprego manifesta-se também como uma questão econômica de enorme relevância. É nessa qualidade que ela tem sido predominantemente considerada tanto no debate político como no debate acadêmico. Como questão econômica, ela se apresenta como o

resultado da dinâmica da acumulação capitalista e de sua racionalidade econômica baseada na lucratividade, na inovação, na elevação da produtividade no âmbito das relações mercantis competitivas. Duas posições teóricas polares podem ser destacadas a esse respeito.

Primeiramente, aquelas que enfatizam a capacidade do sistema econômico de gerar cada vez mais riquezas e oportunidades de emprego. Se, por um lado, a inovação e a crescente produtividade do trabalho promovem a destruição de atividades econômicas e empregos, por outro, elas também criam novas atividades e ocupações. É a chamada destruição criativa (SCHUMPETER, 1961). No âmbito da sociologia, esse otimismo é expresso nas posições assumidas por Castells (1999) em sua análise das sociedades contemporâneas, as chamadas sociedades em rede, baseadas em uma economia informacional e globalizada. A inovação constante e a elevação da produtividade são os caminhos para assegurar o crescimento econômico e a geração de empregos, tendo em vista uma *nova economia* que se consolida e se amplia em um mercado globalizado também em franca expansão. Castells considera, pois, que, no capitalismo informacional, estão abertas as possibilidades de crescimento econômico e de expansão dos níveis de emprego, ainda que, para este autor, possam se configurar significativas desigualdades no mercado de trabalho e na sociedade.

Em segundo lugar, destacam-se aquelas posições mais pessimistas, as teses do fim do trabalho, que tendem a enfatizar o impacto profundo das novas tecnologias de informação e comunicação sobre a produtividade do trabalho, o que levaria a uma brutal redução das oportunidades de emprego, a um desemprego estrutural elevado. Nas fases anteriores do capitalismo moderno, a destruição de setores e empregos teria proporcionado, de fato, a criação de novas atividades e oportunidades ocupacionais. A redução do trabalho agrícola, já nas fases iniciais do capitalismo moderno, seria assim acompanhada pelo crescimento do trabalho industrial. Mais recentemente, como sustentaram as teorias do pós-industrialismo (BELL, 1977), a estagnação e redução do trabalho industrial seria acompanhada pela expansão do trabalho no setor de serviços. Atualmente, porém, tal dinâmica de destruição criativa não teria mais validade. Segundo Rifkin (2004), principal representante dessa vertente pessimista, as novas tecnologias de informação e comunicação acarretariam uma brutal elevação da produtividade tanto na indústria como nos serviços, tanto no trabalho manual como no trabalho intelectual e relacional. Mais do que nunca, essas tecnologias promoveriam a substituição maciça dos trabalhadores em serviços, ainda que núcleos importantes de trabalho intelectual e qualificado sejam criados nesse processo.

A questão do emprego como questão econômica e como questão social remete, ainda, aos mecanismos de regulação caracterizados seja pelo seu caráter promotor da atividade

econômica e do desenvolvimento (regulação econômica), seja pelo seu caráter diretamente distributivo e/ou compensatório (regulação social). Esses mecanismos de regulação constituem a base fundamental através da qual se efetivam tanto os benefícios e proteções sociais aos trabalhadores como as condições necessárias ao equilíbrio e expansão da economia e das empresas capitalistas. É nestes termos que a relação salarial estável, no sentido proposto por Castel (2001), tornou-se um mecanismo central de coesão social nas sociedades contemporâneas. O emprego assalariado configurou-se como a pedra de toque de uma arquitetura social, política e econômica que tornou possível articular as tensões entre as diferentes racionalidades presentes nas sociedades capitalistas. Tal arquitetura, que vigorou durante os anos de ouro do capitalismo, parecia compatibilizar perfeitamente a racionalidade econômica capitalista e os direitos sociais dos trabalhadores. Ao assegurar renda estável (massa salarial) a estes, ela assegura também parte expressiva da demanda que sustenta a própria acumulação. Considera-se que os gastos públicos tenham também esse mesmo efeito.

A partir dos anos setenta, a crise do capitalismo, marcada pela baixa lucratividade e pelo acirramento da competitividade em nível internacional, implicou também uma crise do modelo de regulação até então vigente, provocando a emergência das concepções e políticas neoliberais. Tais políticas, ao promoverem fortes ajustes e restrições nos gastos públicos e nos custos das atividades econômicas, provocaram uma grande redução dos direitos sociais e trabalhistas, uma fragilização política dos trabalhadores e uma diminuição do poder aquisitivo dos salários. Enfim, configurou-se um quadro crescente de precarização do trabalho e das relações de trabalho (ANTUNES, 2006). Uma profunda reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo se desenhava naquele momento, o modelo fordista de organização produtiva sendo gradativamente substituído e/ou articulado com um novo modelo baseado na flexibilidade do trabalho, da produção e da organização empresarial, a chamada acumulação flexível (HARVEY, 1993).

Uma vez posto em xeque o modelo de regulação vigente, intervencionista e regulamentador, as concepções liberais alicerçadas na defesa das liberdades mercantis passam a vigorar como princípios hegemônicos de gestão econômica. Tais princípios são adotados tanto por parte de governos como por empresas em um contexto de acelerada globalização econômica. Este processo foi acompanhado de uma forte reorganização econômica, intensificando-se a mobilidade do capital, a deslocalização de empresas, a desindustrialização de regiões industriais tradicionais, bem como a reorganização da produção e do trabalho através das terceirizações, da redução dos efetivos de trabalhadores e das hierarquias organizacionais, entre outras medidas. Tais práticas tiveram uma forte repercussão no mercado de trabalho, com

baixo incremento dos empregos e elevado desemprego estrutural na maior parte das economias do mundo capitalista. Redefiniu-se, ainda, profundamente, o perfil dos trabalhadores integrados ao circuito da acumulação capitalista, exigindo-se deles mais escolarização, qualificação, polivalência e envolvimento subjetivo com o trabalho.

Todas estas transformações adquirem, ao mesmo tempo, certa especificidade quando se leva em consideração os traços peculiares das sociedades brasileira e latino-americanas, marcadas por fortes desigualdades sociais e elevada precariedade do trabalho. Historicamente, a expansão do mercado de trabalho no Brasil deu-se no bojo de um modelo de desenvolvimento periférico e tardio, apoiado na substituição de importações e na expansão de um mercado interno restrito, caracterizado por uma elevada heterogeneidade estrutural. Sob esse modelo conviveram atividades modernas e altamente produtivas com atividades tradicionais, capitalistas ou não, marcadas pela baixa produtividade. Em várias regiões do país, um intenso processo de industrialização de atividades tradicionais e modernas implicou um forte êxodo rural, formando-se grandes cinturões de pobreza em torno das médias e grandes cidades e uma ampla camada de operários instáveis e apresentando baixa qualificação (VARGAS, 1994). Nesse contexto, um enorme excedente de trabalhadores não absorvidos pelas formas mais modernas de produção capitalistas, já marcadas por uma elevada produtividade do trabalho, forma o que alguns autores denominaram de massa marginal (NUN, 2000). Apesar do forte crescimento econômico no período de 1930 a 1980, o país passou a ocupar, na divisão internacional do trabalho, a posição que alguns autores denominam de semiperiferia (POCHMANN, 2002). Nestas economias, observa-se certa especialização na produção de matérias-primas e de bens e serviços de baixo valor agregado, ainda que atividades mais dinâmicas também estejam presentes. Nesse cenário de fortes desigualdades, vastas parcelas da população trabalhadora ficam sujeitas a um elevado subemprego, sem os direitos e proteções típicos da relação salarial moderna e com baixa capacidade de organização e ação política. O próprio desemprego, fortemente subestimado, assume feições muito peculiares num contexto de elevada heterogeneidade do trabalho (VARGAS, 2008). No Brasil, por isso, um Estado de bem-estar social jamais se configurou plenamente, os direitos e proteções sociais e trabalhistas permanecendo restritos às camadas sociais mais organizadas politicamente e integradas aos setores mais dinâmicos da economia capitalista e do Estado.

Portanto, vários autores têm indicado que as transformações sociais e econômicas mais recentes, decorrentes do processo de reestruturação produtiva do capital, além de intensificarem as velhas desigualdades e precariedades estruturais, produziram também novos mecanismos de precarização e exclusão através de um desemprego aberto elevado e de uma nova informalidade

do trabalho (POCHMANN, 2001; ANTUNES, 1995, 2006). Os trabalhadores estáveis e anteriormente integrados às atividades organizadas também se tornam cada vez mais vulneráveis. Segundo Pochmann (2002), as políticas públicas neoliberais, aplicadas ao longo dos anos noventa, constituíram uma estratégia política de integração subordinada do Brasil à nova divisão internacional do trabalho, estando na raiz da profunda desestruturação do mercado de trabalho naquele período.

No período recente, com o fortalecimento das funções sociais e econômicas de regulação estatal e suas novas políticas desenvolvimentistas, tanto o crescimento econômico como uma forte ampliação do consumo e do poder aquisitivo do salário-mínimo definem o novo cenário econômico e social no Brasil.<sup>29</sup> A questão do emprego assume, portanto, feições econômicas, políticas e sociais diversas, permanentemente imbricadas na dinâmica social e inseparáveis na análise sociológica. Por esta razão, ela não pode estar desvinculada nem da questão do desenvolvimento econômico nem da questão social em sua dimensão propriamente política. A questão do emprego manifesta-se, pois, como o produto de um processo histórico no qual o trabalho e o emprego tornaram-se fatores decisivos na constituição dos vínculos sociais e na consolidação das condições mínimas de legitimidade da ordem social.

### **3. Crescimento econômico e mercado de trabalho na Zona Sul do Rio Grande do Sul**

A chamada Zona Sul do Rio Grande do Sul situa-se no extremo sul do Estado e abrange um conjunto de vinte e dois municípios.<sup>30</sup> Esta região é parte integrante da metade sul do Estado, cuja história foi marcada por um modelo peculiar de ocupação, distinto daquele que vigorou na região metropolitana de Porto Alegre e nas regiões coloniais. A pecuária extensiva e as grandes propriedades de terra constituíram a marca fundamental desse território onde a figura do gaúcho tradicional se formou.

Após o ciclo produtivo do charque, que teve seu ápice na segunda metade do século XIX e que tornou a cidade de Pelotas o principal polo econômico do Rio Grande do Sul, assistiu-se a um processo de desenvolvimento econômico marcado pela industrialização das atividades tradicionais ligadas à agropecuária. Esse padrão de desenvolvimento, portanto, baseado nesses segmentos tradicionais, não acompanhou o ritmo de expansão e modernização

---

<sup>29</sup> Segundo o DIEESE (2010), entre 2002 e 2010, houve um aumento real do salário-mínimo de 53,67%.

<sup>30</sup> A chamada Zona Sul é a região geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul (COREDE-Sul), um dos vinte e oito COREDES do Estado do Rio Grande do Sul. Pelotas e Rio Grande são os municípios polos dessa região, formada, ainda, pelos seguintes municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu.

capitalista e industrial mais diversificado e tecnologicamente avançado de outras regiões do Estado e do país. Por isso, ao longo da segunda metade do século XX, toda essa região passou a apresentar crescimento econômico inferior àquele observado nas regiões mais desenvolvidas, sendo gradativamente relegada a uma condição secundária no cenário econômico gaúcho.<sup>31</sup>

Com a crise da economia brasileira nos anos oitenta e com o processo de reestruturação produtiva e de acelerada globalização econômica dos anos noventa, a região passa por um processo de desindustrialização e de estagnação econômica. As atividades tradicionais, sobretudo na indústria de alimentação, sofrem um forte impacto com as políticas de abertura comercial e, conseqüentemente, com a concorrência dos produtos importados. O resultado desse processo é a desestruturação desses setores intensivos em força de trabalho e a forte elevação dos níveis de desemprego na região. Segundo o Censo demográfico de 2000, as taxas de desemprego em Pelotas e Rio Grande eram, naquele ano, de 17,3% e 19%, respectivamente.

Considera-se, portanto, que um padrão de desenvolvimento econômico fortemente alicerçado em atividades capitalistas tradicionais, marcadas pela baixa produtividade e baixa competitividade, combinado com um novo modelo de regulação econômica implantado pelo Estado brasileiro nos anos noventa estão na raiz da crise social e econômica que se instala na região naquele período, destacando-se a crise de seu mercado de trabalho.

A partir dos anos 2000, a estabilização econômica combinada com as novas políticas visando o crescimento e expansão da demanda interna, de aumento do poder de compra do salário mínimo e de inclusão social através de renda mínima, a região melhorou seus indicadores sociais e econômicos. O quadro, porém, mostrava-se ainda bastante problemático quando se compara os indicadores econômicos da Zona Sul com as regiões mais desenvolvidas do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2014b), a Zona Sul contava com uma população de 843.206 habitantes<sup>32</sup>, possuindo uma taxa média de urbanização de 82,9%. Em 2009, o PIB regional era de R\$ 13,9 bilhões. Apesar de ter, dentre os COREDES, o quarto maior PIB do Rio Grande do Sul, sua participação no produto total do Estado era de apenas 6,5%.<sup>33</sup> Nesse mesmo ano, o PIB per capita da região era de R\$ 16.042,00, abaixo da média do

---

<sup>31</sup> Sobre os determinantes das desigualdades de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul, ver Rosa (2008).

<sup>32</sup> Neste mesmo ano, o município de Pelotas contava com uma população de 328.275 habitantes e o município de Rio Grande com uma população de 197.228 habitantes. Somados, os dois municípios contavam com uma população de 525.503 habitantes, o que representava 62,7% da população da região. As taxas de urbanização dos municípios de Pelotas e Rio Grande eram, em 2010, de 93,3% e 96,1%, respectivamente.

<sup>33</sup> Houve um discreto crescimento em relação ao ano de 1999, quando essa participação era de 6,15%.



Rio Grande do Sul, de R\$ 19.778,00.<sup>34</sup> Em 2009, a renda per capita do COREDE-Sul representava apenas 60% da renda per capita da região da serra gaúcha.

Nos anos seguintes, a posição da região no cenário da economia do Estado se modificou devido, sobretudo, ao forte crescimento econômico observado no município de Rio Grande com suas atividades portuárias e com a implantação do Polo Naval. O desempenho econômico desse município, porém, parece ser um caso isolado em relação ao conjunto da região. Enquanto o município de Rio Grande elevou, entre 1999 e 2009, em 35,3% sua participação na economia do Estado, o município de Pelotas reduziu a sua em 21,9%, perdendo continuamente posições dentre os municípios com o PIB mais elevado.

Conforme se observa através da Tabela 1, em 1999, a economia de Rio Grande representava 2,15% da economia gaúcha. Em 2009, essa participação se eleva para 2,91%. A economia de Pelotas, ao contrário, que representava 2,28% da economia do Estado, em 1999, passa a ter uma participação de 1,78%, em 2009.<sup>35</sup> Durante esse mesmo período, o crescimento do Valor Adicionado Bruto<sup>36</sup> foi de apenas 2,4% em Pelotas, em termos reais, ao passo que no município de Rio Grande esse crescimento foi de 53,4%. Os dados da Tabela 1 revelam, igualmente, que esse crescimento concentrou-se na segunda metade da década, entre 2005 e 2009, já que o crescimento econômico nestes dois municípios foi muito pequeno ou negativo entre 1999 e 2005.

Além do mais, observa-se uma forte concentração do produto interno bruto regional nos municípios de Rio Grande e Pelotas. Em 2009, o município de Rio Grande representava, isoladamente, 44,5% do PIB da Zona Sul, enquanto Pelotas respondia por 27,2%. Os dois municípios somados concentravam 71,7% da economia regional. O município colocado na terceira posição, Canguçu, representava apenas 3,9%. A média de participação dos demais municípios na economia regional era de 1,4%. Observa-se, ao mesmo tempo, que todos os demais municípios somados representavam apenas 1,77% do total da economia gaúcha.

Quando se analisa o PIB per capita dos municípios, as desigualdades econômicas internas tornam-se ainda mais nítidas, apresentando-se uma enorme discrepância entre Rio Grande e os demais municípios, inclusive Pelotas. Em 2009, apenas cinco dos vinte e dois municípios apresentavam renda per capita acima da média regional, de R\$ 16.042,00, e apenas

---

<sup>34</sup> Nesse mesmo ano, o PIB per capita do Brasil era de R\$ 16.414,00.

<sup>35</sup> Em 2009, o PIB de Rio Grande e o de Pelotas ocupavam, respectivamente, a 4ª e a 9ª posição no ranking do Estado Rio Grande do Sul.

<sup>36</sup> O Valor Adicionado Bruto é indicador que expressa o incremento do produto econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) é o resultado da soma do VAB com o valor dos impostos.

três acima da média do Estado, de R\$ 19.778,38. Pelotas ocupava a 12ª posição na região, apresentando um PIB per capita de R\$ 11.148,57. O PIB per capita de Rio Grande, de R\$ 31.990,19, era quase o dobro da renda média da região.<sup>37</sup>

**Tabela 1 - Evolução e variação do PIB total, do PIB per capita e do VAB total do Rio Grande do Sul e dos municípios de Pelotas e Rio Grande, 1999, 2005 e 2009.**

Unidades geográficas	Anos			Variação (*)		
	1999	2005	2009	99-05	05-09	99-09
<b>Rio Grande do Sul</b>						
<b>PIB total (R\$ mil)</b>	74.015.78	2 144.218.198	215.863.879	10,46	14,15	26,09
<b>PIB per capita (R\$)</b>	7.299	13.298	19.778	3,28	13,43	17,15
<b>VAB total (R\$ mil)</b>	65.400.89	2 123.742.471	188.902.506	11,20	12,16	25,44
<b>Pelotas</b>						
<b>PIB total (R\$ mil)</b>	1.689.770	2.629.072	3.847.928	-11,80	11,62	-1,54
<b>Participação no PIB do RS</b>	2,28	1,82	1,78			
<b>PIB per capita (R\$)</b>	5.268	7.676	11.148	-17,40	10,76	-8,52
<b>% do PIB per capita do RS</b>	72,18	57,72	56,36			
<b>VAB total (R\$ mil)</b>	1.525.319	2.371.152	3.523.945	-7,76	11,35	2,39
<b>Rio Grande</b>						
<b>PIB total (R\$ mil)</b>	1.591.786	3.015.265	6.280.858	7,39	58,86	70,60
<b>Participação no PIB do RS</b>	2,15	2,09	2,91			
<b>PIB per capita (R\$)</b>	8.590	15.432	31.990	1,84	58,10	61,01
<b>% do PIB per capita do RS</b>	117,69	116,05	161,75			
<b>VAB total (R\$ mil)</b>	1.322.896	2.238.746	4.748.542	-1,49	55,30	53,39
<b>Relação Pelotas/Rio Grande</b>						
<b>PIB total</b>	1,06	0,87	0,61			
<b>PIB per capita</b>	0,61	0,50	0,35			

Fonte: FEE/RS.

(\*) Variação real, levando-se em consideração a inflação.

Analisando-se a evolução da participação percentual do PIB per capita de Pelotas e de Rio Grande no PIB per capita do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2009, observa-se, mais uma vez, essa tendência discrepante entre os dois municípios. Em 1999, o PIB per capita de Pelotas era equivalente a 72,2% do PIB per capita do Estado. Essa participação cai para apenas 56,4% em 2009. A situação de Rio Grande, inversamente, melhorou naquele período.

<sup>37</sup> Em 2009, o PIB per capita de Rio Grande ocupava a 14ª posição no ranking do Estado do Rio Grande do Sul, já o de Pelotas apenas a 382ª posição.

Em 1999, o PIB per capita de Rio Grande representava 117,7% do PIB per capita do Estado. Em 2009, ele passa a representar 161,8% do PIB per capita gaúcho.

Conclui-se, pois, que o crescimento da economia regional deve-se, principalmente, ao crescimento da economia de Rio Grande no período recente, configurando-se um cenário marcado por desigualdades intrarregionais significativas. Ao passo que este município reindustrializa-se, alavancado por suas atividades industriais-portuárias e pelos maciços investimentos no setor naval, a economia de Pelotas desindustrializa-se, concentrando-se cada vez mais no setor de serviços. Em 2009, o produto industrial representava 38,6% do produto total de Rio Grande, o que expressa um importante crescimento em relação ao ano de 1999, quando era de 32,4%. Em Pelotas, ao contrário, observa-se, nesse mesmo período, uma redução da participação do produto industrial de 22,1% para 19,7%. Por outro lado, a participação dos serviços no produto total deste município teve um pequeno crescimento, passando de 75,1%, em 1999, para 76,4%, em 2009. Em Rio Grande, ao contrário, em razão do forte crescimento industrial, a participação dos serviços no produto total caiu de 64,8% para 58,6% nesse mesmo período.<sup>38</sup>

Tendo em vista esse cenário econômico regional, torna-se importante indagar em que medida essas transformações têm afetado o mercado de trabalho local e qual tem sido seu impacto sobre o crescimento do emprego nos dois municípios polos.

Uma avaliação sumária do mercado de trabalho local, segundo dados do Censo demográfico de 2010, revela que as taxas de desemprego na região baixaram para 7,5%, em Pelotas, e para 8,6%, em Rio Grande. Por outro lado, os indicadores de precariedade do trabalho mostram um quadro bastante preocupante. Tomando-se, inicialmente, apenas o rendimento dos trabalhadores como critério para medir essa precariedade, constata-se que houve um aumento da parcela dos trabalhadores ocupados que não tinham nenhum rendimento ou que recebiam até um salário-mínimo mensal. Entre 2000 e 2010, a participação desse contingente de trabalhadores no total da população ocupada cresceu de 26,6% para 33,4%, em Pelotas, e de 24,3% para 31%, em Rio Grande. Somando-se os desempregados a esses trabalhadores ocupados em situação de precariedade, atinge-se um total de 38,4% da população economicamente ativa de Pelotas e de 37% de Rio Grande, em 2010, em situação de relativa

---

<sup>38</sup> Vale ressaltar, ainda, que os dois municípios possuem uma economia fundamentalmente urbana, o setor primário representando, em 2009, apenas, 3,9% do produto total de Pelotas e 2,8% do produto total de Rio Grande.

vulnerabilidade.<sup>39</sup> Em números absolutos, eram 62.129 trabalhadores, em Pelotas, e 33.285, em Rio Grande. Conclui-se, portanto, que essa vulnerabilidade continua elevada no período recente, mesmo em uma conjuntura marcada pelo crescimento econômico, pela redução do desemprego e pelo crescimento do emprego formal. Em Rio Grande, cujos indicadores econômicos mostram-se invejáveis nesse período, não se observa sinais de superação desse quadro de vulnerabilidade no mercado de trabalho, sobretudo quando se considera o problema da precariedade do trabalho. Neste município, a taxa de desemprego é, inclusive, mais elevada que a de Pelotas. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do então Ministério do Trabalho, também no emprego formal há um forte crescimento do número de trabalhadores que apresentam baixos rendimentos. Entre 2002 e 2010, a participação dos trabalhadores que recebiam até 1,5 salários-mínimos passou de 18,9% para 44,7%, em Pelotas, e de 22,2% para 34,4% em Rio Grande.

A seguir, pretende-se analisar especificamente a dinâmica do emprego formal na região, identificando não só seus níveis de crescimento nas últimas décadas, mas suas especificidades nos mercados de trabalho de Pelotas e Rio Grande, tendo em vista as diferentes dinâmicas econômicas apresentadas por esses dois municípios.

#### **4. A dinâmica regional do emprego formal**

A seguir, procura-se analisar a evolução do emprego formal nos municípios de Pelotas e Rio Grande, comparando-se seu desempenho com o conjunto da Zona Sul, com o Estado do Rio Grande do Sul e com o país. Para tanto, utiliza-se a base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, mais especificamente os dados da RAIS, referentes ao período entre 1985 a 2010 (MTE/RAIS). Trata-se, pois, da evolução do emprego formal, registrado, constituindo-se, este, em um importante indicador da evolução do trabalho organizado e protegido no Brasil. Os dados da RAIS referem-se aos estoques de emprego em 31 de dezembro de cada ano, não captando os movimentos de admissão e demissão no mercado de trabalho ao longo do ano. Se, aparentemente, esse é um limitador na tentativa de estabelecer uma adequada radiografia da evolução do volume de emprego, na prática, esses dados permitem captar e analisar com muito mais propriedade a dinâmica do emprego do ponto de vista de sua capacidade de gerar um processo mais efetivo de integração social, na medida em que se referem aos efeitos de médio e longo prazo. Vale registrar, ainda, que se esses dados dão uma boa dimensão da evolução do

---

<sup>39</sup> Em 2010, no Brasil e no Rio Grande do Sul, esses trabalhadores vulneráveis representavam 43,9% e 34,6% da população economicamente ativa, respectivamente. No Brasil, eram 41 milhões de trabalhadores e, no Rio Grande Sul, dois milhões de trabalhadores.

mercado de trabalho urbano, não acontece o mesmo com o emprego rural, muito mais afetado pela informalidade e pela importância do trabalho autônomo, não captados pelas bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Do ponto de vista temporal, analisa-se a evolução do emprego formal em três subperíodos distintos, de 1985 a 1989, de 1989 a 1999 e de 1999 a 2010, com ênfase neste último período. Pretende-se, com isso, captar a dinâmica do emprego nas diversas conjunturas econômicas vividas pela sociedade brasileira neste longo período de vinte e seis anos. Essas conjunturas podem ser identificadas, *grosso modo*, pela crise, inflação e instabilidade econômica (anos 80), pela abertura econômica, reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho (anos 90) e pelo crescimento econômico e expansão do emprego (período mais recente). Vale ressaltar que os períodos acima identificados não são homogêneos, podendo-se neles identificar anos típicos e anos atípicos, nos quais as tendências dominantes do período não se verificam ou se verificam apenas parcialmente.

Analisando-se a evolução do emprego formal na Zona Sul, no período de 1985 a 2010, conforme a Tabela 2, observa-se que nos municípios de Pelotas e Rio Grande os níveis mais elevados de emprego registrados nos anos oitenta só foram ultrapassados em 2010. Mesmo com o forte crescimento econômico observado em Rio Grande no final desse período, o crescimento do emprego formal, ao que parece, mostrou-se bastante tímido.

Em Pelotas, no período que antecede à crise dos anos noventa, o ápice do volume de empregos ocorreu no ano de 1987, quando foram registrados 67.545 vínculos formais de emprego. Naquele mesmo ano, o município detinha uma participação de 3,86% dos empregos formais do Estado e de 52,62% dos empregos da Zona Sul. Em 2010, essa participação cai para 2,5% e 46,9%, respectivamente.<sup>40</sup> Em Rio Grande, esse ápice deu-se em 1988, quando foram registrados 38.396 vínculos de emprego. Em termos de participação, o pico ocorreu no ano de 1985, quando o município detinha 2,19% dos empregos formais do Estado e 31,5% dos empregos da Zona Sul. Em 2010, essa participação cai para 1,4% e 26,8%, respectivamente. Porém, analisando-se a dinâmica do emprego por subperíodos, conforme dados apresentados na Tabela 3, observa-se que o baixo desempenho dos dois municípios deve-se, principalmente, ao processo massivo de destruição de empregos formais nos anos noventa. Em Pelotas e Rio Grande, essa destruição se deu em níveis muito superiores aos ocorridos no Estado e no país. Veja-se mais detalhadamente a evolução do emprego em cada subperíodo.

---

<sup>40</sup> Vale salientar que durante esse período de vinte e seis anos, o município de Pelotas perdeu uma pequena parte de sua população e de seu território, tendo em vista a emancipação dos municípios de Morro Redondo, Arroio Padre e Turuçú.

**Tabela 2 - Evolução anual do emprego formal na Zona Sul, Pelotas, Rio Grande e demais municípios, 1985 a 2010.**

Ano	Zona Sul		Pelotas		Rio Grande		Demais municípios	
	Nº	Var.	Nº	Var.	Nº	Var.	Nº	Var.
1985	112.113	*	56.881	*	35.314	*	19.918	*
1986	123.201	9,89	63.043	10,83	37.417	5,96	22.741	14,17
1987	128.363	4,19	67.545	7,14	37.101	-0,84	23.717	4,29
1988	125.157	-2,50	61.186	-9,41	38.396	3,49	25.575	7,83
1989	129.210	3,24	65.970	7,82	36.933	-3,81	26.307	2,86
1990	119.783	-7,30	59.587	-9,68	35.802	-3,06	24.394	-7,27
1991	112.969	-5,69	55.507	-6,85	33.775	-5,66	23.687	-2,90
1992	115.540	2,28	57.575	3,73	33.508	-0,79	24.457	3,25
1993	113.570	-1,71	55.265	-4,01	33.119	-1,16	25.186	2,98
1994	112.431	-1,00	53.256	-3,64	33.261	0,43	25.914	2,89
1995	104.450	-7,10	48.122	-9,64	29.814	-10,36	26.514	2,32
1996	100.629	-3,66	47.895	-0,47	25.727	-13,71	27.007	1,86
1997	99.898	-0,73	46.509	-2,89	26.259	2,07	27.130	0,46
1998	98.822	-1,08	44.087	-5,21	26.968	2,70	27.767	2,35
1999	103.990	5,23	47.166	6,98	27.264	1,10	29.560	6,46
2000	104.393	0,39	46.523	-1,36	27.615	1,29	30.255	2,35
2001	110.970	6,30	48.340	3,91	32.446	17,49	30.184	-0,23
2002	109.614	-1,22	49.804	3,03	29.143	-10,18	30.667	1,60
2003	114.232	4,21	52.646	5,71	30.530	4,76	31.056	1,27
2004	116.343	1,85	51.616	-1,96	33.015	8,14	31.712	2,11
2005	119.515	2,73	53.195	3,06	33.745	2,21	32.575	2,72
2006	122.972	2,89	55.193	3,76	35.093	3,99	32.686	0,34
2007	129.989	5,71	59.126	7,13	36.073	2,79	34.790	6,44
2008	132.936	2,27	61.549	4,10	36.334	0,72	35.053	0,76
2009	138.801	4,41	65.068	5,72	37.303	2,67	36.430	3,93
2010	148.527	7,01	69.643	7,03	39.859	6,85	39.025	7,12

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.

Em Rio Grande, a redução do volume de empregos formais foi de 26,2% entre 1989 e 1999, com a uma taxa média de -2,6% ao ano, o que equivale a 9.669 postos de trabalho perdidos. A participação deste município no emprego caiu de 28,6% para 26,2% na Zona Sul e de 2% para 1,5% no Estado. Neste município, a perda de empregos industriais também foi muito intensa. O ápice dos empregos na indústria de transformação ocorreu em 1986, quando se contabilizavam 12.053 postos de trabalho, o que representava 32,2% do volume total de empregos do município. Essa participação caiu para apenas 15,7% em 1999. Nesse ano, o

volume de empregos na indústria de transformação era apenas um pouco mais de um terço daquele observado em 1986, isto é, houve uma brutal destruição de empregos. A indústria respondeu por 80% da perda total de empregos no município naquele período.

**Tabela 3 – Variação do crescimento do emprego formal em termos absolutos e relativos no Brasil, Rio Grande do Sul, Zona Sul, Pelotas, Rio Grande e demais municípios da Zona Sul, no período de 1985 a 2010 e subperíodos.**

UNIDADE GEOGRÁFICA	PERÍODO	1985-2010	1985 - 1989	1989-1999	1999-2010	2005-2010
Brasil	var. absoluta	23.576.224	3.994.437	506.697	19.075.090	10.829.738
	var. rel. (%)	115,1	19,5	2,1	76,3	32,6
	var. anual (%)	4,6	4,9	0,2	6,9	6,5
Rio Grande do Sul	var. absoluta	1.193.860	269.235	-64.308	988.933	568.689
	var. rel. (%)	74,1	16,7	-3,42	54,5	25,4
	var. (%)	3,0	4,2	-0,1	5,0	5,1
Zona Sul	var. absoluta	36.414	17.097	-25.220	44.537	29.012
	var. rel. (%)	32,5	15,3	-19,5	42,8	24,3
	var. anual (%)	1,3	3,8	-2,0	3,9	4,9
Pelotas	var. absoluta	12.762	9.089	-18.804	22.477	16.448
	var. rel. (%)	22,4	16,0	-28,5	47,7	30,9
	var. anual (%)	0,9	4,0	-2,9	4,3	6,2
Rio Grande	var. absoluta	4.545	1.619	-9.669	12.595	6.114
	var. rel. (%)	12,9	4,6	-26,2	46,2	18,1
	var. anual (%)	0,5	1,1	-2,6	4,2	3,6
Demais municípios	var. absoluta	19.107	6.389	3.253	9.465	6.450
	var. rel. (%)	95,9	32,1	12,4	32,0	19,8
	var. anual (%)	3,8	8,0	1,2	2,9	4,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.

Nos demais municípios da Zona Sul, excluindo-se Pelotas e Rio Grande, observa-se que durante esses anos de crise profunda no mercado de trabalho houve um importante crescimento dos níveis de emprego formal, na ordem de 12,4%, a uma taxa média anual de 1,2%. Esse desempenho positivo deveu-se à importância do emprego no setor primário, o que amenizou, para o conjunto da Zona Sul, o impacto da destruição de empregos ocorrida em Pelotas e Rio Grande. Ainda assim, o desempenho dessa região foi muito inferior àquele observado no Estado e no país. No caso do Rio Grande do Sul, houve um recuo de 3,4% no conjunto do período, a uma taxa média anual de -0,1%. No país, houve um pequeno crescimento de 2,1%, a uma taxa média de 0,2%. Esse crescimento do volume nacional de empregos, no entanto, sequer

acompanhou o crescimento demográfico que foi de 1,7% a.a., durante a década de noventa, segundo o IBGE.<sup>41</sup>

No último subperíodo, de 1999 a 2010, marcado por uma retomada do crescimento econômico brasileiro, ainda que de forma instável e gradual, observa-se uma recuperação e expansão do volume de empregos formais em todos os níveis geográficos.

Comparando-se os níveis de crescimento do emprego na Zona Sul com o Estado e com o país, observa-se que nesta região o crescimento do emprego foi menor. Porém, inverte-se a situação observada no período anterior. O crescimento dos níveis de emprego em Pelotas e em Rio Grande é mais alto que o crescimento nos demais municípios. Ainda assim, Pelotas e Rio Grande apresentam taxas de crescimento do emprego formal inferiores às observadas no Estado e no país.

Em Pelotas, observa-se, entre 1999 e 2010, um crescimento de 47,7% nos níveis de emprego formal, o que significa a criação de 22.477 novos postos de trabalho e uma taxa de crescimento médio anual de 4,3%. Apesar desse desempenho positivo, sua participação no volume total de empregos do Estado reduziu-se de 2,6%, em 1999, para 2,5%, em 2010. Porém, considerando-se apenas os últimos anos, constata-se uma trajetória ascendente, já que essa participação cresceu desde o ano de 2004, quando ela era de 2,4%. Mesmo em recuperação, essa participação está longe dos patamares observados no primeiro subperíodo, quando atingiu o ápice de 3,8%, em 1987. Em relação ao conjunto da Zona Sul, por outro lado, essa participação cresceu no subperíodo, passando de 45,4%, em 1999, para 47%, em 2010. Apesar desse crescimento, a participação do emprego industrial continuou em queda. A indústria de transformação passou a representar apenas 14,7% do volume total de empregos do município em 2009. O setor de alimentação, por sua vez, diminuiu sua participação no conjunto da indústria de transformação para 58,4%.

Em Rio Grande, a tendência na evolução do emprego é semelhante àquela observada em Pelotas. Entre 1999 e 2010, constata-se um crescimento de 46,2% no volume de empregos formais, tendo sido criados 12.595 postos de trabalho. A taxa de crescimento médio anual foi de 4,2%, levemente abaixo daquela observada em Pelotas. A participação do município no emprego também declinou, no período, em relação ao Estado do RS, passando de 1,5% para 1,4%. Diferentemente do caso de Pelotas, porém, esse declínio vem ocorrendo igualmente nos últimos anos, não se observando tendência de crescimento. Em relação ao conjunto da Zona

---

<sup>41</sup> Segundo os censos demográficos de 1991 e 2000, a população brasileira cresceu 15,4% nesse período de nove anos entre os dois censos.



Sul, essa participação também cresceu, mas de maneira muito tímida, passando de 26,2%, em 1999, para 26,8%, em 2010. Nos últimos anos, essa participação também declinou, já que entre 2004 e 2006 ela era superior a 28%.

Considerando-se o forte crescimento econômico deste município nos últimos anos, é possível, a partir desses dados, constatar que seu impacto sobre a geração de empregos formais tem sido bastante limitado. Em Pelotas, cujo crescimento econômico tem se mostrado bastante tímido nos últimos anos, o emprego formal cresce mais que em Rio Grande. É possível, pois, dar sustentação à hipótese de que se está diante de um padrão de desenvolvimento que apresenta capacidade limitada de gerar empregos e distribuir seus resultados econômicos. Esta hipótese, no entanto, precisa ser melhor avaliada, tanto em termos temporais, identificando-se o impacto do crescimento econômico nos próximos anos, como do ponto de vista da qualidade dos empregos que estão sendo gerados, o que não é objeto deste trabalho. É preciso considerar, ainda, a hipótese de que Pelotas esteja se beneficiando do crescimento econômico de Rio Grande. Mesmo neste caso, porém, tomando-se os dois municípios em conjunto, observa-se que o ritmo de crescimento do emprego é inferior àquele constatado para o conjunto do Estado e do país, de 54,5% e 76,3% (taxas de 5% e 6,9% ao ano), respectivamente. No Brasil, foram gerados mais de 19 milhões de postos de trabalho nesse período.

No último período da série, a evolução dos níveis de emprego na Zona Sul não tem se alterado significativamente, observando-se a continuidade do crescimento e um leve declínio da participação regional no âmbito estadual. Entre 2005 e 2010, enquanto o crescimento do volume de empregos no Estado foi de 25,4%, na Zona Sul foi de 24,3%, uma diferença muito pequena. Quando se analisa a dinâmica do emprego nos municípios, observa-se que em Pelotas há um crescimento mais elevado, de 30,9% nos últimos anos da série. Constata-se, ainda, surpreendentemente, que os demais municípios da Zona Sul tiveram um crescimento do volume de empregos superior àquele observado em Rio Grande. Nestes municípios, esse crescimento foi de 19,8%, ao passo que em Rio Grande foi de 18,1%. Mais uma vez, constata-se que a dinâmica econômica recente, marcada por um crescimento fortemente concentrado nesse município industrial e portuário, tem um impacto limitado sobre o mercado de trabalho, pelo menos em termos de geração quantitativa de empregos formais.

## **5. Elasticidade emprego-produto e dinâmica setorial do emprego no período recente**

Analisando-se mais detalhadamente o crescimento do emprego e do produto no período recente (2005-2009), através da razão entre suas taxas de crescimento, a chamada elasticidade

emprego-produto<sup>42</sup>, tem-se um quadro mais preciso das diferentes dinâmicas econômicas em Pelotas e Rio Grande.

Entre 2005 e 2009, conforme a Tabela 4, observa-se que essa elasticidade é bem mais elevada em Pelotas, de 1,92, do que em Rio Grande, de 0,18. Em Pelotas, enquanto o crescimento do PIB foi de 11,6%, o crescimento do emprego foi de 22,3%. A taxa de crescimento do emprego é quase o dobro da taxa de crescimento do PIB. Já em Rio Grande, o crescimento do PIB foi de 58,9%, enquanto o crescimento do emprego foi de apenas 10,5%. A taxa de crescimento do emprego é cinco vezes menor que a taxa de crescimento do PIB.

**Tabela 4 – Variação do PIB, do VAB total e setorial e do emprego total e setorial e a elasticidade emprego-produto, Pelotas e Rio Grande, 2005-2009.**

VARIÁVEIS	Pelotas	Rio Grande
	Variação (%)*	Variação (%)*
PIB (A1)	11,6*	58,9*
VAB Total (A2)	11,4*	55,3*
VAB Agropecuária (B1)	48,9	29,4
VAB Indústria (C1)	-2,8	51,7
VAB Serviços (D1)	14,3	59,0
VAB Serviços Públicos (E1)	9,7	7,8
Emprego Total (A3)	22,3	10,5
Emprego Agropecuária (B2)	28,7	-9,9
Emprego Industrial (C2)	33,8	28,0
Emprego Serviços (D2)	19,6	7,8
Emprego Serviços Públicos (E2)	-10,9	-20,6
Razão Emprego/PIB (A3/A1)	1,92	0,18
Razão Emprego/VAB (A3/A2)	1,97	0,19
Razão Emprego/VAB Agricultura (B2/B1)	0,59	-0,34
Razão Emprego/VAB Indústria (C2/C1)	-11,99	0,54
Razão Emprego/VAB Serviços (D2/D1)	1,37	0,13
Razão Emprego/VAB Serviços Públicos (E2/E1)	-1,13	-2,66

\* Variação real, aplicados deflatores para o período.

<sup>42</sup> Se esse valor for igual a um (1), emprego e produto crescem a taxas iguais. Se esse valor estiver acima de um (1), a taxa de crescimento do emprego é superior à do produto, o que revela uma dinâmica positiva do emprego. Se esse valor for inferior a um (1), a taxa de crescimento do emprego mostra-se inferior à do produto.

No setor industrial, constata-se que o crescimento do emprego em Pelotas, de 33,8%, é superior àquele de Rio Grande, de 28%, mesmo que este último município tenha tido um forte crescimento do produto, de 51,7%, e que o mesmo seja quase o triplo daquele de Pelotas.<sup>43</sup>

Isso é mais surpreendente ainda quando se constata que o crescimento do produto industrial de Pelotas foi negativo nesse período, de -2,8%. A elasticidade emprego-produto neste setor é de (-)11,99 em Pelotas e de 0,54 em Rio Grande. Vale ressaltar, ainda, que o crescimento do emprego especificamente na indústria de transformação de Pelotas foi de 27% e na construção civil de 64,2%. Em Rio Grande, o emprego na indústria de transformação cresceu apenas 15,5%, enquanto o emprego na construção civil aumentou 101%. Este último setor criou mais vagas que a indústria de transformação, mesmo possuindo um peso bem menor na estrutura de emprego do município.<sup>44</sup> Esses dados revelam que a expansão do emprego ocorre em setores mais intensivos em força de trabalho e que a estrutura industrial de Rio Grande, mais intensiva em capital, tem uma capacidade bastante limitada de criar empregos.

No setor de serviços, observa-se um fenômeno semelhante. Em Pelotas, o volume e a geração de empregos também são bem superiores a Rio Grande, mesmo que o produto em serviços dos dois municípios tenha atingido valores próximos em 2009.<sup>45</sup> Entre 2005 e 2009, em Pelotas, o produto deste setor cresceu 14,3% e o volume de empregos, 19,6%. Em Rio Grande, o produto em serviços cresceu ainda mais que o produto industrial, 59%, o volume de empregos, porém, cresceu apenas 7,7%. A elasticidade emprego-produto é de 1,37 em Pelotas e de 0,13 em Rio Grande. Enquanto em Pelotas o crescimento do emprego no comércio e nos serviços (excluídos os serviços públicos e os serviços industriais), foi de 28,4% e de 28,3%, respectivamente, em Rio Grande esse crescimento foi de 13% e 17,9%. Esses dados revelam, pois, que as atividades no setor de serviços também apresentam, em Rio Grande, uma produtividade mais elevada e uma menor expansão do emprego.

Constata-se, ainda, tanto em Pelotas como em Rio Grande, uma surpreendente redução do emprego nos serviços públicos, de 10,9% e 20,7%, respectivamente, mesmo que o produto deste setor tenha aumentado 9,7% em Pelotas e 7,8% em Rio Grande. A elasticidade emprego-produto neste setor é negativa nos dois municípios, de -1,13 em Pelotas e de -2,66 em Rio Grande. Esse fenômeno pode estar associado tanto à terceirização de atividades antes exercidas por funcionários públicos como a uma reorganização e enxugamento da máquina pública. Uma

---

<sup>43</sup> Em 2009, o produto industrial de Pelotas era de R\$ 692 milhões e o de Rio Grande de R\$ 1,831 bilhões.

<sup>44</sup> A indústria de transformação de Rio Grande respondia por 14% do total dos empregos formais do município, em 2009, enquanto a construção civil tinha uma participação de apenas 4,1%.

<sup>45</sup> O produto em serviços de Pelotas era de R\$ 2,692 bilhões e o de Rio Grande de R\$ 2,782 bilhões.

análise mais minuciosa a esse respeito exigiria, porém, a realização de um estudo mais pormenorizado.

Em suma, a limitada capacidade de geração de empregos formais em Rio Grande pode ser observada, igualmente, em quase todos os setores<sup>46</sup>, com exceção da construção civil, setor impactado positivamente pelas obras de instalação do polo naval. Já em Pelotas, observa-se uma ampla expansão setorial dos empregos, com exceção do setor público.

## 6. Conclusões

A análise realizada até o presente momento permite concluir que o padrão de desenvolvimento regional da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul é marcado por fortes desigualdades econômicas intra e interregionais, com uma elevada concentração do produto econômico no município de Rio Grande, primeiramente, e no município de Pelotas, secundariamente. Nele, combinam-se distintos modelos de desenvolvimento tanto em sua dinâmica de crescimento econômico como em sua dinâmica de crescimento do emprego. Por um lado, o crescimento regional está fortemente ancorado na economia de Rio Grande, baseada nas atividades industriais-portuárias e em serviços. O forte incremento do produto econômico, que nos próximos anos tende a se intensificar, vem acompanhado de um limitado crescimento dos níveis de emprego formal. Esse modelo de desenvolvimento, seguindo os atuais padrões de acumulação capitalista flexível, baseia-se em atividades econômicas mais intensivas em capital e que apresentam maior produtividade do trabalho, o que implica uma limitada capacidade de distribuir os resultados do crescimento em termos de geração de empregos protegidos. Tal fato não exclui a possibilidade de outras modalidades de distribuição do crescimento, principalmente através de investimento públicos em infraestrutura social e equipamentos coletivos. Nesse sentido, os mecanismos públicos de regulação social devem assumir uma importância crucial no enfrentamento dos problemas sociais gerados por esse modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, observa-se outro modelo de desenvolvimento regional, exemplificado pelo município de Pelotas, mais dinâmico na geração de empregos formais, mas menos eficiente – e no limite ineficiente - em termos de crescimento econômico e de elevação dos níveis de renda per capita. Este modelo de desenvolvimento, ancorado em atividades capitalistas mais tradicionais, menos intensivas em capital - como a construção civil, a indústria de alimentação, o comércio varejista, os serviços pessoais - mostra-se mais sensível às políticas

---

<sup>46</sup> Conforme definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

macroeconômicas e às políticas sociais levadas a cabo pelo Estado brasileiro na primeira década do século de estímulo à demanda interna e ao crescimento da infraestrutura (PAC), de valorização do salário mínimo e de promoção da renda mínima para as populações pobres. Além do mais, é possível supor que esse modelo esteja estimulando a formação de um elevado volume de empregos precários, o que implicaria na persistência de padrões elevados de desigualdade social, traço marcante do desenvolvimento capitalista no Brasil nas últimas décadas.

Dado esse padrão dual de desenvolvimento da Zona Sul<sup>47</sup>, são muitas as evidências que corroboram a hipótese de que o mesmo tenha uma limitada capacidade de gerar um amplo processo de integração dos enormes contingentes de trabalhadores em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, isto é, de enfrentamento da questão social em nível regional. Além de não propiciar a integração desses trabalhadores pela insuficiente geração quantitativa de empregos protegidos, esse padrão de desenvolvimento, segundo o modelo riograndino, é marcado por uma forte seletividade e exclusão no mercado de trabalho, dadas as exigências em termos de perfil de trabalhadores no atual estágio da dinâmica de acumulação capitalista.

Em relação ao processo massivo de destruição de empregos ao longo dos anos noventa, constatou-se que em Pelotas e em Rio Grande essa destruição ocorreu em níveis muito superiores à média do Estado e do país e pode ser atribuída tanto ao esgotamento do então modelo de desenvolvimento regional, ancorado em atividades agroindustriais tradicionais, intensivas em mão de obra, como às políticas liberais de abertura comercial que inauguraram um novo modelo de regulação econômica no Brasil. Assim, o saldo daquele processo de reestruturação dos setores tradicionais foi a quebra de inúmeras empresas, um elevado desemprego estrutural e uma provável mudança no padrão de qualidade dos empregos que passaram a ser criados desde então. Vale ressaltar, ainda, que a redução do emprego industrial e o crescimento do emprego em serviços expressam fenômenos diversos. Por um lado, expressam a elevação geral da produtividade do trabalho, conforme tendência apontada pela literatura sociológica de desindustrialização e avanço da sociedade de serviços. Por outro, estão relacionados à intensificação da concorrência, com a consequente perda de empregos para outras regiões industriais do país e do mundo, também marcadas pela abundância de mão de obra barata. É preciso sublinhar também que a expansão dos serviços tem estado fortemente

---

<sup>47</sup> Seria necessário, ainda, incluir o(s) modelo(s) de desenvolvimento dos demais municípios da região, nos quais as atividades primárias têm um grande peso na economia, o que não é objeto do presente estudo.

associada à expansão de atividades precárias, tais como o comércio ambulante, os serviços pessoais, o trabalho doméstico, entre outras atividades.

Enfim, a compreensão das tendências do emprego na região assumirá contornos mais precisos a partir dos dados estatísticos de 2011, pois é a partir desse ano que se intensificam os investimentos e atividades do Polo Naval de Rio Grande. Se uma forte concentração do crescimento econômico neste último município parece ser uma tendência marcante, o futuro do emprego na região ainda mostra-se incerto, tudo indicando, porém, que seu crescimento será provavelmente insuficiente para integrar o conjunto dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Portanto, em face do histórico déficit estrutural de lugares legítimos na sociedade brasileira, o que está em jogo não é apenas o emprego enquanto fonte de remuneração, mas o trabalho enquanto mecanismo de acesso à segurança, ao reconhecimento social, a um lugar no mundo social. A questão do emprego manifesta-se, pois, mais do que nunca, como uma questão social de primeira grandeza no Brasil e na Zona Sul.

## **CAPÍTULO 8 – DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADES DE GÊNERO: AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DE PELOTAS E RIO GRANDE (RS)<sup>48</sup>**

### **1. Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo analisar e discutir a conformação das desigualdades de gênero no mercado de trabalho dos municípios de Pelotas e Rio Grande no período recente, tendo em vista as importantes transformações econômicas pelas quais vem passando a região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Nas sociedades modernas, a busca por direitos, igualdade e respeito às liberdades individuais têm orientado as lutas de diversos movimentos sociais, aí incluídos os movimentos feministas. Há várias décadas, as mulheres vêm ampliando sua participação no mercado de trabalho, o que tem representado um importante passo na conquista de autonomia e igualdade. Porém, os estudos de gênero no trabalho têm indicado que persistem importantes desigualdades no processo de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Neste artigo, pretende-se problematizar, particularmente, os impactos do desenvolvimento econômico em âmbito regional sobre a configuração dessas desigualdades de gênero nos mercados locais de trabalho.

O mercado de trabalho pode ser definido como um espaço social de trocas econômicas no qual se estabelece a relação de compra e venda de uma “mercadoria” muito especial, a “força de trabalho”. Logo, esse espaço de trocas se apresenta, tipicamente, muito mais como um mercado da “força de trabalho” em relações de assalariamento do que um mercado de trabalho, *tout court*. A força de trabalho, no sentido proposto por Marx (1983), é uma capacidade humana de produzir, de trabalhar, uma potencialidade. O trabalho, por sua vez, é uma atividade humana destinada à produção e/ou distribuição de bens e serviços escassos necessários à reprodução da vida social e individual. Trabalho e força de trabalho, portanto, são realidades distintas. A força de trabalho, enquanto mercadoria, possui tanto um valor de uso, que é sua capacidade de

---

<sup>48</sup> Trabalho originalmente publicado, com o mesmo título, na coletânea organizada por Molin & Figueiredo, intitulada “Políticas Públicas e Desenvolvimento nos Municípios Gaúchos de Pelotas e Rio Grande”, Porto Alegre, Cirkula, 2014, pp. 291-326 (VARGAS, 2014a).

trabalhar, produzir, como um valor de troca<sup>49</sup> que se expressa nos seus preços de mercado, os salários. A força de trabalho, na qualidade de mercadoria, é, pois, uma capacidade de trabalho que precisa ser convertida em trabalho propriamente dito durante o tempo em que permanece sob o comando do empregador, segundo uma jornada e um conjunto de condições previamente contratadas.

Segundo Offe (1989), o mercado de trabalho cumpre uma dupla função nas sociedades capitalistas. De um lado, ele contribui para distribuir e alocar as capacidades de trabalho segundo as necessidades das empresas. Por outro, ele proporciona aos trabalhadores e trabalhadoras os rendimentos necessários para que possam assegurar as condições necessárias à sua reprodução física e social. Para Offe, no entanto, a força de trabalho não é uma mercadoria como outra qualquer, tratando-se, na verdade, de uma mercadoria “fictícia”, uma vez que não pode ser produzida, distribuída e alocada como as demais mercadorias. A força de trabalho não pode ser isolada dos trabalhadores como pessoas e seres sociais, marcados por necessidades biológicas e psíquicas, bem como por vínculos sociais e afetivos. Sobre a força de trabalho não é possível ser aplicada plenamente a racionalidade econômica e estratégica aplicável às demais mercadorias e relações mercantis. Estabelece-se, por isso, uma relação muito desigual entre ofertantes e demandantes desta mercadoria. Essa desigualdade social consiste em um controle diferencial de recursos por parte dos mesmos, de tal forma que os demandantes são capazes de impor condições mais favoráveis aos seus próprios interesses e objetivos. O que torna os ofertantes particularmente frágeis nessa relação, deve-se ao fato de que os trabalhadores, ao venderem essa “mercadoria” força de trabalho, não só não podem “produzi-la” segundo a lógica do mercado e segundo uma estratégia puramente econômica - pois a reprodução humana exige um tempo biológico, sendo igualmente condicionada por fatores sociais, culturais e afetivos - como não podem garantir sua plena mobilidade, adaptando sua oferta às variações da demanda no espaço e no tempo. Os trabalhadores não podem simplesmente “estocar” sua força de trabalho como se estoca qualquer mercadoria à espera do momento mais conveniente para sua venda. Outras motivações de natureza sociocultural - a busca de independência ou realização profissional, por exemplo - e não apenas econômica também são decisivas na determinação do processo de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Para Offe, tais desigualdades, porém, não são apenas aquelas entre ofertantes e demandantes de força de trabalho, mas também aquelas entre os próprios ofertantes que se

---

<sup>49</sup> Para Marx, o valor de troca de uma mercadoria equivale à quantidade de trabalho necessário para produzi-la. Trata-se, neste caso, da quantidade de trabalho necessário para produzir os bens e serviços essenciais à reprodução do trabalhador em condições socialmente dadas.



encontram em situação de competição mais ou menos aberta. Esses ofertantes não constituem, pois, um agrupamento homogêneo, competindo em condições iguais e apresentando chances similares de obter um emprego. Ao contrário, são atores sociais que não só apresentam recursos desiguais quanto aos requisitos específicos do mercado de trabalho (escolarização, formação profissional, experiência de trabalho, etc.), mas, também, diferentes atributos “adscritícios” (não adquiridos) que, frequentemente, adquirem uma enorme importância no mercado de trabalho, tais como sexo, cor ou etnia, origem social, geração. Em outros termos, os empregadores, quando recrutam e contratam os trabalhadores, não levam apenas em consideração aquelas características adquiridas, mas também as adscritícias, preferindo uma força de trabalho mais ou menos jovem, homens ou mulheres, trabalhadores locais, estrangeiros ou migrantes, brancos ou trabalhadores de outra cor ou origem étnica. Assim, a partir do mercado de trabalho, configura-se um amplo espectro de desigualdades sociais, de tal forma que determinados grupos se encontram mais frequentemente que outros em situação de vulnerabilidade social.

Neste trabalho, pretende-se analisar, particularmente, como evoluíram, no período recente, as desigualdades de gênero no mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande, identificando como se configuram as situações de precariedade e vulnerabilidade e em que medida as transformações econômicas afetam positivamente ou negativamente na redução dessas desigualdades.

Pelotas e Rio Grande são municípios que se situam na região sul do estado do Rio Grande do Sul e, por suas características econômicas específicas, atravessaram um longo período de forte crise econômica e de desestruturação dos seus mercados de trabalho. No bojo da crise que assolou a sociedade brasileira ao longo dos anos 80 e que teve continuidade na década seguinte, com as políticas econômicas de abertura comercial e com o processo acelerado de reestruturação produtiva das empresas capitalistas, os municípios de Pelotas e Rio Grande testemunharam um forte crescimento do desemprego e da informalidade do trabalho, um intenso processo de redução do emprego industrial, bem como o crescimento da pobreza e dos problemas urbanos.

A partir dos anos 2000, com a reorganização da economia brasileira e retomada do crescimento econômico, a região e, particularmente, o município de Rio Grande, passaram a apresentar um crescimento significativo, bem como uma melhoria em seus indicadores de mercado de trabalho. Esse processo foi capitaneado tanto pelas políticas macroeconômicas que redinamizaram a economia nacional como por políticas e investimentos específicos realizados nesses municípios. Dentre esses investimentos, destaca-se o pólo naval de Rio Grande.

Resultado de uma política industrial mais ampla de retomada e descentralização da indústria naval brasileira, esses investimentos no pólo naval tiveram um impacto econômico muito forte sobre o município de Rio Grande e, particularmente, sobre o seu mercado de trabalho, uma vez que o volume de empregos industriais cresceu enormemente no município, sobretudo nos últimos anos. Esse município também vinha ganhando participação na economia gaúcha tendo em vista a estruturação de sua economia em torno do complexo industrial-portuário. Rio Grande tem o principal porto marítimo do sul do Brasil, importante fator para o escoamento da produção industrial e agrícola do Rio Grande do Sul, um estado marcado por sua forte produção no setor primário e pela exportação das matérias-primas agrícolas.

Pelotas, por outro lado, que no século XIX foi o centro econômico mais importante do Estado do Rio Grande do Sul devido à sua economia do charque, apesar de ter perdido essa posição dominante ao longo do processo de industrialização pesada da sociedade brasileira, sempre teve sua economia fortemente alicerçada na agroindústria tradicional e nas atividades de serviço. Se, por um lado, a crise econômica dos anos 80 e 90 colocou em xeque esses segmentos econômicos, sobretudo a tradicional agroindústria alimentícia, provocando desindustrialização e desemprego industrial elevado, por outro, o município continuou sendo um forte e importante centro econômico em serviços, aglutinando importantes atividades no comércio atacadista e varejista, nos serviços financeiros, na administração pública, bem como nos serviços sociais de educação e saúde.

Nestes termos, indaga-se qual tem sido o impacto das transformações econômicas ocorridas nesses municípios ao longo da década de 2000, em especial em Rio Grande, onde o crescimento foi mais acelerado, sobre os mercados locais de trabalho e, particularmente, na configuração de suas desigualdades de gênero. O crescimento econômico melhorou os principais indicadores de mercado de trabalho? A melhoria desses indicadores teve um impacto positivo sobre as desigualdades de gênero? Como evoluiu o processo de inserção de homens e mulheres nesses mercados de trabalho?

Para responder a essas questões, pretende-se mobilizar um amplo conjunto de dados, principalmente de natureza estatística. Primeiramente, pretende-se dimensionar as transformações econômicas da região e dos dois municípios investigados, analisando-se alguns indicadores de desenvolvimento econômico tais como o Produto Interno Bruto (PIB), o PIB per capita e o Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial. Em um segundo momento, pretende-se analisar os indicadores de mercado de trabalho produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística através dos Censos demográficos de 2000 e 2010. Os dados do Censo demográfico de 2000 constituem um bom ponto de partida para diagnosticar os resultados de

um longo período de crise econômica e de desestruturação dos mercados locais de trabalho. Os dados do Censo demográfico de 2010, pelo mesmo motivo, constituem uma boa referência para identificar o impacto inicial desse período de recuperação e crescimento da economia brasileira ao longo dos anos 2000. Finalmente, a comparação entre os dois municípios permite avaliar as transformações no mercado de trabalho à luz de suas diferentes dinâmicas econômicas.

Este trabalho está estruturado em duas partes. Na primeira, pretende-se refletir teoricamente sobre as diferentes modalidades de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, levantando e discutindo alguns conceitos e interpretações que vêm sendo propostos pelos estudos de gênero no trabalho. Na segunda parte, pretende-se, inicialmente, caracterizar as diferentes dinâmicas de crescimento econômico dos dois municípios estudados para, em seguida, apresentar e analisar mais detalhadamente um conjunto de indicadores de mercado de trabalho e suas especificidades em termos de gênero. Enfim, nas conclusões, pretende-se fazer um balanço das mudanças nos mercados locais de trabalho em termos de desigualdade de gênero.

## **2. Mercado de trabalho, desenvolvimento e desigualdades de gênero**

A perspectiva sociológica tem mostrado que o mercado de trabalho não é um espaço homogêneo, caracterizado pela plena liberdade, racionalidade e igualdade entre seus agentes que buscariam unicamente maximizar seus interesses individuais, conforme o modelo clássico do *homo economicus*. Trata-se, na verdade, de um espaço social no qual se articulam um conjunto complexo de relações sociais, nele se produzindo e se reproduzindo diversos níveis de desigualdade social.

Como fizeram crer as teorias clássicas da modernização ao analisarem o processo de desenvolvimento das sociedades periféricas, tais desigualdades sociais não se configuraram efetivamente como resquícios de um passado tradicional que seria superado na medida em que o desenvolvimento industrial e capitalista avançasse. Subjacente a estas visões lineares e etapistas do processo de desenvolvimento histórico estava o pressuposto de que as sociedades modernas marchariam necessariamente rumo ao progresso, este abrangendo tanto a modernização econômica como a modernização cultural. Nessa perspectiva, as sociedades foram consideradas como entidades totalizantes e abstratas, negligenciando-se a história concreta e os conflitos internos entre seus agentes.

Ao longo do século XX, no curso concreto de desenvolvimento da sociedade brasileira e latino-americana, colocou-se em xeque essa concepção evolucionista, linear e ingênua do

progresso social. A modernização capitalista nessas regiões mostrou-se um processo marcado por profundas desigualdades sociais, o suposto “subdesenvolvimento” não podendo mais ser atribuído à ausência de modernização, de industrialização e de avanço das relações capitalistas de produção. O próprio desenvolvimento capitalista mostrava ser um elemento produtor e dinamizador dessas desigualdades sociais, a modernização não podendo mais ser pensada como engendrando, necessariamente, a emancipação humana e a ampliação dos direitos e das liberdades individuais.

É nestes termos que se torna pertinente discutir o modo pelo qual se produzem as desigualdades sociais no mercado de trabalho, particularmente as desigualdades de gênero. As desigualdades sociais são aqui entendidas como configurações complexas de relações sociais que se articulam, operando-se tanto ao nível econômico, nas relações de apropriação e distribuição desigual do produto econômico entre os agentes sociais, como no nível sociocultural, a partir da apropriação e distribuição desigual de bens e reconhecimento simbólicos entre os diversos grupos em suas relações (gênero, geração, cor/etnia, etc.). Essas relações são, a um só tempo, materiais e simbólicas, nutrindo-se mutuamente na produção das desigualdades sociais, na produção de uma ordem hierárquica, desejada ou não. Apesar, pois, dos ideais igualitários da modernidade e dos móveis puramente econômicos que orientariam a ação dos agentes no mercado, como se poderia explicar a persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho?

As tentativas de explicar as desigualdades e os diferentes modos de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho esbarram, frequentemente, em argumentos puramente econômicos. Assim, das teorias econômicas às teorias da segmentação do mercado de trabalho (PRIES, 2003), passando mesmo por algumas interpretações marxistas (BRUMER, 1988), esses enfoques enfatizam seja um suposto déficit de formação e qualificação profissional das mulheres, seja a sua inserção secundária na condição de reserva de trabalho em conjunturas de expansão capitalista e ampliação dos mercados. No entanto, na medida em que as mulheres consolidaram de forma estável sua posição no mercado de trabalho, na medida em que uma nítida divisão sexual do trabalho foi se estruturando no âmbito do mundo profissional e na medida, ainda, que as mulheres passaram a investir mais intensamente em sua formação escolar e profissional, essas interpretações foram sendo postas em xeque.

Nas ciências sociais, os estudos de gênero têm fornecido ferramentas teóricas importantes para compreender a produção dessas desigualdades de gênero e o processo diferencial de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. A crítica feminista às categorias androcêntricas e supostamente neutras das ciências sociais forjaram, através do

conceito de gênero, a ideia de que essas diferenças não podem ser atribuídas nem a uma simples determinação biológica, nem a uma determinação em termos puramente econômicos. Tais desigualdades são interpretadas como o resultado de uma construção social, histórica e cultural. As relações de gênero, pois, são o produto de um processo histórico que passa tanto pela formação e transformação de papéis sexuais típicos, transmitidos e aprendidos no processo de socialização dos indivíduos segundo valores, regras e normas que diferenciam e hierarquizam os gêneros, como pelas lutas e conflitos sociais através dos quais se confrontam valores e práticas tradicionais com novas concepções e práticas em termos de gênero.

Algumas perspectivas feministas têm sublinhado com insistência a ideia de que ao se estabelecer uma *divisão sexual do trabalho* entre homens e mulheres, as relações de gênero não se cristalizam apenas em diferentes papéis sociais, mas em uma hierarquização entre o masculino e feminino. Hirata e Kergoat (2008) destacam que uma análise em termos de divisão sexual do trabalho deve levar em conta dois princípios organizadores: primeiramente, um princípio de separação, de distinção entre o masculino e o feminino (*há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres*); em segundo lugar, um princípio de hierarquização entre essas categorias, de tal forma que *um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher* (HIRATA & KERGOAT, 2008, p. 266). Nestes termos, a divisão sexual do trabalho se transforma objetivamente ao longo da história, permanecendo, porém, a hierarquização que relega o feminino a uma condição inferior. Essas transformações da divisão sexual do trabalho ocorrem em uma dinâmica social marcada pelas lutas e tensões dos atores sociais sexuados que procuram preservar/transformar as relações sociais entre as categorias de sexo.

Segundo as autoras, as relações de gênero, ao mesmo tempo, constituem um tipo particular de determinação das relações sociais que são atravessadas por um conjunto de outras determinações, de classe, de raça/etnia, de geração, etc. Nesses termos, as relações sociais são *coextensivas ou consubstanciais*, conforme os termos cunhados por Kergoat (2001, 2012), o que implica afirmar a autonomia relativa de cada tipo de relação social em situações concretas e evitar explicar os fenômenos em termos reducionistas que remetem a um princípio único de determinação, em nível econômico, por exemplo.

Se, em sociedades patriarcais, essa divisão sexual do trabalho, a hierarquização e a desigualdade entre os sexos são elementos institucionalmente integrados ao seu sistema político e ideológico, já nas sociedades modernas, nas quais os ideais igualitários constituem importantes forças sociais e políticas, essas desigualdades e hierarquias perdem gradativamente sua legitimidade, tendo em vista o próprio processo de luta das mulheres pelo seu reconhecimento como ser social dotado de dignidade e direitos iguais. O problema, pois,

consiste em explicar tais desigualdades a despeito dos valores igualitários e da recusa em se afirmar a superioridade ou a inferioridade de um ou outro sexo, de se reconhecer o preconceito e a discriminação. Em larga medida, a desigualdade social, neste caso, será produzida lá onde os atores econômicos agem supostamente segundo móveis puramente econômicos. O que não significa que a desigualdade baseada no preconceito e na discriminação explícita não deixe de existir, o que revela a força e a persistência dos valores e práticas patriarcais. Assim, conforme Bourdieu (1999), a dominação masculina vai assumir uma dimensão simbólica crucial, constituindo-se um processo de naturalização, de des-historicização das diferenças de gênero. Trata-se, neste caso, de compreender os mecanismos pelos quais o preconceito e a discriminação travestem-se em um comportamento neutro e imparcial, normal e habitual.

É assim que o conceito de divisão sexual do trabalho, conforme sustentam Hirata e Kergoat (2003, 2005, 2008), tem um papel importante na explicação dessas desigualdades sociais. Em sociedades marcadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação econômica, essa divisão sexual do trabalho se expressa, em um primeiro momento, como uma divisão entre *trabalho produtivo*, predominantemente masculino, mais valorizado, fonte de riqueza e poder, e *trabalho reprodutivo*, predominantemente feminino, menos valorizado, ligado às funções domésticas de cuidado, educação e socialização das crianças e dos demais membros do grupo familiar. Essa distinção continua pertinente nas sociedades modernas e contemporâneas. Mesmo no período mais recente de inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho – o que vem sendo considerado como um importante fator de autonomia e liberdade para as mulheres, de igualdade, portanto – essas desigualdades de gênero persistem. Os estudos de gênero têm mostrado que as mulheres não só ocupam predominantemente as tarefas e profissões ligadas às funções reprodutivas, menos valorizadas, como estão sujeitas a condições de trabalho e salariais inferiores aos homens mesmo quando ocupam atividades iguais, o que se expressa através dos salários mais baixos e também do reduzido acesso às funções de comando e chefia.

Enfim, a divisão sexual do trabalho deslocou-se profundamente nas últimas décadas, principalmente em decorrência das lutas por maior igualdade. As mulheres conquistaram mais autonomia e independência com sua inserção no mundo profissional, ocupando lugares sociais que tradicionalmente eram masculinos. No entanto, sua inserção no mundo profissional continua balizada por uma típica divisão sexual do trabalho, pela atribuição predominantemente às mulheres do trabalho e das responsabilidades domésticas. Tal fato se cristaliza tanto subjetivamente pela disposição das mulheres em assumir determinadas tarefas e papéis tipicamente femininos, aprendidos no espaço doméstico e menos valorizados – o que supõe a

incorporação de um *habitus* de gênero – como objetivamente pelos constrangimentos resultantes dessas responsabilidades domésticas que entram em conflito com as exigências, as pressões e as condições acirradas de competição no trabalho profissional. O pleno investimento neste último encontra-se, com frequência, limitado pelas pressões da vida doméstica, o que coloca as mulheres em uma situação de desvantagem competitiva em relação aos homens. Os papéis sociais de mãe, esposa, dona de casa tornam-se decisivos, pois, na estruturação do processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, tanto do ponto de vista da estruturação de suas próprias escolhas, como do ponto de vista da estruturação das escolhas dos demais agentes econômicos, dos empregadores, por exemplo. É assim que, frequentemente, as mulheres são consideradas menos aptas a ocupar posições de mais responsabilidade e cuja retribuição monetária é mais elevada. Neste último caso, a discriminação de gênero manifesta-se, com frequência, não como afirmação de uma inferioridade social das mulheres, como em sociedades patriarcais típicas, mas como uma avaliação que estima a ausência de um atributo, de uma competência ou de uma disposição para o trabalho remunerado, tendo em vista os esquemas de percepção produzidos por essa divisão sexual naturalizadora do trabalho. Os preconceitos e discriminações mais explícitos e violentos, porém, não deixam de ter um papel fundamental nessa dinâmica de acantonamento das mulheres às posições inferiores no mundo social e profissional.

### **3. Transformações econômicas e desigualdades no mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande**

As transformações econômicas pelas quais vem passando a região sul do Estado do Rio Grande do Sul ganham expressão, sobretudo, em dois municípios que se apresentam como polos econômicos regionais, Pelotas e Rio Grande. Após um longo período marcado por baixo crescimento, inferior às médias nacional e estadual, estes municípios voltaram a crescer em níveis significativos neste início do século XXI, mesmo que persistam importantes desigualdades intrarregionais (VARGAS, 2012b). Um conjunto de investimentos e políticas públicas nacionais bem como uma conjuntura macroeconômica favorável estiveram na raiz dessa retomada do crescimento ao longo dos anos 2000.

No entanto, Pelotas e Rio Grande não só concentram o crescimento econômico regional, como vem apresentando ritmos distintos de expansão de seus produtos econômicos. É nesse contexto que se pretende analisar a evolução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Antes, porém, pretende-se caracterizar melhor as diferentes dinâmicas de crescimento econômico dos dois municípios.

Comparando-se o crescimento econômico dos municípios de Pelotas e Rio Grande ao longo da década de 2000, conforme a Tabela 5, observa-se discrepâncias significativas. A partir dos indicadores econômicos publicados pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS), é possível estimar que o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios de Pelotas e Rio Grande tenha sido de 13% e 75,7%, respectivamente, entre 2000 e 2010<sup>50</sup>. Considerando-se que a média de crescimento da economia gaúcha tenha sido de 29% no mesmo período, constata-se que Pelotas cresceu muito abaixo da média e Rio Grande muito acima.

**Tabela 5 - Evolução de indicadores econômicos: PIB, Participação no PIB do RS, Variação real, PIB per capita, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.**

Variáveis econômicas	Pelotas		Rio Grande	
	2000	2010	2000	2010
<b>Produto Interno Bruto (R\$)</b>	1.682.792.349	4.550.186.840	1.850.176.852	7.778.545.750
<b>Participação no PIB RS (%)</b>	2,057	1,802	2,261	3,081
<b>Variação real 2000-2010 (%)</b>	13,0		75,7	
<b>PIB per capita (R\$)</b>	5.171	13.882	9.870	39.434
<b>PIB per capita Pelotas/Rio Grande (%)</b>	52,4	35,2	-	-

Fonte: Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS.

Essa discrepância em termos de crescimento se reflete na evolução da participação do PIB desses municípios no total do PIB estadual. O município de Pelotas diminuiu sua participação no PIB gaúcho, passando de 2,057%, em 2000, para 1,802%, em 2010. O município de Rio Grande, ao contrário, aumentou consideravelmente sua participação, passando de 2,261%, em 2000, para 3,081%, em 2010. O PIB de Pelotas, que correspondia a 91% do PIB de Rio Grande, em 2000, passa a corresponder a apenas 58,5%, em 2010. Essa diferença ainda se acentuou nos anos seguintes.

As diferentes dinâmicas econômicas entre os dois municípios se expressam ainda mais agudamente quando se analisa a evolução do PIB per capita. Em 2000, o PIB per capita de Pelotas, de R\$ 5.171,00, em valor nominal da época, já correspondia a apenas 52,4% do PIB per capita de Rio Grande, de R\$ 9.870,00 naquele ano. Em 2010, o PIB per capita de Pelotas, de R\$ 13.882,00, passa a corresponder a 35,2% do PIB per capita de Rio Grande, de R\$ 39.434,00. Mais uma vez, esses indicadores de Pelotas estão abaixo da média estadual, enquanto os de Rio Grande estão bem acima dessa média. O PIB per capita do Estado do Rio Grande do Sul passou de R\$ 7.978,00, em 2000, para R\$ 23.606, em 2010.

<sup>50</sup> Estimativa calculada com base na evolução da participação do PIB municipal no PIB do Rio Grande do Sul e na taxa de variação do PIB do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2010.



Analisando-se a evolução da estrutura setorial do produto econômico<sup>51</sup> nos dois municípios, constata-se que, ao longo da década, não houve mudança significativa. Em Pelotas, o setor de serviços tem sido o carro chefe de sua economia, respondendo, em média, por mais de 76% do produto desse município ao longo da década. A indústria, por sua vez, não tem representado mais do que 20% da economia de Pelotas. Em Rio Grande, ao contrário, a indústria tem um peso muito maior na economia do município, representando, em média, ao longo da década, quase 40% do produto econômico municipal. Os serviços também têm um peso importante, em torno de 57%, em média, ao longo da década, não atingindo, porém, os mesmos patamares de Pelotas. Em ambos os municípios, a agropecuária tem um peso muito pequeno, não passando de 3 a 4% de suas economias.

As diferentes dinâmicas econômicas desses dois municípios, conforme identificadas acima, podem afetar decisivamente a evolução do mercado de trabalho e das desigualdades de gênero. Antes, porém, de analisar mais detidamente os mercados locais de trabalho, veja-se a seguir as características demográficas dos dois municípios.

Segundo os censos demográficos do IBGE, conforme a Tabela 6, a população residente do município de Pelotas passou de 323.158 habitantes, em 2000, para 328.275, em 2010, o que significou um crescimento de apenas 1,6%. Durante esse período, a taxa de urbanização da população do município se manteve estável, acima dos 93%. Já a população residente do município de Rio Grande passou de 186.544 habitantes, em 2000, para 197.228, em 2010, o que corresponde a um crescimento de 5,7% no referido período. Trata-se de uma taxa de crescimento mais elevada do que aquela observada em Pelotas. A taxa de urbanização da população riograndina, de 96%, também se manteve estável no período.

**Tabela 6 - População residente por situação de domicílio, Pelotas e Rio Grande, 2000 e 2010.**

Condição de domicílio	Pelotas				Rio Grande			
	2000		2010		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Urbana</b>	301.081	93,2	306.193	93,3	179.208	96,1	189.429	96,0
<b>Rural</b>	22.077	6,8	22.082	6,7	7.336	3,9	7.799	4,0
<b>Total</b>	<b>323.158</b>	<b>100,0</b>	<b>328.275</b>	<b>100,0</b>	<b>186.544</b>	<b>100,0</b>	<b>197.228</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em ambos os municípios, a população feminina tem se mostrado maior que a masculina. Em 2010, as mulheres representavam 53% da população residente do município de Pelotas e 51,8% do município de Rio Grande. Ocorreu um pequeno crescimento dessa participação em

<sup>51</sup> Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial.

relação ao ano 2000. Naquele ano, as mulheres representavam 52,5% da população residente de Pelotas e 51,5% da população de Rio Grande.

Quanto à taxa de atividade da população no mercado de trabalho, isto é, a proporção da população economicamente ativa em relação ao total da população em idade ativa, conforme a Tabela 7, observa-se que essa taxa se manteve estável no período, em torno de 56%, em Pelotas, e de 52%, em Rio Grande. Em Pelotas, a população ativa passou de 152.095 pessoas, em 2000, para 161.707, em 2010, o que representou um crescimento de 6,3%. Em Rio Grande, a população ativa passou de 80.751 pessoas, em 2000, para 90.004, em 2010, o que representou um crescimento de 11,5%.

**Tabela 7 - População Economicamente Ativa (PEA), Participação por sexo e Taxa de Atividade, total e por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.**

Município Variáveis de Atividade	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>PEA Pelotas</b>	152.095	161.707	85.246	86.700	66.849	75.007
<b>Participação por sexo</b>	100,0	100,0	56,0	53,6	44,0	46,4
<b>Taxa de atividade</b>	56,2	56,0	67,3	64,7	46,5	48,4
<b>PEA Rio Grande</b>	80.751	90.004	48.382	50.652	32.369	39.353
<b>Participação por sexo</b>	100,0	100,0	59,9	56,3	40,1	43,7
<b>Taxa de atividade</b>	52,2	52,5	65,1	61,8	40,3	43,9

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Constata-se, neste caso, que o crescimento da população economicamente ativa é muito mais alto em Rio Grande do que em Pelotas, o que reflete as diferentes dinâmicas de suas economias e de seus mercados locais de trabalho. Vale observar, no entanto, que as taxas de atividade em Pelotas são mais altas do que as de Rio Grande. Esse nível mais elevado de inserção da população na atividade econômica nesse município pode estar associado aos níveis mais baixos de rendimento de sua população ocupada. Examinaremos esse ponto mais adiante.

Analisando-se a evolução da composição da população economicamente ativa por sexo, constata-se que a participação das mulheres cresceu durante o período. Em Pelotas, essa participação passou de 44%, em 2000, para 46,4%, em 2010. Em termos absolutos, a população ativa feminina passou de 66.849, em 2000, para 75.007, em 2010, o que representou um crescimento de 12,2%. Entre os homens, esse crescimento foi de apenas 1,7%, a população ativa masculina passando de 85.246, em 2000, para 86.700, em 2010.

Em Rio Grande, a participação das mulheres subiu, no mesmo período, de 40,1% para 43,7%. A população feminina ativa passou de 32.369 para 39.353 pessoas, o que representou um crescimento de 21,6%. Já entre os homens, essa taxa de crescimento foi de apenas 4,7%, a população ativa masculina passando de 48.382 para 50.652 pessoas.

Constata-se, pois, que, em Rio Grande, os níveis de crescimento da população ativa feminina não só são bem mais altos que os dos homens, mas são, igualmente, mais elevados do que os de Pelotas. A dinâmica econômica do município parece favorecer fortemente o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Vale ressaltar, no entanto, que essa participação é ainda mais baixa em Rio Grande do que em Pelotas, mesmo que essa diferença tenha caído ao longo da década.

Quanto às taxas de atividade de homens e mulheres (isto é, a proporção de ativos no total da população em idade ativa por sexo), observa-se, igualmente, uma mudança significativa ao longo da década. A taxa de atividade feminina cresceu no período, passando, em Pelotas, de 46,5% para 48,4% ao longo da década. Por outro lado, a taxa de atividade masculina diminuiu no referido período, passando, em Pelotas, de 67,3% para 64,7%. Em Rio Grande, segue-se a mesma tendência. A taxa de atividade feminina cresceu no período, passando de 40,3% para 43,9%. Já a taxa de atividade masculina caiu, passando de 65,1% para 61,8%.

Todos esses indicadores revelam, enfim, que cresceu a participação das mulheres no mundo do trabalho em âmbito regional. Ainda assim, constata-se que as taxas de participação masculinas ainda são muito mais altas que as femininas, o que vem sendo atribuído, pela literatura especializada, à maior proximidade das mulheres ao trabalho e às responsabilidades no espaço doméstico. Estatisticamente, esta situação se cristaliza em taxas mais elevadas de inatividade econômica. Neste sentido, essas taxas de atividade mais elevadas entre os homens refletem o fato de que os papéis masculinos se constroem mais maciçamente em torno do espaço profissional e econômico, guardando maior distância com o trabalho e as responsabilidades domésticas. Apesar de sua redução ao longo da década, a desigualdade de gênero em termos de participação na atividade econômica mantém-se significativa.

Analisando-se a evolução da população ocupada nos dois municípios ao longo da década, constata-se, inicialmente, conforme a Tabela 8, que houve um crescimento significativo desse contingente de trabalhadores, em níveis superiores ao crescimento demográfico da população e do crescimento da população ativa, o que é um indicador geral de melhoria do mercado local de trabalho que acarreta redução dos níveis de desemprego. Em Pelotas, a população ocupada passou de 125.768 pessoas, em 2000, para 149.472, em 2010, o que representou um crescimento de 18,8%. Em Rio Grande, essa população passou de 65.363 para 82.230 ocupados, com um crescimento de 25,8%. Mais uma vez, o crescimento desse indicador no município de Rio Grande é mais elevado que em Pelotas, o que pode ser atribuído a especificidade da economia daquele município, marcada por um crescimento mais expressivo.

Nota-se, ao mesmo tempo, que esse crescimento da população ocupada ocorreu principalmente entre as mulheres. Em Pelotas, o crescimento da população ocupada feminina foi de 27,8% no referido período, contra apenas 12,3% de crescimento da população ocupada masculina. Em Rio Grande, o crescimento da população ocupada feminina foi de 41,1%, contra 16,5% da população ocupada masculina. Esses dados revelam, em um primeiro momento, que as mulheres foram mais beneficiadas que os homens pela expansão do produto econômico, uma vez que entre elas o crescimento dos níveis de ocupação ao longo da década é mais elevado. Observa-se, ao mesmo tempo, que esses níveis mais elevados de expansão da ocupação feminina são ainda mais marcantes em Rio Grande do que em Pelotas.

**Tabela 8 - População Ocupada (PO), participação por sexo e taxa de variação, total e por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.**

Municípios Variáveis de Ocupação	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>PO Pelotas</b>	125.768	149.472	72.843	81.815	52.925	67.657
<b>Participação por sexo (%)</b>	100,0	100,0	57,9	54,7	42,1	45,3
<b>Variação 2000-2010 (%)</b>	18,8		12,3		27,8	
<b>PO Rio Grande</b>	65.363	82.230	40.703	47.434	24.661	34.796
<b>Participação por sexo (%)</b>	100,0	100,0	62,3	57,7	37,7	42,3
<b>Variação 2000-2010 (%)</b>	25,8		16,5		41,1	

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Analisando-se a composição da população ocupada por posição na ocupação, conforme a Tabela 9, constata-se que houve, no período, um crescimento da participação dos empregados na estrutura ocupacional - isto é, daqueles trabalhadores inscritos nas relações assalariadas - bem como uma redução da participação dos trabalhadores por conta própria. É na categoria dos empregados que se concentram os trabalhadores mais protegidos, assim como é entre os trabalhadores por conta própria que se concentram as ocupações mais precárias.

Em Pelotas, a participação dos empregados na estrutura ocupacional passou de 62,5%, em 2000, para 67,6%, em 2010. Em Rio Grande, essa participação passou de 68,4% para 73,6%. Veja-se que, em Rio Grande, esses indicadores que medem o nível de assalariamento das relações de trabalho são sempre mais elevados do que em Pelotas, o que constitui um sintoma de um mercado de trabalho menos precário.

O crescimento do emprego assalariado ao longo do período é acompanhado também de um crescimento do emprego formal e protegido e de uma redução do emprego sem carteira de trabalho assinada. Neste particular, os indicadores de Rio Grande são sempre mais elevados que os de Pelotas, tanto do assalariamento protegido como do assalariamento desprotegido.

**Tabela 9 - Distribuição da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.**

Posição na ocupação	Pelotas		Rio Grande	
	2000	2010	2000	2010
<b>Empregados</b>	<b>62,5</b>	<b>67,6</b>	<b>68,4</b>	<b>73,6</b>
<b>Com carteira de trabalho assinada</b>	<b>39,4</b>	<b>44,9</b>	<b>41,5</b>	<b>48,0</b>
<b>Militares e funcionários públicos estatutários</b>	<b>5,9</b>	<b>7,2</b>	<b>7,2</b>	<b>8,4</b>
<b>Sem carteira de trabalho assinada</b>	<b>17,2</b>	<b>15,6</b>	<b>19,7</b>	<b>17,1</b>
<b>Trabalhadores domésticos</b>	<b>8,9</b>	<b>8,0</b>	<b>6,6</b>	<b>6,8</b>
<b>Sem carteira de trabalho assinada</b>	<b>4,2</b>	<b>4,3</b>	<b>3,6</b>	<b>4,1</b>
<b>Conta própria</b>	<b>29,1</b>	<b>26,4</b>	<b>26,2</b>	<b>22,2</b>
<b>Não contribuintes da previdência</b>	<b>18,9</b>	<b>16,5</b>	<b>17,7</b>	<b>13,1</b>
<b>Empregadores</b>	<b>3,3</b>	<b>2,6</b>	<b>2,8</b>	<b>1,9</b>
<b>Não contribuintes da previdência</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>
<b>Não remunerados</b>	<b>4,1</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>	<b>1,1</b>
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>	<b>0,9</b>	<b>1,5</b>	<b>0,4</b>	<b>1,2</b>
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000 e 2010.

Observando-se, por exemplo, a evolução da participação dos empregos sem carteira de trabalho, constata-se que, em Pelotas, essa participação caiu de 17,2% para 15,5% do total dos ocupados. Em Rio Grande essa queda foi de 19,7% para 17,1%. Apesar de mais elevada, é possível notar que é maior a redução de participação dessa categoria mais precária de trabalhadores em Rio Grande. Essa diferença, porém, é muito pequena, levando-se em conta a diferença de dinâmica econômica entre os dois municípios. O impacto do crescimento econômico não parece tão decisivo no sentido de provocar uma redução proporcional do emprego desprotegido. Vale considerar, do mesmo modo, que a redução da participação desses trabalhadores na estrutura ocupacional não anula o fato de que seu contingente é, ainda, muito expressivo. Em 2010, eram mais de 14 mil pessoas em Rio Grande e mais de 23 mil em Pelotas nessa situação de informalidade nas relações de trabalho assalariadas.

Analisando-se a evolução dessa categoria por sexo, conforme a Tabela 10, constata-se que essa informalidade é bem maior entre as mulheres do que entre os homens e que durante esse período sua redução é acentuada entre os homens e muito pequena entre as mulheres. Em 2010, no município de Pelotas, 18,9% das mulheres e 12,9% dos homens ocupados estavam nessa condição de emprego sem carteira. Em Rio Grande, eram 21,6% das mulheres e 13,8% dos homens. Percebe-se, pois, que as mulheres estão submetidas a uma maior precariedade entre os trabalhadores assalariados. Essa precariedade e desigualdade entre os sexos é, igualmente, maior em Rio Grande do que em Pelotas. Em 2010, as mulheres, inclusive,

passaram a ter presença majoritária entre os empregados sem carteira. Tanto em Pelotas (54,7%) como em Rio Grande (53,3%), elas formavam mais da metade destes trabalhadores.

Neste sentido, as mudanças no mercado de trabalho e o aumento do emprego protegido na última década beneficiaram mais os homens do que as mulheres, principalmente no município de Rio Grande onde houve maior crescimento econômico. Ao longo da década, nesse município, o contingente de mulheres empregadas sem carteira no total da ocupação caiu de 20,1%, em 2000, para 18,9%, em 2010. Entre os homens essa queda foi bem mais acentuada, de 17,8% para 13,8% no referido período. Se, por um lado, constata-se que a precariedade no emprego baixou muito pouco entre as mulheres em termos relativos, por outro, vale registrar que houve, em termos absolutos, um aumento significativo do contingente de mulheres empregadas sem carteira de trabalho. Esse contingente passou de 5,6 mil para 7,5 mil mulheres. Entre os homens esse contingente baixou de 7,2 mil para 6,5 mil homens.

**Tabela 10 – Participação relativa da população ocupada segundo a posição na ocupação do trabalho principal por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.**

Posição na ocupação	Pelotas				Rio Grande			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Empregados</b>	57,6	63,7	69,3	72,4	66,2	71,7	72,1	76,2
<b>Com carteira de trabalho assinada</b>	37,7	45,1	41,8	44,6	40,9	49,4	42,5	46,2
<b>Militares e funcionários públicos estatutários</b>	4,8	5,7	7,4	8,9	7,6	8,5	6,7	8,4
<b>Sem carteira de trabalho assinada</b>	15,1	12,9	20,1	18,9	17,8	13,8	22,9	21,6
<b>Trabalhadores domésticos</b>	0,9	0,7	19,9	16,8	0,7	0,5	16,2	15,2
<b>Sem carteira de trabalho assinada</b>	0,4	0,4	9,6	8,9	0,4	0,4	9,0	9,3
<b>Conta própria</b>	35,3	30,5	20,5	21,5	28,9	24,4	21,7	19,2
<b>Não contribuintes da previdência</b>	22,7	18,9	13,8	13,7	19,4	14,5	14,8	11,3
<b>Empregadores</b>	4,1	3,2	2,3	2,0	3,2	2,3	2,1	1,4
<b>Não contribuintes da previdência</b>	0,7	0,6	0,4	0,4	0,6	0,6	0,4	0,2
<b>Não remunerados</b>	2,2	1,2	6,7	2,5	1,3	0,7	3,6	1,7
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>	0,7	1,4	1,2	1,6	0,4	1,0	0,5	1,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

A maior parte das mulheres nessa situação de precariedade está inserida no emprego doméstico. Cerca de 95% dos empregados domésticos são mulheres e mais da metade dessas trabalhadoras não possuem a carteira de trabalho assinada. Em 2010, o emprego doméstico representava 8% do total da ocupação em Pelotas e 6,8% em Rio Grande. Do total das mulheres ocupadas, 16,8%, em Pelotas, e 15,2%, em Rio Grande, ocupavam um emprego doméstico naquele ano. De uma maneira geral, esses indicadores tiveram uma tímida melhoria ao longo da década, já que, em 2000, a participação do emprego doméstico no total da ocupação era um

pouco mais alta. Naquele ano, 8,9% do total dos ocupados, em Pelotas, e 6,6%, em Rio Grande, eram empregados domésticos. Do total das mulheres ocupadas, 19,9%, em Pelotas, e 16,2%, em Rio Grande, ocupavam esse tipo de emprego em 2000.

Paralelamente ao crescimento do emprego assalariado, a participação dos trabalhadores por conta própria no total da ocupação caiu ao longo do período nos dois municípios. Em Pelotas, essa participação passou de 29,1%, em 2000, para 26,4%, em 2010. Em Rio Grande, essa queda foi de 26,2% para 22,2%. Trata-se, igualmente, de um indicador positivo de melhoria do mercado local de trabalho, dada a elevada precariedade entre esses trabalhadores. Em 2010, do total dos trabalhadores por conta própria, 62,5%, em Pelotas, e 59,1%, em Rio Grande, não contribuíam para a previdência social. Esses índices de informalidade reduziram-se ao longo da década, já que, em 2000, eram 65,1% dos trabalhadores por conta própria, em Pelotas, e 67,3%, em Rio Grande, que não tinham essa contribuição.

Constata-se, pois, que houve uma desprecarização do mercado de trabalho nesse período, tanto no sentido de uma redução do trabalho autônomo como de um aumento dos seus níveis de contribuição previdenciária. Nota-se, igualmente, que a situação do município de Rio Grande é melhor que a de Pelotas. Nesse município, o aumento do nível de contribuição previdenciária entre os trabalhadores por conta própria foi muito mais acentuado que em Pelotas. No entanto, vale salientar que o tamanho dessa categoria na estrutura ocupacional bem como sua informalidade continuam muito elevados. São 24,7 mil trabalhadores por conta própria em Pelotas e 10,8 mil em Rio Grande situados à margem das proteções e direitos previdenciários.

Diferentemente da situação dos empregados, a participação nessa categoria é maior entre os homens do que entre as mulheres. Tanto em Pelotas como em Rio Grande, mais de 63% desses trabalhadores, em 2010, eram homens. Tal fato revela um tipo específico de precariedade, associada ao trabalho informal tradicional, que se conjuga no masculino. Trata-se de uma das manifestações da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho.

Em 2010, no município de Pelotas, 30,5% dos homens e 21,5% das mulheres estavam inseridos nesse tipo de trabalho por conta própria. Em Rio Grande, 24,4% dos homens e 19,2% das mulheres estavam nessa condição ocupacional. Ao longo da década, a participação do trabalho por conta própria caiu significativamente entre os homens, tanto em Pelotas como em Rio Grande, já que, em 2000, 35,3% dos homens em Pelotas e 28,9% em Rio Grande estavam inseridos nesse tipo de ocupação. A situação das mulheres, porém, mostra-se um pouco diferente. Em Pelotas, aumentou a participação do trabalho por conta própria no total da ocupação feminina, já que, em 2000, essa participação era de 20,5%. Em Rio Grande, ao

contrário, houve uma redução, mas muito menor do que entre os homens. Nesse município, em 2000, 21,7% das mulheres estavam inseridas nessa categoria ocupacional.

Quanto à proteção social do conjunto da população ocupada, conforme a Tabela 11, é possível constatar que, ao longo do período, houve uma elevação significativa nos níveis de contribuição previdenciária, uma redução, pois, da precariedade do trabalho. Em Pelotas, a participação dos trabalhadores ocupados que contribuía para a previdência social subiu de 60,2%, em 2000, para 66,2%, em 2010. Já em Rio Grande essa participação passou de 63,1% para 70%. Mais uma vez, a precariedade do trabalho em relação a esse quesito mostra-se mais elevada em Pelotas. Porém, ao longo do período, a elevação dos níveis de contribuição previdenciária em Rio Grande é apenas levemente superior ao de Pelotas. O forte crescimento econômico deste município não parece impactar tão fortemente a evolução desse indicador. Vale considerar, ainda, que, apesar dessa evolução positiva, a precariedade continua alta. Em 2010, eram 50.025 ocupados em Pelotas e 24.635 em Rio Grande que se encontravam à margem do sistema de proteção social.

**Tabela 11 - População ocupada por contribuição previdenciária e sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.**

População ocupada	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Pelotas</b>						
Contribuintes	60,2	66,2	60,2	67,0	60,2	65,2
Não contribuintes	39,8	33,8	39,8	33,0	39,8	34,8
<b>Rio Grande</b>						
Contribuintes	63,1	70,0	63,9	72,1	61,6	67,2
Não contribuintes	36,9	30,0	36,1	27,9	38,4	32,8

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Quando se examinam os dados em termos de sexo, observa-se que as desigualdades de gênero aumentaram ao longo do período, os homens beneficiando-se de maior proteção previdenciária que as mulheres. A situação nos dois municípios, porém, mostra-se um pouco diferente. Em Pelotas, a participação de homens e mulheres que contribuía para a previdência era idêntica em 2000, de 60,2%. Já em 2010, 67% dos homens e 65,2% das mulheres estavam nessa situação. Esse quadro de aumento da desigualdade de gênero é observado igualmente em Rio Grande. No entanto, nesse município, já havia uma diferença significativa entre homens e mulheres em 2000. Naquele ano, 63,9% dos homens e 61,3% das mulheres contribuía para a previdência social. Já em 2010, essa diferença de participação se acentua, 72,1% dos homens e 67,2% das mulheres contribuindo para o sistema de proteção previdenciária.



Analisando-se a composição da população ocupada por faixas de rendimento, conforme as Tabelas 12, constata-se que no período houve um aumento da participação dos trabalhadores ocupados com baixos rendimentos e, correspondentemente, uma diminuição da participação dos trabalhadores com rendimentos mais elevados. Em Pelotas, a participação dos trabalhadores sem rendimento ou com rendimentos de até 1 salário-mínimo mensal passou de 26,1% do total dos ocupados, em 2000, para 34,1%, em 2010. Em Rio Grande, essa participação passou, no mesmo período, de 24,3% para 31,7%. Do mesmo modo, a participação dos trabalhadores ocupados com rendimentos de 10 salários-mínimos ou mais caiu, em Pelotas, de 7,4%, em 2000, para 2,8%, em 2010. Em Rio Grande, essa participação caiu, no mesmo período, de 7,1% para 2,7%. Houve, pois, nos dois municípios, uma maior concentração da população ocupada na base da pirâmide salarial. Este fato pode ser atribuído ao aumento real do salário-mínimo no período<sup>52</sup>, o que empurrou a base da pirâmide salarial para cima, sem alterar significativamente os salários mais elevados.

**Tabela 12 - População ocupada por faixas de rendimento, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.**

Faixas de rendimento	Pelotas		Rio Grande	
	2000	2010	2000	2010
Sem rendimento	5,6	3,7	3,3	2,6
Até 1 salário mínimo	20,5	30,4	21,0	29,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	28,6	37,4	27,6	36,5
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,5	11,2	12,0	12,3
Mais de 3 a 5 salários mínimos	13,2	8,4	15,0	9,6
Mais de 5 a 10 salários mínimos	12,1	6,2	13,9	7,2
Mais de 10 a 20 salários mínimos	5,0	2,1	5,1	2,0
Mais de 20 salários mínimos	2,5	0,7	2,1	0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em termos de sexo, conforme a Tabela 13, observa-se uma importante desigualdade entre homens e mulheres, estas últimas tendo maior participação nas faixas de rendimento mais baixas e menor participação nas faixas de rendimento mais altas. Esse padrão se mantém durante o período estudado. Em Pelotas, porém, há uma tendência de redução das desigualdades em todas as faixas salariais, diminuindo a participação das mulheres nas faixas mais baixas e aumentando nas faixas mais elevadas. Em Rio Grande, não há regularidade nessas mudanças. Observa-se um aumento de participação das mulheres nas faixas mais baixas, com exceção da faixa de 1 a 2 salários-mínimos, na qual essa participação diminuiu. Por outro lado, nas faixas intermediárias e superiores, a participação feminina ora diminuiu ora aumentou, não

<sup>52</sup> Entre 2003 e 2010, o salário-mínimo teve um aumento real de 53%, segundo o DIEESE.

configurando-se, como em Pelotas, uma nítida tendência de redução das desigualdades de gênero. Nesse sentido, o maior dinamismo da economia de Rio Grande não parece favorecer a redução das desigualdades de rendimento entre homens e mulheres. Ao contrário, parece desfavorecer, pois, em Pelotas, essas desigualdades apresentam uma tendência mais nítida de redução.

**Tabela 13 - População ocupada por faixas de rendimento e sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.**

Faixas de rendimento	Pelotas				Rio Grande			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sem rendimento	3,5	2,8	8,6	4,7	2,2	1,8	5,0	3,7
Até 1 salário-mínimo	14,9	24,4	28,2	37,8	15,6	21,1	29,9	40,2
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	28,3	39,1	29,1	35,3	26,0	38,1	30,4	34,2
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	14,3	13,0	10,0	9,0	13,5	15,1	9,5	8,6
Mais de 3 a 5 salários-mínimos	15,6	9,7	10,0	6,9	17,6	11,4	10,7	7,2
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	13,9	7,4	9,5	4,6	16,5	9,2	9,7	4,4
Mais de 10 a 20 salários-mínimos	6,2	2,8	3,2	1,3	6,0	2,4	3,5	1,5
Mais de 20 salários-mínimos	3,2	0,9	1,4	0,4	2,6	0,9	1,3	0,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Quando se analisa a evolução do rendimento médio nominal de homens e mulheres no período, conforme a Tabela 14, observa-se ainda mais nitidamente a dimensão das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. Em Pelotas, o rendimento médio feminino equivalia a 64% do rendimento médio masculino em 2000. Em 2010, essa relação aumenta para 66,3%. Trata-se, ainda, de uma elevada desigualdade entre homens e mulheres em termos de rendimento, ainda que se observe uma tendência de redução da mesma.

**Tabela 14 – Rendimento médio nominal (em R\$) da população ocupada, por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000-2010.**

Variáveis de rendimento	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Pelotas</b>						
Rendimento médio	650,05	761,82	487,69	1.393,85	1.651,64	1.095,86
% rend. mulheres/homens	-	64,0%		-	66,3%	
<b>Rio Grande</b>						
Rendimento médio	675,03	778,95	506,22	1.393,01	1.646,06	1.067,31
% rend. mulheres/homens	-	65,0%		-	64,8%	

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

Em Rio Grande, no entanto, a tendência é distinta. Ao longo do período, a evolução das diferenças de rendimento médio entre homens e mulheres mantém-se nos mesmos patamares, com uma leve tendência de agravamento das desigualdades. Nesse município, o rendimento

médio das mulheres equivalia a 65% do rendimento médio masculino em 2000. Já em 2010, essa relação tem uma leve queda para 64,8%.

Esse quadro de desigualdades entre homens e mulheres em termos de rendimento torna-se mais grave na medida em que se constata que as mulheres possuem níveis mais elevados de escolarização. Essa tendência já pode ser identificada no censo de 2000 e se acentuou ainda mais no censo de 2010. Tanto em Pelotas como em Rio Grande, as mulheres têm participação menor nas faixas de escolaridade mais baixas e participação maior nas faixas de escolaridade mais altas. Destaca-se, sobretudo, a participação feminina na população ocupada com nível superior completo. Nos dois municípios, tanto no censo de 2000 como no censo de 2010, as mulheres formavam a grande maioria dos trabalhadores com esse nível de escolaridade. Esse dado sugere que o fato de as mulheres receberem em média salários inferiores em relação aos homens não pode ser atribuído à sua deficiência em termos de formação e qualificação profissional.

Uma análise preliminar da distribuição setorial do emprego entre homens e mulheres permite constatar também uma clara e persistente divisão sexual do trabalho remunerado, nos termos propostos pelos estudos de gênero. Essa divisão sexual do trabalho se evidencia não apenas pela presença maciça das mulheres no emprego doméstico, uma das formas de ocupação mais precárias no mercado de trabalho. Ela se evidencia também através da presença majoritária das mulheres em setores da economia diretamente associados aos papéis tipicamente femininos de cuidar, educar, alimentar. Nestes termos, nos mercados de trabalhos estudados, em ambos os municípios e em ambos os anos focalizados, a presença feminina é amplamente majoritária na “educação”, nos “serviços sociais e na saúde”, em “outros serviços coletivos, sociais e pessoais”, além dos próprios “serviços domésticos”. Nota-se, igualmente, uma presença feminina significativa no setor “alojamento e alimentação”, além de uma forte presença das mulheres, compartilhadamente com os homens, no “comércio”. Por outro lado, os homens têm uma forte presença na “agricultura” e na “indústria” em geral, destacando-se sua presença muito elevada na “construção civil”. Observa-se, também, uma forte presença masculina no setor de “transporte, armazenagem e comunicação”, na “administração pública, defesa e seguridade social”, nas “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas”, nos serviços de “intermediação financeira”, bem como no “comércio”, de forma compartilhada com as mulheres. Esse conjunto de atividades masculinas, do mesmo modo que as femininas, estão muito associadas aos papéis tipicamente masculinos construídos em torno de atributos como a força, a resistência física, as habilidades técnicas, bem como com o prestígio elevado de muitas delas.

Finalmente, cabem algumas considerações sobre a evolução do desemprego em Pelotas e Rio Grande. Analisando-se a evolução da população desocupada nos dois municípios, conforme a Tabela 15, constata-se que houve uma redução significativa da mesma ao longo do período, o que é um importante indicador de desprecarização dos mercados locais de trabalho. Em Pelotas, a população desocupada diminuiu de 26.327 pessoas, em 2000, para 12.236, em 2010, uma redução de 53,5%. A taxa de desemprego, do mesmo modo, caiu de 17,3%, em 2000, para 7,6%, em 2010. Em Rio Grande o quadro não é diferente. A população ocupada caiu de 15.388 pessoas, em 2000, para 7.774, em 2010, uma redução de 49,5%.

**Tabela 15 - População Desocupada (PD), Participação por sexo e Taxa de desemprego, por sexo, Pelotas, Rio Grande, 2000 e 2010.**

Município Variáveis de Desemprego	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>População Desocupada Pelotas</b>	26.327	12.236	12.403	4.886	13.924	7.350
<b>Participação por sexo</b>	100,0	100,0	47,1	39,9	52,9	60,1
<b>Taxa de desemprego</b>	17,3	7,6	14,5	5,6	20,8	9,8
<b>População Desocupada Rio Grande</b>	15.388	7.774	7.679	3.217	7.708	4.557
<b>Participação por sexo</b>	100,0	100,0	49,9	41,4	50,1	58,6
<b>Taxa de desemprego</b>	19,1	8,6	15,9	6,4	23,8	11,6

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010.

A taxa de desemprego caiu de 19,1%, em 2000, para 8,6%, em 2010. Ambos os municípios são bastante beneficiados por essa conjuntura nacional de crescimento econômico e de expansão dos níveis de emprego da década de 2000. A dinâmica mais intensa de crescimento de Rio Grande não parece, no entanto, favorecer particularmente esse município quando comparado com Pelotas. Nota-se que os indicadores de desocupação eram e continuam sendo levemente mais altos em Rio Grande, onde, inclusive, a taxa de redução da população desocupada mostra-se um pouco mais baixa. Este fato está, provavelmente, associado às maiores pressões em direção à atividade econômica em um contexto de maior aumento das oportunidades ocupacionais. Isto é, a elevação dos níveis de oferta de empregos pode acarretar também um maior ingresso da população na atividade econômica.

Quando se analisa esses indicadores de desocupação por sexo, constata-se que as desigualdades entre homens e mulheres são bastante elevadas. Ao longo do período, apesar da melhoria dos indicadores de mercado de trabalho, essas desigualdades se intensificaram. Primeiramente, é preciso considerar que apesar de serem minoria na população economicamente ativa, as mulheres são sempre maioria entre os desempregados, aumentando sua participação nessa população ao longo do período. Em Pelotas, elas passam de 52,9% dos desocupados, em 2000, para 60,1%, em 2010. Em Rio Grande, do mesmo modo, essa participação sobe de 50,1%, em 2000, para 58,6%, em 2010. Em segundo lugar, observa-se que

a redução da população desocupada, ocorrida no período, é menor entre as mulheres. Em Pelotas, enquanto a redução da população desocupada masculina é de 60,6%, a da feminina é de 47,2%. Em Rio Grande, igualmente, essa redução é, respectivamente, de 58,1% e 40,9%. Em terceiro lugar, as taxas de desemprego femininas não só são sempre mais altas que as masculinas, mas a distância entre as mesmas se acentua ao longo da década. Em Pelotas, a taxa de desemprego masculina cai de 14,5%, em 2000, para 5,6%, em 2010, enquanto a feminina cai, nesse mesmo período, de 20,8%, para 9,8%. Em Rio Grande, esse quadro é semelhante. A taxa de desemprego masculina cai de 15,9%, em 2000, para 6,4%, em 2010. Já a feminina cai de 23,8% para 11,6%. Para identificar com maior precisão a evolução dessa desigualdade, basta calcular a razão entre a taxa masculina e a taxa feminina. Em Pelotas, essa razão cai de 0,69 para 0,57 e em Rio Grande de 0,67 para 0,55. Ou seja, as taxas de desemprego masculinas reduzem seu tamanho em relação às taxas femininas. Enfim, pode-se afirmar que os homens são mais beneficiados pela redução do desemprego ao longo do período estudo, as desigualdades entre os sexos se acentuando nesse quesito.

#### **4. Conclusões**

Os mercados locais de trabalho dos municípios de Pelotas e Rio Grande passaram por importantes transformações ao longo da década de 2000. Tais mudanças são muito semelhantes entre os dois municípios, revelando que as diferentes dinâmicas econômicas tiveram um papel secundário na reconfiguração do mercado de trabalho. O ritmo mais intenso de crescimento econômico de Rio Grande parece não ter impactado tão profundamente o mercado de trabalho desse município a ponto de nele produzir um diferencial positivo em relação ao mercado de trabalho de Pelotas. Dadas as diferenças entre as economias desses dois municípios, já se observava, em 2000, significativas diferenças também entre seus mercados de trabalho, Rio Grande apresentando indicadores mais favoráveis. Tais diferenças se mantiveram ao longo do período analisado, caracterizado por um amplo processo de desprecarização do trabalho. Ao contrário do que se poderia imaginar, tal desprecarização não foi mais acentuada em Rio Grande do que em Pelotas. Em termos de gênero, essas mudanças mostram-se, inclusive, bastante paradoxais. Veja-se, mais detalhadamente, os principais resultados das observações realizadas.

Primeiramente, observa-se que as transformações econômicas regionais provocaram um importante crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e de aumento das taxas de atividade feminina. Trata-se, pois, de uma redução das desigualdades em termos de participação no mercado de trabalho. Essa participação, porém, continua, ainda, bastante desigual, as taxas de atividade masculina mostrando-se bem mais elevadas que as taxas de

atividade feminina. O maior crescimento econômico de Rio Grande favorece a redução dessas desigualdades, ainda que os níveis de participação das mulheres nesse município sejam historicamente inferiores aos de Pelotas.

Em segundo lugar, constata-se que houve um forte crescimento da ocupação durante o período, acima dos níveis de crescimento da população residente e da população ativa, o que tem como contrapartida uma enorme redução do desemprego. Trata-se, este, de um importante mecanismo de despreciação do mercado de trabalho. Esse crescimento da ocupação foi mais acentuado entre as mulheres, o que se leva a concluir que elas foram mais beneficiadas do que os homens nessa conjuntura de crescimento e expansão do emprego. Em Rio Grande, esse crescimento foi ainda mais acentuado, sobretudo entre as mulheres.

Paradoxalmente, a forte expansão da ocupação feminina e a forte redução do desemprego não se refletem em uma redução da desigualdade no desemprego. Ao contrário, as desigualdades no desemprego se acentuaram durante o período, aumentando a distância entre a vulnerabilidade de homens e mulheres nessa situação de privação de trabalho. Assim, durante o período, as mulheres aumentaram sua participação no desemprego e, além de possuírem taxas mais elevadas de desemprego que os homens, tais taxas se distanciam ainda mais durante o período analisado. Uma explicação adequada desse fenômeno exigiria um aprofundamento da investigação. No entanto, é possível estimar que essa maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, essa maior proximidade com o desemprego, esteja associada tanto à sua condição mais precária no trabalho como à sua maior proximidade com as responsabilidades domésticas, implicando níveis mais elevados de trânsito entre atividade e inatividade econômica. A divisão sexual do trabalho está na base desse processo, não só pela presença mais elevada das mulheres na inatividade econômica, mas, também, pela divisão sexual do trabalho remunerado. Viu-se que, nele, as mulheres se inserem nas ocupações mais tipicamente femininas. Essas ocupações são, em geral, menos valorizadas e menos remuneradas, além de serem mais instáveis.

Quanto ao desemprego, vale ressaltar ainda que no mercado de trabalho de Rio Grande, as taxas de desemprego, em geral, e as femininas, em particular, são mais elevadas do que aquelas de Pelotas. A dinâmica econômica específica desse município não parece favorecer particularmente as mulheres no sentido de uma maior redução do desemprego feminino em relação a Pelotas. Ao contrário, parece desfavorecer, uma vez que, em Rio Grande, mais do que em Pelotas, aumentou bastante a participação das mulheres no desemprego, comparativamente com os homens.

Quando se analisa as transformações das características da ocupação ao longo do período, identifica-se outros aspectos paradoxais. Constata-se, por exemplo, um importante crescimento do emprego protegido e uma correspondente redução do emprego e das ocupações desprotegidas, informais. Trata-se, também aqui, de um importante fator de desprecarização do trabalho ao longo do período. No mercado de trabalho de Rio Grande essa desprecarização é maior, mas a diferença entre os dois municípios é muito pequena, já que Rio Grande possui, desde o passado, um mercado de trabalho menos precário que o de Pelotas. Logo, o crescimento econômico mais acelerado desse município não parece beneficiar seu mercado de trabalho de maneira acentuada quanto a esse processo de desprecarização.

Quando se compara a situação entre homens e mulheres, constata-se, igualmente, que os homens foram mais beneficiados que as mulheres por esse processo de desprecarização, particularmente em Rio Grande. A dinâmica econômica desse município parece desfavorecer as mulheres nesse quesito, pois aumentam as desigualdades de gênero quanto aos níveis de proteção social e previdenciária.

Essas desigualdades são igualmente importantes quando se leva em consideração o rendimento de homens e mulheres no mercado de trabalho. As mulheres concentram-se nas faixas mais baixas de remuneração e reduzem sua participação nas faixas mais elevadas, mesmo que, em média, possuam níveis mais elevados de escolarização, principalmente na categoria de nível superior. Essas desigualdades são igualmente observáveis nos dois municípios. Porém, se, em Pelotas, há um indício de redução dessas desigualdades no período, em Rio Grande, ela parece se manter e até mesmo se acentuar. Mais uma vez, a dinâmica econômica específica desse município não parece alterar significativamente esse quadro de desigualdades de gênero. Há indícios de que essas desigualdades aumentam, inclusive, nesse contexto de maior crescimento econômico.

## **CAPÍTULO 9 – MERCADO DE TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO EM UM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DO POLO NAVAL DE RIO GRANDE-RS<sup>53</sup>**

### **1. Introdução**

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações do mercado de trabalho e das relações de gênero no contexto de implantação do polo naval no município de Rio Grande-RS, identificando o modo pelo qual as mulheres são integradas às atividades desse setor produtivo.

O mercado de trabalho é aqui entendido como um espaço social no qual se estabelecem relações de compra e a venda da força de trabalho (MARX, 1983). Não se trata, porém, de um fenômeno estritamente econômico, mas de um espaço social marcado por fortes assimetrias, não apenas nas relações entre compradores e vendedores da força de trabalho, como também na distribuição dos trabalhadores na estrutura produtiva através de mecanismos mais ou menos competitivos. Como sugere Offe (1989), a força de trabalho é uma mercadoria fictícia, pois não pode ser produzida, distribuída e alocada como outra qualquer. Tanto a disponibilidade dos trabalhadores para vender sua força de trabalho no mercado como a alocação desses trabalhadores nos processos produtivos supõem um conjunto amplo de processos sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, tanto a dinâmica de acumulação capitalista e as instituições e políticas públicas, bem como as práticas e representações dos atores sociais situados concretamente concorrem para a conformação desse mercado de trabalho. É nessa perspectiva que se pretende analisar as transformações do mercado de trabalho em Rio Grande, sobretudo em sua dimensão de gênero.

Os estudos de gênero nas ciências sociais têm mostrado que as diferenças entre homens e mulheres no mundo do trabalho ou fora dele não estão determinadas biologicamente, mas são o resultado de um conjunto de práticas e representações socialmente construídas que definem diferencialmente os papéis e responsabilidades de acordo com o sexo. Segundo Kergoat & Hirata (2008, p. 266), configura-se na sociedade e no mundo do trabalho uma divisão sexual do

---

<sup>53</sup> Este trabalho, elaborado em coautoria com Ana Cristina Porto Fabres, foi originalmente apresentado, com o mesmo título, no 39º Encontro Anual da ANPOCS, GT 41 – Trabalho e Ação Coletiva na Sociedade Contemporânea, realizado em Caxambu – MG, de 26 a 30 de outubro de 2015 (VARGAS, 2015a).



trabalho que atribui a homens e mulheres papéis e responsabilidades diferentes na vida social. Esses diferentes papéis podem ser notados tanto na esfera doméstica e reprodutiva como na esfera do trabalho remunerado.

Essa divisão sexual do trabalho não se apresenta apenas como uma simples divisão de tarefas, mas como processo de hierarquização que estabelece valores diferenciais para trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. Ao mesmo tempo, esses estudos têm mostrado que essa divisão sexual do trabalho é um fenômeno extremamente dinâmico, de tal forma que as bases materiais e simbólicas dessa divisão estão sempre em transformação.

O contexto histórico no qual o mercado de trabalho local se configura mostra-se bastante peculiar. Durante um longo período, a região sul do Estado do RS passou por uma grave crise econômica marcada por baixo crescimento, elevados índices de pobreza, altas taxas de desemprego e por um processo de desindustrialização de suas atividades econômicas mais tradicionais, ligadas à agroindústria. A partir de meados dos anos 2000, com um novo impulso de crescimento da economia brasileira e de um conjunto amplo de políticas públicas, esse quadro modificou-se consideravelmente, destacando-se a implantação do polo naval de Rio Grande (VARGAS, 2012b; 2014a).

Este e outros investimentos, sobretudo públicos, tiveram um forte impacto sobre o mercado de trabalho local, provocando intensa mobilidade de trabalhadores locais e nacionais. Uma parte significativa dos operários da indústria naval migrou de outras regiões do país e políticas de qualificação profissional foram implantadas nos municípios de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e Capão do Leão para atender às demandas do setor naval. As atividades de comércio e serviços também foram fortemente impactadas a partir das demandas desse setor.

Apesar de ser um setor fortemente marcado pela presença masculina, um grande número de mulheres foi contratada para as mais diversas atividades, inclusive aquelas consideradas mais tipicamente masculinas, como de soldadores e montadores de estruturas metálicas. Observou-se, também, uma importante mobilidade intersetorial, muitos trabalhadores sendo atraídos pelos melhores salários desse novo segmento econômico. Posteriormente, com a crise econômica brasileira e, particularmente, com a crise pela qual atravessou a Petrobras, o ritmo das atividades econômicas reduziu-se significativamente, vários projetos sendo parcialmente transferidos e as entregas de plataformas sendo atrasadas.

É a partir desse quadro que este trabalho é proposto. Pretende-se atingir uma série de objetivos específicos, tais como apresentar as mudanças estruturais do mercado de trabalho local em termos setoriais, identificando-se as mudanças no perfil da classe trabalhadora,

particularmente em termos de gênero. Pretende-se também traçar um perfil dos trabalhadores do polo naval, dimensionando a presença feminina na estrutura ocupacional do setor, bem como as políticas de contratação adotadas pelas empresas em termos de gênero. Serão analisadas, ainda, outras ações do poder público no sentido de criar as condições para que a mão-de-obra local fosse aproveitada nesse setor econômico. Interessa-nos, finalmente, nesse contexto, analisar algumas trajetórias de trabalhadoras mobilizadas para atuarem nessa indústria, sua mobilidade ocupacional, bem como suas diversas experiências de trabalho e expectativas em relação às incertezas no mercado local de trabalho.

A abordagem metodológica deste trabalho ancora-se tanto em um conjunto de dados estatísticos que permitem reconstituir a dinâmica estrutural do mercado de trabalho local, como em análises qualitativas a partir de entrevistas, contatos pessoais e documentos. Analisa-se as fontes do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS e CAGED) para identificar as mudanças estruturais desse mercado de trabalho. Através dessas fontes é possível traçar um quadro detalhado das diferenças de gênero no mercado de trabalho, cruzando a variável sexo com outras variáveis relevantes como setor da atividade econômica (IBGE/CNAE), ocupação (CBO) e rendimento. Quanto às fontes mais qualitativas, realiza-se a análise de trajetórias de algumas trabalhadoras do polo naval, uma vez que esse recurso metodológico permite apreender as práticas e representações das mesmas em seus itinerários ocupacionais, permitindo captar as escolhas realizadas e seus contextos específicos. Esse nível de abordagem é fundamental na construção deste trabalho, na medida em que se pretende apreender as construções em termos de gênero e as desigualdades delas decorrentes.

Este trabalho está organizado em três partes. Na primeira, pretende-se apresentar alguns referenciais teóricos a partir dos quais se pode interpretar mais adequadamente o processo de integração dos trabalhadores e, particularmente, das trabalhadoras no mundo do trabalho. Na segunda, pretende-se identificar e caracterizar as transformações do mercado de trabalho de Rio Grande-RS a partir da implantação do polo naval, levando em consideração tanto as mudanças setoriais como em termos de gênero na composição do emprego formal. Na terceira e última parte, pretende-se analisar as trajetórias de algumas trabalhadoras do polo naval no mercado de trabalho local e nas atividades produtivas. Nas conclusões, pretende-se indicar os principais resultados, ainda que preliminares, desta pesquisa em curso.

## **2. Mercado de trabalho, desenvolvimento capitalista e desigualdades de gênero**

A perspectiva sociológica tem mostrado que o mercado de trabalho não é um espaço homogêneo, caracterizado pela plena liberdade, racionalidade e igualdade entre seus agentes que buscariam unicamente maximizar seus interesses individuais. Trata-se, na verdade, de um espaço social marcado por um conjunto complexo de relações e desigualdades sociais. As relações de gênero, assim como as relações de classe, as relações étnico-raciais, as relações geracionais, constituem-se de forma conjunta e articulada nesse espaço social.

As desigualdades sociais e de gênero no mercado de trabalho não podem ser explicadas independentemente das transformações pelas quais passam o capitalismo contemporâneo. É no contexto recente de reestruturação produtiva, de desenvolvimento de um modelo capitalista de acumulação flexível, que essas relações e desigualdades se constituem e se transformam. Logo, é preciso indicar, em traços gerais, os impactos dessas mudanças sobre o trabalho, sobre o mercado de trabalho e a situação da classe trabalhadora.

A constituição desse novo modelo de acumulação flexível implica, segundo Harvey (1993), não apenas um novo regime de acumulação, confrontado com a rigidez do fordismo, mas também um novo modo de regulamentação das relações sociais e de trabalho, no qual o Estado tem um papel fundamental na redução dos custos com a força de trabalho. Mais do que isso, essas transformações supõem um modo de vida peculiar que indicam transformações culturais mais profundas, com a mercantilização generalizada das relações sociais em escala global, a pluralidade na estética do consumo, a compressão do espaço-tempo, bem como a intensificação dos processos de inovação possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Na análise proposta por Harvey, torna-se fundamental considerar o caráter heterogêneo, tenso e contraditório dessas transformações. A produção de novas formas e relações de trabalho combina-se com velhas formas que são preservadas e atualizadas, como os sistemas domésticos e parernalistas de organização e controle do trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho, o autor volta a enfatizar o processo de segmentação do mercado de trabalho que adquire novos contornos sob a acumulação flexível. Mais do que nunca, o controle sobre o processo de trabalho e a extração da mais valia continuam sendo centrais no capitalismo contemporâneo, bem como a integração dos trabalhadores a partir de diferentes lógicas. Assim, sob o comando desse novo capitalismo, um núcleo central de trabalhadores mais estáveis e bem pagos, com perspectivas de carreira, continua sendo fundamental, ainda que o mesmo diminua sob o impacto das políticas de enxugamento das empresas. Amplia-se, portanto, a parcela de trabalhadores periféricos, tanto aqueles submetidos a uma forte instabilidade e rotatividade no trabalho (primeiro grupo periférico), como aqueles

integrados ainda mais precariamente através das chamadas modalidades atípicas de contratação (temporários, tempo parcial, contratos com duração determinada, etc.) e subcontratação (segundo grupo periférico) (HARVEY, 1993, p. 143). Os processos de terceirização das empresas enxutas podem significar, portanto, a constituição de uma camada de trabalhadores extremamente precários, submetidos, inclusive, a modalidades informais de contratação. A elevação dos níveis de desemprego estrutural também constituiria um dos fundamentos desse capitalismo em suas investidas contra as formas de organização dos trabalhadores. O combate ao poder sindical estaria no centro das ações do próprio Estado e de realocação das grandes empresas capitalistas no espaço mundializado (HARVEY, 1993; ANTUNES, 1999).

Portanto, essas transformações implicariam, ao mesmo tempo, a destruição de um conjunto de qualificações e habilidades profissionais e a criação de outras, aumentando a seletividade, a exigência de mais escolaridade e qualificação profissional, bem como a busca de um perfil de trabalhadores engajados, dispostos a participar da gestão da produção. A captura da subjetividade seria um dos traços fundamentais desse novo regime de acumulação (ALVES, 2011). O novo espírito do capitalismo ou do toyotismo devem colocar a empresa em sintonia com a sociedade e o mercado (ou com a sociedade transformada em um imenso mercado), com a complexidade das demandas e do perfil dos consumidores, com os valores, as crenças e as práticas dos clientes e consumidores. Qualidade, sustentabilidade ambiental, responsabilidade social tornam-se emblemas das novas políticas de gestão empresariais. Logo, os trabalhadores não podem mais serem reduzidos a autômatas que obedecem a ordens e prescrições e realizam tarefas parcelizadas, mas sujeitos dotados de polivalência, engajamento, capacidade de trabalhar em equipe, de identificar e resolver problemas, de integrar-se no universo da empresa que escapa seus próprios muros.

A transição para a acumulação flexível transforma também as relações de gênero e o papel das mulheres na produção e na sociedade, mas não em um sentido progressista, segundo Harvey. De fato, elas possibilitam um processo mais intenso de exploração da força de trabalho feminina alocada nos espaços menos valorizados da estrutura econômica, como é o caso da ampliação da contratação de mulheres em tempo parcial, mal pagas, como forma de substituir os trabalhadores centrais do sexo masculino mais bem remunerados. Neste sentido, pode-se afirmar que neste novo período de acumulação flexível, a morfologia da classe trabalhadora, da classe-que-vive-do-trabalho, como afirma Antunes (1995; 2013), se torna cada vez mais complexa e heterogênea, o desemprego e a precariedade do trabalho se generalizando e incorporando modalidades diversas de integração e subordinação dos trabalhadores (gênero, cor/raça, geração, nacionalidade).

É importante sublinhar que se pode distinguir a integração dos trabalhadores e trabalhadoras na sociedade e no mercado de trabalho em diferentes níveis, reconhecendo que a precariedade social e do trabalho é um fenômeno complexo (VARGAS, 2012a). Essa integração precária não se dá apenas no nível do estatuto do trabalho e das relações de emprego, como sustentaria Castel em sua análise sobre a crise da sociedade salarial e de constituição de um “precariado”. Além da desestabilização do emprego, a precariedade pode ser analisada, particularmente, no que diz respeito ao trabalho propriamente dito e à satisfação que o trabalhador pode obter de sua inserção no mundo profissional. É nesse sentido que Paugam (2000) vai falar nos trabalhadores da precariedade, destacado que as mudanças nas sociedades contemporâneas afetam não apenas o estatuto do emprego, mas as condições de trabalho propriamente ditas. Por essa razão, Paugam sugere a existência de diferentes níveis de integração dos trabalhadores, a partir da combinação desses dois critérios fundamentais, a estabilidade do emprego e a satisfação do trabalhador com seu trabalho: a integração estável, que articula satisfação no trabalho e estabilidade no emprego; a integração instável, que articula satisfação no trabalho e instabilidade no emprego; a integração laboriosa, que articula insatisfação no trabalho e estabilidade no emprego; e, finalmente, a integração desqualificante, que articula insatisfação no trabalho e instabilidade no emprego. É a tendência contemporânea a uma integração desqualificante que leva o autor a falar dos “assalariados da precariedade”.

Conforme vários estudos vêm mostrando, as relações de gênero constituiriam uma dimensão importante desses mecanismos de integração, as mulheres habitando mais frequentemente que os homens esse mundo da precariedade do trabalho. Algumas destas perspectivas teóricas têm sublinhado com insistência a ideia de que ao se estabelecer uma “divisão sexual do trabalho” entre homens e mulheres, as relações de gênero não se cristalizaram apenas em diferentes papéis sociais, mas em uma hierarquização entre o masculino e feminino. Kergoat & Hirata (2008) destacam que uma análise em termos de divisão sexual do trabalho deve levar em conta dois princípios organizadores: primeiramente, um princípio de separação, de distinção entre o masculino e o feminino (*há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres*); em segundo lugar, um princípio de hierarquização entre essas categorias, de tal forma que *um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher* (KERGOAT & HIRATA, 2008, p. 266). Nestes termos, a divisão sexual do trabalho é considerada um processo dinâmico, em permanente transformação.

Permanece, porém, a hierarquização que relega o feminino a uma condição “inferior” no espaço de relações sociais. Essas mudanças e permanências na divisão sexual do trabalho

ocorrem em uma dinâmica social marcada pelas lutas e tensões entre atores sociais sexuados que procuram preservar/transformar as relações sociais entre as categorias de sexo.

### **3. O polo naval e as transformações do mercado de trabalho de Rio Grande**

No final da década de 1990 e início da década de 2000, o setor de construção naval brasileiro retomou seu desenvolvimento, interrompido nos anos 80 e 90, incentivado por políticas públicas de financiamento, por meio do Fundo Monetário de Marinha Mercante, e por encomendas da Petrobras, destinadas à renovação e ampliação de sua frota. Em 1999, a Petrobras anunciou o Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo (PROREFAM). No final de 2000, lançou o Programa Navega Brasil, com facilidades de créditos para armadores e estaleiros brasileiros. Essas políticas estimularam a expansão e descentralização da indústria naval brasileira, até então concentrada na região sudeste. No ano de 2003, novo programa de fomento para o setor naval, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), com foco no desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos humanos e geração de emprego e renda no setor de petróleo e gás brasileiro. Em 2004, a Lei nº 10.849 criou o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA).

No mesmo ano, a Petrobras lançou outro Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF), com encomendas de embarcações nos anos de 2005 e 2008. Em 2010, a Petrobras criou o Programa de Empresa Brasileira de Navegação (EBN), com ofertas de contratos de afretamento de embarcações, construídas no Brasil, por período de quinze anos. O polo naval de Rio Grande, resultado das oportunidades que surgiram com as políticas de descentralização do setor, ficou formado por três estaleiros: o Estaleiro Honório Bicalho; o Estaleiro Rio Grande, dividido em três áreas, ERG1, ERG2 e ERG3; e o Estaleiro Brasil (FABRES, 2014).

Em janeiro de 2006, foi inaugurado, em Rio Grande, o Estaleiro Honório Bicalho, de propriedade da empresa QUIP<sup>54</sup> (posteriormente pertence à empresa QGI), dando início à construção do polo naval. O Estaleiro Honório Bicalho possui área de 320 mil m<sup>2</sup> e cais com mais de 700 metros de comprimento (PROMINP, 2015). A QUIP foi formada em 2005 para participar da licitação para a construção de módulos de processo e integração (montagem) da plataforma P-53. A conversão do casco e parte da montagem dessa plataforma foi realizada em

---

<sup>54</sup> A empresa QUIP foi criada através do consórcio formado pelas empresas Queiroz Galvão, Iesa Óleo e Gás e UTC Engenharia. Em 2010, as empresas Camargo Corrêa e PJMR passaram a integrar o consórcio. Em 2013, a empresa QUIP foi extinta e formada a QGI, consórcio entre as empresas Queiroz Galvão e Iesa Óleo e Gás.

Cingapura e deslocada para Rio Grande, com entrada no Estaleiro Honório Bicalho em agosto de 2007, dando início ao processo de integração. A conclusão e entrega da plataforma ocorreu em outubro de 2008. A QUIP venceu licitação para construção de módulos de painéis elétricos e de geração de energia da P-58 e seis módulos de processo e tubulações da plataforma P-63, e também para a construção do convés de dois módulos e da integração da plataforma P-55. Em parceria com a *BWOffshore*, foi também responsável pela integração e comissionamento, isto é, a montagem e certificação de operacionalidade segundo o projeto, dessas plataformas. A chegada no Estaleiro Honório Bicalho do casco da plataforma P-58 ocorreu em outubro de 2011, da P-55 em janeiro de 2012 e da P-63 em janeiro de 2013. As plataformas P-53, P-58 e P-63 são do tipo FPSO (unidade flutuante que produz, armazena e transfere petróleo) e a P-55 do tipo FPU (Floating Production Unit/Unidade de Produção Flutuante), uma plataforma semi-submersível. A QUIP executou a montagem, instalação e integração da plataforma P-55, em parceria com a empresa CQG. O pico de construção dessas plataformas ocorreu em 2013, com a saída de Rio Grande, em junho, da P-63, em outubro da P-55 e em dezembro da P-58 (FABRES, 2014).

As obras do Estaleiro Rio Grande (ERG) tiveram início no ano de 2006. Em 2010, o ERG foi inaugurado e adquirido pela empresa ECOVIX/ENGEVIX Construções Oceânicas, subsidiária da ENGEVIX Engenharia S.A., em sociedade com a Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), que administrava o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. O estaleiro possui uma área de 550 mil m<sup>2</sup> e em sua infraestrutura há um dique seco com 130 m de largura, 350 m de comprimento e 13,8 m de profundidade; um cais com 350 metros e outro com 42 metros de extensão; uma fábrica de cortes de chapas e montagens de blocos iniciais para a construção de cascos, com altíssimo índice de automação; e cabines para pintura dos blocos iniciais. A ECOVIX/ENGEVIX possuía contrato com a Petrobras para a construção de oito cascos para plataformas do tipo FPSO e contrato com a empresa SETE Brasil para a construção de três navios sondas (drill ships). Um consórcio japonês, liderado pela Mitsubishi Heavy Industries, adquiriu 30% da ECOVIX/ENGEVIX no final do ano de 2013.

O terceiro estaleiro do polo naval gaúcho, criado em 2012, é o Estaleiros do Brasil Ltda (EBR), sociedade com participação de 50% entre a empresa japonesa *TOYO Engineering Corporation* e a brasileira SOG Óleo e Gás. A área do EBR, localizado no município de São José do Norte, distante oito quilômetros do município de Rio Grande, é de 1.500.000 m<sup>2</sup>. A empresa EBR venceu licitação para construção de módulos e montagem da plataforma P-74. A conclusão da plataforma, prevista para 2016, ocorreu apenas em fevereiro de 2018.

O pico de contratação de trabalhadores no polo naval ocorreu em 2013, em decorrência da montagem das plataformas P-55, P-58 e P-63, executadas pela QUIP, e da construção dos cascos FPSO, executados pela ECOVIX. Além disso, as obras de infraestrutura de ampliação e adequação do Estaleiro Rio Grande e o início das obras de infraestrutura do Estaleiro Brasil exigiram a contratação de grande número de trabalhadores, com preferência de mulheres na atividade de eletricitista industrial.<sup>55</sup> Conforme dados do Ministério Público do Trabalho (MPT), compatíveis com os dados da RAIS e CAGED, apresentados mais adiante, em outubro de 2012, estima-se que haviam 10.500 trabalhadores (diretos e indiretos) nos estaleiros Honório Bicalho e Rio Grande e que, em maio de 2013, haviam 15.700 trabalhadores, contabilizando trabalhadores no Estaleiro Honório Bicalho e Estaleiro Rio Grande, mais os trabalhadores ligados a cerca de 100 empresas terceirizadas (MPT, 2012; MPT, 2013).

Os dados acima apresentados permitem uma primeira visão do impacto que o setor naval teve no mercado de trabalho de Rio Grande. É a partir desse cenário, também, que se pretende dimensionar e analisar as transformações das relações de gênero nesse mercado, identificando-se a evolução do emprego em sua composição setorial e por sexo. Para tanto, compara-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 2006 a 2014. Esse recorte temporal permite captar as mudanças do mercado de trabalho local decorrentes da implantação da indústria naval no município que se deu a partir do ano de 2006.

É importante salientar, ainda, que se trata, apenas, de dados do setor formal. Os empregos e formas de trabalho não registrados não são captados por essas bases de dados. A RAIS é um banco de dados com periodicidade anual, instituída pelo Decreto 76.900 de 23/12/75, com o objetivo de conhecer e controlar a atividade trabalhista no Brasil através de coleta de informações dos estabelecimentos que empregam trabalhadores. Os dados publicados pela RAIS e analisados neste trabalho referem-se aos estoques de empregos formais ativos em 31 de dezembro de cada ano. Já o CAGED é um cadastro das movimentações realizadas mensalmente pelos estabelecimentos, isto é, das admissões e desligamentos, restringindo-se apenas aos empregos celetistas. O CAGED foi criado pela lei nº 4.923/65 e, assim como a RAIS, constitui-se em uma importante ferramenta para o conhecimento da realidade e para a formulação de políticas públicas.

Segundo dados da RAIS/MTE, conforme a Tabela 16, durante a fase de implantação da indústria naval de Rio Grande e de construção e montagem das primeiras plataformas

---

<sup>55</sup> Segundo contatos mantidos durante visitas aos estaleiros.



petrolíferas, o estoque de empregos formais no município cresceu de 35.093 vínculos, em 2006, para 56.870, em 2014. Houve um incremento absoluto de 21.777 novos vínculos empregatícios durante esse período, o que corresponde a um crescimento relativo de 62,1%, ou seja, a uma taxa média anual de 7,8%. Apesar desse alto e expressivo crescimento do emprego formal, ele esteve apenas um pouco acima das médias de crescimento nacional, estadual e do município de Pelotas, vizinho ao município de Rio Grande, e um dos polos econômicos regionais.<sup>56</sup>

A indústria de transformação foi o setor que apresentou o maior crescimento em termos absolutos durante esse período, o estoque de empregos formais passando de 5.423 vínculos, em 2006, para 13.992, em 2014. Foram criados 8.569 novos empregos, o que corresponde a um aumento de 158%. Observa-se, igualmente, através da Tabela 16, que a participação da indústria de transformação na estrutura do emprego no município de Rio Grande cresce significativamente durante esse período. De 15,5%, em 2006, esse segmento passa a representar 24,6% do total dos empregos formais em 2014.

Vale ressaltar, ainda, no âmbito da indústria, o importante crescimento da construção civil nesse período, setor bastante impactado pela implantação do polo naval. Os dados da Tabela 16 não mostram o alcance desse crescimento, pois 2014 foi um ano de refluxo das atividades desse setor. Até esse ano, a taxa de crescimento do emprego formal foi de 66,2%. Logo, apenas um pouco acima da média geral do período (62,1%). No entanto, se tomarmos como base o ano de 2013, observa-se um crescimento impressionante. Entre 2006 e 2013, a taxa de crescimento dos empregos formais na construção civil foi de 233,8%, atingindo um estoque de 3.765 vínculos em 2013. A participação relativa da construção civil no estoque total de empregos formais passou de 3,2%, em 2006, para 6,7%, em 2013, caindo novamente para 3,3% em 2014.

Através da Tabela 16, observa-se, ainda, que o forte crescimento do emprego industrial no período analisado deve-se, principalmente, à expansão do setor de construção de embarcações<sup>57</sup> (polo naval). Conforme os dados da RAIS, de 2006 a 2014, o estoque de empregos formais nesse segmento cresceu de 71 para 7.479, uma variação absoluta de 7.408 postos de trabalho e um aumento percentual de 10.433,8%. A participação do setor de construção de embarcações na indústria de transformação passou de 1,3%, em 2006, para 53,5%, em 2014, perfazendo mais da metade dos postos de trabalho desse setor. Já a

---

<sup>56</sup> No Brasil, a taxa de crescimento do emprego formal, nesse mesmo período, foi de 41%, o que corresponde a uma taxa média de 5,1% ao ano. Já no Estado do Rio Grande do Sul, essa taxa foi de 34%, isto é, 4,2% ao ano. Em Pelotas, o crescimento do emprego formal foi de 44,2%, o que corresponde a uma média de 5,5% ao ano.

<sup>57</sup> Categoria setorial definida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, Grupo 301.

participação do setor naval no estoque total de empregos do município de Rio Grande passou de 0,2%, em 2006, para 13,2%, em 2014.

Portanto, o conjunto das atividades industriais teve um crescimento impressionante durante o período, sua participação na estrutura do emprego passando de 20,2%, em 2006, para 29,6%, em 2014. Registraram-se 9.736 novos vínculos empregatícios, o que corresponde a um crescimento relativo de 137,4%.

**Tabela 16 – Evolução do estoque de empregos formais, vínculos ativos em 31/12, por setor da atividade econômica, participação relativa e variação absoluta e relativa, Rio Grande-RS, 2006-2014.**

Setores IBGE	2006		2014		Var. Abs.	Var. Rel. (%)
	Emp.	Part. (%)	Emp.	Part. (%)		
Extração Mineral	56	0,2	233	0,4	177	316,1
Indústria de Transformação	5.423	15,5	13.992	24,6	8.569	158,0
Construção de Embarcações (*)	71	0,2	7.479	13,2	7.408	10.433,8
Construção Civil	1.128	3,2	1.875	3,3	747	66,2
Serviços Indust. de Utilidade Pública	480	1,4	723	1,3	243	50,6
<b>Total Indústria</b>	<b>7.087</b>	<b>20,2</b>	<b>16.823</b>	<b>29,6</b>	<b>9.736</b>	<b>137,4</b>
Comércio	7.606	21,7	11.792	20,7	4.186	55,0
Serviços	13.111	37,4	21.488	37,8	8.377	63,9
Adm. Pública	6.477	18,5	5.823	10,2	- 654	- 10,1
<b>Total Serviços</b>	<b>27.194</b>	<b>77,5</b>	<b>39.103</b>	<b>68,8</b>	<b>11.909</b>	<b>43,8</b>
Agropecuária	812	2,3	944	1,7	132	16,3
<b>TOTAL</b>	<b>35.093</b>	<b>100,0</b>	<b>56.870</b>	<b>100,0</b>	<b>21.777</b>	<b>62,1</b>

Elaborado pelos autores.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). \* Segundo a CNAE 2.0 Grupos.

O conjunto das atividades de serviços também teve um forte crescimento durante o período, principalmente em termos absolutos, pois o volume de empregos criados supera aquele do conjunto do setor industrial. O estoque de empregos passou de 27.194, em 2006, para 39.103, em 2014. Portanto, foram criados, nesse período, 11.909 novos vínculos empregatícios. Tal performance, no entanto, é menos impactante em termos relativos, a taxa de crescimento atingindo 43,8%, bem abaixo da média geral. De fato, devido ao forte crescimento do emprego industrial, o conjunto das atividades de serviços perde participação relativa na estrutura do emprego do município, caindo de 77,5%, em 2006, para 68,8%, em 2014. Ainda assim, as taxas de participação são bastante elevadas, o que revela a enorme importância desse setor na dinâmica local do mercado de trabalho. Vale ressaltar, ainda, que muitos desses empregos têm relação direta com o setor naval, uma vez que as empresas industriais do polo subcontratam diretamente um conjunto de atividades de serviços, tais como alimentação, limpeza, vigilância,

dentre outras. A terceirização dessas atividades consideradas periféricas repercute, pois, diretamente sobre o conjunto do setor de serviços no município de Rio Grande.<sup>58</sup>

Através dos dados acima apresentados e analisados, constata-se, pois, que a indústria naval teve um forte impacto sobre o mercado local de trabalho, provocando um elevado crescimento da participação absoluta e relativa do emprego industrial no estoque total de empregos e um importante deslocamento na estrutura setorial do emprego. Nem por isso, as atividades de serviços deixaram de ter um papel fundamental no mercado de trabalho, uma vez que quase 70% dos empregados estão vinculados a esse setor. Essa constatação tem importantes consequências quando se analisa o perfil da classe trabalhadora, suas condições ocupacionais e sua relação subjetiva com o trabalho. Nesse caso, as peculiaridades das atividades de serviços devem ser diretamente levadas em consideração.

Analisando-se as transformações do mercado local de trabalho em termos de gênero, conforme a Tabela 17, observa-se uma série de traços marcantes. Em termos globais, a participação feminina no emprego formal cresceu pouco nesse período, passando de 38,7% para 40,1%. Trata-se de uma participação baixa considerando-se as médias nacional e estadual.<sup>59</sup>

**Tabela 17 – Evolução da participação feminina, absoluta e relativa, no total do emprego formal, vínculos ativos em 31/12, por setor da atividade econômica, variação absoluta e relativa, Rio Grande-RS, 2006-2014.**

Setores IBGE	2006		2014		Var. Abs.	Var. Rel. (%)
	Nº	%	Nº	%		
Extração Mineral	7	12,5	20	8,6	13	185,7
Indústria de Transformação	2.060	38,0	2.833	20,2	773	37,5
Construção de Embarcações (*)	19	26,8	1.268	17,0	1.249	6.573,7
Construção Civil	22	2,0	136	7,3	114	518,2
Serviços Indust. de Utilidade Pública	54	11,3	138	19,1	84	155,6
<b>Total Indústria</b>	<b>2.143</b>	<b>30,2</b>	<b>3.127</b>	<b>18,6</b>	<b>984</b>	<b>45,9</b>
Comércio	3.340	43,9	6.406	54,3	3.066	91,8
Serviços	4.875	37,2	9.709	45,2	4.834	99,2
Adm. Pública	3.179	49,1	3.415	58,6	236	7,4
<b>Total Serviços</b>	<b>11.394</b>	<b>41,9</b>	<b>19.530</b>	<b>49,9</b>	<b>8.136</b>	<b>71,4</b>
Agropecuária	51	6,3	130	13,8	79	154,9
<b>TOTAL</b>	<b>13.588</b>	<b>38,7</b>	<b>22.787</b>	<b>40,1</b>	<b>9.199</b>	<b>67,7</b>

Elaborado pelos autores.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). \* Segundo a CNAE 2.0 Grupos.

No setor industrial, que apresentou uma fortíssima expansão absoluta e relativa do estoque de empregos formais no período analisado, a participação relativa das mulheres

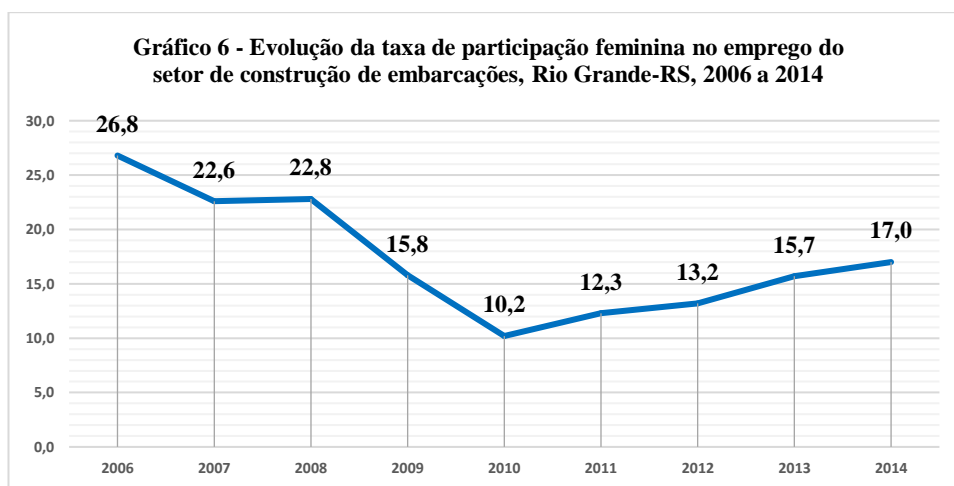
<sup>58</sup> A esse propósito, é importante observar que a participação do conjunto das atividades de serviços (aí incluído o comércio) no estoque total de empregos formais mostra-se bastante alta no Brasil, segundo a RAIS. Ela atinge 73,4% em 2014. Nesse mesmo ano, no Rio Grande do Sul, essa participação era de 68,1% e em Pelotas de 79,7%.

<sup>59</sup> Segundo a RAIS 2014, no Brasil, as mulheres tinham uma participação de 43,2% do total de vínculos de empregos formais. No Rio Grande do Sul, essa participação era de 45,9% e em Pelotas-RS, 46,6%.

diminuiu significativamente, passando de 30,2%, em 2006, para 18,6%, em 2014. No conjunto da indústria de transformação, esse quadro não é diferente, a redução sendo ainda mais acentuada. Ou seja, trata-se de um setor tipicamente masculino no qual se acentuou a participação dos homens neste período de fortes transformações do mercado de trabalho e de deslocamento da estrutura setorial do emprego. No entanto, é preciso sublinhar que a participação das mulheres em termos absolutos mostra-se importante. Eram mais de três mil mulheres vinculadas à indústria de Rio Grande em dezembro de 2014, conforme a Tabela 17.

Na construção civil, a situação não é muito diferente. Trata-se, porém, de um setor ainda mais marcadamente masculino no qual se observa, em contrapartida, um pequeno aumento da participação relativa das mulheres que passou de 2%, em 2006, para 7,3%, em 2014. Em termos absolutos, porém, esse aumento não é muito significativo tendo em vista que o peso da construção civil na estrutura do emprego é baixa (3,3%). Em 2014, a RAIS registra apenas 136 mulheres trabalhando na construção civil em Rio Grande.

Examinando-se, mais particularmente, a evolução da participação feminina no setor de construção de embarcações, observa-se, conforme o Gráfico 6, abaixo, que essa participação caiu no período analisado, de 26,8%, em 2006, para 17%, em 2014. Porém, é preciso considerar que os dados de 2006 até 2009, aproximadamente, são pouco representativos, na medida em que número de trabalhadores nesse setor era muito baixo.

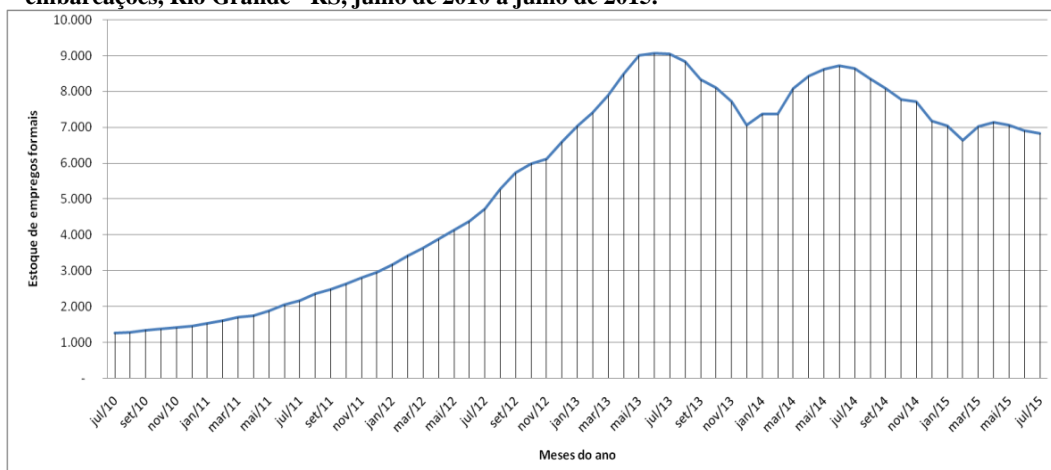


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

É a partir de 2010 que se pode observar um forte crescimento do emprego nesse setor, conforme mostra o Gráfico 7, logo abaixo. Durante esse período, de 2010 a 2014, a participação feminina aumenta. Mesmo que em termos relativos ela ainda seja baixa, em termos absolutos essa participação não é pequena. Em 2014, a RAIS registra um estoque de 1.268 empregos femininos vinculados ao setor de construção de embarcações. O crescimento relativo da

participação das mulheres no setor expressa certa preocupação das empresas em darem oportunidades à força de trabalho feminina, como será examinado mais adiante. Comparando-se a participação das mulheres em Rio Grande com o conjunto da indústria naval brasileira, constata-se que nesse polo ela é mais elevada. Dados da RAIS revelam que a participação das mulheres no conjunto do setor era de apenas 10%, em 2014, contra 17% em Rio Grande.

**Gráfico 7 - Evolução do estoque de empregos formais celetistas no setor de construção de embarcações, Rio Grande - RS, julho de 2010 a julho de 2015.**



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Através do Gráfico 7, observa-se que esse forte crescimento do emprego formal no setor de construção de embarcações atinge seu ápice em meados de 2013, quando foram alcançados 9.000 vínculos formais de emprego celetista. Após uma redução dos estoques no segundo semestre de 2013, devido à finalização de várias plataformas, conforme relatado anteriormente, observa-se uma retomada do crescimento dos empregos no primeiro semestre de 2014, seguido novamente de uma redução dos estoques desde então, quando o setor passa a viver um quadro de grave crise.<sup>60</sup>

Nos dados da RAIS, que apresenta estoques anuais em 31 de dezembro, esse crescimento aparece de modo linear, sem que seja possível captar as oscilações mensais, como é o caso do CAGED, expressas no Gráfico acima. Assim, segundo a RAIS, o estoque de empregos formais no setor de construção de embarcações atinge um total de 571 vínculos em dezembro de 2010, 2.310 em 2011, 6.494 em 2012, 7.226 em 2013 e, finalmente, 7.479 em 2014.

As oscilações mensais nos estoques de empregos formais revelam claramente o caráter cíclico do processo produtivo no setor naval, marcado por períodos de expansão e períodos de

<sup>60</sup> Essa crise deve tanto às investigações da operação Lava a Jato que denunciaram o envolvimento de empresários do setor naval nos escândalos de corrupção da Petrobrás, como à crise da economia brasileira que se evidenciou a partir do segundo semestre de 2014 e que se intensifica em 2015.

retração da produção face às encomendas que vão sendo terminadas e contratadas ao longo do tempo. Tal variação exige uma importante flexibilidade numérica da força de trabalho que tem nas mulheres uma importante fonte de oferta local de trabalho. Dispor de um exército industrial de reserva é uma preocupação importante das empresas do setor, uma vez que foi preciso mobilizar um grande contingente de trabalhadores vindos de fora da cidade e do Estado do Rio Grande do Sul para preencher os novos postos de trabalho criados e para os quais não havia força de trabalho local qualificada.

Ou seja, se, por um lado, a expansão das atividades industriais no setor naval propiciou um forte crescimento do emprego masculino, as mulheres também tiveram um aumento de suas oportunidades ocupacionais – ainda que quantitativamente inferiores em relação aos homens – por conta da necessidade de mão-de-obra qualificada para este setor. Muitas dessas mulheres passaram por cursos de qualificação oferecidos pelo SENAI e pelas próprias empresas. A produção de uma força de trabalho disponível tem estado no centro das atenções tanto dos empresários locais como do Estado e das instituições voltadas para qualificação profissional. O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) foi uma dessas políticas instituídas para dar conta dessas necessidades pontuais do setor. O PROMINP classifica doze categorias profissionais para o setor de petróleo e gás. Na categoria metalmeccânica estão inseridas as ocupações mais demandadas da indústria naval (soldador, montador de andaimes, caldeireiro). O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011, embora não focado em qualificação para o setor de petróleo e gás, também promoveu a formação de mão de obra para a indústria naval, principalmente através de cursos para a atividade de soldador (FABRES, 2014).

No entanto, esse crescimento quantitativo de postos de trabalho femininos no setor naval não impediu que houvesse uma redução da participação das mulheres na indústria e o consequente aumento de sua participação nas atividades de serviços. Aliás, o perfil da participação feminina na estrutura ocupacional, conforme a Tabela 18, mostra que mais de 80% das mulheres estão trabalhando nas atividades de comércio e serviços. Essa participação, inclusive, aumentou no período analisado, passando de 83,9%, em 2006, para 85,7%, em 2014. Isto se deve à expansão mais intensa da participação masculina no setor industrial que fez reduzir a participação relativa das mulheres nesse setor de 15,8%, em 2006, para 13,7%, em 2014. Neste sentido, as transformações no mercado de trabalho local provocaram uma concentração ainda maior das mulheres no setor de serviços e dos homens no setor industrial. De um pouco mais de 11 mil mulheres no setor de serviços, em 2006, elas passaram a ser quase 20 mil, em 2014, um crescimento relativo de 71,4%. Na indústria, o crescimento relativo da

participação das mulheres foi de 45,9%, abaixo do crescimento médio de participação das mulheres no período (67,7%). Em termos absolutos, esse crescimento da participação feminina foi de apenas 984 novos vínculos empregatícios, menor inclusive que o crescimento isolado do setor de construção de embarcações, cujo saldo no período foi de 1.249 vínculos. Isto se deve à forte redução da participação das mulheres na indústria de alimentação, um importante segmento da economia local. Entre 2006 e 2014, o número de mulheres vinculadas a esse setor diminuiu de 1.793 para 876 trabalhadoras.<sup>61</sup>

**Tabela 18 – Evolução da estrutura setorial do emprego feminino, Rio Grande-RS, 2006-2014.**

<b>Setores IBGE</b>	<b>2006</b>	<b>2014</b>
Extração Mineral	0,1	0,1
Indústria de Transformação	15,2	12,4
Construção de Embarcações (*)	0,1	5,6
Construção Civil	0,2	0,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,4	0,6
<b>Total Indústria</b>	<b>15,8</b>	<b>13,7</b>
Comércio	24,6	28,1
Serviços	35,9	42,6
Adm. Pública	23,4	15,0
<b>Total Serviços</b>	<b>83,9</b>	<b>85,7</b>
Agropecuária	0,4	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Elaborado pelos autores.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

\*Segundo a CNAE 2.0 Grupos.

A fim de captar o impacto das transformações do mercado de trabalho sobre as desigualdades de rendimento dos trabalhadores em termos setoriais e de gênero, analisou-se, também, com base na RAIS, a evolução das médias salariais (em número de salários-mínimos) nos diversos setores segundo o sexo, conforme a Tabela 19. Uma série de importantes conclusões podem ser tiradas a partir da análise desses dados.

Primeiramente, quando se analisa a evolução dos rendimentos no período de 2006 a 2014, constata-se que houve um pequeno crescimento dos rendimentos, de 10,3%, tanto entre homens (10,1%) como entre mulheres (13,3%), entre estas, inclusive, em níveis um pouco mais elevados. Em 2014, a média salarial global no mercado de trabalho de Rio Grande era de 3,84 salários-mínimos (sm). Comparando-se a média masculina, de 4,53 sm, com a feminina, de 2,80 sm, observa-se uma elevada desigualdade de rendimento que não mudou

<sup>61</sup> Esses dados, extremamente interessantes, sugerem a hipótese de que talvez tenha havido uma importante mobilidade da força de trabalho feminina desse setor industrial tradicional para a indústria naval. Os dados aqui apresentados, no entanto, não permitem examinar mais a fundo essa hipótese, até porque, com base em vários depoimentos pessoais, uma importante mobilidade ocupacional tem sido constatada também dos setores de comércio e serviços, que cresceram em termos absolutos e relativos, para o setor naval.

significativamente no período analisado. Em 2014, as mulheres ganhavam, em média, 61,8% do salário dos homens, uma pequena melhoria em relação a 2006. Isto é, as desigualdades de gênero em termos de rendimento eram e continuam elevadas no mercado de trabalho local.

**Tabela 19 - Evolução da remuneração média em salários-mínimos, dezembro, dos empregos formais, por setor e sexo, Rio Grande-RS, 2006 a 2014.**

IBGE Gr Setor	Sexo	Valor da Remuneração em dezembro (SM)		
		2006 (**)	2014	Var.
1 - Indústria	Total	2,81	5,01	78,0
	Masculino	3,77	5,53	46,5
	Feminino	1,07	2,91	171,9
	(F/M) %	28,4	52,7	85,6
Indústria de transformação	Total	2,67	5,07	90,2
	Masculino	3,70	5,62	52,0
	Feminino	0,98	2,89	195,6
	(F/M) %	26,5	51,5	94,4
Construção de embarcações	Total	6,68	6,45	-3,4
	Masculino	6,74	7,00	3,9
	Feminino	6,17	3,78	-38,8
	(F/M) %	91,6	54,0	-41,1
2 - Construção Civil	Total	2,91	3,28	12,8
	Masculino	2,91	3,34	14,5
	Feminino	2,70	2,60	-3,8
	(F/M) %	92,8	78,0	-16,0
3 - Comércio	Total	1,88	1,91	1,5
	Masculino	2,05	2,16	5,3
	Feminino	1,65	1,69	2,4
	(F/M) %	80,4	78,2	-2,7
4 - Serviços	Total	4,38	4,13	-5,9
	Masculino	5,22	4,86	-6,9
	Feminino	3,19	3,33	4,5
	(F/M) %	61,1	68,5	12,2
5 - Agropecuária	Total	2,36	2,28	-3,3
	Masculino	2,41	2,37	-1,6
	Feminino	1,57	1,70	8,3
	(F/M) %	65,1	71,7	10,1
Total	Total	3,48	3,84	10,3
	Masculino	4,12	4,53	10,1
	Feminino	2,47	2,80	13,3
	(F/M) %	60,1	61,8	2,9

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

(\*) Segundo a CNAE 2.0 Grupos.

(\*\*) Para o setor de construção de embarcações, o ano inicial da comparação é 2010 e não 2006, uma vez que até 2009 o número de vínculos ligados a esse setor é ainda bastante baixo.

Em 2014, as desigualdades setoriais são significativas, os setores agropecuário (2,28sm), comércio (1,91sm) e construção civil (3,28sm) pagando abaixo da média geral (3,84sm). Os demais setores, indústria (5,01sm) e serviços (4,13sm), pagam acima da média. Tais diferenças não se modificaram significativamente durante o período analisado, à exceção



da indústria. Nesse setor, as médias salariais cresceram significativamente no período, o que se deve ao crescimento do setor de construção de embarcações. Na medida em que cresce a participação deste segmento nas atividades industriais, suas médias salariais se elevam, pois elas estão entre as mais altas dentre os setores apresentados, conforme se observa na Tabela 19: 6,68sm, em 2006 e 6,45sm, em 2014.

O que permanece constante é que as mulheres recebem quase sempre menos que os homens, o nível de desigualdade variando de setor para setor. No setor de serviços, essas desigualdades reduziram-se no período, as médias salariais femininas passando de 61,1%, em 2006, para 68,5%, em 2014, em relação às médias masculinas. Já no comércio elas aumentaram ligeiramente, as médias salariais femininas passando de 80,4%, em 2006, para 78,2%, em 2014, das masculinas. Observa-se que as menores desigualdades de gênero no comércio coincidem com o pagamento de salários médios menores. Nos serviços, ao contrário, que paga salários médios mais elevados, as desigualdades salariais de gênero são maiores.

Na indústria se observa um quadro bastante peculiar e comportamentos discrepantes. Nela se observa níveis salariais médios mais elevados, desigualdades de gênero igualmente maiores e mudanças significativas durante o período analisado. Tanto no conjunto do setor industrial como na indústria de transformação, em particular, observa-se que os salários médios femininos eram, em 2006, inferiores a 30% dos salários médios masculinos. Durante o período, essa desigualdade extrema diminuiu, mas continua elevada. Em 2014, as mulheres ganham em média, apenas 52,7% dos salários médios dos homens no conjunto do setor industrial. Na indústria de transformação esse quadro não é diferente, com taxa similar (51,5%).

É no setor de construção de embarcações que se observa um movimento inverso. As desigualdades salariais entre homens e mulheres tendem a aumentar e não a diminuir, como ocorre no conjunto da indústria. Em 2010, os salários médios femininos representavam 91,6% dos salários médios masculinos. Em 2014, essa desigualdade aumenta, as mulheres passando a receber, em média, apenas 54% dos salários médios masculinos.

Se, globalmente, para o conjunto do mercado de trabalho de Rio Grande, as desigualdades de rendimento em termos de gênero permanecem estáveis, elas se acentuam no setor que está na ponta das transformações observadas, o setor naval. O crescimento desse setor, portanto, acarreta um duplo efeito em termos de desigualdades sociais. Primeiramente, acentua as desigualdades setoriais, elevando os níveis salariais da indústria em relação aos demais setores, e, em segundo lugar, acentua as desigualdades de gênero, pois globalmente os homens são mais beneficiados que as mulheres pelos níveis salariais mais elevados desse segmento industrial. Os dados da Tabela 19 mostram, por exemplo, que enquanto as médias salariais

masculinas crescem 3,9% no período analisado (2010 a 2014), as médias salariais femininas diminuem em níveis bastante elevados, em 38,8%. As médias salariais femininas passam de 6,17 sm, em 2010, para 3,78 sm, em 2014. As masculinas passam de 6,74 sm, em 2010, para 7,00 sm, em 2014.

A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero também podem ser observadas dentro dos diversos grupos ocupacionais do setor de construção de embarcações. A análise a seguir será realizada com base nos grandes grupos (GG) da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 2002.<sup>62</sup> Segundo a RAIS 2014, conforme a Tabela 20, dos 7.479 vínculos ativos em 31 de dezembro, 4.914 (65,7%) estavam classificados na categoria de trabalhadores da produção de bens e serviços industriais. Apenas 13,7% destes trabalhadores eram mulheres, o que fica abaixo da média de participação das mulheres no conjunto do setor, no ano de 2014, que é de 17%. Na categoria de trabalhadores em serviços de reparação e manutenção, a participação masculina é ainda mais alta. Dos 305 vínculos identificados nessa categoria, que representam apenas 4,1% do total do setor, as mulheres têm uma participação de apenas 2%, isto é, de seis trabalhadoras.

**Tabela 20 - Número de vínculos de emprego segundo a estrutura ocupacional (Grande Grupo CBO 2.002), por sexo, setor de construção de embarcações, Rio Grande-RS, 2014.**

Grupos Ocupacionais (*)	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		Nº	%
	Nº	%	Nº	%		
<b>Diretores e gerentes</b>	194	91,1	19	8,9	213	2,8
<b>Profissionais de nível superior</b>	233	73,3	85	26,7	318	4,3
<b>Técnicos de nível médio</b>	436	90,5	46	9,5	482	6,4
<b>Trabalhadores de serviços administrativos e outros serviços</b>	809	64,9	438	35,1	1.247	16,7
<b>Trabalhadores da produção</b>	4.240	86,3	674	13,7	4.914	65,7
<b>Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção</b>	299	98,0	6	2,0	305	4,1
<b>Total</b>	6.211	83,0	1.268	17,0	7.479	100,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

(\*) Grupos ocupacionais elaborados a partir dos Grandes Grupos da CBO 2002. Elaboração dos autores.

<sup>62</sup> A CBO 2002 classifica as ocupações em dez grandes grupos (GG). Trata-se do nível de classificação mais agregado. Neste trabalho, o GG 0 não se aplica, por se tratar de atividades ligadas às forças armadas, policiais e bombeiros militares. Os GG 1 (Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes), o GG 2 (Profissionais das ciências e das artes), o GG 3 (Técnicos de nível médio) e o GG 9 (Trabalhadores de manutenção e reparação) foram mantidos, com alterações apenas na nomenclatura, a fim de melhor adaptá-la ao setor que está sendo analisado. O GG 4 (Trabalhadores de serviços administrativos) e o GG 5 (Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados) foram fundidos em um mesmo grupo denominado "Trabalhadores de serviços administrativos e outros serviços". O GG 6 (Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca), o GG 7 (Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais) e o GG 8 (Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais) foram fundidos em um mesmo grupo. O número de trabalhadores classificados no GG 6 é pouco significativo (cinco trabalhadores) e as diferenças entre os grupos 7 e 8 são pequenas, referindo-se, segundo a CBO 2002, seja aos "sistemas de produção que tendem a ser discretos e que lidam mais com a forma do produto do que com o seu conteúdo físico-químico" (GG 7), seja aos "sistemas de produção que são ou tendem a ser contínuos (química, siderurgia, entre outros)". Esses três grandes grupos foram unificados na categoria de "Trabalhadores da produção".

Essa participação feminina sobe na categoria de serviços administrativos e outros serviços. Do total de 1.247 trabalhadores/as classificados neste grupo ocupacional, as mulheres representam 35,1%, perfazendo um total de 438 trabalhadoras. Nos demais grupos ocupacionais, a participação das mulheres é mais baixa, sendo significativa, ainda, sua participação entre os profissionais de nível superior, de 26,7%, acima da participação média das mulheres no conjunto do setor. Neste grupo, são contabilizados 85 mulheres e 233 homens.

Uma análise mais detalhada desses profissionais de nível superior revela que as mulheres estão mais presentes em profissões consideradas tipicamente femininas, como nutricionistas, orientadores de ensino, psicólogas, assistentes sociais, secretárias executivas e jornalistas. As mulheres têm uma baixa participação nas profissões ligadas às engenharias, onde os homens estão em ampla maioria.

Dentre os técnicos de nível médio, a participação das mulheres também diminui, representando apenas 9,5% desse grupo. Isto é, são 46 mulheres e 436 homens. O mesmo ocorre no grupo superior da estrutura ocupacional, de diretores e gerentes, onde a participação das mulheres é muito baixa, de apenas 8,9%. São apenas 19 mulheres e 194 homens situados no topo da hierarquia do trabalho no setor de construção de embarcações de Rio Grande.

Examinando-se as médias salariais dentro desses grupos ocupacionais, constata-se as mesmas tendências observadas na análise setorial do conjunto do mercado de trabalho de Rio Grande: as mulheres ganham muito menos que os homens, essas desigualdades sendo bastante acentuadas nos estratos mais elevados da estrutura ocupacional.

**Tabela 21 - Rendimento médio em dezembro, em número de salários-mínimos, dos trabalhadores segundo o grupo ocupacional e sexo, setor de construção de embarcações, Rio Grande-RS, 2014.**

Grupos Ocupacionais	Sexo		Total	F/M (%)
	Masculino	Feminino		
Diretores e gerentes	30,14	13,50	28,66	44,8
Profissionais de nível superior	15,26	9,23	13,64	60,5
Técnicos de nível médio	13,96	9,11	13,50	65,3
Trabalhadores de serviços administrativos e outros serviços	5,47	2,79	4,53	51,1
Trabalhadores da produção	5,08	3,01	4,79	59,3
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	6,83	12,55	6,94	183,8
<b>Total</b>	<b>7,00</b>	<b>3,78</b>	<b>6,45</b>	<b>54,0</b>

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Vale salientar, primeiramente, que as médias salariais de homens e mulheres, de 7,0 e 3,8 sm, respectivamente, conforme a Tabela 21, são bastante discrepantes, a média geral

feminina representando apenas 54% da média geral masculina.<sup>63</sup> Em outros termos, a média feminina é sempre inferior à média geral, total ou por grupo ocupacional. A única exceção é do grupo de trabalhadores em serviços de reparação e manutenção. Isto se deve ao fato de que existem apenas seis mulheres neste grupo (contra 299 homens) e de que os subgrupos aos quais pertencem essas mulheres, assim como os homens, apresentam médias salariais elevadas.<sup>64</sup> Se, por um lado, tal fato relativiza a superioridade da média salarial feminina, por outro, ele mostra que as mulheres também têm acesso a ocupações bem pagas, ainda que menos frequentemente que os homens.

No grupo ocupacional de “Diretores e gerentes”, que apresenta as médias salariais mais elevadas e ocupam as posições de maior poder dentro das organizações, as médias salariais femininas correspondem apenas a 44,8% das masculinas. Essa tendência se repete nas demais categorias ocupacionais, conforme a Tabela 21, sendo que as desigualdades salariais vão se reduzindo, na seguinte ordem, conforme a proporção das médias salariais femininas vão aumentando em relação às masculinas: “Trabalhadores de serviços administrativos e outros serviços” (51,1%), Trabalhadores da produção (59,3%), “Profissionais de nível superior” (60,5%) e de “Técnicos de nível médio” (65,3%).

#### **4. Trajetórias e experiências de trabalho: as relações de gênero no polo naval**

Desde sua instalação no município de Rio Grande, uma das preocupações fundamentais das empresas do polo naval foi de garantir a disponibilidade de uma força de trabalho qualificada para a natureza específica de suas atividades produtivas. Como se trata de um segmento novo na região, não havia força de trabalho compatível com as exigências do setor, o que resultou em uma forte mobilidade geográfica de trabalhadores vindos de outros Estados do país, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, etc. Não existem dados precisos e confiáveis a esse respeito, identificando o volume exato dessa força de trabalho “estrangeira”, mas ela impactou fortemente não só o mercado de trabalho local, mas o conjunto da economia e da vida

---

<sup>63</sup> Nos grupos ocupacionais agrupados, as médias salariais foram ponderadas segundo o peso de cada grupo na estrutura ocupacional dos grandes grupos CBO 2002.

<sup>64</sup> No subgrupo de “Supervisores de manutenção eletroeletrônica industrial, comercial e residencial” estão registrados 31 homens e duas mulheres. A média salarial desse subgrupo é bastante elevada, de 21,91 salários-mínimos. A média feminina, de 22,90 sm, é levemente superior à média masculina de 21,85 sm. No subgrupo de “Mecânicos de manutenção de máquinas industriais” estão registrados 222 homens e quatro mulheres. A média salarial desse subgrupo é de 4,40 salários-mínimos. A média masculina, de 4,34 sm, é bem inferior à média feminina, de 7,37 sm. Uma série de outros subgrupos compõem esse grupo ocupacional, com médias salariais acima ou abaixo destas apresentadas acima. Enfim, a média feminina eleva-se em função de que as seis mulheres do grupo estão em subgrupos com médias salariais elevadas.

urbana do município de Rio Grande. A partir do crescimento das atividades do polo, observou-se um grande crescimento da demanda no mercado imobiliário e, conseqüentemente, uma forte alta nos preços dos aluguéis. As atividades de serviços, como bares e restaurantes, também foram fortemente impactadas, assim como outros serviços demandados por essa população vinda de fora. Um sem-número de alojamentos coletivos, inclusive irregulares e precários, surgiram durante esse período e tomaram os jornais e noticiários televisivos locais. Muitos trabalhadores das cidades vizinhas também foram contratados pelas empresas do polo, o que resultou na intensificação do fluxo de transporte coletivo regional, principalmente de ônibus vindos do município de Pelotas.

Várias estimativas indicavam que cerca de 60 a 70% da mão-de-obra do setor era ocupada por trabalhadores de fora, havendo uma forte preocupação das autoridades locais para que esses empregos beneficiassem os moradores da cidade e da região.

A preocupação com a contratação de mulheres também sempre esteve presente, tanto no âmbito das próprias empresas, como da sociedade como um todo. Como indicado anteriormente, muitas atividades de formação profissional foram direcionadas para as necessidades do polo naval. Vários desses cursos de qualificação foram preferencialmente dirigidos pelas instituições formadoras às mulheres.

Tem-se observado, ao mesmo tempo, por parte de representantes das empresas, uma preocupação no sentido de aproveitar a força de trabalho feminina não apenas em atividades administrativas, mas também no chão de fábrica. Muitas dessas atividades, ainda que tipicamente masculinas – pois envolvem situações de risco, uso de equipamentos pesados e realizadas em situações insalubres (calor, confinamento, etc.) – são consideradas adequadas para as mulheres, como aquela relativa à atividade de soldador. Segundo vários depoimentos, as mulheres são melhores soldadoras que os homens, pois são mais minuciosas, precisas e caprichosas em seus movimentos. Tais construções corroboram os achados de vários estudos que mostram o quanto os empregadores destacam essas habilidades tipicamente femininas, como a minúcia, a disciplina e a dedicação ao trabalho, sem que, no entanto, impliquem em vantagens em termos de remuneração e carreira. No entanto, é preciso levar em consideração que a contratação de mulheres na indústria naval tem relação direta com a carência de trabalhadores qualificados para as atividades do setor e com a necessidade de dispor de uma força de trabalho apta qualitativa e quantitativamente. Neste caso, a carência de trabalhadores do sexo masculino também parece ser um fator que influencia as práticas em termos de gênero, favorecendo o recrutamento de mulheres.

Vale destacar, ainda, que Pelotas e Rio Grande são dois importantes polos universitários regionais, abrigando várias universidades e institutos federais de educação técnica. Tendo ocorrido em concomitância com a implantação do polo naval, a expansão da rede de educação superior pública, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como de faculdades particulares e cursos de pós-graduação, resultou em uma ampliação da oferta de vagas em áreas técnicas, principalmente aquelas ligadas às engenharias e áreas de gestão. As demandas do polo também impactaram esse sistema de qualificação profissional de nível superior.

O término dos primeiros contratos de montagem das primeiras plataformas petrolíferas também foi objeto de debate público e preocupação das autoridades locais e do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos que representa a maior parte dos trabalhadores do polo. A saída do porto de Rio Grande das plataformas total ou parcialmente construídas e/ou montadas no polo recebeu ampla cobertura da imprensa local e os primeiros sinais de desemprego começaram a se esboçar a partir de 2013. No segundo semestre daquele ano, mas, principalmente, no segundo semestre de 2014, essa preocupação dominou o cenário local, mobilizando o sindicato, lideranças políticas e empresariais, instituições de formação e agências de emprego. Um grande número de rescisões contratuais foi feita durante esse período, trazendo os primeiros sinais de uma crise que se agravaria ainda mais meses depois. Com a emergência da operação lava a jato e as denúncias de corrupção envolvendo a Petrobrás, vários contratos que haviam sido assinados e não implementados ficaram suspensos. A entrega de algumas plataformas atrasou e algumas atividades foram parcial ou completamente transferidas para outros países.<sup>65</sup> Pagamentos de vários contratos com fornecedores não foram cumpridos tendo em vista a retenção de recursos pela Petrobras, o que provocou um forte clima de insegurança econômica na região.

As questões envolvendo o trabalho feminino no polo também sempre tiveram uma importante visibilidade na região, uma vez que denúncias de assédio moral surgiam com frequência. Uma parlamentar da região bem como o próprio sindicato dos metalúrgicos desenvolveram ações nesse sentido, constituindo uma comissão para acompanhar os problemas surgidos e desenvolvendo campanhas, no caso do sindicato, sobre os direitos das mulheres. Uma cartilha foi elaborada e distribuída pelos sindicalistas, mostrando a preocupação do movimento sindical com essa questão de gênero.

---

<sup>65</sup> O término da construção da plataforma P-67, de tipo FPSO, foi transferida para a China. O casco dessa plataforma, com um ano de atraso em seu cronograma de construção, saiu no final mês de setembro de 2015 do porto de Rio Grande. Os contratos para a construção de três navios sondas foram suspensos, bem como a construção de módulos e montagem de três plataformas, duas pela QGI e uma pela EBR.

É nesse contexto de fortes transformações do mercado de trabalho local, de intensa mobilidade ocupacional, de instabilidade em relação ao futuro do setor na região e de uma forte presença masculina que se pretende, a seguir, analisar algumas entrevistas realizadas com mulheres que trabalharam ou estavam trabalhando no polo. Trata-se de identificar o modo como elas vivenciam seu trabalho nesse novo setor, identificando suas trajetórias e percepções de suas condições de trabalho e de vida. Trata-se, em última análise, de identificar em que medida essas mulheres se sentem integradas às atividades do mundo profissional, identificando o papel das relações de gênero na constituição da precariedade do trabalho.

A apresentação a seguir, de um conjunto de oito entrevistas, constituem uma primeira abordagem exploratória de um campo de investigação ainda em curso. De fato, elas foram realizadas no marco de outros projetos de pesquisa, de abrangência mais ampla, que pretendiam e pretendem investigar seja a trajetória de trabalhador(a)s no mercado de trabalho regional, independentemente do setor e da sua condição de gênero<sup>66</sup>, seja, mais especificamente, a trajetória de mulheres no mundo do trabalho, tendo em vista a intenção de subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas e de ações afirmativas no que diz respeito aos direitos das mulheres.<sup>67</sup> As mulheres entrevistadas estavam vinculadas a dois estaleiros diferentes. Três dessas entrevistas foram realizadas em 2013, no ápice das atividades do setor, por ocasião de uma visita dos pesquisadores a uma das empresas do polo. Na ocasião, a empresa disponibilizou espaço físico e autorizou algumas mulheres que trabalhavam em atividades administrativas a concederem as entrevistas. As demais foram realizadas fora das empresas, em 2014, com mulheres que trabalhavam na produção e foram selecionadas a partir de contatos pessoais e de novas indicações das próprias entrevistadas. Todas as entrevistas foram gravadas. As entrevistadas foram identificadas por nomes fictícios.

A maioria das entrevistadas eram jovens, com menos de 30 anos, o polo naval representando um novo e promissor espaço de inserção no mundo profissional. Duas delas, apenas, tinham mais de 30 anos. A maioria também era solteira ou casada, mas sem filhos. As mulheres que possuíam filhos, não tinham maiores dificuldades em conciliar suas atividades profissionais com as exigências do trabalho doméstico, seja porque os filhos já estavam crescidos, seja porque dispunham de um membro do grupo familiar para ajudar a dar conta

---

<sup>66</sup> Projeto desenvolvido pelo Observatório Social do Trabalho que é um projeto de ensino, pesquisa e extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política – IFISP da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

<sup>67</sup> Várias dessas entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto “O Trabalho Feminino na Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL): diagnóstico e propostas de ações afirmativas no contexto de um mercado de trabalho emergente”, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Susana Maria Veleza da Silva (Núcleo de Análises Urbanas – NAU da Fundação Universidade de Rio Grande - FURG), com auxílio financeiro da Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012.

dessa tarefa. A maioria era de Rio Grande, uma apenas de fora do Estado e outra de fora da região, mas do Rio Grande do Sul.

Todas as entrevistadas tinham, no mínimo, ensino médio completo, mesmo aquelas que tinham uma trajetória profissional mais precária e que trabalhavam em atividades manuais na produção. As entrevistadas ligadas às atividades administrativas tinham nível superior completo ou estavam cursando o ensino superior. As entrevistadas que trabalhavam na produção tinham realizado cursos técnicos seja para ingressarem no polo seja para alcançarem promoções. Essas atividades de qualificação profissional, em geral curtas, durando algumas semanas ou meses, foram fundamentais em suas trajetórias nas empresas.

Dentre as mulheres que possuíam trajetórias profissionais anteriores, constatou-se que eram, em geral, instáveis e precárias, em alguns casos também descontínuas, alternando período de inatividade, sobretudo em razão da necessidade de cuidar dos filhos pequenos, e períodos de retomada do trabalho remunerado. Em todos os casos, o emprego no polo se apresentou como uma atividade melhor remunerada do que os empregos anteriores, mesmo no caso de uma entrevistada com nível superior e que trabalhava como professora na rede pública estadual. Segundo esta entrevistada, a preferência em trabalhar no polo devia-se tanto à remuneração como às condições de trabalho, pois como professora possuía uma jornada de trabalho mais extensa, levando, frequentemente, trabalho para casa. Exercendo uma atividade de auxiliar administrativa, essa entrevistada tinha sido contratada havia apenas quatro meses, gostava do que fazia e tinha expectativa de crescer profissionalmente em sua empresa. Afirmou, ainda, que pretendia investir na sua formação, fazer um curso de pós-graduação para ter maiores chances de ascensão profissional. Apesar dessa esperança, ela manifestava certa insegurança em relação ao seu emprego, tendo em vista sua percepção de que as atividades do setor se apresentavam um pouco instáveis, organizadas em função do fluxo de projetos específicos (no caso as plataformas, navios sondas ou construção e montagem de módulos). Esta mesma entrevistada afirmava não ter sentido ou percebido nenhum tipo de discriminação em relação às mulheres. Enfim, tratava-se de uma curta trajetória na empresa nutrida pela esperança de que uma carreira pudesse ser estruturada.

Essa mobilidade profissional de outros setores em direção às empresas do polo é frequente entre as entrevistadas. A maioria daquelas que tinham experiências anteriores de emprego vinham de atividades dos setores de comércio e serviços (atendentes, vendedoras, auxiliares administrativas, etc.). Todas afirmaram que os salários pagos no setor naval eram muito mais vantajosos. Uma dessas entrevistadas, vinda de outro Estado, acompanhava o marido e também recebeu uma oportunidade de emprego no polo. Suas experiências anteriores



de trabalho não foram muito significativas, trabalhando em atividades de recrutamento e seleção de pessoas no comércio. Afirmou que era frequente a existência de casais trabalhando no polo e que as empresas estimulavam tal prática. Também trabalhava em uma atividade administrativa auxiliar e gostava do que fazia. Estava na empresa havia dois anos. Com formação superior e tendo feito um curso de pós-graduação em gestão de projetos, também tinha a expectativa de ascender na empresa, vendo no polo um lugar promissor em termos de oportunidades e reconhecimento.

Essas expectativas relatadas anteriormente vinham se concretizando efetivamente no caso de uma outra entrevistada, ainda muito jovem. Ela já tinha recebido algumas oportunidades de ascensão profissional, trabalhando na empresa havia três anos. Tendo ingressado como telefonista, essa jovem recebera promoção duas vezes, exercendo, na ocasião da entrevista, a função de assistente de engenharia. Além de trabalhar, fazia um curso superior e tinha, como as demais entrevistadas, perspectivas de crescimento profissional na empresa. Sua relação com o trabalho, no entanto, não era muito tranquila, pois mantinha uma rotina muito intensa, já tendo identificado, segundo seu relato, sinais de estresse em função das responsabilidades e da carga de trabalho assumidas. Diferentemente dos relatos anteriores, esta jovem tinha uma forte percepção de que as mulheres eram discriminadas, não tinham as mesmas oportunidades que os homens – de que eram preteridas em relação a eles - e de que elas, mulheres, tinham que fazer muito mais esforço para provar sua competência. Reclamava também dos colegas que “desconfiavam” e não reconheciam seu mérito, frequentemente atribuindo sua ascensão a favorecimentos pessoais. Enfim, no caso dessa entrevistada, as oportunidades de crescimento profissionais tiveram como contrapartida o preço do estresse e o risco do adoecimento, além da desconfiança dos colegas. Ela mostrava-se, porém, muito atenta, disposta a lutar pelo seu espaço, acreditando que conseguiria vencer esses obstáculos. Trata-se, pois, de uma trajetória feminina relativamente estável, em ascensão, mas sujeita a tensões específicas vividas pelas mulheres, pois o mundo profissional parece se apresentar como um espaço competitivo e individualista, no qual o reconhecimento vem apenas com muita dificuldade. Para a entrevistada, as mulheres precisam saber lidar com essas dificuldades, precisam “saber se portar” nesse mundo que as desfavorece. Essa parece ser, pois, uma habilidade tipicamente feminina que predispõe essas mulheres a resistirem a esses obstáculos, discriminações e barreiras. Essa parece ser uma “qualidade”, no sentido proposto por Kergoat e Hirata, altamente vantajosa para a empresa que dispõe de trabalhadoras atentas, engajadas e minuciosas na administração das relações pessoais no interior do espaço profissional.

Se, nos relatos anteriores, as experiências profissionais se apresentavam, fundamentalmente, como experiências vividas positivamente, marcadas por expectativas de crescimento e ascensão na empresa, mesmo com as tensões peculiares que sofrem as mulheres em ambientes nos quais o reconhecimento de suas competências não é natural e espontâneo, nem sempre esse tipo de vivência predomina na trajetória das mulheres. Para algumas delas, ter chegado a essas empresas significava já ter atingido o objetivo fundamental que é de ter um emprego relativamente estável e bem remunerado, pelo menos na comparação com os empregos anteriores. Nesse caso, na relação com o trabalho, prevalece a valorização do estatuto da condição salarial, a possibilidade de ter acesso a uma renda estável e a um conjunto de direitos e proteções. Tal condição representa, para boa parte dos trabalhadores inseridos em atividades instáveis e incertas, um crescimento profissional, uma melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Esse era o caso de algumas entrevistadas desta amostra. Uma delas, com mais de 30 anos, separada, morava com os pais, tinha um filho adolescente do qual sua mãe ajudava a cuidar. A entrevistada trabalhava em sua empresa em uma função manual típica do polo, como soldadora, uma atividade árdua, que exigia esforço físico e apresentava muitos riscos. Ela possuía uma trajetória anterior bastante instável, exercendo bicos e atividades diversas como animadora de festas, recepcionista e realizando faxinas. Ingressou no mercado formal havia alguns anos, vindo a trabalhar no comércio. Foi demitida desse emprego e voltou a fazer bicos como faxineira, quando, há cerca de três anos, por indicação do seu ex-marido, então companheiro, foi admitida no polo. No momento da entrevista, ela trabalhava na empresa havia um ano e meio, bem como outros membros da família, além de seu ex-marido. Seu ingresso ocorreu porque havia feito um curso de duas semanas, em uma escola privada, em sua especialidade. Escolheu esse curso porque podia pagá-lo, seus recursos eram limitados. Na empresa, trabalhava em uma equipe de doze pessoas, entre as quais quatro mulheres. O salário atraente era a principal motivação para permanecer no emprego, uma forte motivação, aliás, pois suas condições de trabalho mostravam-se bastante árduas.

Esta entrevistada queixava-se de algumas dores no corpo decorrentes de seu trabalho. Reconhecia que os riscos à saúde eram muitos, tais como artrose, artrite, problemas pulmonares. Segundo ela, um dia, todos terão dores nos braços. As condições de trabalho eram marcadas pelo ruído intenso e por muita poeira. Em sua fala, atribuía principalmente aos trabalhadores a responsabilidade por manter sua saúde e integridade física. Nesse sentido, sua visão era fortemente individualista na vivência desses riscos no ambiente de trabalho. Os trabalhadores deveriam utilizar os Equipamentos de Proteção Individual, monitorar o ambiente e suas

condições de saúde. Caso apresentassem quaisquer sintomas, como problemas respiratórios ou dores deveriam procurar a orientação médica da empresa. Segundo a entrevistada, os trabalhadores deveriam também ter o máximo cuidado com o ambiente de trabalho para não correr o risco de sofrer acidentes. Ao relatar acidentes ocorridos, ela reforçou a ideia de que é o trabalhador o maior responsável por sua segurança, pois, na sua opinião, alguns trabalhadores não se cuidam e citou o caso de um homem que perdeu a visão por não estar usando o EPI. Esse trabalhador, segundo relata, foi transferido de setor. Apesar das dores, a entrevistada afirmava que pretendia continuar trabalhando. Outros casos de riscos à saúde também foram relatados pela entrevistada, como o de uma trabalhadora que apresentava problemas de audição. Apesar desses problemas, ela considerava bom o ambiente de trabalho e as relações com os colegas, um ambiente colaborativo, destacando a solidariedade dos “baianos” em detrimento dos “gaúchos” que, segundo ela, eram menos colaborativos, considerando que se as mulheres querem igualdade, deveriam se virar sozinhas. Na sua opinião, os baianos mostravam-se mais solidários quando as mulheres precisavam realizar serviços mais pesados, o que não ocorria com os gaúchos. Essas classificações dos trabalhadores em termos de origem revelam o peso cultural da dimensão geográfica na construção das representações e práticas dos trabalhadores no processo produtivo. Do mesmo modo, evidencia-se nessa fala a diferenciação dos papéis sexuais e a ideia de “serviço pesado” como um atributo tipicamente masculino.

Esta mesma entrevistada relatou também situações de assédio sexual em seu ambiente de trabalho, sofrido por ela mesma em várias ocasiões. Atribuiu às mulheres a responsabilidade de impor limites a esse tipo de situação. Ela relata que são frequentes os “gracejos ofensivos”, as piadas, bem como os boatos de envolvimento sexual entre colegas. Ela mesma já revidara, segundo afirmou, alguns atos de assédio usando xingamentos. Em outras ocasiões não revidou, fingiu que não ouviu ou que não era com ela. Disse também que é possível fazer denúncias junto à empresa ou à ouvidoria de Petrobras e que já ocorreram casos de demissão de homens por assédio. Ao atribuir às mulheres a responsabilidade de lidar com tais situações, a entrevistada traz à tona, novamente, a questão das habilidades e competências necessárias para trabalhar em ambientes nos quais a presença masculina e uma cultura machista são muito fortes. Esses parecem ser atributos fundamentais para as mulheres que querem trabalhar em ambientes e formas de trabalho tipicamente masculinos. Porém, os casos de demissão e as possibilidades de denúncia revelam um importante contrapeso das relações de gênero no interior desses ambientes.

Outra entrevistada, com mais de 40 anos, quatro filhos, separada, também relatou problemas de assédio na empresa em que trabalhava havia cerca de sete meses em outra

atividade típica do setor naval. Em sua longa, instável e precária trajetória no mercado de trabalho, ela alternou períodos de inatividade com períodos de trabalho remunerado. Suas interrupções decorreram da necessidade de cuidar dos filhos quando ainda pequenos. Por duas ocasiões teve que interromper suas atividades profissionais, ficando longos períodos sem trabalhar. Esta entrevistada teve vários trabalhos diferentes, atuou no comércio por muitos anos, trabalhou em escola infantil e mantinha, em parceria com outros dois sócios, um pequeno empreendimento na área de construção civil. Também foi para o polo porque valorizava muito as condições de remuneração do setor, tendo feito um curso especializado na sua atividade com duração de seis meses.

Sobre o assédio, relata que sofreu violência sexual dentro da empresa e que procurou auxílio, denunciou o fato e não obteve apoio. Acabou sendo demitida e sentiu-se muito injustiçada pelo ocorrido. O assediador teria continuado na empresa.

Outra jovem que também trabalhava na produção, casada, sem filhos, relatou, igualmente, situações frequentes de assédio na empresa. Tais situações, afirmou ela, fez com que a empresa colocasse catracas de acesso exclusivas para as mulheres. Sua maior queixa, no entanto, dizia respeito à dificuldade de reconhecimento de suas competências técnicas, bem como do tratamento ríspido e ofensivo que às vezes recebia de alguns encarregados (assédio moral). Apesar de ter boas relações e de haver cooperação por parte dos colegas, a entrevistada reclamava de certo descrédito em relação ao serviço que fazia, pois tinha sempre que provar sua competência. Ela atribuía isso, em parte, à sua juventude, o que fazia com que seu aprendizado e formação não fossem devidamente reconhecidos.

Todas essas dificuldades, o fato de as mulheres receberem menos oportunidades e de terem que enfrentar a desconfiança e a rispidez de alguns homens, levavam essa entrevistada a afirmar que as mulheres precisavam lidar com todas essas situações, de que elas são mais “jeitosas” em suas relações profissionais. Na sua visão, mesmo quando tem mérito, as mulheres precisam provar sua competência, ao passo que outras mulheres recebem privilégios sem merecimento. Deste modo, sua percepção das relações de gênero, de suas desigualdades, passa pela sua desconfiança em relação às próprias mulheres que usariam recursos ilegítimos para obter melhores posições na atividade profissional.

Esta mesma entrevistada também é um caso interessante de ascensão profissional, particularmente no setor produtivo (operacional, como dizem as trabalhadoras), trabalhando, na ocasião da entrevista, como assistente de qualidade. Com ensino médio completo, também fez curso de desenho técnico durante sua trajetória na empresa, bem como curso de inspeção dimensional de caldeiraria e tubulação em uma escola especializada na certificação de

inspetores. Trabalhando dentro das plataformas, ela estava completando dois anos de experiência nas atividades de inspeção e tinha perspectiva de, em breve, receber uma promoção. Basicamente, seu trabalho era de inspecionar os serviços de montagem dos blocos das plataformas. Apesar de sua ascensão e qualificação para o trabalho, a entrevistada reconhecia que seu trabalho era árduo e reclamava de dores nas pernas, problemas de varizes, por trabalhar muito tempo em pé. Fez referência também ao controle disciplinar, pois trabalhadores que faltavam não tinham, por exemplo, possibilidade de promoção. As mulheres que engravidavam, eram demitidas após a licença maternidade e o período de estabilidade, pois elas não podem trabalhar em certas áreas devido aos riscos inerentes à gravidez. Do mesmo modo, mães que precisam cuidar dos filhos doentes não têm suas faltas abonadas. Na sua percepção, essas são dificuldades enfrentadas pelas mulheres no trabalho.

Enfim, o caso desta entrevistada também reforça a ideia de que as mulheres precisam desenvolver certas habilidades relacionais e mesmo uma considerável tolerância – ou “disciplina” – para enfrentar essas condições relacionais de trabalho tipicamente femininas. As relações de gênero no trabalho assumem, portanto, formas específicas segundo a idade, a qualificação e as condições de trabalho das mulheres, revelando que o controle, a gestão e a integração das mulheres no processo de trabalho se dão segundo uma lógica de gênero não necessariamente explícita nos procedimentos de gestão e na própria percepção das mulheres.

A integração das mulheres nas empresas, nesses casos apresentados, ainda que em proporções bem menores que a dos homens, é um fato evidente, seja uma integração mais periférica, em atividades manuais e rotineiras que não apresentam chances de mobilidade ascendente, seja uma integração mais estável, baseada em oportunidades de qualificação e melhoria salarial. O modo como as mulheres vivenciam essas formas de integração depende largamente de suas experiências anteriores, o que se tentou explorar, ainda que sumariamente, neste trabalho.

## **5. Conclusões**

As observações realizadas até o presente momento, tanto a partir de dados estatísticos como a partir de entrevistas, documentos e contatos diretos com os atores sociais envolvidos, mostram que há uma forte determinação em termos de gênero nas práticas e representações dos atores sociais no mercado local de trabalho.

Primeiramente, vale sublinhar que a implantação do polo naval provocou um importante deslocamento da composição do emprego tanto em termos setoriais como em termos de gênero.

Tal deslocamento provoca um aumento das desigualdades sociais em termos de rendimento dos trabalhadores, na medida em que o setor naval apresenta médias salariais mais elevadas que os demais segmentos econômicos locais. Como se trata de um setor tipicamente masculino, os homens são mais beneficiados e as desigualdades de rendimento entre os sexos persiste durante o período analisado. Tais desigualdades são observáveis igualmente no interior do setor de construção de embarcações, as mulheres recebendo médias salariais mais baixas em todas as categorias ocupacionais, especialmente naquelas que estão no topo da estrutura hierárquica.

Sendo um setor tipicamente masculino, marcado por formas de trabalho que apresentam risco elevado, condições insalubres e perigosas, exigindo força e resistência física, a indústria naval apresenta uma esmagadora maioria de homens (87%, em 2014), mas nem por isso deixa de integrar as mulheres ao processo produtivo. Essa integração obedece fortemente a uma lógica de gênero, na medida em que elas estão mais presentes em categorias ocupacionais administrativas e menos presentes tanto no acesso aos cargos superiores em termos de poder, prestígio e rendimento, como às atividades mais técnicas e manuais no chão de fábrica. Apesar disso, tem havido uma importante preocupação das empresas e das instituições de formação em incorporar as mulheres às atividades do setor, mesmo as mais técnicas ou exigindo atributos manuais e riscos elevados. Tal integração pode ser explicada pela necessidade das empresas de dispor de uma força de trabalho local mais numerosa e disponível. A forte mobilidade de trabalhadores de outros Estados do país mostra a elevada carência de força de trabalho qualificada segundo as especificidades do setor. Neste sentido, as mulheres foram estimuladas a fazerem cursos técnicos para realizarem atividades que normalmente são ocupadas pelos homens. Nesse processo, justificou-se tal estratégia a partir de um argumento tipicamente construído em termos de gênero, evocando-se a habilidade, a minúcia e a qualidade do trabalho feminino para certas atividades típicas do setor. As empresas foram amplamente beneficiadas por tal estratégia que desloca a divisão sexual do trabalho, na medida em que não apenas permite ampliar a força de trabalho disponível (as mulheres também podendo se tornarem reserva de trabalho), mas também alocar as mulheres com mais eficiência, pois elas se mostrariam mais habilidosas que os homens para atividades como de soldadores, e menos onerosas às empresas, pois as mulheres recebem salários mais baixos que os homens.

Em última análise, a integração das mulheres ocorre em condições mais precárias que a dos homens, reproduzindo-se e mesmo aprofundando-se as desigualdades de gênero a partir do mundo do trabalho. Tal processo não impede, porém, que as mulheres também sejam beneficiadas com o aumento de oportunidades ocupacionais mais qualificadas e com níveis salariais mais elevados, tendo em vista que as pressões sociais, exteriores ao mundo

empresarial, mostram-se fortemente presentes em nível local. Tais ambiguidades constituem o coração da dinâmica da acumulação capitalista flexível que se apropria dos atributos em termos de gênero para elevar a rentabilidade econômica. Tal processo mostra-se marcado por fortes tensões, pois a utilização das mulheres no chão de fábrica traz à tona outras dimensões das relações de gênero que se manifestam através das práticas e atitudes culturais machistas, que se manifestam, por exemplo, através do assédio moral e/ou sexual contra as mulheres, e que precisam ser administradas pelas empresas. De fato, a integração das mulheres no mundo do trabalho enfrenta obstáculos que passam não apenas pela discriminação do acesso às atividades mais bem pagas e de maior prestígio, mas pelo enfrentamento da violência moral e sexual, explícita ou implícitas nas relações cotidianas. Mais do que nunca, a apropriação quase que invisível de habilidades relacionais das mulheres no enfrentamento dessas condições de violência parece ter se tornado uma rotina em setores marcados pela massiva presença masculina e pelo predomínio de práticas e representações alicerçadas na virilidade. Mas esta afirmação é ainda uma hipótese que precisa ser mais bem fundamentada com a continuação da pesquisa apresentada neste trabalho.

**PARTE IV – MERCADO DE TRABALHO, TRAJETÓRIAS, IDENTIDADES E  
DESIGUALDADES SOCIAIS**



## CAPÍTULO 10 – A PRIVAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS: O DESEMPREGO EM SUA DINÂMICA BIOGRÁFICA<sup>68</sup>

### 1. Introdução

Nas últimas décadas, o desemprego tem sido um importante tema de investigação nas ciências sociais em geral e, especialmente, na sociologia. Neste sentido, uma sociologia do desemprego consolidou-se como um importante campo de pesquisa. Diferentemente das abordagens tipicamente econômicas, que alicerçam suas análises a partir de dados mais estruturais sobre o mercado de trabalho, a sociologia tem procurado investigar os modos de vida dos desempregados, suas trajetórias ocupacionais, suas experiências no desemprego.<sup>69</sup> Na França, essa subdisciplina já possui um longo itinerário, tendo ganhado impulso nas últimas décadas tendo em vista o forte crescimento desse fenômeno na Europa e no resto do mundo.

Neste trabalho, pretende-se propor algumas pistas para investigar o desemprego no Brasil, tomando como referência as contribuições recentes desse campo disciplinar. Trata-se, na verdade, de tentar pensar em que medida o fenômeno do desemprego é, ao mesmo tempo, constituído e constituinte das desigualdades sociais. Por isso, a perspectiva sociológica aqui adotada toma como ponto de partida uma abordagem relacional, segundo a qual o mundo social é formado por diferentes atores ou sujeitos que ocupam posições assimétricas no espaço social. Essas assimetrias constituem fontes cruciais de lutas e enfrentamentos que engendram a contínua transformação da vida social. Nestes termos, essa abordagem apresenta-se como uma “sociologia das relações sociais.”

Mas esses atores sociais, suas posições, suas lutas e as formas que tomam suas relações não são fatos puramente objetivos. Ao contrário, supõem também atividade simbólica, um conjunto de significados estruturados que moldam as experiências de mundo desses atores ou sujeitos, dando a elas sentido subjetivo, motivação. Uma posição ocupada nas relações sociais

---

<sup>68</sup> Este trabalho, originalmente, foi apresentado no 32º Encontro Anual da ANPOCS, realizado de 27 a 31 de outubro de 2008 em Caxambu-MG, no GT 14 – Desigualdades: Produção e Reprodução (VARGAS, 2008b), nele sendo apresentados alguns resultados de minha tese de doutorado (VARGAS, 2008a).

<sup>69</sup> A esse respeito, ver Demazière (2003; 2006), Guimarães & Hirata (2006).

não se reduz, pois, a um dado objetivo imediato que se apresente como uma evidência. Uma posição é, antes de tudo, uma definição de situação subjetivamente partilhada segundo um sistema de classificação que não é nunca completamente fechado. Ocupar uma posição nas relações sociais pode significar e significa, em geral, construir uma identidade, um modo de se reconhecer e de ser reconhecido por outrem. Ocupar uma posição nas relações sociais significa, pois, construir o mundo de certa maneira, como realidade representada, definida e delimitada em seus contornos, a qual se atribui significados.

Portanto, as desigualdades sociais definem-se, primeiramente, como a distribuição assimétrica de recursos no espaço social. O acesso diferencial, sistemático e padronizado a esses recursos torna-se, mesmo, a base das diferentes posições e lugares nesse espaço. Entende-se por recursos os atributos sociais significativos que organizam o mundo social. Logo, esses recursos não são apenas materiais, econômicos, mas também simbólicos, sedimentando-se em crenças, atitudes, valores, conhecimentos. As assimetrias, hierarquias, as distâncias sociais não se sedimentam apenas através de um poder econômico diferencial, mas também por uma diferenciação simbólica. Essas crenças, atitudes, conhecimentos são igualmente objetos de um sistema de reconhecimento, validação e classificação “oficial” que se torna também objeto de disputa.<sup>70</sup>

Esse mundo social como um mundo essencialmente desigual não se apresenta necessariamente injusto para os próprios atores que o vivem, pois essas desigualdades tornam-se mais ou menos legítimas, isto é, dotadas de princípios de legitimação. Na medida em que essa legitimidade se enfraquece, as desigualdades podem se tornar, elas próprias, objetos de lutas, materiais e simbólicas. É particularmente o que acontece no mundo moderno, sobretudo no que diz respeito aos recursos materiais e econômicos. A distribuição diferencial desses recursos tornou-se o objeto central das lutas sociais, de disputas políticas e ideológicas, na tentativa de definir quais são os melhores regimes políticos e sistemas sociais. A igualdade como valor torna-se uma referência central nas práticas sociais, tomando corpo também no próprio interior das ciências sociais que também constroem, recortam e delimitam seus objetos de investigação a partir da problematização do mundo social em termos de desigualdades.

Vale registrar, ainda, que, do ponto de vista de uma sociologia das relações sociais, o mundo social é formado por múltiplos espaços e relações sociais que se articulam de maneiras diversas na constituição das experiências concretas dos atores sociais, indivíduos ou

---

<sup>70</sup> A esse propósito ver Bourdieu (1999).

coletividades. Essa articulação de relações, a chamada consubstancialidade<sup>71</sup>, exige da análise sociológica o cuidado e a humildade de reconhecer a diversidade e complexidade de determinações da vida social, minimizando, assim, o risco do reducionismo. Ao mesmo tempo, essa noção de consubstancialidade contribui decisivamente na construção de instrumentos heurísticos mais adequados, capazes de revelar que na própria articulação dessas relações sociais, as desigualdades são produzidas, reproduzidas e transformadas.

## **2. Desemprego, privação de trabalho: a delimitação de um fenômeno**

Na tentativa de identificar em que medida o desemprego engendra e é engendrado pelas desigualdades sociais, pretende-se propor inicialmente algumas distinções conceituais.

O desemprego não é um fenômeno recente nas sociedades modernas. Ao contrário, ele tem sido um traço característico dessas sociedades desde o nascimento das relações de produção capitalistas. O desemprego supõe a formação, consolidação e expansão das relações de trabalho assalariadas. Só há desemprego em um sistema de relações de produção marcado pela existência do trabalhador livre<sup>72</sup>, assalariado, que obtém sua subsistência e reprodução material através da venda de sua própria força de trabalho. O desemprego torna-se um fenômeno socialmente relevante apenas na medida em que essas relações de trabalho assalariadas se ampliam e se generalizam para o conjunto da sociedade.

A existência dessas relações sociais de assalariamento não implica, no entanto, que o desemprego se torne, necessariamente, um problema social dotado de reconhecimento e visibilidade pública. Assim sendo, o desemprego pode ser investigado não apenas como uma abstrata privação de trabalho em uma relação social de assalariamento, mas como um modo de reconhecimento e de representação dessa privação por parte dos atores sociais. Logo, o desemprego é, antes de mais nada, uma categoria histórica de conhecimento e reconhecimento da realidade social. É neste sentido que uma sociologia do desemprego em termos de categorização social apresenta uma série de pistas importantes na investigação desse fenômeno. Segundo Demazière (2006), o desemprego não é, pois, um fenômeno puramente objetivo, uma realidade exterior acessível pela observação imparcial. Ele é, ante de mais nada, uma categoria social construída historicamente para definir, delimitar, classificar a situação concreta de

---

<sup>71</sup> Sobre o conceito de consubstancialidade das relações sociais ver Kergoat (2001).

<sup>72</sup> Segundo Marx (1983), a noção de trabalho livre tem dois sentidos fundamentais. O trabalhador é livre porque: a) está despojado dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho, sendo obrigado a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho; b) não é propriedade de um senhor, podendo escolher a quem vender sua força de trabalho, o que o diferencia de um escravo ou servo.

trabalhadores cujas condições ocupacionais são sempre complexas, instáveis e heterogêneas. As classificações consideradas oficiais são aquelas que se cristalizam nas práticas das instituições encarregadas de medir e tratar o fenômeno. No entanto, outras classificações, nativas, levadas a cabo pelos próprios trabalhadores em suas experiências de desemprego, são igualmente construídas, mobilizadas e transformadas na vida social.

As primeiras pesquisas estatísticas destinadas a medir a extensão do fenômeno surgiram historicamente a partir da necessidade de definir estratégias de proteção aos trabalhadores submetidos a uma situação involuntária de privação de trabalho. Definir quem eram esses “trabalhadores privados de emprego” não foi, no entanto, um ato puramente técnico, mas implicou um longo processo social, político e institucional. Essa “invenção do desemprego”<sup>73</sup> foi um dos alvos das reformas sociais iniciadas no final do século XIX na Europa, destinadas a promover a estabilização e a integração dos trabalhadores nas atividades econômicas assalariadas. Assim, para que o reconhecimento do desemprego enquanto problema social emergisse, ocorreu um conjunto de transformações históricas específicas, não apenas econômicas, mas também políticas e culturais.

Por um lado, observou-se uma progressiva extensão das relações de assalariamento para o conjunto da sociedade, acompanhada de uma correspondente redução de outras formas e relações de trabalho. Por outro, houve uma crescente estabilização e valorização do trabalho assalariado, expressa no conjunto de proteções e benefícios materiais e simbólicos a ele associados. Logo, o grau de reconhecimento do desemprego enquanto questão social depende do nível de extensão das relações de assalariamento em uma determinada sociedade, bem como do nível de problematização e conflitualidade existente a respeito das condições de vida da classe trabalhadora e que historicamente se cristalizou nos sistemas de proteção e reconhecimento das relações de trabalho assalariadas.

No Brasil, as transformações no mercado de trabalho sempre foram acompanhadas por uma elevada “precariedade estrutural”, fazendo com que as relações de assalariamento não só não se generalizassem para o conjunto da sociedade, como também se caracterizassem por uma forte instabilidade. A chamada condição salarial moderna<sup>74</sup>, cujas relações de trabalho são marcadas pela continuidade, estabilidade e segurança no emprego, atingiu apenas alguns setores minoritários da classe trabalhadora brasileira. Outras formas e relações de trabalho – autônomas, familiares, cooperativas, domiciliares e domésticas – sempre tiveram um papel

---

<sup>73</sup> Sobre as teorias convencionalistas da invenção do desemprego, ver Salais, Reynaud e Baverez (1986) e Topalov (1994).

<sup>74</sup> Nos termos definidos por Castel (2001) e Topalov (1994).

fundamental na estrutura ocupacional do país. Além disso, as transformações recentes no mundo do trabalho e a reestruturação produtiva acarretaram um fenômeno inédito, o processo de precarização do emprego assalariado regular e estável. É na conjunção desses fatores que a problemática do desemprego emergiu no Brasil nas últimas décadas.

Portanto, o desemprego apresenta-se como um fenômeno complexo, heterogêneo, dificilmente definido, apreendido e dimensionado pelas classificações oficiais, sobretudo aquelas operacionalizadas pelas pesquisas estatísticas. Na perspectiva de uma sociologia do desemprego em termos de categorização, estima-se que a categoria desemprego é, pois, definida e mobilizada a partir de formas distintas de classificação das condições ocupacionais, que levam em consideração diferentes critérios.

As classificações oficiais definem o desemprego como uma situação de privação de trabalho remunerado acompanhada de procura regular e disponibilidade imediata para o trabalho<sup>75</sup>. Essa definição, no entanto, dificilmente se aplica no Brasil de forma unívoca, pois em um mercado de trabalho tão heterogêneo e precário torna-se problemático definir o que é estar “sem trabalho” remunerado, por exemplo, ou ainda, caracterizar adequadamente a “procura de trabalho”. É legítimo considerar um “bico” ou atividade econômica eventual como um trabalho? Alguém que faz um “bico” está trabalhando ou está sem trabalho? A procura de trabalho é definida de que maneira, com que frequência, a partir de que condições?

Por estas razões, a categoria desemprego é ela própria repleta de ambiguidades e incertezas, pois existem modos de categorização do desemprego que se distanciam desse modo oficial e restrito de definir o fenômeno. Se essa definição oficial é construída em torno da “norma do emprego estável” e da correspondente “norma do desemprego”, logo estima-se que outros modos de categorização possam se constituir a partir de outras referências.

É neste sentido que o conceito de privação de trabalho é aqui proposto. Este termo tem aqui um significado geral, designando toda “privação de trabalho remunerado” que implique o desejo ou a necessidade de uma ocupação econômica, motivada por razões materiais ou simbólicas. Este termo é preferível àquele de “desemprego” a fim de distinguir uma forma específica de privação de trabalho, a privação de um emprego assalariado. Porém, vale ressaltar que o uso social do termo desemprego ultrapassa esse sentido específico.

Trata-se, este último, de uma “categoria social” de entendimento da realidade utilizada de maneira ampla e imprecisa, designando formas diversas de privação de trabalho e

---

<sup>75</sup> Segundo os critérios da Organização Internacional do Trabalho – OIT estabelecidos pela 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, realizada em outubro de 1982.

mobilizando critérios também diversos de classificação da condição de atividade econômica dos indivíduos. Nesse sentido, o “desemprego” como categoria social se expressa tanto como uma “categoria oficial”, institucionalmente estabelecida através das pesquisas estatísticas e das políticas públicas de emprego (taxas de desemprego, seguro-desemprego, etc.), quanto uma “categoria nativa”, utilizada pelos atores sociais em suas práticas e representações cotidianas.

Portanto, o termo privação de trabalho, aqui proposto como uma “categoria analítica”, cientificamente construída, pretende distinguir as diferentes “formas” e “experiências” de privação de trabalho no Brasil.

Designam-se por “formas” de trabalho ou de privação de trabalho, os padrões recorrentes de ação dos atores sociais, mais ou menos estruturados no mundo social e objetivamente considerados e definidos pelas categorias analíticas. Designam-se por “experiências” de trabalho ou de privação de trabalho as vivências, percepções e interpretações que os atores sociais têm do mundo em suas trajetórias de vida. Se a privação de trabalho não se restringe a uma privação de emprego, pode-se estimar também que as suas experiências subjetivas não tomem como referência principal apenas o emprego assalariado, mas outras formas de trabalho. Com isso, as ambiguidades da categoria desemprego tornam-se, elas próprias, objetos de interpretação sociológica.

A partir desse quadro de referência inicial, propõem-se a hipótese de que as relações sociais de classe, sexo, geração, entre outras, estão na base da estruturação dessas “formas” e “experiências” de privação de trabalho. A privação de trabalho, portanto, torna-se uma condição social crucial a partir da qual as desigualdades sociais se cristalizam ou se transformam. É o que se pretende demonstrar a seguir.

### **3. A abordagem teórico-metodológica**

Na operacionalização metodológica da investigação das formas e experiências de privação de trabalho no Brasil enquanto mecanismos constituídos e constituintes das desigualdades sociais propõem-se dois recortes principais: um em termos de dinâmica histórica e outro em termos de dinâmicas biográficas. Cada um desses recortes remete a tradições teóricas distintas na história das ciências sociais em seus modos de construir e delimitar o objeto de investigação, permitindo a apreensão do processo de produção das desigualdades sociais sob diferentes perspectivas. O primeiro permite captar, sobretudo, as formas de privação de trabalho, na tentativa de apreendê-las e interpretá-las enquanto produto das relações sociais em sua dimensão macrossocial. O segundo recorte permite analisar as trajetórias e as experiências

ocupacionais dos trabalhadores, na tentativa de apreender as relações sociais em sua dimensão microssocial, enquanto processo de produção nas interações cotidianas.

Em primeiro lugar, apreender o fenômeno em sua **dinâmica histórica** significa identificar as transformações sociais mais gerais que produzem formas diversas de privação de trabalho. Na raiz dessas transformações estão as relações sociais em suas diversas dimensões, de classe, de gênero, de raça e etnia, de geração. Propõe-se a hipótese de que a emergência do desemprego no Brasil ao longo dos anos noventa é o produto de um profundo deslocamento das relações sociais de classe que fragilizam os segmentos mais estáveis da classe trabalhadora, repercutindo sobre os demais segmentos estruturalmente ligados às formas precárias de trabalho.

Em segundo lugar, apreender o fenômeno em suas **dinâmicas biográficas** significa identificar o processo cotidiano de produção das relações sociais pelos atores individuais, tomando como base suas práticas e representações em relação ao mundo do trabalho. As análises propostas neste artigo foram construídas a partir da análise de trajetórias e experiências de trabalhadores no mercado de trabalho, com base na realização de entrevistas biográficas.<sup>76</sup> Propõe-se a hipótese de que os recursos materiais e simbólicos que dispõem os indivíduos os implicam em diferentes relações subjetivas com o trabalho e com a privação de trabalho, isto é, em diferentes níveis de mobilização em suas buscas por novos empregos, trabalhos e/ou outras atividades sociais e em diferentes graus de sofrimento na vivência da privação de trabalho.

Logo, a privação de trabalho e o desemprego não implicam apenas uma dimensão estrutural relevante na produção das desigualdades sociais. Implicam também uma dimensão subjetiva crucial que afeta a experiência e o modo como esses indivíduos levam adiante suas condutas no cotidiano. As relações sociais estruturam tanto as transformações históricas mais amplas como a dinâmica biográfica e as interações cotidianas. É esta dinâmica biográfica que será abordada a seguir.

#### **4. A privação de trabalho nas dinâmicas biográficas**

Do ponto de vista da dinâmica biográfica, observou-se que tanto a posição dos indivíduos no espaço econômico e seus respectivos perfis em termos de formação socioprofissional como a posição desses indivíduos no espaço familiar e doméstico contribuem decisivamente para estruturar as formas e experiências de trabalho e de privação de trabalho.

---

<sup>76</sup> A esse propósito, ver Vargas (2006 e 2008); Guimarães (2004); Demazière, Guimarães e Sugita (2009) e Guimarães e Hirata (2006).

Portanto, as relações sociais de gênero, de classe, de geração, de etnia/cor, constituem a privação de trabalho, modelando suas formas sociais e condicionando o conteúdo de suas experiências.

Ao analisarem-se as trajetórias ocupacionais dos indivíduos entrevistados<sup>77</sup>, pôde-se identificar, em um primeiro momento, suas práticas recorrentes no espaço econômico e algumas determinações decorrentes dos recursos materiais e simbólicos por eles disponíveis e mobilizados. A partir da delimitação de dois grupos distintos de trajetórias, aquelas dos trabalhadores em situação de precariedade social e aquelas dos trabalhadores não precários, identificaram-se diversas formas de privação de trabalho. A identificação dessas formas e dos padrões recorrentes de conduta dos trabalhadores em suas trajetórias ocupacionais contribuiu, assim, decisivamente, para reconstituir e compreender as experiências de privação de trabalho e seus respectivos modos de categorização.

Dentre os trabalhadores em situação de precariedade social, apresentando recursos materiais e simbólicos mais limitados no enfrentamento do mercado de trabalho - baixos níveis de formação socioprofissional e, em geral, elevada instabilidade ocupacional - observou-se que em seguida a uma inserção precoce na atividade econômica e à experiência também precoce da privação de trabalho (desemprego precoce), fluida e pouco visível socialmente, seguem-se formas cíclicas e recorrentes de privação de trabalho (desemprego cíclico), coerentes com um padrão instável de integração desses indivíduos no trabalho remunerado. Esse desemprego cíclico pode se caracterizar tanto pela mudança sucessiva de empregos (alta rotatividade) como pela alternância entre formas de trabalho assalariadas e não assalariadas. Com a crise econômica e com a intensificação das condições de seletividade no mercado de trabalho nos anos noventa, parcelas significativas desses trabalhadores passaram a sofrer mais intensamente desse desemprego cíclico, aumentando a duração da privação de trabalho e o recurso às formas de trabalho não assalariadas. Em muitos casos, sobretudo em decorrência de fatores geracionais (idade), os trabalhadores viram-se completamente excluídos do mercado de emprego formal, experimentando formas duráveis e crônicas de privação de trabalho (desemprego crônico), marcadas por um processo de migração definitiva em direção às formas não assalariadas e mais precárias de trabalho.

Uma nítida divisão sexual do trabalho também é observável nesse processo, estando os homens frequentemente vinculados aos trabalhos de reparação e manutenção na construção

---

<sup>77</sup> Foi realizado um total de 54 entrevistas em Pelotas e Porto Alegre, no final dos anos noventa, de tal forma que o perfil dos entrevistados fosse o mais heterogêneo possível em termos de sexo, idade, escolaridade, formação profissional, condição familiar e matrimonial. Mais detalhes a esse propósito, ver Vargas (2008).



civil e nos serviços aos domicílios e, as mulheres, ao trabalho e serviços domésticos e de cuidados às pessoas. Estas características se fazem presentes tanto no mercado de trabalho formal, no emprego assalariado, como nas formas de trabalho não assalariadas. As mulheres combinam ainda em suas trajetórias a instabilidade com a descontinuidade ocupacional, caracterizada pela interrupção do trabalho remunerado durante curtos períodos, sobretudo quando do final da gravidez e do nascimento dos filhos ou quando estes ainda são bebês. Fortemente afetadas pela responsabilidade de cuidar ou providenciar o cuidado de seus filhos, essas mulheres mantêm formas de trabalho muito próximas do universo doméstico, seja pela natureza da atividade, seja pela proximidade física. Em muitos casos, essas mulheres trabalham no próprio domicílio, realizando atividades de costura ou de preparo de alimentos para serem vendidos. A continuidade entre trabalho doméstico e trabalho remunerado é importante nas experiências dessas mulheres marcadas por uma forte precariedade social.

Em geral, os trabalhadores deste grupo apresentam uma relação de tipo mais instrumental com o trabalho, sobretudo as mulheres e os jovens. A precariedade das condições de trabalho, a rotatividade no emprego, os baixos salários estão na raiz de tal relação subjetiva com o trabalho. Tanto entre os homens como entre as mulheres são primordialmente evocadas as restrições e pressões materiais imediatas na definição das experiências de privação de trabalho. Muito frequentemente, as narrativas giram em torno dos dilemas da pobreza e de suas privações. A “necessidade” de ter um trabalho remunerado apresenta-se fundamentalmente como o caminho para suprir tais carências econômicas. Essas carências e essa necessidade de trabalho e, portanto, essa privação de trabalho não tem fronteiras muito precisas, pois ao associar-se principalmente ao rendimento, ela oscila e manifesta-se fluida na trajetória dos indivíduos. A pobreza, a precariedade social e a instabilidade ocupacional fazem com que as experiências de privação de trabalho e os modos de categorização mobilizados pelos indivíduos estejam fortemente referidos a esse fator, o rendimento.

Entre os homens, observa-se, porém, com frequência, uma relação com o trabalho permeada pela noção de “ofício” e de certa “competência profissional”. Entre vários entrevistados do sexo masculino, as narrativas das entrevistas se organizam prioritariamente a partir das preocupações com o trabalho como “ofício”, de um lado, e do trabalho como meio para prover as necessidades do grupo familiar, de outro. O adequado cumprimento do papel de “provedor” tem um peso fundamental na estruturação da relação subjetiva que esses homens têm com o seu trabalho.

Tais observações autorizam afirmar que, neste segmento da população, a identidade masculina está muito mais profundamente estruturada do que a feminina em torno da condição

de “trabalhador” e de “provedor”. Especialmente entre estes segmentos mais empobrecidos e vulneráveis da população, ser homem é, em grande medida, ter um trabalho e poder prover seu grupo familiar, de forma principal ou secundária, segundo a posição que nele se ocupa. Logo, a experiência da privação de trabalho é também a vivência da dificuldade ou impossibilidade de cumprir adequadamente essa função ou de assegurar essa definição de si mesmo como trabalhador. Tal fato gera um enorme sofrimento entre esses homens.

Entre os jovens, esse apelo de contribuir para o provimento do grupo familiar já está presente desde muito cedo, o que gera neles, sobretudo em períodos de crise e penúria de emprego, uma situação de forte desalento pessoal e ausência de perspectivas ocupacionais. Sem recursos significativos, esses jovens vivem suas situações de privação de trabalho sem um conjunto de referências precisas, sem um projeto profissional, sem a perspectiva de ter um emprego estável, o que os implica em experiências vagas e incertas em relação às suas condições ocupacionais e de vida. É nesse quadro de precariedade ocupacional que esses indivíduos vão sedimentando outros padrões de inserção no mundo do trabalho, geralmente pautados pela tentativa de dar respostas imediatas às pressões econômicas. A inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho já é, em grande medida, a estruturação desse padrão instável. O fato de não serem os provedores principais de seus grupos familiares faz com que esses jovens tenham experiências de privação de trabalho menos marcantes subjetivamente, na medida em que a sobrevivência do grupo familiar não é colocada em jogo, como ocorre entre os provedores principais.

Entre as mulheres se observa ainda mais nitidamente uma relação instrumental com o trabalho remunerado, ainda que o trabalho seja frequentemente evocado também como um fator importante de autonomia e independência pessoal. Para essas mulheres, o trabalho remete a um universo próprio de sociabilidade e de relações, para além do espaço privado e doméstico. As necessidades econômicas apresentam-se quase sempre, porém, como os fatores mais decisivos nessas experiências.

Mesmo que as mulheres sejam mais afetadas por um padrão precário e instável de integração no trabalho remunerado, a atividade feminina é muito importante no provimento das necessidades dos grupos familiares. Seus mais baixos níveis de remuneração média, conforme demonstram os dados estatísticos, constituem um importante indicador das ambiguidades que afetam essas mulheres. Submetidas a dois tipos de pressões em sentidos contrários, as mulheres são tanto impelidas a saírem para o trabalho remunerado para ajudar na composição do orçamento doméstico como são impelidas a permanecerem no espaço doméstico quando precisam administrar as responsabilidades referentes à maternidade. A combinação desses

movimentos com uma situação economicamente precária acaba produzindo uma experiência muito peculiar de vida e de trabalho. Estas mulheres ficam literalmente divididas, objetiva e subjetivamente, entre o espaço econômico e o espaço doméstico.

As experiências de privação de trabalho dessas mulheres são vividas, pois, em uma forte proximidade com a esfera doméstica. As relações de gênero articulam-se de forma peculiar com as relações de classe, pois as mulheres deste grupo transitam muito mais frequentemente que as mulheres não precárias entre esses dois espaços sociais. Suas experiências de privação de trabalho são, por isso, em geral invisíveis objetiva e subjetivamente. A referência a esses diversos estatutos é normal nas experiências de vida dessas mulheres que são donas de casa, mães, trabalhadoras, tudo ao mesmo tempo. Nas narrativas femininas, essas referências ao espaço doméstico e, sobretudo, aos filhos são muito recorrentes.

Na medida em que a atividade remunerada dessas mulheres se torna cada vez mais importante para seus grupos familiares, visto que as pressões materiais tornam indispensável sua contribuição para o orçamento doméstico, observa-se um padrão de inserção das mesmas no mundo do trabalho remunerado muito próximo do masculino.

Vale registrar ainda que dentre esses trabalhadores mais precários socialmente, é muito frequente o sonho e o desejo tanto de estudar para poder conseguir um emprego melhor, como de ter um negócio próprio, autônomo, e não precisar depender de um emprego ou ter um “patrão”. Neste sentido, é frequente também a rejeição ao emprego assalariado, que representa, para muitos desses trabalhadores, uma situação de submissão e restrição da liberdade.

Por todas essas razões, os modos de categorização da privação de trabalho desses trabalhadores são construídos e relacionados a múltiplas referências, ao emprego assalariado estável, em alguns casos, ao trabalho autônomo, em outros, às formas de trabalho “domiciliares ou domésticas”, principalmente para as mulheres, e ao próprio trabalho doméstico. A referência ao rendimento e à sua privação estrutura de forma central as experiências desses indivíduos. Na medida em que o trabalho não é uma referência segura e certa e não se constitui em um valor em si mesmo (pelas suas qualidades intrínsecas, pelas habilidades e qualificações que implica, pelos vínculos que estabelece, pelo status que produz), devido à instabilidade ocupacional, o elemento de referência que organiza a relação desses indivíduos com suas atividades ocupacionais concentra-se em torno do problema da obtenção do rendimento, também marcado pela instabilidade e oscilação. Nestes termos, a privação de trabalho e a privação de rendimento se confundem.

A privação de trabalho e as oscilações da atividade remunerada tornam-se, nestes casos, a própria “rotina” de vida e trabalho desses indivíduos. Essa privação, fluida e indeterminada em seus limites, não encontra necessariamente meios específicos de expressão, uma linguagem peculiar, um conjunto de significantes precisos. A própria categoria desemprego não é frequentemente mobilizada para expressar tal condição de privação de trabalho. É por isto que muitos desses trabalhadores não falam de desemprego, não mobilizam essa categoria social particular. Eles falam, antes de tudo, das necessidades ressentidas, das carências que vivem, das restrições a que estão submetidos. Por isso, a privação de trabalho só começa a ganhar meios específicos e nítidos de expressão a partir dos momentos mais agudos de privação de trabalho e de rendimento, nas crises econômicas mais prolongadas.

Do mesmo modo, observa-se que as formas e experiências de privação de trabalho não são constituídas apenas pelas relações entre os atores sociais no espaço econômico ou profissional. As referências mobilizadas pelos diversos atores sociais para categorizar as situações de privação de trabalho estão também diretamente relacionadas com a posição e a relação entre os indivíduos em outros espaços sociais. Deste modo, o grau de proximidade ou afastamento em relação à posição e condição de provedor do grupo familiar constitui-se em um fator decisivo no modo de categorização das formas e experiências de privação de trabalho.

Ser ou deixar de ser um provedor ou ainda prover de forma principal ou secundária o grupo familiar pode ser um critério decisivo para definir ou não um indivíduo como um “desempregado”. A condição ou não de provedor condiciona o estatuto de “trabalhador” e, portanto, sua definição ou não como “desempregado”. Como o indivíduo, em sua experiência no mundo social, é constituído por um conjunto de estatutos diferenciados que se cruzam e que se hierarquizam entre si, a definição do “estatuto central de referência” depende do modo como o indivíduo se posiciona, se identifica e é identificado, nas diversas relações sociais. Se ser um “desempregado” é, antes de tudo, ser reconhecido e reconhecer-se como trabalhador, esse reconhecimento pode variar em graus diferenciados e, nem por isso, menos pertinentes. Assim, pode-se ser “mais” ou “menos” desempregado, isto é, mais ou menos reconhecido “por si mesmo” e “por outrem” como um trabalhador que está privado de trabalho ou emprego segundo o modo pelo qual se reconhece e se identifica nos indivíduos esses diferentes “estatutos”. Essa privação, portanto, será considerada mais ou menos legítima, mais ou menos reconhecida, por si mesmo ou por outrem, de acordo com o modo de constituição dessas relações na vida social em geral e na experiência biográfica de um indivíduo em particular. Assim, um chefe de família é mais frequentemente reconhecido como um desempregado do que um não chefe, um jovem, por exemplo, ou uma mulher. As diversas relações sociais nas quais o indivíduo está inserido

constituem de maneira complexa seu “estatuto social”, sua condição no mundo social, implicando-o mais ou menos intensamente no trabalho remunerado ou em outras atividades sociais.

As relações sociais e os estatutos não diretamente decorrentes das atividades e do espaço econômico, que definem os indivíduos de modos diversos (como “provedores, não provedores”, “chefes de família, não chefes”, “donas de casa<sup>78</sup>”, “pais, mães, filhos”, “estudantes, aprendizes”, etc.), contribuem, deste modo, para redefinir esse “estatuto econômico” e a própria noção de “privação de trabalho”. Nestes termos, a experiência, individual ou coletiva, é complexamente determinada por um conjunto de relações que se articulam e se hierarquizam nos espaços sociais concretos. As classificações em termos estritamente econômicos, nas quais os indivíduos são definidos como trabalhadores (ativos) ou não trabalhadores (inativos), como empregados ou ocupados (ativos ocupados) ou desempregados (ativos não ocupados), são modos de categorização e sistemas de classificação abstratos. Na atividade social concreta, o processo de categorização e as classificações reais realizadas pelos atores sociais se apoiam, em graus diferenciados, em um conjunto complexo de relações e estatutos sociais disponíveis. O próprio recurso a esses estatutos diversos e aos seus respectivos critérios de classificação não ocorre aleatoriamente, mas segundo a dinâmica das relações sociais em um determinado contexto histórico e biográfico.

O modo oficial de categorização da privação de trabalho, do “desemprego”, ao definir e reduzir a condição individual a partir de um espaço social específico, o espaço econômico, o faz também a partir de certa estimativa de configuração desse mesmo espaço, supondo, por exemplo, a referência prioritária ao “emprego estável” como forma típica de ocupação. Esse modo oficial de categorização não é apenas abstrato e reducionista. Ele não cumpre apenas uma função classificatória, de conhecimento e reconhecimento da realidade social. Ele tem também um caráter normativo, pois o conhecimento e as classificações que ele veicula são generalizadoras, pretendem enquadrar o conjunto dos atores sociais, regulando suas condutas individuais e orientando as instituições públicas em suas políticas e ações concretas. É essa função regulatória e sua pretensão generalizadora e unificadora que dá a esse modo de categorização seu caráter “oficial”. É preciso, pois, insistir que esse modo de categorização unifica o que é diverso, constitui em uma “totalidade” o que é construído a partir de certo ponto de vista sócio-histórico-político-institucional que se cristaliza e se estabiliza nas categorias

---

<sup>78</sup> Expressão que se apresenta “naturalmente” no feminino, sem equivalência no masculino e que, por isso mesmo, cristaliza, em nível da linguagem, as relações de gênero social e historicamente construídas.

estatísticas (população ativa, população inativa, população ocupada, população desempregada, etc.).

Entre os trabalhadores que apresentam trajetórias não precárias socialmente, dotados de melhores recursos materiais e simbólicos e caracterizados, sobretudo, por níveis mais elevados de formação socioprofissional, a privação de trabalho assume uma configuração específica em suas formas sociais e nas experiências individuais.

Também entre estes trabalhadores, observaram-se níveis consideráveis de instabilidade ocupacional, muitas trajetórias apresentando uma forte rotatividade no emprego. No entanto, constatou-se com frequência a existência de uma privação voluntária de trabalho, o “desemprego voluntário”, um traço comum a um grande número de trajetórias ocupacionais. Este desemprego voluntário também está presente entre os trabalhadores socialmente mais precários. Mas é no interior deste grupo mais favorecido socialmente que este tipo de desemprego aparece em suas características mais salientes. Na busca de melhores condições ocupacionais e salariais – em suas trajetórias, em geral, ascendentes – muitos trabalhadores pedem demissão de seus empregos ou negociam uma demissão supostamente involuntária a fim de receberem as indenizações trabalhistas, passando por períodos mais ou menos significativos de privação de emprego. Frequentemente motivados por suas formações e expectativas profissionais, estes indivíduos estimam poder melhorar suas perspectivas futuras no mercado de trabalho. De fato, tais práticas colocam em xeque a qualidade das ocupações e postos de trabalho nos quais estes indivíduos estavam inseridos. A recorrência desse tipo de prática revela que essa “qualidade” é um fator decisivo na estruturação da conduta dos indivíduos, sobretudo aqueles que apresentam níveis mais elevados de formação socioprofissional e maiores expectativas em relação aos seus empregos. O desemprego voluntário, neste caso, constitui-se em uma clara estratégia de resistência dos trabalhadores às sofríveis condições ocupacionais por eles encontradas. Logo, a rotatividade no emprego não é apenas o resultado da iniciativa dos empregadores que procurariam evitar custos futuros na demissão dos trabalhadores. Ela seria o produto também da iniciativa dos próprios trabalhadores. Obviamente, tais práticas são favorecidas em conjunturas econômicas de crescimento e restringidas em conjunturas de crise. Observou-se que muitos trabalhadores, ao recorrerem a este tipo de prática, acabaram experimentando períodos prolongados de privação de trabalho. Na ocasião da demissão, estes trabalhadores não tinham uma avaliação “realista” das mudanças que estavam ocorrendo no mercado de trabalho durante a década de noventa, tendo sido surpreendidos por uma situação inusitada de privação de trabalho.

A instabilidade ocupacional observada em algumas trajetórias revela que esses trabalhadores não precários também conheciam ou conheceram formas cíclicas de privação de trabalho. Em geral, porém, esse “desemprego cíclico” é menos frequente neste grupo. Além do recurso a um desemprego voluntário, dada a perspectiva de melhorar e ascender profissionalmente, observa-se também entre estes trabalhadores uma maior disponibilidade de recursos, econômicos e profissionais, destinados não apenas para enfrentar o período de privação de trabalho como também para obter um novo emprego. Em geral, estes trabalhadores são dotados de um maior nível de “empregabilidade”, dadas as características atuais do mercado de trabalho.

No entanto, ao longo dos anos noventa, a instabilidade ocupacional vai adquirindo novas características. Ela não expressa apenas certo nível de rotatividade no emprego também presente entre esses trabalhadores mais escolarizados e qualificados. Ela passa a ser a expressão de um novo processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho, dos vínculos contratuais, no contexto de emergência de um novo marco regulatório. Em uma conjuntura de crise econômica, essas mudanças geraram novas formas de instabilidade e insegurança para alguns trabalhadores que viveram novas formas de privação de trabalho marcadas pela oscilação do trabalho e pela precarização de suas condições de remuneração. O resultado desse quadro é uma privação parcial de trabalho ou emprego, um “desemprego parcial”, frequentemente vivido em um processo de precarização das condições de vida. Esse desemprego parcial, incerto, fluido, marcado por referências diversas, tanto ao emprego estável como ao trabalho autônomo, constitui um caso limite de um processo mais recente e peculiar de dissolução institucional das fronteiras do desemprego.

Estas novas formas e relações de trabalho não são mais aquelas que remetem à informalidade, às atividades situadas às margens do trabalho assalariado formal e protegido, como sempre aconteceu com os trabalhadores socialmente precários. Estas novas formas de trabalho estão diretamente vinculadas às novas formas institucionais reconhecidas e oficiais; elas representam uma profunda reconfiguração do cenário econômico e das relações de trabalho. Esse “novo desemprego” está repleto de ambiguidades típicas de um contexto social marcado por profundas transformações dos “modelos” sociais e institucionais que regem as relações de trabalho.

Entre alguns trabalhadores que recorrem a formas autônomas de trabalho ou à constituição de pequenos negócios, também se observaram as ambiguidades da privação de trabalho no Brasil. Algumas dessas experiências continuam claramente orientadas em torno da norma do emprego. Outras, porém, afastam-se desta, emergindo um tipo de privação de trabalho

difícil de caracterizar, pois a atividade econômica dos indivíduos nela implicados aproxima-se mais da figura do “empresário”, do “empreendedor”, do que do “trabalhador”. Onde começa e onde termina a “privação de trabalho” neste caso? Esse empresário ou empreendedor não está à procura de trabalho ou emprego, ele está envolvido com seu “negócio”, com a organização de seu empreendimento, com o seu planejamento, com a sua gestão. Se o negócio ainda não está em funcionamento, ele prepara, planeja, organiza. Se o negócio já está em funcionamento, ele administra, faz a gestão. A obtenção de um rendimento desse negócio pode ser um critério para avaliar a privação de trabalho, mas não se trata de um critério suficiente ou mesmo preciso. Na verdade, a privação de trabalho pode se manifestar tanto como privação de rendimento, como privação de atividade. Em qualquer situação, o indivíduo não consegue obter de sua atividade, de seu trabalho como empreendedor, condições satisfatórias. Esta forma de privação de trabalho também supõe certa dissolução do desemprego, pois os critérios oficiais não são claramente aplicáveis nestes casos. Trata-se de uma privação de trabalho que resta em grande parte invisível oficialmente.

Observável, sobretudo, entre as mulheres, mas também entre os jovens e os trabalhadores mais idosos, pôde-se identificar ainda um “desemprego periférico”, também relacionado com o processo de instabilidade ocupacional, mas que é aqui assim definido levando em consideração um critério de classificação exterior ao espaço econômico: a condição de não provedor ou de provedor secundário. Desta maneira, esse desemprego periférico manifesta-se como uma privação de trabalho mais rotineira, menos ressentida objetiva e subjetivamente, dado que o trabalho não ocupa um lugar tão central na experiência de vida dos indivíduos nele implicados. Esse desemprego periférico é, de certa forma, o resultado de um processo de inserção e experiência periférica do próprio trabalho remunerado. A instabilidade e precariedade do trabalho entre esses trabalhadores não vulneráveis socialmente, sobretudo no caso das mulheres, favorecem uma relação mais intensa, objetiva e subjetivamente, a outras atividades ou estatutos, como é o caso das “donas de casa” e das “mães”, ou ainda dos “jovens” em seus “estudos”. Nos casos em que esses indivíduos podem contar com a presença de um provedor principal no grupo familiar, em geral um homem recebendo salários razoáveis, essa condição periférica torna-se ainda mais sedimentada.

Logo, diferentemente do que acontece com os trabalhadores mais precários socialmente, uma distância muito expressiva entre os padrões de inserção masculinos e femininos no mercado de trabalho, com fortes diferenças em termos de qualidade das ocupações e das condições de remuneração, pode levar a uma acentuada desigualdade de gênero, à sedimentação



dessas formas periféricas de trabalho e de privação de trabalho e à estabilização de um padrão tradicional de divisão sexual do trabalho.

É neste contexto que os jovens mais favorecidos socialmente vivem um “desemprego de inserção”, muitas vezes marcado por um prolongamento contínuo do processo de formação profissional. Esse investimento em formação, esse prolongamento dos estudos é, antes de tudo, o produto de um mercado de trabalho saturado, competitivo e carente de boas oportunidades de emprego. Com muita frequência, as oportunidades que existem são instáveis e provisórias, colocando esses indivíduos, mais uma vez, em um jogo de referências ambíguas que oscilam entre o emprego estável e o investimento em formação, passando pelas formas instáveis, temporárias e provisórias de trabalho. É no curso das próprias transformações sociais que se saberá se essas novas formas de trabalho se tornarão rotineiras (em sua instabilidade), tornando-se a referência principal para os indivíduos em suas inserções no mundo profissional. Se este for o caso, a própria noção de desemprego passará a deixar de fazer sentido, dissolvendo-se, desintegrando-se. Neste caso, a norma ou a referência ao emprego estável terá definitivamente sucumbido.

No sentido contrário às formas acima relatadas, observou-se também um tipo clássico de privação de trabalho, experimentado, sobretudo, pelos trabalhadores que apresentam trajetórias mais estáveis e fortes vínculos com seus trabalhos e com suas empresas. Este “desemprego clássico” é construído em torno do emprego estável como referência central, supondo ainda uma forte relação com o trabalho como “ofício” e uma forte integração do indivíduo no espaço profissional e na empresa. Normalmente, os limites e fronteiras dessa privação de trabalho são objetiva e subjetivamente nítidos e claramente definidos, implicando os indivíduos em experiências marcadas por um considerável sofrimento pessoal. A experiência desse tipo de desemprego não é uma prerrogativa masculina, como suporia certa representação tradicional do trabalho e do desemprego. As mulheres também estão cada vez mais implicadas neste desemprego clássico, o que expressa as profundas transformações pelas quais vêm passando o trabalho e o espaço profissional.

Neste grupo não precário de entrevistados, observou-se uma divisão sexual do trabalho menos nítida no espaço profissional. Porém, a divisão sexual do trabalho doméstico mostrou-se recorrente, as mulheres assumindo prioritariamente o trabalho e as responsabilidades domésticas. Em alguns poucos casos, observou-se uma participação mais ativa dos homens. Em geral, ou os homens não participam da partilha do trabalho doméstico ou, quando participam, apenas “ajudam” em algumas tarefas. Neste último caso, mesmo que essa ajuda represente uma mudança importante nos padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho, a participação

masculina mostra-se ainda periférica. Tal fato tem importantes repercussões sobre a inserção dos indivíduos na atividade econômica remunerada, interferindo tanto objetivamente na disponibilidade de tempo para distribuir entre as diversas atividades como na construção da identidade e subjetividade individual.

Nestes termos, as qualidades específicas construídas em torno do mundo doméstico, o cuidar, o educar, por exemplo, tornam-se periféricos na constituição da identidade e subjetividade masculinas.

Portanto, o trabalho doméstico afeta diretamente a participação das mulheres no trabalho remunerado e nas situações de privação de trabalho. Observou-se que muitas delas apresentam trajetórias nitidamente marcadas pela descontinuidade, sendo sempre evocada a necessidade de dar conta das responsabilidades domésticas. Aliás, estas interrupções são mais frequentes e mais longas entre as mulheres mais favorecidas socialmente. Tal fenômeno deve-se ao fato de que estas mulheres, gozando de condições econômicas mais favoráveis e estáveis, preferem muitas vezes investirem-se prioritariamente no espaço doméstico, tendo em vista as condições instáveis e precárias de ocupação a que estão sujeitas. Portanto, a precariedade do trabalho remunerado produz o efeito de reforçar a divisão sexual tradicional do trabalho.

A maior parte das mulheres entrevistadas, porém, encontram alternativas para dar conta das responsabilidades domésticas. As entrevistadas foram quase sempre taxativas em afirmar que estas responsabilidades domésticas não as impedem de trabalhar. Porém, a gestão desse problema está quase sempre sob o seu encargo. Assim, ou elas próprias realizam boa parte das tarefas domésticas fora do horário do trabalho remunerado, o que implica a clássica dupla jornada de trabalho, ou elas transferem essas atividades para outras mulheres, mediante pagamento ou não desses serviços. O recurso às empregadas domésticas e às faxineiras é frequente entre as mulheres mais favorecidas socialmente, assim como a utilização de creches e escola privadas.

Por todas essas razões, as responsabilidades domésticas não chegam a prejudicar a disponibilidade dessas mulheres para a procura de emprego durante os períodos de privação de trabalho. No entanto, a privação de trabalho implica, em geral, um acréscimo de trabalho doméstico. O espaço e o trabalho domésticos constituem-se, naturalmente, como situações regulares e legítimas às quais as mulheres estão vinculadas enquanto mães, esposas e donas de casa. Tal fato tem importantes implicações subjetivas nas experiências de privação de trabalho.

Neste grupo de entrevistados, caracterizados por condições sociais mais favoráveis, observou-se uma maior complexidade na relação subjetiva que os indivíduos estabelecem com

o seu trabalho. Ainda que seja frequente uma relação de tipo mais instrumental, novas dimensões subjetivas são observadas neste grupo. Tal fato tem importantes repercussões sobre as experiências de privação de trabalho.

Muitos entrevistados, homens ou mulheres, mantêm uma forte relação ao trabalho como ofício, o que em geral os implica tanto em um forte investimento em formação profissional como também um forte investimento em suas carreiras profissionais. Aliado a isso, trajetórias mais longas e estáveis em uma mesma empresa criam as condições objetivas e subjetivas ideais de uma forte relação com o trabalho. Normalmente, estão contidas ainda nesta relação outras dimensões significativas, como a segurança econômica, o reconhecimento profissional e a existência de laços e vínculos pessoais. Logo, as experiências de privação de trabalho são marcadas por rupturas muito fortes e traumáticas, sobretudo quando a chegada do desemprego é inesperada. Um forte sofrimento pessoal é muito frequente entre esses indivíduos, pois nele expressa-se esse conjunto de dimensões e significados associados às suas experiências de trabalho. Em geral, as narrativas desses entrevistados giram muito intensamente em torno do universo profissional, das atividades e qualificações no trabalho, das relações com os colegas e com a empresa, do mesmo modo que as narrativas das experiências de privação de trabalho giram em torno ou da procura de emprego, das buscas e tentativas de reencontrar um lugar no mercado de trabalho, ou de um processo de reciclagem profissional, de reinvestimento em formação. Estes indivíduos orientam quase sempre suas práticas em torno da norma do emprego estável, o que faz com que suas definições das condições de privação de trabalho sejam muito claras e precisas. Mesmo afastados da procura de emprego, seja realizando atividades de formação, seja realizando outras atividades remuneradas, muitos desses indivíduos continuam se definindo claramente como “desempregados”.

Esses indivíduos também mobilizam mais frequentemente a própria categoria “desemprego” para expressar suas condições de privação de trabalho, ainda que esta condição social de “desempregado” não implique esses indivíduos em um estatuto específico, reconhecido socialmente como legítimo. Logo, ser um desempregado, para muitos desses indivíduos, não é algo do qual se possa sentir orgulho, mobilizar recursos, assegurar direitos. O desemprego é institucionalmente frágil no Brasil. Os trabalhadores brasileiros enfrentam a privação de emprego de maneira muito individualizada. Para alguns, trata-se mesmo de um rótulo que é melhor evitar. Neste caso, ser um desempregado é, de fato, um pouco vergonhoso. Sobretudo para alguns homens, essa experiência do desemprego como vergonha só pode resultar em tentativas de se manter ocupado, trabalhando, mesmo que essas ocupações sejam bicos e atividades provisórias. O desemprego é aqui representado como um signo de

inferioridade social, de fracasso pessoal e expressa a ausência e a fragilidade de referências sociais e institucionais positivas em torno da procura de emprego e da proteção aos desempregados. Não há nem a ideia nem a ação institucional concreta que tornem o desempregado um sujeito de “direitos” e “reconhecimentos”.

Apesar dessa individualização das experiências de privação de trabalho, os recursos econômicos e intelectuais disponíveis por estes indivíduos criam condições favoráveis no enfrentamento das mesmas. Eles dispõem não apenas de recursos econômicos suficientes para aguentar a privação durante um longo período, como dispõem também de recursos intelectuais e profissionais que podem ser mobilizados para buscar novas alternativas no mercado de trabalho ou para reinvestir na formação de “novos recursos”.

Observou-se, por outro lado, que as experiências de privação de trabalho são, em alguns casos, acompanhadas de um forte questionamento do lugar e do estatuto do trabalho e da atividade profissional na vida desses indivíduos. O desemprego, neste sentido, torna-se uma experiência na qual o próprio sentido da atividade profissional sofre um intenso processo de ressignificação, tendo em vista o sofrimento inicial ocasionado pelo impacto da demissão. Com frequência esses indivíduos evocam a ideia de que concediam importância demais às suas atividades profissionais e às empresas onde trabalhavam, em detrimento de suas vidas pessoais e familiares. A chegada do desemprego, a demissão, é, pois, lida por esses indivíduos como um indicador de que não havia uma adequada contrapartida da empresa, de que eles não eram igualmente valorizados nessa relação. O resultado desse desencantamento, do sentimento de traição, é essa tentativa de recolocar o trabalho em outro patamar na hierarquia dos valores pessoais. Nesse sentido, alguns indivíduos parecem seguir a direção de um maior recolhimento à vida privada e doméstica.

Observou-se que as relações de gênero são decisivas na estruturação dessa relação com o espaço doméstico e com a vida privada. Esse recolhimento e investimento na vida familiar ajudaram alguns indivíduos a melhor enfrentar a privação de trabalho, o que é particularmente significativo para as mulheres. Se, por um lado, o trabalho doméstico absorve o trabalho feminino e, às vezes, contribui para tornar invisível uma situação de privação de trabalho vivida prioritariamente neste espaço, por outro lado, essa experiência peculiar pode contribuir também positivamente para superar a situação de privação de trabalho, proporcionando atividades para essas mulheres, acolhimento emocional e preenchendo, pelo menos em parte, suas vidas. Além disso, a proximidade subjetiva com esse espaço e o recurso ao estatuto alternativo de dona de casa e mãe também funcionam como fatores protetores para as mulheres. Entre os homens esses elementos objetivos e subjetivos estão raramente presentes. Ao contrário, a simples presença

no lar é frequentemente percebida e sentida por alguns homens como um fator de vergonha, como a negação de sua identidade de trabalhador e provedor, construída no masculino.

Observou-se, porém, uma experiência masculina extremamente positiva nessa relação com o espaço doméstico. Para o referido entrevistado, essa presença representava e era vivida como liberdade, a possibilidade de desfrutar de certos prazeres, de poder fazer o que se gosta. Tratava-se de um homem mais velho, aproximando-se do período de aposentadoria e que tivera uma longa trajetória ocupacional como operário qualificado. A posição no ciclo de vida, uma trajetória árdua de intensa dedicação ao trabalho e as baixas perspectivas de encontrar um novo emprego, além de poder contar com a atividade remunerada da esposa, eram fatores que contribuíam para que este entrevistado nutrisse uma nova relação consigo mesmo e com a vida. O trabalho remunerado perdera o significado que tivera anteriormente e a vida pessoal e familiar ganhou relevo. Neste sentido, tal experiência indica que as relações de gênero passam por importantes mudanças, implicando alguns homens em uma nova relação não só com o trabalho remunerado, mas também com o trabalho e o espaço doméstico.

Ao mesmo tempo, mesmo para as mulheres que nutriam uma relação positiva com o espaço e o trabalho doméstico, constatou-se que a atividade profissional representava para elas algo que não poderia ser substituído. Particularmente para uma entrevistada que tivera uma longa trajetória profissional e elevada qualificação, as atividades domésticas ajudavam bastante a enfrentar o desemprego, mas não preenchiam o “vazio” deixado pela falta da atividade profissional. Neste caso, emblemático em todos os sentidos, a privação de trabalho não era vivida apenas como uma privação de emprego, de renda, de um estatuto reconhecido, de vínculos e relações. Esta privação era, sobretudo, a privação de uma atividade significativa em seu conteúdo, intelectualmente e emocionalmente rica para a entrevistada.

Para os entrevistados que possuíam trajetórias estáveis e dotados de menor qualificação profissional e menores recursos em termos de formação, as experiências de privação de trabalho os remeteram diretamente na direção de um processo de vulnerabilização social, em trajetórias descendentes. Por isso, essas experiências eram administradas no sentido de reduzir o impacto negativo de desemprego em termos econômicos. Estes indivíduos aceitaram ou estavam dispostos a aceitar qualquer trabalho ou emprego. Em geral, eles vislumbravam um futuro sem perspectivas profissionais compatíveis com o passado. A queda do padrão de vida material tornou-se para eles uma realidade inevitável. Nestes casos, a relação subjetiva com o trabalho remunerado manifestava-se principalmente como uma relação com o estatuto do emprego estável e a segurança econômica correspondente. A experiência de privação de trabalho era vivida como a perda dessa segurança e desse estatuto social.

Para alguns desses trabalhadores, sobretudo quando estavam ocupados, as possibilidades de investirem em formação e qualificação profissional eram remotas, pois não dispunham nem do tempo nem dos recursos econômicos para isso. Neste sentido, as experiências de privação de trabalho são frequentemente vividas na impossibilidade de superar os déficits acumulados. O círculo vicioso entre baixa formação, desemprego e ocupação precária parece dificultar enormemente a ruptura desse quadro de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Para os trabalhadores, sobretudo mulheres, que nutriam uma relação mais instrumental com o trabalho, mas dele obtendo não apenas um rendimento, mas também autonomia e independência pessoal, as experiências de privação de trabalho eram mais fortemente estruturadas pela posição que ocupavam no grupo familiar.

Entre as mulheres submetidas a formas periféricas de trabalho, as experiências de privação de trabalho oscilavam entre o trabalho doméstico, a procura de emprego e o investimento em formação. Apesar de não vislumbrarem melhores perspectivas no mercado de trabalho, essas mulheres atribuíam uma enorme importância ao trabalho remunerado. As interrupções nas trajetórias ocupacionais, o abandono do emprego, sempre foram, para elas, muito mais uma necessidade e uma exigência de suas circunstâncias de vida e não uma verdadeira escolha. Nestes termos, pode-se presumir que quase todas essas mulheres permaneceriam e se investiriam prioritariamente no espaço profissional se tivessem boas oportunidades de emprego em termos de remuneração, condições de trabalho e estabilidade no vínculo. Em geral vividas em uma situação de forte proximidade com o trabalho e o espaço domésticos, suas experiências de privação de trabalho não implicam o grau de sofrimento e ruptura observados entre os indivíduos que apresentavam elevada qualificação e estabilidade no emprego.

Na medida, porém, que algumas mulheres assumem mais intensamente e, às vezes, exclusivamente, o papel de provedoras de seus grupos familiares, constatou-se que as experiências de privação de trabalho tornam-se mais difíceis e problemáticas para elas. Essas experiências se aproximam, pois, do modelo clássico de desemprego, cuja figura emblemática é, geralmente, um homem, adulto, pai, chefe de família. As experiências femininas de privação de trabalho são cada vez mais subjetivamente definidas a partir dessa condição de provedor do grupo familiar. Tal fato expressa uma importante mudança nas relações de gênero e na definição dos papéis sexuais.

Logo, se, por um lado, os modos de categorização mobilizados pelos indivíduos deste grupo para definir suas experiências de privação de trabalho tomam como referência central a

norma do emprego e, particularmente, do emprego estável, por outro, é possível identificar outras referências importantes, não apenas o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos, como também o trabalho e as responsabilidades domésticas. Nos modos de categorização construídos pelos indivíduos, estas referências vão se organizar e se hierarquizar segundo a posição que ocupam nas relações sociais. É a partir desses critérios que as experiências vão ser consideradas mais ou menos significativas pelos próprios indivíduos.

Um desemprego de tipo clássico é compatível com um modo de categorização que toma como referência tanto o emprego regular, a estabilidade no vínculo, como o papel de provedor principal do grupo familiar. A combinação desses fatores, aliados ainda a uma forte relação ao trabalho como ofício exercido em uma empresa, implica os indivíduos nas experiências mais intensas e sofridas de privação de trabalho.

Na medida em que a referência à estabilidade do trabalho ou emprego vai se tornando mais fluida e na medida em que a posição do indivíduo no provimento do grupo familiar torna-se menos importante, o sentido atribuído às experiências de privação de trabalho vai se tornando também mais frágil e fluido. Nesse sentido, o desemprego periférico de algumas mulheres ou jovens define-se tanto pela posição secundária no provimento da família como pela posição periférica no espaço econômico. Para os próprios indivíduos em questão, a experiência de privação de trabalho é vivida a partir da fragilidade e fluidez desses dois sistemas de referência.

## **5. Conclusões**

Finalmente, é preciso sublinhar que as formas e experiências de privação de trabalho no Brasil são definidas e categorizadas a partir de múltiplos sistemas de referência que podem ser mobilizados pelos atores sociais de acordo com a posição dos mesmos no espaço de relações sociais. Essas definições e categorizações são, portanto, construídas em uma dinâmica histórica e em dinâmicas biográficas nas quais essas relações sociais vão sendo reconfiguradas, deslocadas e transformadas.

Deste modo, as experiências de privação de trabalho não são apenas condicionadas pela posição que os atores ocupam nessas relações, elas também condicionam o curso dessas relações, na medida em que o enfrentamento da privação de trabalho exige sempre desses atores a mobilização ou a formação de novos recursos que tornam a ação e o curso da vida social imprevisíveis. Os recursos materiais e simbólicos acumulados, mobilizados e em processo de aquisição reconfiguram o espaço de relações sociais, deslocando, redefinindo e, às vezes, transformando o curso da dinâmica histórica e das dinâmicas biográficas.

A própria privação de trabalho pode ser definida como uma perda de recursos que modifica a posição dos atores sociais em suas relações sociais. Tal perda pode resultar tanto em um processo de subordinação e inferiorização dos indivíduos em suas relações sociais, como pode resultar em estratégias de reconversão de recursos e um reposicionamento mais favorável desses indivíduos. A privação de trabalho e o desemprego ativam, redefinem e deslocam as desigualdades sociais.

De um modo geral, o crescimento da privação de trabalho no Brasil, expresso tanto nas taxas de desemprego como nas experiências subjetivas dos desempregados, indica uma fragilização da classe trabalhadora em todos os seus níveis, mas, sobretudo, dos trabalhadores dotados de um nível mais elevado de formação socioprofissional. A instabilidade e a insegurança econômicas são cada vez mais marcantes entre esses trabalhadores. O que era rotina para os setores mais vulneráveis e precários da classe trabalhadora, torna-se presença constante também para os segmentos mais qualificados e estáveis. O que é, pois, peculiar no processo de emergência do desemprego no Brasil é a crescente vulnerabilização desses segmentos historicamente mais estáveis e seguros, seu processo de “desfiliação” social. Por outro lado, são esses segmentos mais favorecidos socialmente que são capazes de mobilizar e converter recursos a fim de enfrentar e superar a privação de trabalho. Neste sentido, o desemprego pode provocar uma intensificação das desigualdades sociais, cristalizando a situação de privação de recursos materiais e simbólicos das camadas sociais mais vulneráveis socialmente.

Ao mesmo tempo, essa vulnerabilidade é particularmente mais forte entre as mulheres. Por isso, o avanço da privação de trabalho, seus dilemas e sua invisibilidade, é a face perversa do processo de ampliação da atividade feminina. Se, por um lado, esta atividade é portadora de um processo de liberação e autoconstrução das mulheres como sujeitos autônomos, por outro lado, observa-se que esse processo e essa luta são profundamente ambíguos, implicando novas formas de subordinação das mulheres nas relações sociais de gênero. Essa subordinação se expressa tanto na atribuição prioritária às mulheres do trabalho e das responsabilidades domésticas como das formas periféricas e precárias de inserção profissional. O desemprego feminino é a expressão desse processo e dessas tensões. As mudanças perceptíveis nas relações de gênero estão, ao mesmo tempo, constituídas de traços tradicionais, de desigualdades e assimetrias que persistem e permanecem.

As desigualdades sociais não manifestam, enfim, apenas como uma distribuição desigual de recursos materiais, mas como um processo simbólico desigual de definição, representação e categorização da realidade social. Os recursos simbólicos destinados a legitimar



ou deslegitimar a realidade social; destinados a lutar ou resistir; destinados a arregimentar, organizar e agir; destinados a formular projetos e disputá-los; enfim, destinados a definir uma identidade dos atores no mundo social, constituem essa realidade social de forma decisiva. No jogo de visibilidade e invisibilidade das formas e experiências de privação de trabalho todas estas dimensões simbólicas estão presentes.

# CAPÍTULO 11 – MERCADO DE TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORAS/ES NO POLO NAVAL DE RIO GRANDE- RS<sup>79</sup>

## 1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da implantação do polo naval do município de Rio Grande (RS) no mercado de trabalho local e nas relações de gênero, examinando-se trajetórias, experiências e construções identitárias de trabalhadoras que se inseriram nesse segmento industrial.

Com seu primeiro estaleiro inaugurado em 2006<sup>80</sup>, o polo naval de Rio Grande é fruto de uma política de descentralização industrial realizada pelo governo brasileiro, visando estimular o mercado interno e a indústria nacional, tendo em vista a demanda da Petrobrás por embarcações que atendessem à exploração dos campos de petróleo do pré-sal<sup>81</sup>. A implantação desse projeto provocou um enorme impacto econômico e social no município de Rio Grande, dinamizando seu mercado de trabalho local. Um grande número de trabalhadores de fora do Estado do Rio Grande do Sul chegou na região em busca de novos empregos. Tais empregos exigiam, em geral, algum tipo de qualificação técnica típica desse setor industrial. Como se tratava de um setor majoritariamente masculino, a dimensão de gênero destacou-se como aspecto estruturante das relações de trabalho, até porque um significativo número de mulheres também foi recrutada e passou a disputar espaços pelas ocupações disponíveis, muitas delas tipicamente masculinas. Além disso, situações de assédio moral e sexual passaram a fazer parte desse cenário contrastante em termos de gênero, marcado, ao mesmo tempo, por forte mobilidade ocupacional intersetorial, com muitos trabalhadores dos setores de comércio e serviços passando a trabalhar na indústria, atraídos, sobretudo, pelos bons salários.

É este cenário que o presente estudo pretende explorar. Trata-se de analisar os impactos objetivos e subjetivos dessa realidade em profunda transformação, abordando, sobretudo, o

---

<sup>79</sup> Trabalho originalmente apresentado, com o mesmo título, no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>o</sup> Mundos de Mulheres, realizados em Florianópolis-SC, de 30 de julho a 04 de agosto de 2017 (VARGAS, 2017).

<sup>80</sup> Estaleiro Honório Bicalho.

<sup>81</sup> Principalmente na construção de Plataformas FPSO, unidades que extraem, processam, armazenam e transferem o petróleo, mas também de plataformas FPU, semissubmersíveis, que apenas extraem e transferem a matéria-prima.

modo como se estruturam as experiências de trabalho e as identidades profissionais. Se, por um lado, a precariedade do trabalho apresenta-se como um traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro, fomentando entre trabalhadoras e trabalhadores uma relação instrumental com o trabalho e uma pragmática luta pela sobrevivência, por outro, observa-se fortes identidades profissionais construídas seja em torno de nichos específicos caracterizados pela necessidade de formação profissional, seja em torno de projetos individuais de autonomia e emancipação social, como tem sido frequente no caso das mulheres. Assim, na medida em que novas formas de trabalho e oportunidades profissionais se apresentaram nas trajetórias individuais, como ocorreu no caso de Rio Grande, surgiu a possibilidade de explorar seus impactos sobre as experiências de trabalho. Questiona-se, portanto, em que medida essas transformações alteraram ou alteram as relações de gênero em suas bases materiais, em sua divisão sexual do trabalho. Indaga-se, ainda, de que forma essas transformações afetam a própria experiência subjetiva das trabalhadoras, na medida em que estão em jogo construções identitárias em termos de gênero. O trabalho constitui-se em um fator identitário importante para as mulheres, para além de sua dimensão puramente material, como suporte para a autonomia e independência econômica? Procura-se explorar essas questões, examinando-se tanto dados estatísticos que permitem dimensionar as transformações do mercado de trabalho, como dados qualitativos, colhidos através de entrevistas abertas, a partir dos quais pretende-se reconstituir as trajetórias e experiências de algumas trabalhadoras do polo naval.

Parte-se da hipótese de que as relações de gênero são fortemente estruturadoras dessas transformações em curso, tanto no sentido de configurar e reconfigurar a divisão sexual do trabalho, como no sentido de constituir e reconstituir, em termos de gênero, novos significados em torno da vida profissional.

## **2. Mercado de trabalho, gênero, identidades: aspectos conceituais**

O mercado de trabalho apresenta-se, inicialmente, como um espaço social no qual se estabelecem relações de compra e venda da força de trabalho. Historicamente, essa relação se torna possível apenas na medida em que ocorre um processo generalizado de mercantilização da produção econômica e da própria força de trabalho (MARX, 1983). Nele, compradores (proprietários dos meios de produção) e vendedores (não proprietários dos meios de produção) da força de trabalho encontram-se em condições assimétricas.

Essas assimetrias, segundo Offe (1989), também ocorre entre os próprios vendedores da força de trabalho, pois estes estão dotados de recursos diferenciados e são portadores de

atributos – adquiridos ou atribuídos – diferencialmente valorizados. As vantagens de alguns grupos contrastam com as desvantagens e vulnerabilidades de outros. Nesse sentido, no processo de recrutamento da força de trabalho entra em cena não apenas atributos estritamente econômicos (adquiridos), como qualificação e escolarização, mas atributos sociais (atribuídos, adscritícios) mais amplos, como ser homem ou mulher, ser jovem, adulto ou idoso, ser branco ou negro, ser estrangeiro ou não.

O mercado de trabalho, pois, apresenta-se como um espaço no qual se manifesta um conjunto amplo e complexo de relações sociais, nele se estabelecendo não somente relações estritamente econômicas, a partir das quais os atores racionalmente motivados visariam apenas a maximização de seus interesses materiais individuais. O mercado de trabalho, portanto, é aqui pensado, sociologicamente, como um espaço atravessado por relações sociais diversas e assimétricas, constituindo hierarquias e formas de dominação que se atravessam nas relações de troca mercantis. Trata-se, pois, de um espaço de produção e reprodução de desigualdades sociais. Coloca-se, pois, em xeque a concepção econômica dominante segundo a qual o mercado de trabalho se reduz a um equilíbrio de preços entre a oferta e a demanda por força de trabalho.

Nesse sentido, as relações sociais de gênero também são constitutivas desse espaço econômico como espaço social, de tal forma que os atributos de gênero se tornam amplamente utilizados no recrutamento e alocação da força de trabalho na produção. O gênero como construção social, como um conjunto de características, papéis, atribuições e disposições, constitui intrinsecamente o mercado de trabalho, sendo um de seus fundamentos socioculturais.

O conceito de divisão sexual do trabalho torna-se extremamente útil, por isso, na descrição e análise do mercado de trabalho. Segundo Hirata & Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho e suas relações de gênero, constituem um fenômeno ao mesmo tempo material e simbólico, político e econômico, baseado em dois princípios fundamentais: um princípio de divisão (*existem trabalhos de homens e mulheres*) e um princípio de hierarquização (*o trabalho de homens vale mais que o trabalho de mulheres*). O conceito de trabalho, assim, adquire uma importância crucial para pensar as relações de gênero e o próprio mercado de trabalho, pois essa atividade de produção não se reduz a uma esfera mercantil, tratando-se, de fato, de uma atividade mais ampla de estruturação da vida social como um todo, nela devendo-se levar em conta as atividades reprodutivas na esfera doméstica. Deste modo, a divisão sexual do trabalho é pensada pelas autoras como um fenômeno dinâmico, pois as fronteiras do que é tipicamente masculino e feminino vão se transformando historicamente. Essa transformação, porém, é marcada pela permanência da hierarquia, da subordinação do feminino em relação ao

masculino, da valorização do masculino em relação ao feminino. Trata-se, pois, de uma chave teórica importante para apreender as transformações do mercado de trabalho, pois ao mesmo tempo em que este espaço social é condicionado pela totalidade da vida social e por outras esferas específicas de relações (a esfera doméstica, por exemplo), ele também contribui para a constituição das diferenças e hierarquias de gênero, revelando-se um espaço de produção, reprodução e transformação das desigualdades sociais.

Cabe salientar, ainda, que essas relações e desigualdades se constituem também ao nível dos sujeitos e de suas subjetividades, os processos identitários sendo decisivos para compreender a dinâmica das relações sociais, em geral, e das relações de gênero, em particular. Evoca-se aqui a noção de identidade proposta por Dubar (2012). Evitando uma concepção essencialista de identidade que remeteria a um pertencimento considerado imutável, o autor filia-se a uma perspectiva nominalista que a apreende como modos e processos de identificação. Falar de identidade, portanto, significa referir-se tanto a um contexto histórico específico como a relações entre sujeitos. Dubar (2012, p.4) propõe dois tipos de identificação: as identificações atribuídas pelos outros (identidades para outros) e as identificações reivindicadas pelo sujeito (identidades para si). O modo como um sujeito se reconhece ou se identifica pode ser diferente do modo como ele é reconhecido ou identificado pelos outros. Esses modos de identificação precisam ser situados em processos históricos específicos nos quais emergem sistemas de identificação que o autor chama de configurações identitárias. Sua hipótese é de que nas sociedades modernas existe um movimento histórico de passagem de um sistema para outro, mais precisamente, de formas comunitárias de identificação para formas societárias. Nas primeiras, as identidades estão organizadas e situadas em um sistema de lugares pré-definido, estabelecendo o pertencimento principal dos sujeitos. Trata-se, fundamentalmente, de uma “identidade para outros”, identificando-se os indivíduos a partir de seu grupo de pertencimento (religião, comunidade, pátria, corporação, etc.). Nas segundas, típicas das sociedades modernas, a existências de múltiplas esferas de atividade e de pertencimento abrem espaço também para múltiplas identificações. Coloca-se, pois, em xeque a existência de uma identidade principal, enfatizando-se o primado dos sujeitos individuais nos processos de definição de suas identidades. Nesse caso, as “identidades para si” adquirem uma relevância maior, colocando-se a possibilidade de ruptura com os modos de identificação dominantes pelos outros. Não se trata, segundo Dubar, de opor identidade coletiva e identidade individual, mas de reconhecer que a identidade social se torna um processo mais problemático e tenso, os indivíduos podendo recorrer a múltiplos pertencimentos, recursos e categorias identitárias para construir seu próprio reconhecimento (por si e pelos outros) no mundo. Essas formas de identificação, comunitárias

e societárias, são, afinal de contas, grandes tipos ideais que ajudam o sociólogo a apreender os processos concretos de construção da identidade. Esses processos, finalmente, devem ser apreendidos tanto em sua dimensão relacional (eixo espacial) como em sua dimensão biográfica (eixo biográfico), isto é, a construção identitária, na medida em que não é fixa e imutável, ocorre tanto em um espaço de relações específicos como em uma temporalidade em permanente transformação.

### **3. Transformações no mercado de trabalho local**

O mercado de trabalho do município de Rio Grande (RS) passou por profundas transformações na última década, na esteira das mudanças ocorridas na economia e no mercado de trabalho brasileiros (VARGAS & FABRES, 2015). Depois de um longo período de crise econômica e de piora constante dos indicadores de mercado de trabalho, os anos 2000 inauguraram um novo ciclo de expansão econômica, de crescimento do emprego, de redução do desemprego e da informalidade, enfim, de retomada dos investimentos públicos e privados. É nesse contexto que uma nova política de desenvolvimento do setor de óleo e gás, capitaneada pela Petrobrás, promove a descentralização da indústria naval brasileira e seu fortalecimento a partir do incentivo à produção local. Vários estaleiros são construídos em várias regiões do país e Rio Grande é beneficiada por essa política, na medida em que se trata de uma importante cidade portuária, principal centro de escoamento de produtos agrícolas e industriais do extremo sul do país.

O impacto desse projeto econômico sobre o mercado de trabalho local foi impressionante. Em 2014, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho (MTb)<sup>82</sup>, o setor de construção de embarcações<sup>83</sup> somava 7.479 vínculos formais de emprego (eram apenas 71 em 2006), sem contar os empregos diretos gerados em outros segmentos econômicos importantes da própria indústria de transformação, da construção civil e dos serviços. Durante este mesmo período, a indústria de transformação elevou sua participação no estoque total de empregos formais do município de 15,5%, em 2006, para 24,6%, em 2014. No conjunto do mercado de trabalho, foram criados 21.777 novos vínculos formais de emprego, com uma taxa de crescimento de 62,1%. O estoque anual passou de 35.093 vínculos, em 2006, para 56.870 vínculos, em 2014, segundo a RAIS.

---

<sup>82</sup> Fonte anual de dados administrativos sobre o mercado de trabalho formal no Brasil, a partir da qual é possível dimensionar e caracterizar os estoques de empregos formais, celetistas e estatutários, em 31 de dezembro de cada ano.

<sup>83</sup> Categoria setorial definida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, Grupo 301.

Como se tratava de um conjunto de atividades industriais novas, não havia força de trabalho local suficiente para as ocupações técnicas disponíveis, o que provocou uma grande mobilidade de trabalhadores de outros Estados e regiões do país para Rio Grande, inúmeros cursos de qualificação profissional sendo oferecidos na ocasião. Um grande número de mulheres participou desses cursos, uma vez que já existia uma preocupação das empresas de abrirem oportunidades de trabalho para elas. No auge da construção naval no Brasil, no ano de 2014, enquanto a média de participação das mulheres no setor de construção de embarcações era de 10%, em Rio Grande ela chegava a 17%.

Vale ressaltar que apesar de ser um setor majoritariamente masculino, gerando, portanto, mais oportunidades de trabalho para os homens do que para as mulheres, o impacto conjugado da implantação do setor em nível local e da expansão econômica e do emprego no Brasil teve resultados bastante favoráveis à integração das mulheres no mercado de trabalho local, uma vez que o crescimento do contingente feminino, de 67,7% no período, ficou acima do crescimento médio do emprego no município. No entanto, esse crescimento ficou abaixo da média na indústria, onde os melhores postos de trabalho, mais bem remunerados, foram gerados. Enquanto a taxa de crescimento do total do emprego na indústria de transformação foi de 158% entre 2006 e 2014, entre as mulheres esse crescimento foi de apenas 37,5%. De fato, o crescimento da participação das mulheres ocorreu mais nos serviços, tanto em atividades diretamente relacionadas ao polo naval, como também em atividades indiretamente impactadas por esse setor, como o comércio.<sup>84</sup>

Esse dado é importante na medida em que se constata que as médias salariais praticadas na indústria e no polo naval estão bem acima da média geral. Em 2014, a média geral do mercado de trabalho de Rio Grande, em salários-mínimos referentes ao mês de dezembro, era de 3,84 SM, enquanto que para o setor de construção de embarcações era de 6,85 SM. A expansão do setor não beneficia mais os homens apenas quantitativamente, em termos de volume de postos de trabalho disponíveis, mas também beneficia em termos de remuneração. Trata-se, também, de um setor que garante acesso a um conjunto de direitos e benefícios acima das condições médias de mercado, como acesso a plano de saúde, entre outros benefícios.

---

<sup>84</sup> A participação relativa das mulheres na indústria de transformação diminuiu, no período, de 38% para 20,2%, aumentando, por outro lado, sua participação nos serviços, de 41,9% para 49,9%. Em suma, o número de mulheres no trabalho industrial (indústria de transformação) passou de 2.060, em 2006, para 2.833, em 2014, um crescimento de apenas 773 vínculos. Nos serviços, porém, o estoque de empregos do sexo feminino aumentou em 8.136 vínculos, passando de 11.394, em 2006, para 19.530 vínculos, em 2014. Apenas 5,6% do total das mulheres no mercado de trabalho de Rio Grande estavam diretamente ligadas ao setor de construção de embarcações.

Dentro do próprio setor, ainda, as desigualdades salariais são bastante pronunciadas. Enquanto que a remuneração média das mulheres corresponde a 61,8% da remuneração masculina no conjunto do mercado de trabalho de Rio Grande, no setor de construção de embarcações essa relação é mais desfavorável para as mulheres, de apenas 54%. Essa desigualdade é ainda maior nas funções que ocupam o topo da hierarquia profissional, como entre diretores e gerentes. Neste caso, a relação entre as médias femininas e masculinas é de apenas 44,8%. A participação relativa das mulheres nesse grupo (8,9%) também está abaixo da média de participação das mulheres no conjunto do setor (17%). Nas ocupações de nível superior, cuja participação relativa das mulheres aumenta significativamente (26,7%), essa desigualdade salarial é um pouco menos acentuada, a remuneração média feminina correspondendo a 60,5% da remuneração média masculina. Analisando-se a participação de homens e mulheres nessas profissões de nível superior, constata-se uma divisão sexual do trabalho bastante tradicional, as mulheres predominando em profissões tipicamente femininas, tais como nutricionistas, psicólogas, assistentes sociais, secretárias executivas e jornalistas.

A categoria ocupacional de maior participação feminina em relação aos homens, correspondendo a 35,1% do total, é a referente aos serviços administrativos, um segmento tradicionalmente ocupado pelas mulheres. Já a participação das mesmas entre os trabalhadores da produção é de apenas 13,7%, bem abaixo da média. É curioso salientar que as desigualdades salariais no primeiro grupo são mais acentuadas que no segundo, a relação entre as médias femininas em relação às masculinas sendo de 51,1% e 59,3%, respectivamente.

#### **4. Trajetórias, experiências de trabalho e construção identitária no polo naval**

As trajetórias a seguir apresentadas e analisadas foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadoras e trabalhadores do polo que atuavam tanto em atividades administrativas como na produção propriamente dita. Ao todo, já foram realizadas trinta entrevistas<sup>85</sup>, algumas no próprio local de trabalho e outras no Sindicato dos Trabalhadores, no final de 2016 e início de 2017, após onda de demissões ocorridas em 2016. O término e a transferência de vários contratos de construção de várias plataformas petrolíferas foram a base dessa crise de desemprego que assolou o setor naval de Rio Grande. A maior parte das entrevistas ocorreu por ocasião das homologações das rescisões contratuais.

---

<sup>85</sup> No âmbito de um projeto de pesquisa mais amplo sobre trajetórias de trabalhadores no mercado de trabalho local.



A partir da aplicação de um formulário básico visando obter informações objetivas sobre a situação atual e a trajetória profissional dos entrevistados, bem como dados de perfil individual e situação familiar, as entrevistas desenvolveram-se, em um segundo momento, de maneira mais aberta, visando explorar a relação dos trabalhadores com suas condições profissionais, abrindo-se espaço para explorar, igualmente, segundo a narrativa dos sujeitos, outros aspectos de suas experiências de vida. Na medida em que se procurou compreender o significado do trabalho na construção identitária dos indivíduos, exploraram-se não só os aspectos referentes à mobilidade ocupacional, isto é, as diferentes experiências de trabalho vivenciadas pelos entrevistados, seu impacto na relação subjetiva dos mesmos com o trabalho, mas também outras dimensões significativas das experiências extratrabalho que contribuíssem para melhor esclarecer as construções identitárias. Aspectos referentes às relações de gênero foram particularmente tratadas nessas entrevistas, na medida em que o tema não só tem sido central no recorte teórico deste projeto, mas também devido à importância que ganharam essas questões nesse segmento econômico nos últimos anos. Vale sublinhar, novamente, que as próprias empresas vinham adotando políticas visando integrar as mulheres ao chão de fábrica, especialmente naquelas ocupações mais numerosas e tradicionalmente masculinas. Neste sentido, um expressivo número de mulheres qualificou-se em cursos profissionalizantes realizados em Rio Grande, tendo sido, em seguida, recrutadas para trabalhar no chão de fábrica, o que impactou fortemente suas trajetórias ocupacionais. Apesar das mulheres serem uma pequena minoria nessas ocupações tipicamente masculinas, observou-se um discurso recorrente por parte dos gestores das empresas que justificavam a contratação das mesmas devido às suas habilidades especiais, como a destreza, a minúcia, a atenção. Enfim, justificou-se, com destaque, que as mulheres eram melhores trabalhadoras que os homens, sendo capazes de realizar seu trabalho com mais capricho e qualidade.

A análise preliminar das entrevistas realizadas permite identificar, inicialmente, aspectos significativos em termos de gênero nas trajetórias e experiências das mulheres no trabalho e no mercado de trabalho local. Alguns desses aspectos, positivos ou negativos, são destacados a seguir.

Primeiramente, uma parte significativa das mulheres entrevistadas apresentavam trajetórias anteriores bastante instáveis e precárias, em alguns casos também descontínuas. As discontinuidades estavam frequentemente associadas às responsabilidades domésticas e à maternidade, uma dimensão crucial quando se analisa a peculiaridade das trajetórias femininas. De uma forma geral, a possibilidade de trabalhar no polo naval representava um desejo e mesmo um sonho de muitas dessas mulheres que haviam tido experiências de trabalho e emprego pouco

valorizadas, com baixa remuneração, sem reconhecimento e com elevada rotatividade. Vindas de outros setores, comércio e serviços, principalmente, essas mulheres também frequentemente desempenhavam atividades tipicamente femininas, como de empregadas domésticas, atendentes, vendedoras, auxiliares administrativas. Elas nutriam a expectativa de ascender profissionalmente, vendo no polo naval um lugar de oportunidades e reconhecimento. De fato, os relatos mostram que a experiência no polo representou um avanço significativo em suas trajetórias, na medida em que o acesso a um conjunto de direitos e benefícios (plano de saúde, por exemplo, benefício bastante destacado nas entrevistas), bem como a salários mais elevados, provocaram nelas a perspectiva de investimento a longo prazo, consolidando-se a apreciação de uma perspectiva em termos de carreira. Assim, o ingresso no polo naval representou, para muitas delas, uma ruptura com a etapa anterior de suas trajetórias, a própria relação com o trabalho transformando-se significativamente. Sugere-se que uma relação mais instrumental com o trabalho ou emprego tenha dado lugar a uma forte relação com o trabalho tanto como ofício (isto é, como atividade dotada de qualificações e habilidades reconhecidas), quanto como atividade portadora de status (isto é, fonte de um conjunto de direitos e proteções, de um lugar na sociedade). Trata-se, neste caso, nos termos propostos por Dubar, de uma transformação identitária, na medida em que a relação habitual com o trabalho precário cede espaço para uma construção identitária na qual um emprego melhor, mais estável e seguro, portador de direitos e oportunidades, passa a se constituir em uma referência identitária. A evidência desse fato aparece justamente nas entrevistas realizadas após um ciclo de demissões, quando boa parte dessas esperanças e expectativas foram por água abaixo para muitos dessas trabalhadoras e trabalhadores. No caso particular de uma das entrevistadas, a demissão foi ressentida como um duro golpe em sua trajetória, mesmo que as expectativas de demissão já pairassem no ar havia algum tempo, tendo em vista a crise da Petrobrás e do setor naval no Brasil. Abatimento, tristeza, uma certa depressão mesmo é ressentida por essa entrevistada que atuava no polo como esmerilhadora e que se julgava uma trabalhadora dedicada e disciplinada. Havia muito tempo que ela nutria a esperança de trabalhar como soldadora - esse era seu sonho - projeto interrompido com a demissão. A perda do emprego, neste sentido, não foi ressentida como nas suas experiências anteriores no mercado de trabalho. Ela foi vivida como uma forte frustração, como a inviabilização de um projeto, como a impossibilidade de dar seguimento a uma atividade ou ofício na qual vinha investindo não só através dos cursos de qualificação, mas através da própria experiência no chão de fábrica. Enfim, a experiência no polo, para esta e para outras mulheres, significou a aquisição de uma identidade profissional colocada em risco pela demissão e pela crise do setor.

Esta mesma trabalhadora mostrou ter construído uma experiência muito fortemente estruturada em termos de gênero, na medida em que seu ofício era percebido como predominantemente masculino. Isto, no entanto, nunca a inibiu. Ao contrário, ao longo de quase três anos de trabalho, essa experiência foi, para ela, motivo de mais investimento e disciplina. Ela dizia sentir-se orgulhosa de fazer bem um ofício masculino, de mostrar que uma mulher podia realizar com competência aquilo que normalmente são os homens que fazem. Sentia-se orgulhosa, enfim, de trabalhar com equipamentos pesados (“é uma arma, uma metralhadora”, dizia ela, que trabalhava com uma máquina esmerilhadora) e entrar em um universo relativamente novo para as mulheres. Ela estava mostrando que as mulheres eram capazes de fazer qualquer trabalho, o que se traduzia em um sentimento positivo em relação a si mesma, de elevada autoestima, de reconhecimento de sua própria competência e habilidade profissional.

Essa experiência profissional altamente positiva era recortada, no entanto, de aspectos ambíguos e contraditórios. Essas ambiguidades e contradições também estavam fortemente condicionadas em termos de gênero, como quando esta mesma entrevistada relata sua relação com os homens e com as oportunidades bloqueadas de trabalho no polo. Desejando trabalhar como soldadora, ela não tinha tido ainda essa oportunidade, o que atribuía, em parte, ao fato de ser mulher. Essa percepção é partilhada por outras mulheres que fizeram relatos semelhantes, alegando haver uma limitação de oportunidades para as mulheres, sem falar no fato de que elas precisavam sempre provar mais veementemente suas competências e habilidades. Definitivamente, ela reconhecia que as mulheres não tinham as mesmas oportunidades que os homens, que para elas tudo era sempre mais difícil. Dizia não sofrer discriminação, mas identificava que a prioridade era sempre dos homens: *“não adianta a gente... não querem ver isto, mas, sempre vai ter, a prioridade é do homem que cresce lá dentro, porque a mulher é o sexo frágil, não sei o que, mas não tem nada que uma mulher não possa fazer ... eu mesma não acreditava que ia fazer o que fazia lá dentro”* (Entrevistada 1).

Apesar da oportunidade de construir o sentido de “orgulho profissional” e de uma identidade profissional no interior do polo, é importante ressaltar que o ambiente de trabalho é também um lugar de vivência de riscos e insegurança, uma vez que os trabalhadores produzem em condições perigosas, frequentemente em lugares altos ou confinados, sempre tendo que manter elevada atenção, pois muitos equipamentos e materiais podem, a qualquer momento, provocar acidentes. Os relatos de acidentes também eram frequentes entre os entrevistados que, no entanto, tinham tendência a dar menos importância a esses aspectos negativos face àqueles, mais positivos, relacionados aos bons salários e direitos e benefícios obtidos com o emprego.

Finalmente, situações de estresse e assédio moral e sexual também apareceram nos relatos de algumas entrevistadas, denunciando tanto o tratamento ríspido e ofensivo por parte de chefias como o assédio sexual por parte de colegas. O próprio sindicato desenvolveu ações para lidar com esse fato corriqueiro no cotidiano do polo. Uma cartilha, por exemplo, foi elaborada e distribuída para fins educativos. Casos de punição de trabalhadores e de demissões também são relatados, o que revela que as empresas, de alguma forma, também tentavam enfrentar esse delicado problema nesse mundo de trabalho industrial tipicamente masculino. A existência de entradas e catracas de acesso ao local de trabalho exclusivas para as mulheres refletem essa preocupação. Alguns relatos de algumas mulheres tendem a amenizar essas situações de assédio, colocando sobre as próprias mulheres a responsabilidade de lidar com esse fato. Trata-se, segundo algumas delas, de uma habilidade específica que as mulheres precisariam desenvolver, uma habilidade relacional no enfrentamento de situações de assédio vividos no ambiente de trabalho, uma dose significativa de tolerância. Outras, no entanto, não contemporizavam e eram mais enfáticas em denunciar esse tipo de situação.

## **5. Conclusões**

A partir das observações propostas neste trabalho, tanto a partir dos dados estatísticos sobre mercado de trabalho como das entrevistas com as trabalhadoras do polo naval, constata-se que as relações de gênero são fortemente estruturantes das transformações econômicas e sociais ocorridas no mercado de trabalho de Rio Grande (RS).

A análise dos dados estatísticos da RAIS no período de 2006 a 2014, referentes a evolução do estoque de empregos formais, revela que a implantação desse importante segmento industrial na economia local reproduziu e deslocou, ao mesmo tempo, a divisão sexual do trabalho. A elevada participação masculina no setor naval (construção de embarcações) do município de Rio Grande é acompanhada de uma participação feminina discreta, ainda que acima da média nacional, sendo estimulada intencionalmente pelos atores locais e justificada a partir de argumentos construídos em torno da divisão sexual tradicional do trabalho. A forte expansão do emprego no referido município de Rio Grande possui, pois, importantes particularidades em termos de gênero, com uma elevada participação masculina no trabalho industrial e uma elevada participação feminina no trabalho em comércio e serviços. Essa divisão não é neutra em termos da distribuição de benefícios materiais e simbólicos para homens e mulheres, uma vez que as médias salariais do setor industrial e, particularmente, do setor naval, eram bem mais elevadas que as médias dos setores de comércio e serviços.

Uma divisão sexual do trabalho também é bastante nítida no interior do próprio setor naval, com a participação feminina predominando nas atividades administrativas e nas profissões de nível superior. Nestas últimas, uma nítida divisão sexual do trabalho também é observável, as mulheres concentrando-se em profissões tipicamente femininas. As desigualdades salariais entre homens e mulheres se repetem e se tornam ainda maiores nesse segmento industrial, principalmente nas atividades mais elevadas na hierarquia do trabalho. Quase que invariavelmente, as mulheres recebem remunerações médias inferiores às dos homens, essas desigualdades tendendo a se acentuar nas ocupações que apresentam salários mais elevados.

A análise das trajetórias de algumas trabalhadoras do polo naval de Rio Grande (RS), realizada a partir de entrevistas semiestruturadas, revelam, igualmente, que as relações de gênero são estruturantes das condições de vida e trabalho dessas trabalhadoras, uma vez que ser mulher baliza muitas de suas experiências, tais como as situações de assédio moral e sexual no trabalho, as próprias condições de trabalho e de acesso a postos de trabalho e a uma carreira dentro das empresas, a maternidade, enfim, as próprias expectativas e esperanças, bem como as frustrações vividas por essas mulheres no trabalho ou no desemprego.

Neste sentido, vale destacar que muitas dessas mulheres que passaram a trabalhar no polo e que possuíam trajetórias instáveis e erráticas experimentaram um processo significativo de redefinição de suas identidades profissionais, de reforço do trabalho como um forte suporte identitário, base não apenas da autonomia e independência pessoal, mas de um autorreconhecimento e de um orgulho construídos a partir do pertencimento profissional. Se, por um lado, essa transformação identitária, de importante viés de classe, situa-se no âmbito de uma luta histórica mais ampla das mulheres por autonomia e reconhecimento, por outro, ela revela uma semelhança maior na construção das identidades masculina e feminina no que diz respeito ao trabalho. Isto é, o trabalho e a atividade profissional apresentam-se como importantes suportes identitários, o que, hipoteticamente, pode provocar um enfraquecimento de outras esferas da experiência na construção identitária, como é o caso da esfera doméstica para as mulheres.

## CAPÍTULO 12 – TRABALHO, TRAJETÓRIAS E IDENTIDADES: MUTAÇÕES NA CONDIÇÃO SALARIAL<sup>86</sup>

### 1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações da condição salarial no Brasil, investigando trajetórias e experiências de trabalhadoras e trabalhadores a procura de trabalho em agências públicas de emprego no extremo sul do Brasil, mais precisamente nos municípios de Pelotas e Rio Grande (RS). Pretende-se, ao se analisar essas trajetórias, melhor compreender a relação subjetiva desses indivíduos com o trabalho ao longo de seus percursos ocupacionais, apreendendo os diferentes sentidos da experiência do trabalho assalariado e seu papel na construção de suas identidades sociais.

Nas sociedades modernas, o processo histórico de constituição e generalização do trabalho assalariado capitalista implicou, para as pessoas que trabalham, além de um processo de desenraizamento de seus pertencimentos comunitários e tradicionais, uma dinâmica acelerada de perda de controle do próprio trabalho como ofício e atividade significativa, na medida em que as empresas capitalistas aumentaram seu domínio sobre o processo de trabalho a fim de garantir o máximo possível de produtividade e lucro. A relação com o trabalho torna-se cada vez mais instrumental, seja um meio de sobrevivência para os trabalhadores, seja um meio de valorização do capital para os empresários. Essa configuração de uma forma de trabalho subordinada e, em grande medida, alienada, seria compensada por um longo processo histórico de reconhecimento de uma identidade social dos trabalhadores como cidadãos e de estabilização da condição salarial, o que implicou a consolidação de um conjunto de direitos e proteções sociais. Ser trabalhador, neste sentido, significou, historicamente, reconhecer-se e ser reconhecido como alguém (individual e coletivamente) que ocupa uma posição digna e legítima no complexo espaço social, econômico e político dessa modernidade em permanente transformação, ao se exercer uma função útil na vida social. A consolidação da moderna condição salarial, de uma sociedade salarial, no sentido proposto por Castel (2001), com seu

---

<sup>86</sup> Este trabalho, com o mesmo título, foi elaborado em coautoria com Rafaella Egues da Rosa, licenciada em ciências sociais e mestre em sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tendo sido originalmente apresentado no VII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul (SEPOME), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), realizado no período de 11 a 14 de novembro de 2019, em Pelotas-RS (VARGAS & ROSA, 2019).

sistema de direitos e proteções, é o ápice desse processo de construção da identidade social dos trabalhadores enquanto classe.

No Brasil, em sua modernidade periférica e com um mercado de trabalho historicamente marcado por elevada precariedade estrutural, por uma cidadania restrita (Cardoso, 2010), pelo acesso limitado a direitos e proteções e por uma identidade incerta com o trabalho, em geral instável, a relação subjetiva com a ocupação econômica conforma-se a partir de outros padrões sociais e institucionais, em que a rejeição ao trabalho assalariado – mesmo “protegido” – e uma busca por “autonomia” tornam-se facetas de uma relação ainda mais fortemente instrumental ao trabalho (como ofício) visando à sobrevivência (VARGAS, 2008).

Com a crise da sociedade do trabalho (SILVA, 2008) e de sua forma clássica de emprego assalariado, que emerge a partir dos anos setenta do século passado, provocada sobretudo pela reestruturação do capitalismo e das modalidades de regulação do Estado, cada vez mais flexíveis, processos acelerados de precarização, informalização e individualização do trabalho e das relações de trabalho colocam em xeque as formas tradicionais de integração dos trabalhadores no mundo do trabalho, seus direitos e proteções, suas formas de organização coletiva, bem como o processos de construção de suas identidades sociais.

Nesse sentido, indaga-se em que medida o emprego assalariado apresenta-se, para trabalhadores e trabalhadoras, efetivamente como aspiração e projeto. O trabalho assalariado estaria deixando de ser uma referência subjetiva significativa para esses indivíduos cada vez mais afetados pela instabilidade no emprego, pela redução de seus direitos, pelo desemprego e pelo incentivo ao empreendedorismo? Outras formas de trabalho, não diretamente assalariadas e mesmo não capitalistas, estariam conformando o horizonte subjetivo desses trabalhadores?

Metodologicamente, a análise de trajetórias e experiências aqui proposta realiza-se a partir de entrevistas biográficas que reconstituem os itinerários dos entrevistados no mercado de trabalho, alargando-se o campo de percepção de suas experiências para outras esferas da vida social. Nesse caso, a mobilidade e as experiências no mundo do trabalho tornam-se o ponto de partida a partir do qual a relação subjetiva com o trabalho e as identidades sociais são apreendidas e analisadas.

Argumenta-se que a crise contemporânea do trabalho assalariado pode, de fato, contribuir decisivamente para uma profunda transformação da relação subjetiva com o trabalho, trazendo reivindicações de autonomia no trabalho, sem que, com isso, os indivíduos abandonem suas aspirações por direitos e reconhecimento, bases de um processo mais amplo de emancipação social. Finalmente, é preciso levar em consideração a profunda heterogeneidade

do trabalho, de suas formas e experiências no mundo contemporâneo e, particularmente, no Brasil. Clivagens de classe, gênero, geração, raça/etnia, condição física e mental devem ser levadas em consideração na análise dessas trajetórias, experiências e relações subjetivas com o trabalho.

## **2. Trajetórias e identidades no trabalho**

Na abordagem proposta neste trabalho, ao tomar-se as trajetórias e experiências como objeto de investigação, procura-se apreender a dinâmica dessa crise do trabalho a partir das formas de categorização do mundo social e do trabalho operados pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras (DEMAZIÈRE, 2003). Considera-se que as “formas objetivas de trabalho”, bastante variadas, particularmente o “emprego assalariado protegido”, constituem-se em referências subjetivas mais ou menos significativas, o emprego assalariado concorrendo com outras formas de trabalho (autônomas, individuais, coletivas, cooperativas, solidárias, etc.) como modelos de referência, como formas de trabalho escolhidas, buscadas, desejadas, justificadas.

Trata-se de trazer à tona, através das narrativas das trajetórias desses indivíduos, o modo como esses modelos de referência vão sendo construídos, transformados, justificados com o tempo, nos processos de mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho. Para tanto, utiliza-se a noção de identidade, tal como proposta por Dubar (2012) para analisar e descrever “processos subjetivos de identificação” de atividades sociais significativas para os sujeitos investigados (principalmente no âmbito do trabalho, mas não exclusivamente), em termos individuais e coletivos. Presume-se que os indivíduos se definem, em grande medida, pelo que fazem e como fazem concretamente, pelo modo como definem suas opções, selecionam suas preferências, formam seus gostos, identificam seus dilemas e sofrimentos (no trabalho e fora do trabalho).

Nesse sentido, a noção de identidade não remete a processos de identificação e definição necessariamente positivos sobre si mesmos e sobre seus trabalhos ou atividades sociais. Identificações podem ser também negativas ou mesmo neutras, em termos afetivos ou éticos. Os processos de identificação são dinâmicos, mutáveis, implicando pertencimentos ou aspirações de pertencimentos, objetivos e subjetivos, forjando-se também por oposição a determinados modelos. Daí a importância de analisar trajetórias, incorporando a dimensão de uma temporalidade dinâmica.



Segundo Dubar (2012), as configurações identitárias típicas das sociedades modernas, de tipo societárias, supondo múltiplas formas de pertencimento objetivo, supõem uma atividade reflexiva intensa dos indivíduos no processo de construção de suas identidades e de suas identificações significativas, na medida em que as alternativas e os modelos de referência (efetivos e potenciais) são múltiplos e variados, como é o caso em relação às formas de trabalho. Na medida também em que os modelos de referência se transformam continuamente, tornando-se fluidos, flexíveis e instáveis, é possível pensar uma crise das identidades, dadas as dificuldades dos indivíduos em definirem seus modelos de referência significativos, no trabalho ou fora dele, na vida social em geral.

Metodologicamente, parte-se do pressuposto de que o trabalho não é necessariamente uma categoria central para os indivíduos, seu significado e valor podendo variar em função da importância de outras atividades sociais, externas ao mundo do trabalho. Em relação aos sentidos intrínsecos do trabalho, eles podem oscilar entre uma atividade mais ou menos positiva, valorizada, como fonte de prazer, realização, emancipação, podendo ainda apresentar-se como uma atividade neutra afetivamente ou mesmo negativa, fonte de dor, pena, sofrimento. Propõe-se, ainda, a distinção do trabalho e, conseqüentemente, da relação subjetiva com o trabalho, em duas dimensões: 1. O trabalho como atividade produtiva, objetiva e subjetiva, manual e/ou intelectual, supondo uma relação com meios, objetos e pessoas; 2. O trabalho como vínculo social, supondo uma posição reconhecida na divisão social do trabalho, portador de um estatuto e uma localização na estrutura social.

### **3. Trajetórias de assalariamento no sul do Rio Grande do Sul**

Este trabalho tem como base empírica a realização de dezessete entrevistas biográficas com trabalhadora/es a procura de emprego e/ou atendimento nas agências SINE dos municípios de Pelotas e Rio Grande, sul do Rio Grande do Sul. As entrevistas foram realizadas nos meses de março, abril e maio de 2019. A escolha dos entrevistados procurou dar conta de diferentes perfis em termos de sexo, idade, cor/etnia, escolaridade, formação profissional.

As entrevistas foram realizadas em três etapas: 1. A primeira, de apresentação da pesquisa aos entrevistados, através da leitura do termo de consentimento e de assinatura do mesmo. 2. A segunda, de preenchimento, pelo entrevistador, de um questionário com perguntas fechadas sobre perfil individual e do grupo familiar dos entrevistados. 3. A terceira, com a realização da entrevista propriamente dita, semiestruturada, com roteiro contendo perguntas abertas sobre aspectos como a condição atual de emprego/desemprego do entrevistado; sua

experiência ocupacional passada; a relação com o emprego formal e informal; a caracterização da sua situação familiar e domiciliar; a relação e percepção das políticas públicas, dentre elas o próprio sistema público de emprego; além de abordar aspectos transversais que afetam a trajetória dos trabalhadores no mercado de trabalho e que podem gerar desigualdades e discriminações (gênero, idade, escolaridade, raça).

Das dezessete entrevistas realizadas, dez ocorreram na agência SINE de Pelotas e sete na agência SINE de Rio Grande. Em Pelotas, foram entrevistados cinco homens e cinco mulheres. Em Rio Grande, foram entrevistados três homens e quatro mulheres.

Em relação à condição de ocupação dos entrevistados, a maior parte deles, dez no total, estavam desempregados e, dentre estes, cinco estavam no SINE para tentar dar entrada no seguro-desemprego. Um dos entrevistados, que preferiu interromper a entrevista para ser atendido no balcão e depois retornar, quando voltou, informou que não poderia dar entrada no seguro, pois não tinha o tempo de serviço exigido para o receber o benefício. Cinco entrevistados estavam ocupados, todos trabalhando informalmente. Dentre eles, havia um homem que trabalhava como pedreiro, três mulheres como faxineiras diaristas e uma como babá. Além disso, havia um entrevistado que era estudante de graduação e bolsista de iniciação científica e outra entrevistada que era aposentada.

Quando se considera a ocupação/profissão dos entrevistados, cabe destacar que nem todos se mantiveram na mesma atividade ao longo da vida profissional, e isso vale também para os jovens. No entanto, considerando a ocupação mais recorrente ou a última exercida pelos entrevistados, identifica-se que quatro entrevistadas eram faxineiras/domésticas, uma cozinheira (mas também já havia trabalhado como empregada doméstica) e outra, que também já havia trabalhado em serviços gerais de uma empresa, atuava informal e esporadicamente como babá. Uma entrevistada era vendedora e outra técnica em contabilidade. Dois entrevistados, uma mulher e um homem, em sua última ocupação, haviam atuado como auxiliar administrativo. Três entrevistados, homens, eram serventes de obras. Havia também um motorista, um que trabalhava em serviços gerais e outro que trabalhou no setor industrial, em Rio Grande, como auxiliar de ensaque. Além destes, havia um entrevistado que era estudante de graduação na universidade.

A exceção do estudante, os demais entrevistados, até mesmo aqueles que estavam na informalidade, já haviam trabalhado com carteira de trabalho assinada. O jovem universitário já havia tido uma experiência de emprego informal como *office boy* em um escritório de contabilidade por dois anos.

As trajetórias ocupacionais dos entrevistados mostram-se bastante instáveis, guardando, de um modo geral, uma forte proximidade à condição de desemprego ou subemprego, a informalidade sendo também um traço marcante em quase todas elas. No caso das faxineiras diaristas, por exemplo, essa instabilidade é uma característica bem marcante, gerando ou intensificando inseguranças, na medida em que a remuneração se torna incerta.

A experiência objetiva de emprego ou de desemprego, a natureza do vínculo social de trabalho, para além do próprio conteúdo da atividade laboral, condiciona o modo como esses indivíduos atribuem um significado às suas experiências ocupacionais, bem como ao modo como constroem suas identidades sociais. Essa distinção – relação ao vínculo social de trabalho e ao conteúdo do trabalho – fica evidente no relato de um trabalhador do setor industrial portuário de Rio Grande, já que se observa, em seu depoimento, uma identificação negativa com o trabalho exercido como ensacador na linha de produção de fertilizantes, ao mesmo tempo em que havia uma identificação positiva com seu vínculo social de trabalho com a empresa. Nesse sentido, o entrevistado afirmou:

“Eu não vou te dizer que é uma função que eu amava fazer, mas era, digamos, uma oportunidade pra eu ir melhorando, entendeu? Como eu não tinha trabalhado na função, eu entrei com disposição pra melhorar, dando o meu máximo pra poder subir na empresa. Até porque a empresa dá essa opção pro trabalhador e tinha muitos exemplos de pessoas que entraram na mesma função que eu entrei e foram subindo, né. E eu tava mais por essa oportunidade mesmo de melhorar dentro da empresa. Uma empresa que sempre pagou direitinho, tinha os benefícios, tinha plano de saúde... Tudo isso dá uma ajuda, né, pra quem tem filho também, tem família. Então eu não tinha o interesse de me desligar dela. Tanto que eu entrei nessa função, a função mais por baixo que tinha foi essa que eu entrei e eu não tava gostando da atividade que eu tava exercendo, mas tava pensando naquilo que podia vir pela frente, né. Isso que me motivava tá lá trabalhando”. (Entrevistado 01, 28 anos)

Nota-se, portanto, que a motivação do entrevistado em trabalhar no ensaque de fertilizantes, em seu último emprego, não se dava em função do conteúdo dessa atividade, mas em função da natureza do vínculo com a empresa, marcado por um conjunto de direitos e proteções, além da expectativa vislumbrada de crescimento profissional. Trata-se, este, de um padrão de identificação com o trabalho utilizado como referência na sua procura por um novo emprego. Sua pretensão, no momento da entrevista, era de se manter em um emprego similar no setor industrial, tendo em vista que a remuneração e os benefícios neste setor são maiores do que em outros setores:

“Eu tenho tentado na indústria, porque no comércio o salário é um pouco mais reduzido do que na indústria, né, e na indústria é bom porque tu tens hora extra e tal e aí tu consegues dar uma aumentada no salário. Por isso que eu tenho procurado na indústria já por um tempo, já, faz uns seis anos que eu tô na indústria, então eu tenho procurado pra esse lado”. (Entrevistado 01)

Há, portanto, uma identificação positiva desse entrevistado com o setor industrial, em geral, no qual ele pode lograr melhores condições de remuneração, valorização, oportunidades profissionais, o que constitui um tipo específico de relação subjetiva com o trabalho assalariado protegido, construída positivamente com base na natureza desse vínculo social. Essa identidade com o emprego assalariado não é um elemento circunstancial e fortuito, mesmo que o entrevistado esteja desempregado no momento da entrevista. Trata-se de uma referência significativa que continua orientando suas práticas no mercado de trabalho. O emprego protegido apresenta-se não só como a única forma de emprego por ele experimentada, mas como uma possibilidade desejada em relação ao futuro, dada a expectativa de ascensão profissional. A informalidade e o trabalho individual autônomo não aparecem em seu horizonte como alternativas de trabalho.

Para algumas entrevistadas que experimentaram trajetórias marcadas mais sistematicamente pela precariedade e vulnerabilidade, alternando situações de formalidade e informalidade, o emprego assalariado protegido também se apresenta frequentemente como referência de trabalho, mesmo que o conteúdo do trabalho realizado não seja percebido como positivo, como se pode perceber nos depoimentos a seguir de algumas mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas:

“Eu quero um serviço de carteira assinada pela estabilidade. Porque vai que a gente cai aí num serviço de faxina, fica quebrada, né, em casa. Aí tem que se virar, mas tá difícil...” (Entrevistada 06, 53 anos).

“Tô buscando oportunidade com carteira assinada, todo o tempo que eu trabalhei foi só por conta mesmo. [...] E agora tô buscando a primeira oportunidade de carteira, né. É melhor, né, na verdade.” (Entrevistado 11, 26 anos).

Nos relatos acima, destaca-se a dimensão da proteção do trabalho com carteira assinada face à insegurança e risco do trabalho sem carteira. A experiência de formas instáveis de trabalho pode aguçar a percepção da necessidade de mais segurança.

Por outro lado, essa percepção pode contrastar com a maneira de perceber o próprio conteúdo do trabalho. Ou seja, o trabalho pode ser percebido, nesse sentido, tanto negativamente como positivamente. No primeiro caso, uma das entrevistadas enxergava suas atividades como extremamente penosas e desvalorizadas, destacando diversas vezes o fato da empregada doméstica ter que realizar múltiplas tarefas:

“Tu tens que te desdobrar em mil, tu tá cuidando a panela, tu tá vendo se a máquina tá lavando, tu corres pra atender o telefone... Se tem criança, tu tens que prestar atenção se a criança não tá lá fazendo alguma coisa que corra risco, entendeu? Uma casa de família é mil e uma coisa e eles não querem saber se tu és humana, se tu dás conta, se tu não dás conta. Eles querem chegar em casa e que *esteja* tudo impecável e no outro dia tu vai encontrar aquilo, assim, pior do que tu encontre na manhã anterior.” (Entrevistada 05, 50 anos).

Esta entrevistada, que estava no SINE buscando um emprego, pretendia encontrar uma vaga com carteira assinada pela estabilidade, desejando, ainda, abandonar a condição de empregada doméstica. Sua esperança era conseguir trabalhar em uma empresa de serviços gerais. Seu nível de escolaridade/qualificação era percebido como um limitador da possibilidade de obter um trabalho melhor, conforme sua fala: *“mas eu me contento com a limpeza, eu não quero ter a pretensão de ser uma caixa de supermercado, entendeu! Eu quero fazer o que eu sei fazer.”* A entrevistada “se permitia desejar” o trabalho em uma empresa de serviços gerais, já que nesta executaria o tipo de função na qual já tem experiência, mas com a vantagem de ter maior segurança e estabilidade no emprego, proporcionada pela formalização do vínculo.

Já a outra entrevistada que trabalhava como empregada doméstica, que já havia atuado tanto formal quanto informalmente, mostrou identificar-se positivamente com a sua ocupação, sugerindo sentir prazer em exercer sua atividade e satisfação em ser útil e reconhecida pelas pessoas para quem prestava serviço. A entrevistada, neste sentido, relata: [... As pessoas] *“gostam do meu serviço, né, que graças a Deus isso eu tenho de bom [...] o mesmo carinho que eu cuido das minhas coisas, eu cuido das deles”*.

No entanto, de forma naturalizada, também aparecem, em sua fala, os condicionamentos sociais de sua condição, a falta de escolaridade, por exemplo, como fatores que limitam seu horizonte de vida e trabalho. Esta entrevistada acredita estar capacitada apenas para o trabalho como empregada doméstica, afirmando explicitamente que nunca “gostou” de estudar: *“Eu não sei fazer outra coisa... Eu nasci pra ser... pra cuidar da casa dos outros e da minha, eu não nasci pra estudar porque eu não gosto, mas meus filhos todos estudam, eu sempre incentivei meus filhos.”* (Entrevistada 06, 53 anos).

De modo geral, nota-se que trabalho assalariado ainda aparece como uma referência para muitos trabalhadores e trabalhadoras, diante de situações de instabilidade do emprego, de desemprego e de redução de direitos, como alternativa a essas condições precárias de trabalho. A identificação com esse tipo de trabalho se mostrou presente nos depoimentos dos entrevistados, ainda que uma relação puramente instrumental ao trabalho como ofício esteja frequentemente presente, como nos casos em que o emprego, qualquer que seja, é visto como um simples meio para se garantir o acesso a uma remuneração e, conseqüentemente, à sobrevivência.

Enfim, percebe-se que os trabalhadores desejam, frequentemente, um emprego formal, independentemente do conteúdo do trabalho e da ocupação a ser exercida. O que está em jogo, nesse desejo, não é apenas a remuneração salarial direta, mas as proteções adjacentes, as garantias em termos de jornadas e condições de trabalho que asseguram aos trabalhadores mais autonomia em relação às condições de subordinação pessoal das formas de trabalho informais. Neste sentido, os direitos e proteções sociais não constituem apenas salários indiretos, mas condições de trabalho que podem assegurar mais autonomia e resistência à arbitrariedade.

#### **4. Conclusões**

Os resultados provisórios e incipientes alcançados a partir da análise de trajetórias e experiências de trabalhadores e trabalhadoras nos mercados de trabalho de Pelotas e Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul, indicam, de fato, que o trabalho é uma atividade social significativa na produção e transformação de identidades, identificações e reconhecimentos significativos que os atores fazem a respeito de si mesmos, em termos sociais e pessoais. Essas identidades e identificações com o trabalho mostram-se dinâmicos, podendo se transformar significativamente com o tempo, a partir da mobilidade e vivência que os indivíduos têm de diferentes formas e relações de trabalho.

As experiências analisadas mostram, ainda, que o emprego assalariado protegido é, com frequência, um modelo de referência significativo para os indivíduos a procura de trabalho, na medida em que este tipo de trabalho é percebido como um importante suporte de direitos e proteções sociais, o que se reveste de uma dimensão emancipadora, com a possibilidade de melhor enfrentar situações de privação material, de laços de dependência e opressão.

Na análise dos depoimentos dos entrevistados, pudemos constatar também que a configuração do emprego assalariado como referência identitária, como modelo de referência positiva, pode manifestar-se a partir de vários elementos concretos nas relações sociais e de trabalho:

- Na relação (ou pertencimento) à empresa e na expectativa de ascensão profissional;
- Na relação à família e na possibilidade de assegurar o provimento do grupo familiar (papel de provedor);
- Na garantia de ter um rendimento estável, de recusa da precariedade e de outras formas opressiva de trabalho. Vale ressaltar, porém, que a identificação positiva com o emprego como

suporte de proteções pode vir acompanhada de uma identificação profundamente negativa com o trabalho como ofício e atividade laboral;

- Enfim, na possibilidade de conquistar ou manter mais estavelmente uma condição social marcada pela autonomia e independência pessoal (especialmente jovens e mulheres).

**PARTE V – OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, DIÁLOGO SOCIAL E  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA**



## CAPÍTULO 13 – O OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO E AS TRANSFORMAÇÕES DOS MERCADOS LOCAIS DE TRABALHO<sup>87</sup>

### 1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir algumas contribuições metodológicas desenvolvidas pelo Observatório Social do Trabalho da Universidade Federal de Pelotas-RS em suas atividades de monitoramento e análise de mercados locais de trabalho.

O Observatório Social do Trabalho (OBSERVATÓRIO, 2015) é um projeto de extensão, articulado com o ensino e com a pesquisa, vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e que tem como objetivo geral monitorar e analisar as transformações do trabalho e do mercado de trabalho em nível local e regional. As atividades do Observatório estão estruturadas em duas dimensões principais. De um lado, no âmbito acadêmico, procura-se promover o debate interdisciplinar em torno da temática do trabalho e de suas transformações na sociedade contemporânea. De outro, no âmbito da ação propriamente extensionista, procura-se fomentar o debate público, institucional e interinstitucional, bem como o diálogo social, no sentido de subsidiar e qualificar o planejamento, a ação e a avaliação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda no âmbito da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE-Sul)<sup>88</sup>.

O Observatório Social do Trabalho institucionaliza-se como projeto de extensão a partir de 2013, mas sua estruturação já vinha ocorrendo com a criação de um Portal na internet. Apesar da ambição de ter um alcance regional, o Observatório, estrategicamente, passou a concentrar

---

<sup>87</sup> A primeira versão deste artigo foi publicada na Revista Expressa Extensão da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pelotas (VARGAS, 2015). A segunda versão, ampliada, foi publicada no Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (VARGAS, 2017).

<sup>88</sup> A região sul do Estado do Rio Grande do Sul, área de abrangência do COREDE-Sul, abrange vinte e dois municípios. Além de Pelotas e Rio Grande, municípios polos, essa região abrange, ainda, os seguintes municípios: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu. Situada no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul e com uma população estimada pelo IBGE em 878.344 habitantes, em 2015, essa região possui uma área de 34.844,2 km<sup>2</sup>, isto é, 12,4% do território gaúcho (FEE, 2016). Para maiores detalhes sobre essa região ver: Vargas, 2012b; Vargas, 2014a; Observatório, 2015.

suas atividades nos municípios de Pelotas e Rio Grande<sup>89</sup>, devido à sua limitação de recursos materiais e humanos. Além disso, os dois municípios em pauta, sendo polos regionais, têm concentrados em seus territórios as principais atividades econômicas da região, o que permite monitorar com amplo alcance os aspectos mais centrais de seu desenvolvimento econômico.

## **2. Pressupostos teóricos: transformações no mundo do trabalho**

O enfoque teórico das atividades extensionistas do Observatório Social do Trabalho está balizado pelas transformações contemporâneas no mundo do trabalho que vêm sendo amplamente analisadas pela sociologia do trabalho. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica ocupacional é central na estruturação das formas de integração e conflito nas sociedades modernas e contemporâneas (OFFE, 1989). A sociologia do trabalho tem trazido importantes aportes no sentido de identificar essas transformações, bem como sua importância na configuração das desigualdades e dos problemas sociais enfrentados por essas sociedades. Tanto a questão do desemprego como aquela referente à multiplicação das formas de ocupação flexíveis e precárias têm ocupado um lugar central no debate sociológico contemporâneo. O processo de reestruturação do capitalismo, que já vem ocorrendo há mais de três décadas, provocou uma profunda transformação no chamado paradigma produtivo, consolidando, ao mesmo tempo, uma revolução tecnológica e uma revolução na organização do trabalho, além de alterar os princípios de regulação do próprio Estado. Um novo capitalismo, flexível, global, financeirizado, marcado pela exacerbação do individualismo, pela instabilidade econômica, psíquica e cultural, constituem a tônica dessas recentes transformações nas sociedades contemporâneas.

É nesse cenário que o trabalho se converte em um tema central de debate. Isto porque ele é decisivo não só para que os trabalhadores tenham acesso a um rendimento estável – o que é colocado em risco pelo desemprego e pela precariedade do trabalho – mas também porque o trabalho se constitui em um elemento fundamental na construção da cidadania e da identidade

---

<sup>89</sup> Pelotas e Rio Grande são dois municípios que apresentam perfis econômicos e demográficos distintos, mas que foram igualmente impactados pela forte crise do mercado de trabalho dos anos de 1990. Pelotas é um município que possui sua economia baseada no comércio e serviços, mas que apresenta também importante segmento nas atividades agroindustriais, principalmente no setor de beneficiamento do arroz e nas indústrias de conservas vegetais. Rio Grande abriga um importante complexo industrial portuário, sendo um corredor de entrada e saída de produtos de exportação e possuindo atividades relevantes ligadas à indústria química e de fertilizantes e à indústria pesqueira e de óleos vegetais. Segundo a FEE (2016), Pelotas contava com uma população estimada de 342.649 habitantes em 2015. Em 2013, seu PIB era de R\$ 5.920.548,00, ficando na nona posição da economia gaúcha, e seu PIB per capita era de R\$ 17.353,15, bem abaixo da média do Estado, de R\$ 29.657,28. O município de Rio Grande, por sua vez, contava com uma população estimada de 213.166 habitantes em 2015. Em 2013, seu PIB era de R\$ 8.155.095,00, ficando na quinta posição da economia gaúcha, e seu PIB per capita era de R\$ 39.556,92, um dos mais altos do Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2016).

social, individual ou coletiva. Como modalidade de pertencimento social, o trabalho tem estado no centro dos mecanismos de integração produzidos pela chamada sociedade salarial (CASTEL, 2001), na qual o Estado de bem-estar social tem funcionado como um princípio básico de solidariedade social (ROSANVALLON, 1995). O avanço da precariedade do trabalho tem se traduzido, portanto, na precarização das formas institucionais de proteção consolidadas através dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Todo esse sistema entra em xeque a partir das transformações do capitalismo contemporâneo.

No Brasil, o problema torna-se ainda mais delicado, visto que a esse processo mais recente de reestruturação capitalista e precarização do trabalho soma-se um processo histórico anterior gerador de elevada precariedade social e do trabalho. A expansão do capitalismo industrial no Brasil foi marcada por uma extensão limitada do trabalho assalariado protegido e por um forte crescimento das formas de trabalho não assalariadas ou assalariadas não protegidas, o que confere ao mundo do trabalho uma forte heterogeneidade (DRUCK, 2011; CARDOSO, 2010).

Nos anos noventa, com o avanço do processo de reestruturação produtiva, de reforma do Estado, enfim, de avanço das políticas liberalizantes, o mercado de trabalho passa por um forte processo de desestruturação, crescendo o desemprego aberto e as formas de ocupação informais e precárias (POCHMANN, 2002). Já nos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico e com a proposição de uma nova geração de políticas desenvolvimentistas e de inclusão social, esse quadro se altera significativamente. O mercado de trabalho volta a se estruturar novamente, o desemprego diminuindo sensivelmente, bem como a informalidade e precariedade do trabalho.

É nesse novo contexto, de melhoria dos indicadores do mercado de trabalho, que surge a proposta do Observatório Social do Trabalho. Tinha-se como alvo analisar o impacto das novas políticas de desenvolvimento para o país, particularmente aquelas que passaram a afetar a região sul do Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se, nesse caso, a formação do polo naval de Rio Grande<sup>90</sup>, bem como o conjunto de investimentos realizados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre tantos outros investimentos públicos (REUNI, etc.). Uma indagação fundamental, portanto, esteve na raiz de formação do Observatório: em que medida esse novo modelo de desenvolvimento implementado no país seria capaz de integrar, através do trabalho, imensas parcelas da população brasileira historicamente excluídas do acesso aos direitos sociais básicos e de seus mecanismos de proteção.

---

<sup>90</sup> A respeito dos aspectos econômicos do desenvolvimento dessa região e do papel do polo naval, ver Carvalho, Carvalho & Domingues (2013).

### 3. Observatórios do Trabalho: abordagens metodológicas e analíticas

No Brasil, os observatórios do trabalho surgem no final dos anos noventa e início dos anos 2000, no sentido de contribuir para o enfrentamento dos dilemas de um mercado de trabalho em crise (OBSERVATÓRIO, 2002; DIEESE, 2016a). Em sua maior parte, esses observatórios estavam diretamente ligados às secretarias estaduais e municipais de trabalho e emprego, constituindo-se, diretamente, como ferramentas para subsidiar os gestores na tomada de decisões. O DIEESE teve um papel fundamental na estruturação e apoio a esses observatórios. A situação do Observatório Social do Trabalho da UFPel e de outros observatórios ligados às universidades é bem diferente dessas experiências diretamente ligadas às políticas públicas. Nascidos no ambiente acadêmico, esses observatórios universitários apresentaram características e problemas específicos, tendo no horizonte a preocupação mais imediata com a produção de conhecimentos (sem articulação direta com as políticas públicas) e fortes limitações em termos de dotações de recursos, principalmente de pessoal especializado. Esses observatórios passam a funcionar principalmente com o apoio de bolsistas em âmbito institucional, não apresentando recursos orçamentários e estruturas de funcionamento próprias.

Depois de sua formação e, sobretudo, a partir de sua consolidação como projeto de extensão institucionalizado, as ações do Observatório Social do Trabalho da UFPel se concentraram na tentativa de consolidar uma competência metodológica de análise e interpretação dos principais indicadores locais de mercado de trabalho. A partir das principais fontes estatísticas brasileiras, realizou-se um conjunto de pesquisas visando à consolidação de um banco de dados, acessível no portal do Observatório na internet<sup>91</sup>, e de um boletim informativo sobre a conjuntura do emprego nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Apesar do alcance limitado das fontes de dados estatísticos sobre mercado de trabalho em nível local (municipal), explorou-se vastamente as fontes disponíveis: tanto os censos demográficos realizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da ferramenta SIDRA<sup>92</sup>, próprios para analisar as transformações estruturais do mercado de trabalho, como as fontes administrativas do Ministério do Trabalho (MTb), principalmente a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de

---

<sup>91</sup> A esse propósito, ver: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>

<sup>92</sup> Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Esse sistema, acessível no Portal do IBGE, permite fazer levantamentos de dados nas mais diversas áreas e temas, possibilitando ao pesquisador selecionar variáveis e montar tabelas, automaticamente, segundo suas necessidades (SIDRA, 2015).

Empregados e Desempregados (CAGED), esta última fonte sendo mais sistematicamente destinada à análise das mudanças conjunturais nos mercados locais de trabalho.<sup>93</sup>

O boletim informativo sobre a conjuntura do emprego em Pelotas e Rio Grande, publicado mensalmente desde o final de 2012<sup>94</sup>, utiliza-se de dados do CAGED para monitorar as variações sazonais do emprego formal nesses dois municípios.<sup>95</sup> Tais análises procuram captar tanto a variação absoluta e relativa do emprego total e setorial através dos saldos do CAGED (diferença entre o volume de admissões e desligamentos), como a estrutura setorial do emprego formal, revelando o peso dos diversos setores da atividade econômica.

Durante estes últimos anos, também foram produzidos relatórios e artigos analisando aspectos estruturais da evolução do mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande, através da análise dos censos demográficos do IBGE e dos dados da RAIS. Esses relatórios e artigos estão disponíveis no portal do observatório (OBSERVATÓRIO, 2015).<sup>96</sup>

#### **4. Precariedade nas transformações dos mercados locais de trabalho**

A seguir, apresenta-se alguns resultados das análises sobre a evolução dos mercados locais de trabalho de Pelotas e Rio Grande ao longo da década de 2000, elaborados a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010, do IBGE.

Como a literatura tem apontado, a análise desses dados revela que, de fato, ocorreu, em nível local, um processo de “desprecarização” do trabalho e do mercado de trabalho ao longo da década de 2000. No entanto, esses dados revelam igualmente que a precariedade do trabalho continua se apresentando como um dilema fundamental a ser enfrentado pela sociedade brasileira e pelas políticas públicas.

Conforme a Tabela 22, observa-se, nesse período, um forte crescimento da ocupação, acompanhada de uma correspondente redução das taxas de desemprego, tanto em Pelotas como em Rio Grande. Em Pelotas, a população ocupada cresceu 18,8% nesse período e a taxa de desocupação caiu de 17,3%, em 2000, para 7,6%, em 2010. Em Rio Grande, a taxa de crescimento da população ocupada foi ainda maior, de 25,8%, a taxa de desocupação caindo de

---

<sup>93</sup> Estas bases estão disponíveis ao público no Portal do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho (MTb), no seguinte endereço eletrônico: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/>. A partir de 2020, o CAGED passou por mudanças metodológicas, surgindo o NOVO CAGED. A esse propósito, também consultar o portal do PDET.

<sup>94</sup> A esse propósito, ver: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/estudos-e-analises/boletim-informativo/>

<sup>95</sup> Mais recentemente, a partir de janeiro de 2020, tem sido utilizados os dados do Novo CAGED. O Novo CAGED introduz algumas inovações metodológicas, interrompendo, em parte, a série histórica do CAGED antigo.

<sup>96</sup> A esse propósito, ver: <https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/estudos-e-analises/relatorios/>

19,1%, em 2000, para 8,6%, em 2010. A taxa de crescimento da população ocupada foi bem superior à taxa de crescimento da população economicamente ativa, que foi de 6,3%, em Pelotas, e de 11,5%, em Rio Grande.

Além disso, é possível observar, igualmente, no referido período, o crescimento do emprego protegido, com carteira de trabalho assinada, e uma redução do emprego sem carteira de trabalho. O crescimento do emprego protegido se deu em níveis superiores ao próprio crescimento da ocupação, o inverso ocorrendo com o emprego sem carteira de trabalho assinada. Em Pelotas, a taxa de crescimento do emprego com carteira foi de 35,4% e em Rio Grande de 45,7%.

Finalmente, a taxa de informalidade da população ocupada diminuiu sensivelmente durante a década de 2000. Em Pelotas, essa taxa caiu de 43,7%, em 2000, para 33,6%, em 2010. Em Rio Grande, ela caiu de 36,9% para 29,9% nesse mesmo período<sup>97</sup>.

**Tabela 22 - População Total, População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA), População Ocupada (PO), População Desocupada (PD), População Não Economicamente Ativa e Taxas de Atividade, de Desocupação e de Informalidade, Variações Relativa e Absoluta, Pelotas e Rio Grande, 2000 e 2010.**

Indicadores	Pelotas				Rio Grande			
	2000	2010	Var. Abs.	Var. Rel.	2000	2010	Var. Abs.	Var. Rel.
<b>População Total</b>	323.034	328.275	5.241	1,6	186.544	197.228	10.684	5,7
<b>- PIA</b>	270.427	288.984	18.557	6,9	154.739	171.530	16.791	10,9
<b>- PEA</b>	152.095	161.707	9.612	6,3	80.751	90.004	9.253	11,5
<b>- PO</b>	125.768	149.472	23.704	18,8	65.363	82.230	16.867	25,8
<b>- Emprego c/carteira*</b>	49.561	67.087	17.526	35,4	27.112	39.509	12.397	45,7
<b>- Emprego s/carteira</b>	21.629	23.330	1.701	7,9	12.880	14.078	1.198	9,3
<b>- PD</b>	26.327	12.235	-14.092	-53,5	15.388	7.774	-7.614	-49,5
<b>- PNEA</b>	118.332	127.277	8.945	7,6	73.988	81.526	7.538	10,2
<b>Taxa de Atividade</b>	56,2	56,0	-0,3	-0,5	52,2	52,5	0,3	0,5
<b>Taxa de Desocupação</b>	17,3	7,6	-9,7	-56,3	19,1	8,6	-10,4	-54,7
<b>Taxa de Informalidade**</b>	43,7	33,6	-10,1	-23,1	36,9	29,9	-7,0	-19,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010. Acesso em: 06 abr. 2016.

\* Incluídos os trabalhadores domésticos e excluídos os militares e funcionários públicos estatutários.

\*\* Participação percentual dos ocupados que não contribuem para a previdência social em relação ao total da população ocupada.

<sup>97</sup> Vale registrar que para o Estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil, essas taxas são, respectivamente, de 32,7% e de 39,5%, em 2010.

Apesar dessa melhoria dos principais de indicadores de mercado de trabalho nesse período, evidenciando-se, portanto, um processo “desprecarização” dos mercados locais de trabalho em seu conjunto, é importante registrar que os níveis de precariedade desses mercados continuam muito elevados em 2010. Somando-se a população ocupada, submetida a uma situação de informalidade, com a população desempregada, identifica-se um número elevado de trabalhadores em uma situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Trata-se, neste caso, de trabalhadores em situação de risco e de limitado acesso a seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Em 2010, o volume de trabalhadores nessa condição é de 62.482 em Pelotas e de 32.342 em Rio Grande. Trata-se, respectivamente, de 38,6% e de 35,9% de suas populações economicamente ativas.<sup>98</sup> A forte dinâmica de crescimento da economia brasileira e da economia local, bem como de melhoria de seus indicadores de mercado de trabalho, não deu conta de superar esse patamar elevado de vulnerabilidade, uma vez que é enorme a “dívida histórica” herdada do período auge de expansão capitalista no Brasil (1930-1980) e do período de crise econômica e ajuste liberal (1980-2000)<sup>99</sup>.

Além do mais, a tendência positiva de “desprecarização” rompeu-se a partir de meados de 2014, quando a economia brasileira começa a apresentar sinais de crise, quadro esse que se acentua em 2015 e 2016, com a recessão econômica e o crescimento das taxas de desemprego.

Os dados do Gráfico 8, a seguir, sobre a evolução anual do emprego formal, com base na RAIS, revelam essa tendência. De 2010 a 2014, o crescimento do emprego formal em Pelotas e Rio Grande se mostrou bastante elevado, especialmente neste último município, pois foi entre 2011 e 2014 que as atividades do polo naval atingiram seu ápice. Nesse período, foram criados 9.958 novos postos de trabalho em Pelotas e 17.011 em Rio Grande. A taxa de crescimento do emprego formal nesses municípios foi de 14,3% e 42,7%, respectivamente. A taxa média anual de crescimento do emprego formal foi de 3,6% em Pelotas e de 10,7% em Rio Grande<sup>100</sup>. Nota-se o impressionante crescimento do emprego neste último município, capitaneado pelo crescimento do emprego industrial nas atividades do polo naval.

Esses dados levam a crer que a melhoria dos indicadores de mercado de trabalho tenha continuado depois de 2010, principalmente em Rio Grande. No entanto, em relação a este município, que já apresentava melhores indicadores de mercado de trabalho que Pelotas, é preciso considerar que o crescimento do emprego pode acarretar também um aumento da taxa

---

<sup>98</sup> Para o Estado do Rio Grande do Sul e para o Brasil, essas taxas de vulnerabilidade são de 37,6% e de 47,1%, respectivamente.

<sup>99</sup> Em 2000, essas “taxas” de vulnerabilidade eram de 53,4% para Pelotas e de 49% para Rio Grande.

<sup>100</sup> Entre 2010 e 2014, no Estado do Rio Grande do Sul, o crescimento do emprego formal foi de 10,9%, o que representa uma média anual de 2,7%. No Brasil, esse crescimento foi de 12,5%, a uma taxa média anual de 3,1%.

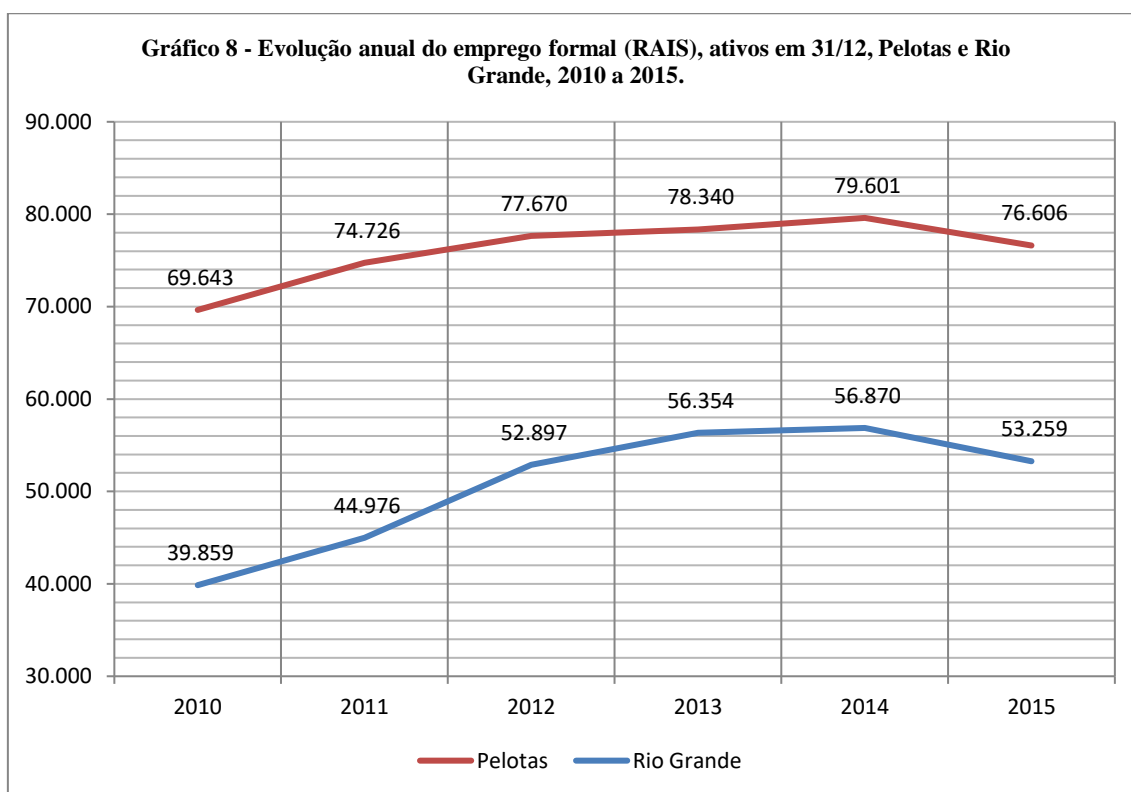
de atividade, isto é, um aumento da população a procura de trabalho ou emprego, o que pressiona o mercado de trabalho e minimiza os efeitos desse quadro positivo de crescimento do emprego sobre as taxas de desocupação que tendem a cair menos. Além do mais, a expansão do crescimento do emprego em Rio Grande foi fortemente marcada pela migração de trabalhadores de outras cidades e Estados da Federação, uma vez que para um sem-número de postos de trabalho gerados pela indústria naval não haviam trabalhadores locais qualificados<sup>101</sup>. Para minimizar essa situação, vários programas de formação profissional foram implementados com o objetivo de qualificar a população local para trabalhar no polo, mas essas iniciativas não deram conta de atender a elevada demanda de força de trabalho nesse período de *boom* econômico local. Isto explica, em parte, as diferenças de crescimento da população total, da população em idade ativa e da população economicamente ativa entre os dois municípios na década de 2000, conforme a Tabela 22. Em Rio Grande, o crescimento dessas populações foi bem superior ao de Pelotas. Todo esse quadro leva a crer que a redução dos níveis de vulnerabilidade da população trabalhadora de Rio Grande não tenha sido capaz de dar conta do déficit histórico de integração desses trabalhadores, conforme constatado através do censo demográfico de 2010.

Finalmente, é preciso registrar que o impacto da crise econômica nacional foi muito mais acentuado em Rio Grande que em Pelotas. Em 2015, observa-se, neste último município, uma perda de 2.995 vínculos formais de emprego, segundo a RAIS, o que corresponde a uma taxa de crescimento de -3,8% em relação ao ano anterior. Em Rio Grande, foram eliminados 3.611 postos de trabalho nesse mesmo ano, correspondendo a uma taxa de crescimento de -6,3% em relação ao ano anterior. Esse quadro de perdas continuou ao longo de 2016, ainda que tenha se mostrado mais ameno em Rio Grande do que em Pelotas. Até setembro desse ano, tinham sido registrados saldos de -2.178 empregos formais em Pelotas e de -663 em Rio Grande. Ou seja, os mercados locais de trabalho deterioraram-se sensivelmente nos anos de 2015 e 2016.

---

<sup>101</sup> Algumas estimativas, provavelmente superestimadas, dão conta de que em torno de 10.000 trabalhadores de fora do Estado teriam ido trabalhar no polo durante o período de auge da produção naval (Simon, 2015).





A fim de aprofundar-se um pouco mais a questão da relação entre desenvolvimento e mercado de trabalho, procura-se examinar mais detidamente, a seguir, o impacto dos investimentos do polo naval sobre a estrutural setorial do emprego formal no município de Rio Grande.

## **5. Um balanço das ações do Observatório Social do Trabalho e o diálogo social e acadêmico**

As análises acima apresentadas dão conta de que os mercados locais de trabalho passam por transformações importantes e apresentam uma série de problemas que devem ser enfrentados tanto no âmbito do debate público e da implementação de políticas públicas – em especial aquelas referentes a emprego, trabalho e renda – como no âmbito do debate acadêmico.

O Observatório Social do Trabalho tem tentado atuar nessas duas dimensões, apesar das dificuldades enfrentadas até o presente momento.

No que diz respeito à aproximação do Observatório com outras instituições ligadas ao mundo do trabalho, procurou-se implementar algumas parcerias, levantando e publicando uma série de indicadores como, por exemplo, aqueles referentes à intermediação de mão-de-obra do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e aqueles referentes à saúde dos trabalhadores do Centro

de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Procurou-se, ainda, organizar e analisar os indicadores do Ministério da Previdência Social sobre a concessão de benefícios acidentários e de doença profissional, mas a publicação desses indicadores ainda não foi implementada. Criou-se, também, um espaço inicial de reflexão, no âmbito acadêmico (seminários, debates), no qual vem se discutindo a ação de algumas dessas instituições, destacando-se, nesse particular, a participação do SINE/Pelotas, do Ministério Público do Trabalho e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)<sup>102</sup>.

Em função da desarticulação das políticas públicas de emprego, bem como devido à inexistência de comissões municipais de emprego e de secretarias municipais especializadas na área de trabalho e emprego<sup>103</sup>, o Observatório conseguiu avançar pouco no sentido de produzir subsídios efetivos aos gestores na análise e avaliação dessas políticas em âmbito municipal, uma vez que as mesmas são, com frequência, pensadas como o resultado de políticas macroeconômicas de desenvolvimento econômico. As diversas instituições públicas que atuam na área de trabalho e emprego também não conseguem dialogar e estabelecer um debate sobre suas ações. Neste sentido, as ações do Observatório pouco avançaram nessa direção.

Um passo decisivo nessa direção foi dado com a formação da rede nacional de observatórios do trabalho, desencadeada em meados de 2015 por iniciativa do Ministério do Trabalho e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Naquele ano, foram realizadas duas oficinas e um seminário nacional destinados a discutir e formatar a rede que se encontra em processo avançado de estruturação e que terá um papel fundamental na consolidação técnica e metodológica dos observatórios do trabalho no Brasil.

Ao final de 2015, assinou-se, igualmente, um importante acordo de cooperação técnica com o Ministério do Trabalho destinado a apoiar as atividades do Observatório e estabelecer

---

<sup>102</sup> Em 2014, entre 14 de outubro e 04 de novembro, promoveu-se um Ciclo de Debates intitulado “As Transformações do Trabalho na Região Sul do RS e o Papel das Instituições Públicas”, dele participando as instituições acima referidas.

<sup>103</sup> O município de Pelotas não possui uma secretaria especializada em políticas de trabalho e emprego, apenas secretarias de desenvolvimento, quais sejam: “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo” e “Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural”, além da “Secretaria Municipal de Justiça Social e Segurança”, que trata da assistência social no município (PELOTAS, 2015). Já o município de Rio Grande possui uma secretaria especializada que inclui tanto a questão do desenvolvimento como a questão do emprego, denominada “Secretaria de Município de Desenvolvimento, Inovação, Emprego e Renda”. No entanto, na descrição das atribuições dessa secretaria consta que ela “*tem por finalidade o planejamento, a proposição, a articulação, a coordenação, a execução e a avaliação das políticas municipais voltadas ao desenvolvimento da indústria, do comércio, da prestação de serviço, da ciência e tecnologia, do emprego e renda no âmbito local e, de forma integrada, regional, valendo-se da criatividade, da inovação e do planejamento estratégico*” (RIO GRANDE, 2015). Aparentemente, a questão do emprego aparece subsumida à questão do desenvolvimento, algo muito comum nos discursos políticos dominantes.

um debate sistemático com os gestores de políticas públicas e atores sociais relevantes no mundo do trabalho em âmbito local. Esta foi uma iniciativa do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, órgão vinculado à secretaria de políticas públicas de emprego do Ministério do Trabalho e envolve a participação de mais quatro universidades federais. A primeira etapa do plano de trabalho desses convênios já foi executada, com a definição da metodologia inicial de análise dos mercados locais de trabalho e das políticas de emprego, trabalho e renda<sup>104</sup>. Trata-se, pois, de um projeto ainda em fase de implantação, mas que apresenta uma perspectiva concreta de estreitamento dos laços entre algumas universidades – entre as quais a UFPel, através do Observatório Social de Trabalho – e os gestores locais de políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

No âmbito propriamente acadêmico, além das atividades de extensão acima referidas, conseguiu-se estabelecer uma conexão ainda incipiente, mas consistente, com o ensino de graduação, ocorrida, principalmente, através de atividades de ensino, em particular no Curso de Ciências Sociais<sup>105</sup>. No âmbito da pesquisa acadêmica, observa-se o maior avanço das atividades do Observatório, considerando que em torno de suas atividades vários trabalhos acadêmicos (Trabalhos de Conclusão de Curso) e artigos foram elaborados e publicados. Nesse sentido, o Observatório está inserido em uma rede de pesquisa, ainda embrionária, mas que reúne vários professores do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel e uma parceria com o Núcleo de Análises Urbanas (NAU), ligado à Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Destaca-se, neste sentido, os vários trabalhos acadêmicos que têm procurado analisar o impacto do setor naval sobre o trabalho e o mercado de trabalho local.<sup>106</sup>

## 6. Conclusões

O impacto positivo mais importante do Observatório Social do Trabalho, até o presente momento, tem se dado principalmente no âmbito acadêmico, na medida em que este projeto

---

<sup>104</sup> Cada uma das universidades públicas envolvidas no convênio, em diferentes Estados da federação, deverá desenvolver análises de mercados locais de trabalho, em um total de cinco municípios mais o próprio Estado. As universidades que mantêm convênio com o Ministério do Trabalho e Previdência Social são as seguintes: Universidade Federal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Pernambuco, Estado de Pernambuco; Universidade Federal de Campina Grande, Estado da Paraíba; Universidade Federal do Maranhão, Estado do Maranhão; e Universidade Federal do Pará, Estado do Pará.

<sup>105</sup> Trata-se, neste caso, das disciplinas optativas denominadas “Trabalho, Sociedade e Desigualdades I e II”, nas quais são trabalhados conteúdos de sociologia do trabalho voltados para a pesquisa sobre mercado de trabalho e políticas de emprego. Vale salientar que, nestas disciplinas, são amplamente apresentadas, discutidas e utilizadas as bases de dados estatísticos sobre mercado de trabalho no Brasil.

<sup>106</sup> Vargas & Fabres (2015); Vargas; Fabres & Salvador (2015); Vargas, F. (2014a); Fabres (2014).

tem colaborado para colocar e manter a temática do trabalho na agenda de pesquisa, estimulando alunos e professores a investigarem e a se dedicarem aos estudos do trabalho focalizados no âmbito regional.

As principais dificuldades e limitações do Observatório Social do Trabalho se manifestam no âmbito propriamente exterior ao ambiente acadêmico, face não só à precariedade das políticas públicas de emprego e ao frágil debate público e diálogo social sobre o tema trabalho, como também à limitação de recursos para ampliar suas ações. Nesse sentido, duas dimensões devem ser priorizadas nas ações futuras do Observatório.

De um lado, no âmbito interno, precisa-se ampliar as parcerias acadêmicas que podem propiciar não apenas um maior volume de atividades na área, mas também um rico diálogo interdisciplinar. A qualificação do Observatório é possível através da participação de diversas áreas acadêmicas, dentro ou fora das ciências sociais, como as áreas de jornalismo (qualificação da comunicação social), matemática e estatística (qualificação do tratamento das bases de dados estatísticos sobre mercado de trabalho), gestão pública e administração (qualificação da intervenção junto às instituições públicas), direito (qualificação da pesquisa e do debate no âmbito dos direitos sociais e trabalhistas), psicologia e terapia ocupacional (qualificação da intervenção no âmbito da questão da saúde no trabalho), além das áreas tradicionais das ciências sociais (ciência política e antropologia), com as quais as parcerias podem ser intensificadas, visando qualificar a intervenção no âmbito das políticas públicas de emprego.

De outro lado, no âmbito externo, e dotado de recursos suficientes, o Observatório pode ampliar suas ações tanto no sentido de estreitar os laços e parcerias com os atores e instituições ligados ao mundo do trabalho, como no sentido de ampliar a produção de conhecimentos acadêmicos que sirvam também para subsidiar a ação dos gestores. Neste sentido, o passo dado nessa direção através do acordo de cooperação técnica firmado entre algumas universidades públicas e o Ministério do Trabalho mostra-se estratégico. Os próximos passos na execução desse projeto envolverão a intensificação da interação e do diálogo com os gestores das políticas públicas e com os demais atores envolvidos com a temática do trabalho. As experiências desses gestores constituem um importante repositório de conhecimento não só sobre o funcionamento do mercado de trabalho, mas também sobre a estrutura e funcionamento das políticas públicas e seus problemas. Além disso, essa aproximação também implicará o estímulo à dimensão essencial do diálogo social, que envolve tanto os trabalhadores como os empregadores. Trabalhadores e empregadores também apresentam, a partir de suas experiências, um conjunto de vivências e conhecimentos fundamentais para a compreensão do mercado de trabalho e para a qualificação das políticas públicas. Nesse contexto, começa-se a se desenhar um quadro mais

adequado a partir do qual as atividades do Observatório podem tornar-se mais aplicáveis em termos práticos, estimulando-se o diálogo e a capacidade de construir diagnósticos e ações convergentes. Assim, as atividades do Observatório Social do Trabalho podem se converter, efetivamente, em um importante pilar na ampliação do debate público e do diálogo social para o enfrentamento dos dilemas apresentados pelo mundo do trabalho na contemporaneidade e, particularmente, no Brasil, tais como a precariedade do trabalho.

## CAPÍTULO 14 – OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O APOIO À INSERÇÃO DOS JOVENS EM UMA AÇÃO EXTENSIONISTA<sup>107</sup>

### 1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as ações de monitoramento do mercado de trabalho de Pelotas realizadas pelo Observatório Social do Trabalho (OST), projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) e ao Curso de Ciências Sociais, focalizando-se na interação estabelecida com os gestores locais de políticas públicas de emprego e, particularmente, em ação de apoio à inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Institucionalizado em 2013, o Observatório Social do Trabalho tem como um dos seus principais objetivos o monitoramento das transformações do mercado de trabalho da Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Parte-se do pressuposto de que o trabalho e o emprego são atividades sociais fundamentais no processo de integração social dos trabalhadores e na construção da cidadania (Castel, 2000). No entanto, as transformações recentes no mundo do trabalho colocam em xeque essa função social, produzindo situações crescentes de precariedade, exclusão e desigualdades sociais. O monitoramento dos indicadores de mercado de trabalho, portanto, permite a elaboração de diagnósticos e análises dos problemas de funcionamento do mercado de trabalho e das situações de risco e vulnerabilidade deles decorrentes.

O foco sobre a inserção dos jovens, proposto neste trabalho, deve-se à atenção especial dos gestores de políticas públicas a essa parcela da população trabalhadora particularmente afetada por situações de precariedade no mercado de trabalho. Os mercados de trabalho são espaços sociais constituídos por complexas relações e hierarquizações sociais, produzindo e reproduzindo desigualdades de diferentes tipos: de gênero, classe, raça, geração e sexualidade. Portanto, considerando-se, neste caso, as desigualdades geracionais, procura-se analisar o processo de inserção dos jovens no mundo do trabalho a fim de identificar suas características

---

<sup>107</sup> Este trabalho, elaborado em coautoria com Rafaella Egues da Rosa, bolsista de extensão, foi originalmente apresentado no VI Congresso de Extensão e Cultura da 5ª Semana Integrada de Inovação, Extensão, Pesquisa e Ensino da Universidade Federal de Pelotas, realizada em outubro de 2019. O título original do trabalho era “Monitoramento do Mercado de Trabalho e Políticas de Apoio à Inserção dos Jovens: Experiências e Reflexões da Ação Extensionista” (ROSA & VARGAS, 2019).

específicas e dificuldades, contribuindo, assim, para a elaboração de políticas adequadas no tratamento dessa importante questão social.

Nesse sentido, destaca-se o interesse dos gestores locais por realizar ações específicas com os jovens, o que se traduziu, por exemplo, no evento promovido pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)<sup>108</sup> em vinte e sete agências do Estado do Rio Grande do Sul. A “Ação Jovem”, como foi chamada, tinha por objetivo auxiliar a inserção dos jovens entre 14 e 29 anos no mercado de trabalho e contava com atividades de confecção da carteira de trabalho, cadastro no Sistema de Intermediação de Mão-de-Obra, encaminhamento para vagas de estágio/empregos e palestras com apoio de outras instituições. Na agência SINE de Pelotas, o evento teve a participação do Observatório Social do Trabalho, que realizou um encontro com os jovens, uma dinâmica reflexiva a respeito da cidadania e dos sentidos do trabalho.

Entendendo a importância da execução de ações focalizadas com essa população, propõe-se, neste trabalho, apresentar e avaliar a realização dessa ação e do monitoramento específico da situação dos jovens no mercado de trabalho de Pelotas.

## **2. Metodologia**

A fim de realizar esse balanço, apresenta-se, inicialmente, alguns dados estatísticos sobre a situação dos jovens no emprego formal em Pelotas. Utiliza-se duas bases de dados principais, de natureza administrativa, disponibilizadas pela Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A RAIS disponibiliza dados anuais e compreende o estoque total de vínculos empregatícios formais (regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e pelo estatuto dos servidores públicos). Já o CAGED reúne dados de movimentação mensal de vínculos empregatícios (apenas regidos pela CLT). A partir da RAIS, analisa-se os dados de evolução da participação no emprego formal segundo a faixa etária, no período de 2010 a 2017. A partir do CAGED, apresenta-se os dados da movimentação do emprego (admissões, desligamentos, saldo) segundo a faixa etária, além de dados sobre remuneração. Em termos estatísticos, considera-se jovens, os trabalhadores das faixas etárias até vinte e nove anos de idade.

---

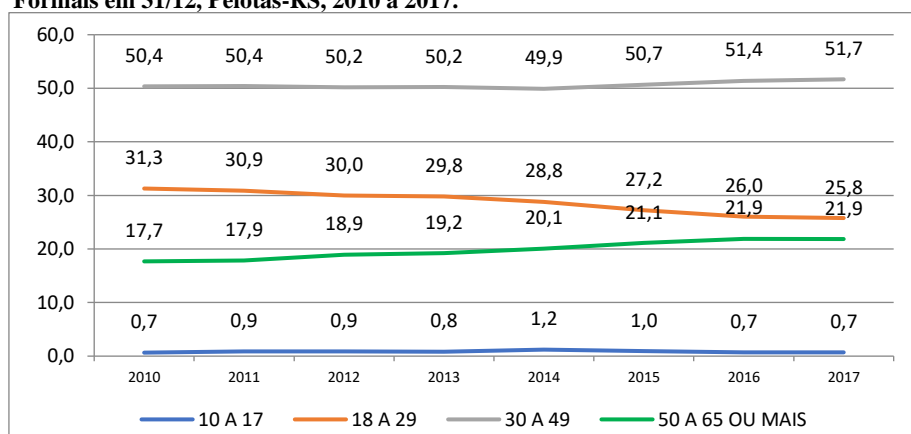
<sup>108</sup> Fundação pública ligada ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul que gerencia e executa as políticas públicas na área de trabalho, emprego e renda, particularmente aquelas realizadas pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Além disso, apresenta-se uma a caracterização da Ação Jovem, sobretudo da atividade proposta pelo Observatório Social do Trabalho nesse evento organizado pela FGTAS/SINE de Pelotas, no dia 14 de agosto de 2019.

### 3. Resultados e discussão

Conforme os dados do Gráfico 9, entre 2010 a 2017, a participação dos jovens de 18 a 29 anos de idade caiu de 31,3%, em 2010, para 25,8%, em 2017. Isto é, houve uma queda de participação que se acentuou no período de crise econômica (2015-2016). A participação da faixa etária até 17 anos manteve-se praticamente estável, em torno de 0,7%, com pequeno crescimento até 2014 e queda desde então.

**Gráfico 9 - Evolução da Participação (%) das Faixas Etárias no Estoque de Empregos Formais em 31/12, Pelotas-RS, 2010 a 2017.**



Fonte: Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, RAIS.

Já os dados do CAGED, que permitem o acompanhamento da conjuntura mais recente de movimentação do emprego, apontam que, entre os jovens de 18 a 29 anos, em 2018, houve 11.388 admissões e 10.139 desligamentos, resultando em um saldo de +1.249 vínculos, em um total de 21.527 movimentações. A categoria de jovens foi a mais movimentada no período, representando 44,8% do total dos 73.802 vínculos movimentados em Pelotas naquele ano, superando a movimentação ocorrida na faixa etária de 30 a 39 anos (que foi de 43,4%). No ano de 2018, o saldo total positivo de 613 vínculos, em Pelotas, decorreu do bom desempenho dessa categoria de jovens, inclusive dos menores na faixa etária até 17 anos (+488 vínculos). As faixas etárias acima de 30 anos de idade apresentaram, todas elas, saldos negativos.

Analisando-se os rendimentos médios dos vínculos movimentados por faixa etária, ainda segundo o CAGED, verifica-se que as remunerações entre os mais jovens são as mais baixas. O rendimento médio da faixa etária até 17 anos, de R\$ 727,25, representa apenas 51,7% do rendimento médio total, de R\$ 1.407,53. Na faixa de 18 a 24 anos de idade, o rendimento



corresponde a somente 88% do rendimento médio total, enquanto na categoria de 25 a 29 anos de idade o rendimento médio equivale a 99,8% do rendimento médio total.

Esse conjunto de dados ilustra aspectos importantes da realidade dos jovens no mercado de trabalho formal de Pelotas. Eles têm uma participação significativa no emprego celetista, que vem declinando, mas que aumentou novamente em 2018. Se, por um lado, esse dado mais recente é positivo e revela uma maior integração dos jovens no emprego, por outro, pode ser um sintoma de substituição dos trabalhadores mais velhos pelos mais jovens devido ao menor custo dessa categoria para os empregadores, já que possuem médias salariais mais baixas, como se constatou anteriormente. Ao mesmo tempo, os dados do CAGED de 2018 revelam que o volume de movimentação dos jovens é muito alto, o que mostra a proximidade dessa categoria às situações de rotatividade e instabilidade do emprego. A participação dos jovens no volume de movimentações (44,8%, segundo CAGED de 2018) é superior à participação dos mesmos no estoque total de empregos (de 25,8%, segundo a RAIS de 2017). Os jovens de Pelotas estão de fato muito expostos a situações de precariedade no mercado de trabalho local.

Em relação à ação desenvolvida junto aos jovens pela FGTAS/SINE, vale registrar que diferentes políticas públicas, principalmente a partir do início dos anos 2000, foram elaboradas e executadas no intuito de apoiar os jovens nos mais diferentes âmbitos da sociedade e permitir o acesso a direitos. No Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº14.723, de 2015, instituiu a Semana Estadual da Juventude e foi justamente durante este período que ocorreu a Ação Jovem nas agências FGTAS/SINE do Estado. O evento realizado em Pelotas teve amplo êxito no encaminhamento de jovens para vagas de estágios, um tipo de vínculo importante para integrá-los no trabalho, mas de caráter temporário e sujeito a forte instabilidade.

A atividade promovida pelo Observatório Social do Trabalho ocorreu no refluxo da procura à agência SINE pelos jovens, contando com a presença de apenas seis jovens, um deles acompanhado pela mãe. Assim, em termos de abrangência, a dinâmica teve pouco impacto. Porém, qualitativamente, foi muito positiva, já que criou um importante espaço de reflexão para os jovens presentes sobre os diferentes sentidos que o trabalho pode ter. Com o auxílio de recurso audiovisual, foram projetadas imagens que permitiam apresentar informações e estimular os jovens a refletirem sobre o mundo do trabalho. Buscou-se trabalhar alguns temas: autonomia/subordinação e prazer/sofrimento no trabalho, além de abordar questões relativas às expectativas e projetos pessoais desses jovens, bem como questões sobre direitos e obrigações. Todos os jovens presentes possuíam menos de dezoito anos de idade e estavam ainda cursando o ensino médio. Duas jovens já haviam tido experiências de trabalho sem carteira assinada, como garçonne e como caixa de supermercado. De uma maneira geral, esses jovens consideram

o trabalho como sinônimo de liberdade, autonomia, sobretudo financeira. Os jovens possuíam expectativas de voltar a conseguir um emprego o quanto antes, mas também destacaram a vontade de ingressar no ensino superior, aspirando a uma melhor formação profissional.

A interação com os jovens evidenciou a importância de eventos e diálogos semelhantes, notando-se desconhecimento dos mesmos em relação ao acesso a direitos, às situações de formalidade/informalidade no emprego. Tal constatação evidencia a necessidade de formulação de novas ações em que os jovens sejam protagonistas e reflitam sobre estas e outras dimensões básicas de sua cidadania e características do mundo do trabalho. Além disso, a pretensão dos jovens de dar seguimento aos estudos depois do ensino médio e se qualificarem para o mercado de trabalho também configura uma realidade contemporânea específica que precisa ser incorporada nas políticas públicas de juventude e trabalho, tendo em vista que, se por um lado, a qualificação é cada vez mais exigida no mercado de trabalho, por outro, muitos jovens não conseguem atuar na área de suas formações e recorrem a empregos de menor qualificação.

#### **4. Conclusões**

O monitoramento do mercado de trabalho apresenta-se como atividade de fundamental importância para conhecer o processo de inserção ocupacional dos jovens e subsidiar a formulação de políticas públicas e ações visando tratar os problemas identificados. Salienta-se que um dos principais problemas enfrentados no monitoramento quantitativo é a falta de dados mais abrangentes sobre mercado de trabalho que permitam uma compreensão mais ampla das mudanças que vem ocorrendo nos mercados locais, principalmente informações sobre informalidade e desemprego, indisponíveis nas bases de dados existentes.

Quanto à participação do Observatório Social do Trabalho no evento Ação Jovem, revelou-se igualmente importante, ainda que incipiente, evidenciando-se a necessidade de realizar ações com planejamento mais abrangente no que diz respeito à coleta de informações, à análise dos dados e ao diálogo entre as instituições envolvidas. Trata-se de um potencial foco de ações extensionistas por parte da universidade, centrada no diálogo e colaboração entre os atores envolvidos, principalmente instituições públicas. Nesse sentido, além de estreitar os laços e parcerias com uma instituição tão relevante no mundo do trabalho como o SINE, o conhecimento acadêmico pode propiciar o diálogo social com a população em geral, com os próprios jovens, como neste caso, auxiliando-os no enfrentamento dos dilemas referentes à sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho.

## CONCLUSÕES

Através do presente trabalho, procurou-se explorar algumas possibilidades analíticas e práticas de uma sociologia do mercado do trabalho. Em termos teóricos, procurou-se analisar os fundamentos históricos do mercado de trabalho como espaço social de produção de desigualdades sociais em relações sociais de classe específicas, engendradas pela formação e desenvolvimento do capitalismo moderno. Na articulação e imbricamento com essas relações sociais de classe, de forma interseccional, analisou-se também outras dimensões das desigualdades sociais, sobretudo as desigualdades de gênero, engendradas em relações sociais de gênero, mas também desigualdades de geração e territoriais. Nestes termos, explorou-se a hipótese teórica de que as desigualdades sociais constituem, ambígua e continuamente, formas de integração social subordinada e formas sistemáticas de exclusão social, além de resistências e lutas sociais, aspecto este, porém, pouco abordado neste trabalho.

Em termos empíricos, explorou-se, sobretudo, a realidade social da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, a chamada “Zona Sul”, tendo Pelotas e Rio Grande como municípios polos. Procurou-se, nesses territórios, rastrear a dinâmica de produção das desigualdades sociais em nível local e regional, identificando as formas de integração e exclusão social na perspectiva de uma sociologia do mercado de trabalho. Também se explorou, em termos empíricos, alguns aspectos gerais dessa dinâmica de produção das desigualdades sociais no Brasil, a partir, sobretudo, da análise do desemprego e do emprego formal.

Em termos práticos, procurou-se relatar a experiência do Observatório Social do Trabalho como projeto de extensão, articulado com o ensino e a pesquisa, como espaço de diálogo social na tentativa de monitoramento e produção de conhecimentos sobre a realidade social local, focalizada no mercado de trabalho e na produção de suas desigualdades sociais.

Dado o acúmulo de experiência e reflexão levados a cabo nos últimos anos nesse empreendimento, a partir de uma perspectiva sociológica teórica, empírica e prática centrada na análise de mercados de trabalho, propõe-se, a seguir, algumas conclusões provisórias, parciais, a serem tomadas como objetivos e hipóteses futuras de investigação.

Primeiramente, vale ressaltar que a sociologia do mercado de trabalho enquanto perspectiva analítica, mostra-se uma ferramenta poderosa de compreensão e intervenção na

realidade social contemporânea, desvendando mecanismos profundos de produção das desigualdades sociais e, conseqüentemente, de processos de inclusão/exclusão sociais. Neste sentido, as referências teóricas mobilizadas neste trabalho mostram que a dinâmica de acumulação capitalista contemporânea, moldada pelo princípio da flexibilidade, isto é, no modelo da empresa enxuta, ancorada na produção e gestão flexível da força de trabalho, na intensificação da concorrência intercapitalista, na autorregulação mercantil e no enfraquecimento da regulação pública, tendem a produzir e reproduzir desigualdades sociais de classe, de gênero, de configuração dos espaços geográficos, de raça/etnia, de geração, etc.. A dinâmica histórica de mercantilização, desmercantilização e remercantilização da força de trabalho - mercadoria fictícia, nos termos de Polanyi - tal qual foi reconstituída no percurso teórico deste trabalho, desvenda o âmago das relações sociais de classe na contemporaneidade. Essa dinâmica, além de implicar um processo crescente de redução dos direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora, daquilo que se tem chamado de precarização do trabalho, com o conseqüente aumento das desigualdades sociais, tem implicado também uma profunda transformação nas subjetividades das pessoas que trabalham, reconfigurando-se seus processos identitários, sem, no entanto, que uma identidade com o trabalho remunerado assalariado deixe de se revelar importante. Logo, se há um processo acelerado de remercantilização da força de trabalho nesse capitalismo flexível, a ponto de transformar a forma de subordinação nas relações capitalistas, reduzindo-se a forma tradicional do “emprego diretamente subordinado” em detrimento daquela do “trabalho autônomo indiretamente subordinado”, frequentemente definido como empreendedor, esse processo não ocorre sem ambigüidades e resistências. A autonomia vivida na informalidade, insegurança e precariedade, sobretudo em contextos de crise e em espaços periféricos marcados por recursos escassos, tende a reforçar a relação com o emprego assalariado protegido como referência subjetiva positiva. As trabalhadoras e os trabalhadores resistem permanentemente às suas condições sociais e de trabalho marcados pela precariedade, seja aventurando-se em práticas autônomas e “empreendedoras” de trabalho, seja na busca por um emprego protegido, com os direitos sociais garantidos. Por essa razão, os contextos sociais serão determinantes na definição das escolhas dos atores sociais, os processos de integração/exclusão estando constituídos e condicionados pela interseccionalidade, pelo imbricamento de relações sociais diversas (classe, gênero, geração, raça/etnia) em espaços sociais específicos. Neste sentido, também, na mesma medida em que avança a dinâmica de precarização do trabalho, este parece afirmar-se como uma atividade social central nas sociedades contemporâneas, seja no sentido de se constituir em um veículo fundamental capaz de assegurar objetivamente a sobrevivência e o bem estar material das pessoas como “trabalhadoras e trabalhadores”, seja no sentido de preservar subjetivamente a dignidade, o

reconhecimento e o autorreconhecimento dessas pessoas, supondo identidades sociais. Nessa dinâmica de transformações sociais, as sociedades contemporâneas enfrentam um dilema fundamental, uma questão social de primeira grandeza, pois, por um lado, ao mesmo tempo em que avança a precarização do trabalho, o desemprego estrutural e o excedente de pessoas inúteis para o mundo, como diria Castel, por outro, avançam e reconfiguram-se os conflitos sociais, as demandas por reconhecimento, as pressões sociais decorrentes da miséria, da pobreza, da fome, da vulnerabilidade social e a conseqüente necessidade de combater esses sintomas das desigualdades sociais extremas. Esse dilema se manifesta também na fragilização dos instrumentos de enfrentamento desses problemas sociais decorrentes do avanço do Estado liberal, da desregulação e da mercantilização das relações sociais. A mobilização e a luta no enfrentamento a essas questões tornam-se os grandes dilemas daqueles sujeitos sociais que tentam se confrontar com essas tendências.

No Brasil, igualmente, o mercado de trabalho mostra-se um espaço social privilegiado a partir do qual é possível desvendar, de uma perspectiva sociológica, essas dinâmicas sociais de produção das desigualdades, em suas dimensões objetivas e subjetivas. Viu-se o quanto essas desigualdades se configuram a partir das formas que assume a privação de trabalho, o desemprego. O elevado excedente estrutural de trabalhadores é um fenômeno que perpassa toda a história de desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, expressando-se em um mercado de trabalho extremamente heterogêneo em termos de relações de produção (capitalistas monopolistas, capitalistas concorrenciais, produção familiar, produção comunitária, economias social e solidária, economias de subsistência) e formas de trabalho (emprego protegido, emprego instável, trabalho autônomo, trabalho familiar, trabalho comunitário, etc.), expressando-se nos elevados níveis de integração precária da classe trabalhadora e na restrita integração estável. Neste sentido, como se viu neste trabalho, a privação de trabalho supõe formas invisíveis que se expressam em elevados níveis de desalento e de subocupação da população, fenômenos não imediatamente visíveis nas estatísticas oficiais sobre o desemprego ou desocupação aberta. O próprio emprego assalariado registrado, mostra-se pouco protetor, apresentando elevados níveis de instabilidade, expressa na elevada movimentação e rotatividade da força de trabalho, na baixa remuneração, na baixa duração dos vínculos de emprego. Se, durante os primeiros quinze anos do século XXI, essa tendência de precarização parecia arrefecer-se e avançar um processo de desprecarização do trabalho, logo a seguir percebeu-se que se tratava de uma tendência frágil, pouco sustentável, resultante de um reformismo fraco, conforme sugere Singer, uma tentativa de implementar um novo desenvolvimentismo que mostrou limites intrínsecos e acabou sendo solapado pela ofensiva

neoliberal a partir do golpe institucional de 2016, que derrubou a presidente Dilma Rousseff. Desde então, as reformas só aprofundaram essa dinâmica de precarização, sobretudo através da reforma trabalhista (2017) e da reforma da previdência (2019). Esse conjunto de transformações no sentido da precarização não pode ser lido como um fenômeno homogêneo que afetaria o conjunto da classe trabalhadora de maneira uniforme. O que os dados empíricos e a perspectiva interseccional nos mostram, é que essas desigualdades afetam diferentemente homens e mulheres, brancos e negros, jovens, adultos e velhos, trabalhadoras e trabalhadores mais ou menos escolarizados e qualificados e, mais ainda, aqueles que acumulam esses diversos tipos de desvantagens como é o caso, por exemplo, das mulheres jovens, negras e pobres. Nestes termos, as mulheres mais do que os homens vivenciam a privação de trabalho invisibilizada pelo desalento e vivida frequentemente nas injunções do trabalho e das responsabilidades domésticas. Do mesmo modo, são as mulheres que ocupam de maneira desproporcional os empregos mais instáveis do trabalho assalariado regular, o emprego formal.

Nessa mesma direção, a região sul do Estado do Rio Grande do Sul, como se viu no decorrer deste trabalho, mostrou-se um espaço geográfico e social não só marcado pelas tendências gerais do capitalismo mundial e brasileiro, identificadas acima, mas também atravessado por especificidades históricas que o colocam em uma posição periférica e subordinada na dinâmica de acumulação capitalista que ocorreu e ocorre no Brasil e no próprio Estado do Rio Grande do Sul, isto é, uma dinâmica centrada em atividades econômicas “secundárias”, nos serviços, sobretudo, geradoras de um produto econômico comparativamente menor (agricultura e agroindústrias tradicionais, pequenos e médios serviços urbanos privados e serviços públicos básicos, pequeno e médio comércio, etc.) em relação aos setores de ponta da dinâmica de acumulação capitalista (indústria e serviços ligados às novas tecnologias de informação e comunicação, indústrias e serviços ligados aos setores metalmeccânico, eletrônico e automobilístico, indústrias ligadas ao setor petroquímico, serviços financeiros, entre outros ligados à produção). Observou-se o quanto um subdesenvolvimento regional dessa região sul do Estado, expressa em seus indicadores econômicos, se traduziu em desemprego, informalidade e precariedade, em especial nos anos 1990. Ainda que esse quadro também tenha se amenizado nos primeiros quinze anos do século XXI, a tentativa de implementação de um novo desenvolvimento industrial nesse território, com base no polo naval, foi abortada, encontrando os obstáculos já identificados acima, sobretudo decorrentes da crise econômica e da ofensiva neoliberal.

A crise da economia brasileira a partir dos anos 2015 e 2016 trouxeram de volta o fantasma do desemprego e da informalidade típica dos anos de 1990, quadro que se agravou

mais recentemente com a crise sanitária da Covid-19 (VARGAS, ROSA, DARLAN & MOTA, 2020). Todas essas desigualdades também se expressam em um nível propriamente territorial quando se analisa essa região. Isto é, observa-se, internamente, um crescimento concentrado nas cidades polo, Pelotas e Rio Grande, sobretudo nesta última cidade, o que significa uma alta concentração das oportunidades ocupacionais e profissionais nesses dois municípios. Observou-se, ainda, que o projeto de desenvolvimento implementado na região nesses primeiros anos do século XXI, mesmo gerando oportunidades e integrando parcelas significativas da população em seu mercado de trabalho, foi incapaz de reverter de forma expressiva a extensa precarização do trabalho e viabilizar um processo mais amplo de integração das vastas camadas marginalizadas e empobrecidas da população excedente gerada em décadas de desigualdades sociais acumuladas. A dívida social histórica com essas camadas da população não foi revertida através de um projeto desse tipo. Evidentemente, não se pode negligenciar a capacidade de integração desse projeto que produziu um círculo virtuoso de oportunidades, para as mulheres, inclusive, mesmo que as desigualdades salariais em Rio Grande, quando da expansão do polo naval, tenham aumentado e não diminuído.

Nesse contexto regional específico, marcado pelas características peculiares da região, as desigualdades sociais tendem a aumentar e os papéis sociais tradicionais a serem reforçados, sobretudo em sua dinâmica de gênero, em que muitas mulheres acabam ficando confinadas em empregos tradicionais do comércio e serviços urbanos, como vendedoras, empregadas domésticas, faxineiras ou empregadas em empresas terceirizadas na área de serviços de limpeza, ao mesmo tempo que os homens têm como opção a construção civil e os empregos precários em comércio e serviços informais. Nesse caso, relações sociais de classe, gênero e território se articulam para produzir tipos e níveis de precariedade bastante acentuados e peculiares. Também sobre a juventude esses efeitos se fazem sentir, particularmente daqueles segmentos menos favorecidos socialmente (em termos de classe) que se veem no limbo social, frequentemente sem estudar e excluídos do mercado de trabalho formal por falta de escolarização e formação profissional. Na medida em que o acesso ao emprego formal supõe maior escolarização, nível médio completo ou mesmo superior, observa-se não apenas uma restrição e exclusão (em termos de classe) dos trabalhadores menos escolarizados, com seu consequente direcionamento para as atividades urbanas informais e precárias, em geral autônomas, mas a uma intensificação da concorrência e seletividade ocupacional no emprego formal registrado que beneficia os segmentos mais favorecidos da força de trabalho (homens, brancos, adultos e trabalhadores mais escolarizados). Assim, se nos ciclos de crescimento econômico e nas regiões mais dinâmicas as oportunidades aumentam, ao contrário, nas

recessões e nas regiões menos dinâmicas as oportunidades diminuem e as desvantagens de determinadas categorias (mulheres, negros, jovens, trabalhadores menos qualificados) se acumulam. O que não significa que categorias mais favorecidas também não sejam afetadas pela precariedade. Ela ocorre de maneira diferente, como é o caso das mulheres e trabalhadores de nível superior afetados pela forte seletividade no mercado de trabalho, pela concorrência elevada diante de um número limitado de oportunidades de trabalhos qualificados e seguros. Esses cruzamentos e imbricações de relações interseccionais não ocorrem em apenas alguns nichos ou espaços sociais ou territoriais, mas espalham-se por toda a vida social, povoando todo o espectro das hierarquias de poder econômico e político e tornando a análise muito mais complexa.

A dinâmica de expansão do setor naval no município de Rio Grande desde meados dos anos 2000 até 2014, quando o mesmo passa a ser afetado pela crise econômica e política brasileira e, logo, pelo desmantelamento do setor naval no Brasil, mostra o quanto o mercado de trabalho pode provocar efeitos ambíguos e contraditórios em termos econômicos e de configuração das desigualdades sociais. Se, por um lado, a região sul reage e cresce economicamente, passando a oferecer maiores oportunidades aos trabalhadores e trabalhadoras, alimentando projetos de vida e expectativas de carreiras profissionais de médio e longo prazo, sobretudo de integração ao assalariamento estável, com seus direitos e proteções, por outro, observa-se a uma enorme intensificação da concorrência entre os trabalhadores, um forte fluxo de trabalhadores vindo de fora do município e do Estado (com graves consequências sobre a oferta de serviços urbanos, tais como moradia, alimentação, infraestrutura em geral), o que beneficiou principalmente a força de trabalho masculina e já qualificada para os empregos no setor naval. Assim, as médias salariais bem mais altas deste setor em relação àqueles mais tradicionais (comércio, serviços) fizeram com que as desigualdades salariais entre homens e mulheres se intensificassem no município de Rio Grande, uma vez que as desigualdades internas a esse segmento também eram muito altas. Nem por isso as mulheres deixaram de ter oportunidades com o incremento do setor naval, algumas apresentando trajetórias de ascensão social e de integração ao assalariamento protegido. No entanto, isso não ocorreu sem custos, sem barreiras de gênero (assédio moral e sexual), sem violência e discriminação. Portanto, na articulação de relações sociais de classe e gênero em um território social específico, as desigualdades sociais são forjadas por novos caminhos, reforçando papéis e práticas tradicionais (discriminações, assédio), por um lado, e forjando novos papéis e atividades ocupacionais (as mulheres soldadoras, por exemplo), por outro, em uma dinâmica de permanência e mudança da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de gênero.



Finalmente, cabe destacar que a experiência do Observatório Social do Trabalho no monitoramento das tendências do emprego em nível local mostrou o forte impacto das conjunturas de crescimento ou recessão sobre o incremento ou a redução dos postos de trabalho. Mas, ainda mais importante que isso, mostrou também a fragilidade das políticas públicas em geral, e das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, em particular. Essa fragilidade, decorrente do avanço do Estado neoliberal, se expressa não apenas na inexistência ou fragilidade institucional no tratamento dos problemas do mercado de trabalho em nível local, mas também na fragilidade de instâncias de diálogo, de debate público e democrático no processo de formulação, execução e avaliação de políticas públicas. Enfim, se a produção de conhecimentos sobre a realidade local não estiver alicerçada em um processo democrático e orgânico de reflexão, diálogo e ação sobre a realidade, os conhecimentos produzidos não terão serventia. Tal quadro reflete claramente a fragilidade da democracia brasileira e sua incapacidade de integrar politicamente os setores e camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora e da população em geral, o que se reflete, evidentemente, como um efeito perverso das relações de poder fortemente assimétricas na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, HIRATA, & LOMBARDI(Org). (2016). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo.
- ALVES, G. (2011). *Trabalho e subjetividade. O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES(Org). (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES(Org). (2013). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, R. (1995). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez: Campinas, Ed. Unicamp.
- ANTUNES, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ARENDT, H. (2010). *A condição humana* (11ª Edição ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARRETCHE, M. (2015). *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora da UNESP, Centro de Estudos da Metrópole.
- BARBOSA, A. (2008). *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- BELL, D. (1987). *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix.
- BERGER, & LUCKMANN. (1998). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRAGA, R. (2012). *A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- BRAGA, R. (2017). *A rebeldia do proletariado: Trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo.
- BRAVERMAN, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- BRIDI, M. A., BRAGA, R., & SANTANA, M. A. (Jan/Abr de 2018). Sociologia do trabalho no Brasil hoje: Balanço e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia* (Vol. 06, nº 12), pp. 42-64.
- BRUMER, A. (Out de 1988). O sexo da ocupação: Considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 8, vol. 3, pp. 20-38.
- BURAWOY, M. (Jun de 1990). A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 13, ano 5, 29-50.
- CAGED. (2017). *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET)*. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Brasília. Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>

- CARDOSO, A. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CARDOSO, A. (2013). *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CARVALHO, CARVALHO, & DOMINGUES. (2013). Polo naval e offshore e o desenvolvimento regional na metade sul do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, nº 34, pp. 933-954.
- CASTEL, R. (2000). As transformações da questão social. Em BELFIORE-WANDERLEY, BÓGUS, & YAZBEK(Org), *Desigualdade e a questão social* (2ª Edição ed., pp. 235-264). São Paulo: Editora da PUC-SP.
- CASTEL, R. (2001). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário* (3ª Edição ed.). Petrópolis: Vozes.
- CASTEL, R. (2003). *L'insécurité social: Qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Éditions du Seuil.
- CASTEL, R. (2009). *La montée des incertitudes: Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I*. São Paulo: Paz e Terra.
- CATTANI, & HOLZMANN. (2011). *Dicionário de trabalho e tecnologia* (2ª Edição ed.). Porto Alegre: Zouk.
- CATTANI, A. D. (2011). Teoria do capital humano. Em C. & HOLZMANN(Org.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 74-78). Porto Alegre: Zouk Editora.
- COGO, P. S. (2011). Trajetórias profissionais. Em C. & HOLZMANN(Org.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 465-470). Porto Alegre: Zouk Editora.
- COLLINS, P., & BILGE, S. (2020). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- COMIN, Á. (2015). Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. Em M. ARRETICHE, *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 367-394). São Paulo: Editora da UNESP, Centro de Estudos da Metrópole.
- COREDE-SUL. (2010). *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS. Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul do Rio Grande do Sul*. Pelotas. Fonte: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br/>
- DAVIS, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- DEDECCA, C. (2008). Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. Em COSTA, SORJ, BRUSCHINI, & HIRATA(Org), *Mercado de trabalho e gênero: Comparações internacionais* (pp. 279-297). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DEDECCA, C. S. (11 e 12 de setembro de 2006). Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: A experiência brasileira. *Colóquio Internacional Novas formas do trabalho e do desemprego: Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada*.
- DEMAZIÈRE, D. (1992). *Le chômage en crise? La négociation des identités des chômeurs de longue durée*. Lille: Presses Universitaires de Lille.
- DEMAZIÈRE, D. (1995). *La sociologie du chômage*. Paris: La découverte.

- DEMAZIÈRE, D. (2003). *Le chômage: Comment peut-on être chômeur?* Paris: Éditions Belin.
- DEMAZIÈRE, D. (2006). Introdução: uma abordagem sociológica sobre a categoria desemprego. Em GUIMARÃES, & HIRATA(Org), *Desemprego: Trajetórias, identidades, mobilizações* (pp. 23-42). São Paulo: Editora SENAC.
- DEMAZIÈRE, D. (2009). Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego: O caso francês. Em GUIMARÃES, HIRATA, & SUGITA(ORG), *Trabalho flexível, empregos precários?* São Paulo: Edusp.
- DEMAZIÈRE, D., GUIMARÃES, N., & SUGITA, K. (2009). O desemprego como experiência biográfica. São Paulo, Paris, Tóquio. Em N. GUIMARÃES, *Desemprego, uma construção social. São Paulo, Paris e Tóquio* (pp. 87-201). Belo Horizonte: Argumentum.
- DIEESE. (2010). *Mercado de trabalho no Brasil: Evolução recente e desafios. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.* São Paulo: DIEESE. Fonte: <http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafiosApresentacao2010.pdf>
- DIEESE. (2011). *Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho.* São Paulo: DIEESE.
- DIEESE. (2016a). *Observatórios do trabalho: Conhecer para transformar. Caderno Metodológico. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.* São Paulo: DIEESE.
- DIEESE. (2016b). *Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.* Brasília-DF: DIEESE.
- DIEESE. (2017). *Movimentação no mercado de trabalho: Rotatividade, intermediação e proteção ao emprego. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.* São Paulo: DIEESE.
- DRUCK, & FRANCO(Org). (2007). *A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização.* São Paulo: Boitempo.
- DRUCK, & FRANCO(Org.). (2011). Trabalho, precarização e resistências (Dossiê temático). *Caderno CRH, v. 24, nº spe 01*, pp. 9-189.
- DRUCK, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: Novos e velhos desafios? *Caderno CRH, nº esp 01, v. 24*, pp. 35-55.
- DUBAR, C. (2012). *La crise des identités: L'interprétation d'une mutation* (4e édition ed.). Paris: Presses Universitaires de France.
- DURKHEIM, É. (1984). *A divisão do trabalho social. Volume I e II* (2ª Edição ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- DURKHEIM, É. (1987). *As regras do método sociológico* (13ª Edição ed.). São Paulo: Editora Nacional.
- FABRES, A. C. (2014). *Indústria naval de Rio Grande: Modelo de trabalhadores da base produtiva. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).* Pelotas.
- FEE-RS. (2011). *Resumo Estatístico RS - 2011. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.* Porto Alegre: FEE-RS. Fonte: <http://www.fee.rs.gov.br/>
- FEE-RS. (2016). *Perfil socioeconômico. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Governo do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: FEE-RS. Fonte: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/>

- GALEAZZI, I., & HOLZMANN, L. (2011). Precarização do trabalho. Em C. & HOLZMANN(Org.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 259-265). Porto Alegre: Zouk Editora.
- GORZ, A. (1989). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.
- GORZ, A. (2003). *Metamorfoses do trabalho: Crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume.
- GORZ, A. (2005). *O imaterial: Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- GUIMARÃES, & HIRATA(Org). (2006). *Desemprego: Trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Editora SENAC.
- GUIMARÃES, A. S. (2016). Sociologia e natureza: classes, raças e sexos. Em ABREU, HIRATA, & LOMBARDI(Org), *Gênero e trabalho no Brasil e na França* (pp. 27-36). São Paulo: Boitempo.
- GUIMARÃES, N. A. (Out de 2002). Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, nº 50, pp. 103-121.
- GUIMARÃES, N. A. (2004). *Caminhos Cruzados: Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34.
- GUIMARÃES, N. A. (Novembro de 2009). A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Novos Estudos*, nº 85, pp. 151-170.
- GUIMARÃES, N. A. (2009). *Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris e Tóquio*. Belo Horizonte: Argumentum.
- GUIMARÃES, N., & BRITO, M. (2016). Mercantilização no feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. Em ABREU, HIRATA, & LOMBARDI(Org), *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais* (pp. 71-82). São Paulo: Boitempo.
- GUIMARÃES, N., BARONE, L., & BRITO, M. (2015). Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010). Em M. ARRETCHE, *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 395-421). São Paulo: Editora da UNESP, Centro de Estudos da Metrópole.
- HARVEY, D. (1993). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, D. (2013). *Para entender o capital Livro I*. São Paulo: Boitempo.
- HIRATA, & KERGOAT. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. Em HIRATA, & MARUANI(Org), *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 111-123). São Paulo: Editora Senac.
- HIRATA, & KERGOAT. (2005). Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe: Quel renouvellement de l'épistémologie du travail? Em DURAND, & LINHART, *Les ressorts de la mobilisation au travail* (pp. 288-298). Octarès Editions/Le travail en débats, série Colloques et Congrès.
- HIRATA, & KERGOAT. (2008). Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. Em COSTA, SORJ, BRUSCHINI, & HIRATA(Org), *Mercado de trabalho e gênero: Comparações internacionais* (pp. 263-278). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- HIRATA, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- HIRATA, H. (Jun de 2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, nº 1, pp. 61-73.

- HOLZMANN, L. (2006). A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. Em PICCININI, HOLZMANN, KOVÁCS, & GUIMARÃES(Org), *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações* (pp. 71-92). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- IBGE. (2014a). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Históricas e Estatísticas*. Rio de Janeiro. Fonte: [http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil](http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1&nome=brasil)
- IBGE. (2014b). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Séries temporais*. Rio de Janeiro: IBGE. Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>
- IBGE. (2014c). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais Municipais*. Rio de Janeiro. Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/tabelas\\_pdf/tab15.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab15.pdf)
- IPEA. (2014a). *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*. Brasília. Fonte: <http://www.ipea.gov.br/portal/>
- IPEA. (2014b). *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Ipeadata*. Brasília. Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/>
- KERGOAT, D. (1998). La division du travail entre les sexes. Em J. KERGOAT, *Le monde du travail* (pp. 319-327). Paris: La découverte.
- KERGOAT, D. (2001). Le rapport social de sexe: De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. *Actuel Marx*, nº 30, pp. 85-100.
- KERGOAT, D. (2012). *Se battre, disent-elles...* Paris: La Dispute, Collection Le genre du monde.
- KERGOAT, D. (2016). O cuidado e a imbricação das relações sociais. Em ABREU, HIRATA, & LOMBARDI, *Gênero e trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais* (pp. 17-26). São Paulo: Boitempo.
- KOWARICK, L. (1977). *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOWARICK, L. (2009). *Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34.
- KUMAR, K. (1997). *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- LEITE, M. d. (2003). *Trabalho e sociedade em transformação: Mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- LESSA, S. (2002). *Mundo dos homens: Trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo.
- MARUANI, & REYNAUD. (1993). *Sociologie de l'emploi*. Paris: Éditions La Découverte.
- MARX, K. (1983). *O capital. Crítica da economia política. Volume I e II*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, K. (1984). *Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais* (4ª Edição ed.). São Paulo: Ática.
- MARX, K. (2008). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- MDS. (2011). *Ministério de Desenvolvimento Social. Governo Federal*. Brasília. Fonte: <http://www.mds.gov.br/>

- MEDA, D. (1995). *Le travail: Une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier.
- MOLIN, FIGUEIREDO, & TOGUEIRO. (2014). Caracterização socioeconômica e política dos municípios de Pelotas e de Rio Grande. Em MOLIN, & FIGUEIREDO(Org), *Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande*. Porto Alegre: Cirkula.
- MPT. (Out/Dez de 2012). Força-Tarefa nacional investiga estaleiros a serviço da Petrobrás no polo naval. *Revista do Trabalho*, 42, 6-7.
- MPT. (Abr/Jun de 2013). Força-Tarefa identifica ilegalidades em estaleiros a serviço da Petrobras no polo naval. *Revista do Trabalho*, 44, 10-11.
- NUN, J. (2000). O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos. CEBRAP*, nº 56, 43-62.
- OBSERVATÓRIO. (2002). Observatórios do Trabalho. Pesquisa social para políticas públicas. I Seminário Internacional. Exposição e Debates [Anais]. (p. 119 p.). Porto Alegre: Armazém Digital.
- OBSERVATÓRIO. (2015). *Observatório Social do Trabalho. Projeto de extensão e pesquisa do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)*. Pelotas. Fonte: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>
- OFFE, C. (1989). *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Volume I - A crise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OIT. (1982). *Organização Internacional do Trabalho. 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho*. Genebra.
- OLIVEIRA, F. d. (2003). *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, R. V., RAMALHO, J. R., & ROSENFELD, C. (Set de 2019). A sociologia do trabalho e suas interfaces: Trajetória e tendências atuais. *Boletim Informativo Bibliográfico*, nº 90, pp. 1-28.
- PAUGAM, S. (2000). *Le salaridé de la précarité: Les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- PAUGAM, S. (2008). *Le lien social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- PDET/MTE. (s.d.). *Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal*. Brasília. Fonte: <http://www.mte.gov.br/>
- PED. (1999). *Informe PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Região Metropolitana de Porto Alegre. Secretaria da Coordenação e Planejamento e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (Ano 8, nº 8 ed.)*. Porto Alegre. Fonte: [www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)
- PED. (s.d.). *Pesquisa de Emprego e Desemprego. Fundação SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Governo do Estado de São Paulo*. São Paulo. Fonte: <http://www.seade.gov.br/>
- PELOTAS. (2015). *Prefeitura Municipal de Pelotas*. Pelotas. Fonte: <https://www.pelotas.com.br/>
- PME. (2010). *Pesquisa Mensal de Emprego. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro. Fonte: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm)

- POCHMANN, M. (2001). *O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação: As origens de nossa época* (2ª Edição ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- PRIES, L. (2003). Teoria sociológica del mercado de trabajo. Em D. L. GARZA(Org), *Tratado Latinoamericano de sociologia del trabajo* (pp. 511-539). México: El Colégio de México.
- PROMINP. (2015). *Estaleiro Honório Bicalho. Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural*. Fonte: [http://www.prominp.com.br/prominp/pt\\_br/mapa-dos-empreendimentos/estaleiro-honorio-bicalho-4.htm](http://www.prominp.com.br/prominp/pt_br/mapa-dos-empreendimentos/estaleiro-honorio-bicalho-4.htm)
- RAIS. (2017). *Relação Anual de Informações Sociais. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET). Ministério do Trabalho e da Previdência Social*. Brasília. Fonte: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>
- RIFKIN, J. (2004). *O fim dos empregos: O contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo*. São Paulo: M. Books do Brasil Ltda.
- RIO\_GRANDE. (2015). Prefeitura Municipal de Rio Grande. Fonte: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/>
- RIO\_GRANDE. (2015). Prefeitura Municipal de Rio Grande. Rio Grande. Fonte: <http://www.riogrande.rs.gov.br/>
- ROCHA, M. I. (2000). *Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34.
- ROSA, J. d. (2008). *Desenvolvimento e disparidades regionais no Rio Grande do Sul: Sugestões de linhas de programas para dinamização de regiões de menor desenvolvimento relativo*. Porto Alegre: FEE/RS. Fonte: <http://www.fee.rs.gov.br>
- ROSA, R. E., & VARGAS, F. (2019). Monitoramento do mercado de trabalho e políticas de apoio à inserção dos jovens: Experiências e reflexões da ação extensionista. Pelotas.
- ROSANVALLON, P. (1995). *La nouvelle question sociale: Repenser l'état-providence*. Paris: Editions du Seuil.
- ROSENFELD(Org). (set/dez de 2010). Trabalho, emprego e precarização social (Dossiê Temático). *Sociologias*, nº 25, pp. 13-198.
- SALAI, R., BAVEREZ, N., & REYNAUD, B. (1986). *L'invention du chômage*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SCHUMPETER, J. (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Edição On Line: *Ordem Livre.Org*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- SIDRA. (2015). *Sistema IBGE de Recuperação Automática*. Acessado em 15 de julho de 2015. Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>
- SILVA, J. P. (2008). *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume.
- SIMON, G. (24 de Março de 2015). Falta de vagas expulsa trabalhadores de Rio Grande. *Blog Porto Imagem*. Fonte: <https://portoimagem.wordpress.com/2015/03/24/falta-de-vagas-expulsa-trabalhadores-de-rio-grande/>
- SINGER, & LOUREIRO(Org). (2016). *As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo.



- SINGER, A. (2018). *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA-LOBO, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora brasiliense.
- STANDING, G. (2014). *O precariado: A nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- THEODORO, M. (2004). As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. Em RAMALHO, & ARROCHELLAS(Org), *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil* (pp. 77-111). São Paulo, Cortez: Petrópolis, CAALL.
- TOPALOV, C. (1994). *Naissance du chômeur: 1880-1910*. Paris: Albin Michel.
- VARGAS, F. (1994). *Relações sociais de classe e gênero: O trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS*. Porto Alegre.
- VARGAS, F. (Jul de 1996). Trabalho e desigualdades nas sociedades contemporâneas: Um esboço para reflexão. *Cadernos do ISP, nº 8*, pp. 47-58.
- VARGAS, F. (2006). Desemprego feminino: Vulnerabilidade e invisibilidade nas trajetórias de trabalho. 30º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS.
- VARGAS, F. (2008a). *Formas e experiências de privação de trabalho no Brasil: A construção social do desemprego na perspectiva de uma sociologia das relações sociais. Tese de Doutorado em Sociologia*. Paris: Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines. Fonte: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/publicacoes/tese-de-doutorado/>
- VARGAS, F. (2008b). Formas e experiências de privação de trabalho no Brasil: As desigualdades sociais na perspectiva de uma sociologia do desemprego. 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT14 - Desigualdades: Produção e Reprodução. 27 a 31 de outubro de 2008. Caxambu.
- VARGAS, F. (2010). A privação de trabalho no Brasil: As fronteiras do desemprego em questão. Em R. SCHULZ. Pelotas: Editora da UFPel.
- VARGAS, F. (2012a). Emprego, trabalho, precariedade: Os contornos incertos de um objeto de investigação. *III Encontro Internacional de Ciências Sociais. Crise e emergência de novas dinâmicas sociais. GT 3: Trabalho, identidades sociais e subjetividade*. Pelotas. Fonte: <http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/Artigo-FEBVargas-EICS-III-2012.pdf>
- VARGAS, F. (Jul/Dez de 2012b). Emprego e desenvolvimento regional: Contornos de uma questão social. *Revista da ABET - Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, v. IX, nº 2*, pp. 93-111.
- VARGAS, F. (2014a). Desenvolvimento e desigualdades de gênero: As transformações no mercado de trabalho em Pelotas e Rio Grande. Em MOLIN, & FIGUEIREDO(Org), *Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande*. Porto Alegre: Cirkula.
- VARGAS, F. (Jul/Dez de 2014b). O mercado de trabalho e a questão do emprego no Brasil: Integração precária e desenvolvimento desigual. *Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 02, nº 04*, pp. 183-203.
- VARGAS, F. (2015). Observatório Social do Trabalho: Desafiando o conhecimento, as políticas públicas de emprego e o diálogo social. *Expressa Extensão, v. 20, nº 2*, pp. 141-152.
- VARGAS, F. (Mai/Ago de 2016). Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. *Caderno CRH, v. 29, nº 77*, pp. 313-331.

- VARGAS, F. (2017a). Transformações da condição salarial no Brasil. *XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)*. Montevídeu, Uruguai, 03 a 08 de dezembro de 2017: ALAS.
- VARGAS, F. (2017b). Mercado de trabalho, relações de gênero e trajetórias de trabalhadoras/es no polo naval de Rio Grande-RS. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13º Mundos de Mulheres*. Florianópolis, 30 de julho a 04 de agosto de 2017.
- VARGAS, F. (2017c). O Observatório Social do Trabalho (UFPel) e as transformações dos mercados locais de trabalho: Abordagens analíticas, limites e desafios. *Caderno do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, Volume 2*, pp. 67-81.
- VARGAS, F., & FABRES, A. (2015). Mercado do trabalho e relações de gênero em um contexto de desenvolvimento regional: O caso do polo naval de Rio Grande-RS. Trabalho completo apresentado no 39º Encontro Anual da ANPOCS. GT 41, 26 a 30 de outubro de 2015. Caxambu.
- VARGAS, F., & ROSA, R. E. (2019). Trabalho, trajetórias e identidades: Mutações na condição salarial. *VII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul (SEPOME)*. Pelotas, 11 a 14 de novembro de 2019: Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel.
- VARGAS, F., FABRES, A., & SALVADOR, B. (2015). Flexibilidade produtiva na indústria naval de Rio Grande-RS: Novas e velhas formas de trabalho. Trabalho completo apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. 20 a 23 de julho de 2015. Porto Alegre.
- VARGAS, F., ROSA, R., DARLAN, P. H., & MOTA, N. S. (2020). Os impactos da pandemia da Covid-19 nos mercados de trabalho de Pelotas (RS) e Rio Grande (RS). Em MICHELON, BANDEIRA, LIMA, & ZIMMERMANN, *Conexões para um tempo suspenso: Extensão universitária na pandemia* (pp. 318-339). Pelotas: Editora da UFPel.
- WEBER, M. (1982). A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Em M. WEBER, *Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais* (pp. 79-127). São Paulo: Ática.
- WEBER, M. (1987). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (5ª Edição ed.). São Paulo: Pioneira.
- WEBER, M. (2006). *História geral da economia*. São Paulo: Centauro.
- ZERO\_HORA. (12 de Out de 2011). Chegada do casco da P-58 movimenta indústria naval. *Jornal Zero Hora*. Fonte: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2011/10/chegadado-casco-da-p-58-movimenta-industria-naval-3523280.html>